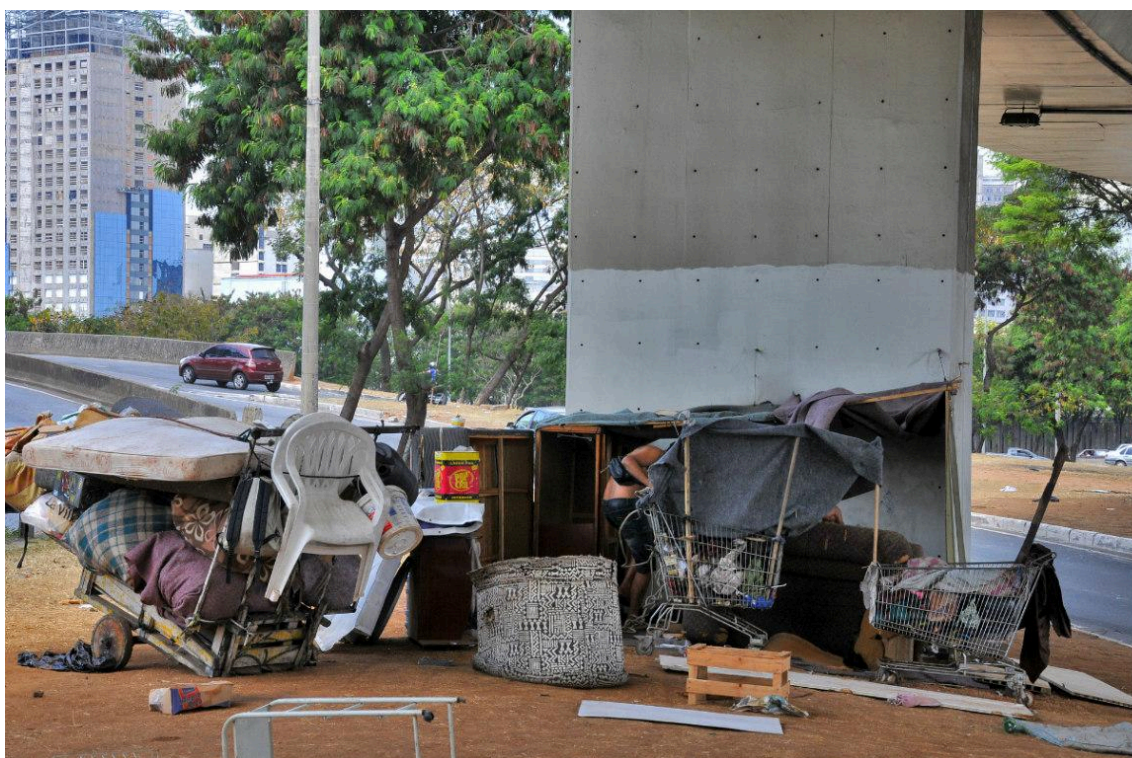


RELATÓRIO FINAL

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO –
ASSISTÊNCIA SOCIAL À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
REQUERIMENTO 897/2023



A ineficiência das políticas públicas para
atendimento da população em situação de rua em
Belo Horizonte

Belo Horizonte/MG, 05 de fevereiro de 2024.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO AOS TRABALHOS DESTA CPI.....	3
II. DO AUMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E DAS SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS.....	4
II.1 Lagoinha - um símbolo de ineficiência da política pública em situação de rua.	11
II.2 Da indústria clandestina do lixo e da ausência da administração municipal.....	14
III. DAS REUNIÕES E VISITAS TÉCNICAS DA CPI.....	17
III.1 DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA.....	17
III.2 DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA.....	19
III.3 DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA.....	46
III.4 DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA.....	49
III.5 DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA.....	52
III.6 DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA.....	72
III.7 DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA.....	78
III.8 DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA.....	91
III.9 DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA.....	93
III.10 DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA.....	110
III.11 DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA.....	116
III.12 DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA.....	130
III.13 DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA.....	134
III.14 DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA.....	142
III.15 DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA.....	160
III.16 DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA.....	179
III.1 DA 1ª VISITA TÉCNICA ABRIGO SÃO PAULO.....	180
III.2 DA 2ª VISITA TÉCNICA CENTRO POP – CENTRO SUL.....	182
III.3 DA 3ª VISITA TÉCNICA CENTRO POP – LESTE.....	183
III.4 DA 4ª VISITA TÉCNICA CENTRO POP – LAGOINHA.....	185
III.5 DA 5ª VISITA TÉCNICA REGIÃO DO BARRO PRETO.....	186
III.6 DA 6ª VISITA TÉCNICA PRAÇA RAUL SOARES.....	187
III.7 DA 7ª VISITA TÉCNICA PRAÇA DIOGO DE VASCONCELOS – (PRAÇA DA SAVASSI).....	189
III.8 DA 8ª VISITA TÉCNICA PRAÇA DO PEIXE.....	190
III.9 DA 9ª VISITA TÉCNICA ABRIGO INSTITUCIONAL PARA GESTANTES E PUÉRPERAS.....	191
III.10 DA 10ª VISITA TÉCNICA CENTRO POP - MIGUILIM.....	193
III.11 DA 11ª VISITA TÉCNICA ALBERGUE TIA BRANCA UNIDADE I.....	195
III.12 DA 12ª VISITA TÉCNICA ALBERGUE TIA BRANCA UNIDADE II.....	196
III.13 DA 13ª VISITA TÉCNICA ABRIGO REVIVER.....	197
III.14 DA 14ª VISITA TÉCNICA ABRIGO FÁBIO ALVES DOS SANTOS.....	198
III.15 DA 15ª VISITA TÉCNICA ABRIGO ANITA GOMES DOS SANTOS I E II.....	199
III.16 DA 16ª VISITA TÉCNICA ABRIGO MUNICIPAL POMPEIA.....	200



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

III.17 DA 17ª VISITA TÉCNICA ABRIGO MUNICIPAL GRANJA DE FREITAS.....	201
III.18 DA 18ª VISITA TÉCNICA ABRIGO INSTITUCIONAL PARA MULHERES...	203
III.19 DA 19ª VISITA TÉCNICA ABRIGO INSTITUCIONAL MARIA MARIA.....	204
III.20 DA 20ª VISITA TÉCNICA CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO À MULHER - CIAM.....	206
IV. DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	207
IV.1. Dos centros POP e albergues.....	211
IV.2 Da necessidade de envolvimento da assistência social com a Guarda Civil.	220
IV.3 Do programa estamos juntos.....	222
IV.4 Do aluguel social e bolsa moradia.....	224
IV.5 Da necessidade de parceria com o setor privado para solucionar os problemas de habitação.....	227
IV.6 Dos cadastros da população em situação de rua.....	229
V. DA AUSÊNCIA DE DADOS PARA POLÍTICAS DE HABITAÇÃO SOCIAL - UTILIZAÇÃO DOS IMÓVEIS PÚBLICOS DESOCUPADOS - DA FALTA DE CONHECIMENTO DA SMASAC SOBRE O QUANTITATIVO DE IMÓVEIS.....	234
VI. DA PRIVATIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO.....	236
VII. DA AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DA DECISÃO DO STF.....	238
VIII. DOS RESULTADOS JÁ OBTIDOS POR ESSA CPI.....	241
IX. DOS ENCAMINHAMENTOS E PROJETOS QUE DEVEM SER IMPLEMENTADOS PARA MELHORES RESULTADOS.....	243
IX.1 Indicações.....	243
IX.2 Da Política Municipal Intersetorial para Atendimento à População em Situação de Rua - PPSR.....	246
X. CONCLUSÃO.....	247
XI. ANEXOS.....	250



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

I. INTRODUÇÃO AOS TRABALHOS DESTA CPI

1. Em decorrência da aprovação do Requerimento nº 897/2023, nos termos do art. 82, §3º, da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, combinado com o art. 57 e 81, §3º do Regimento Interno, de autoria dos vereadores Fernando Luiz; Braulio Lara; César Gordin; Ciro Pereira; Cleiton Xavier; Fernanda Pereira Altoé; Gabriel Sousa Marques de Azevedo; Henrique Braga; Irlan Melo; Jorge Santos; Loíde Gonçalves; Marcela Trópia; Ramon Bibiano da Casa de Apoio; Sérgio Fernando Pinho Tavares, foi determinada a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar o expressivo aumento da quantidade de moradores de rua em Belo Horizonte, bem como as graves denúncias a respeito do funcionamento dos abrigos na capital mineira.
2. Constou, ainda, do Requerimento apresentado, solicitação de prazo de 120 (cento e vinte) dias para o desenvolvimento dos trabalhos, prorrogável por até a metade do período, em consonância com o § 3º, do art. 81 do Regimento Interno, como o foi feito.
3. Ficou estabelecida a composição da Comissão Parlamentar de Inquérito com os Vereadores Cleiton Xavier (Relator), Braulio Lara (Presidente), Fernando Luiz, Jorge Santos, Henrique Braga, Ciro Pereira e Bruno Pedralva.
4. Até a confecção do presente relatório, foram realizadas 16 reuniões, ouvidas 12 pessoas, deliberados 104 Requerimentos de Comissão, realizadas 02 audiências públicas, 20 visitas técnicas e recebidas cerca de 10.000 páginas de documentos e informações.

II. DO AUMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E DAS SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS

5. Apesar de haver divergências nos números absolutos da população em situação de rua em Belo Horizonte¹, resta unânime que esse cenário está a agravar

¹ O tema será abordado no decorrer deste relatório, sendo também noticiado na mídia - <https://polos.direito.ufmg.br/populacao-de-rua-chegou-a-quase-9-mil-pessoas-em-bh-mostra-estudo-da-ufmg/> acesso em 02/02/2024.

O próprio site oficial da PBH apresenta números diversos da UFMG <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/pbh-e-ufmg-apresentam-resultados-preliminares-do-censo-da-populacao-de-rua-de-bh>



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

vertiginosamente. Salta aos olhos de qualquer cidadão que esse é um problema generalizado em nossa cidade, estando amplamente noticiado nas mídias.

PROBLEMA SOCIAL

População de rua de BH triplica em 10 anos, com 35% dos casos após a pandemia

Envelhecimento e aumento no relato de problemas mentais entre estes moradores deverão nortear políticas públicas nos próximos anos

Por José Vitor Camilo Publicado em 9 de fevereiro de 2023 | 13h41 - Atualizado em 5 de janeiro de 2024 | 14h32



5



Moradores vivem em situação de rua na Savassi, em Belo Horizonte — Foto: Uarlen Valerio / O Tempo - 19.03.2020



VULNERABILIDADE SOCIAL

População em situação de rua de BH aumenta 192% em oito anos

Dados são do Censo Pop Rua, da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, em parceria com o executivo municipal



Clara Mariz

09/02/2023 17:49 - atualizado 09/02/2023 18:45

COMPARTILHE



SIGA NO Google News



Em 2022, 5.344 pessoas estavam vivendo em calçadas, praças, terrenos baldios, debaixo de viadutos, ou pernoitaram em instituições públicas e privadas

(foto: Jair Amarel/EM/D.A Press)



MAIS LIDAS

- 04:00 - 31/08/2023 - Compartilhe
[Documento do carro começa a ser cobrado nesta sexta-feira \(1º/9\)](#)
- 11:20 - 07/09/2023 - Compartilhe
[Candidatos de Minas Gerais teriam sido excluídos de seleção da IBM](#)
- 13:01 - 13/04/2023 - Compartilhe
[Conheça as dez maiores cidades de Minas Gerais](#)
- 06:00 - 31/08/2023 - Compartilhe
[O que acontece se o motorista for parado e não estiver](#)

3

6. O aumento do orçamento destinado para as políticas de Assistência Social, muito embora tenha crescido constantemente ao longo dos últimos anos, não parece ter impacto no número de pessoas em situação de rua, que cresce exponencialmente em nossa cidade.

7. Na prática, a ausência de qualquer delimitação dentro do próprio orçamento para identificar quais os custos e investimentos voltados especificamente para a população em situação de rua, deixa os gestores sem ferramentas para o planejamento das ações.

8. O orçamento da Assistência Social cresceu, de 2018 a 2022, mais de 41%, saltando de R\$ 314.670.590,00 para R\$445.536.224,00. No entanto, a população em situação de rua no período de 8 anos, aumentou 192% segundo os dados oficiais da PBH, que como mostraremos adiante, representam um número muito abaixo do real.

3

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/02/09/interna_gerais.1455625/populacao-em-situacao-de-rua-de-bh-aumenta-192-em-oito-anos.shtml acesso em 02/02/2024



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

9. Isso mostra em números a ineficiência das ações da prefeitura de Belo Horizonte nas últimas administrações, que não consegue impedir que cada vez mais belo-horizontinos acabem nessa situação de miséria extrema

10. A situação dos moradores em situação de rua em Belo Horizonte é um fenômeno que requer atenção imediata das autoridades públicas. Esta realidade não apenas destaca uma crise social, mas também impacta negativamente a vivência e estética urbanas, ameaçando o uso equitativo dos espaços públicos por todos os cidadãos. A complexidade deste problema é agravada pelo paradoxo existente nas regulamentações urbanas: enquanto os comerciantes são obrigados a cumprir rigorosas normas e obter alvarás para utilizar as calçadas para fins comerciais, espaços consideráveis das vias públicas são ocupados de maneira inadequada por moradores de rua. Esta ocupação não autorizada não só viola as posturas municipais, mas também contribui para a degradação visual e funcional do ambiente urbano, prejudicando o comércio local devido à percepção de insegurança e desorganização que gera.

11. Morar na rua não pode ser considerado uma opção. É importante reconhecer que, embora existam vagas disponíveis nos abrigos municipais, alguns indivíduos em situação de rua optam por permanecer nas vias públicas, uma escolha que desafia a lógica das políticas de assistência social. Esta decisão de não utilizar os recursos oferecidos pelos abrigos municipais levanta questões sobre a adequação, acessibilidade, eficiência e segurança desses serviços, bem como sobre a necessidade de abordagens mais eficazes para encorajar o uso desses espaços de apoio.

12. A permanência nas ruas, apesar da disponibilidade de alternativas de abrigo, não só contraria os esforços municipais para prover assistência, mas também contribui para a ocupação irregular dos espaços públicos. Este cenário ressalta a complexidade da questão e a necessidade de políticas mais integradas e flexíveis que não apenas ofereçam abrigo, mas também abordem as diversas razões que levam algumas pessoas a evitar os serviços disponíveis.

13. Além disso, o que estamos percebendo é a privatização de espaços públicos, um fenômeno onde áreas que deveriam estar acessíveis a todos são indiretamente tomadas por ocupações não autorizadas. Esta ocupação irregular do espaço público dificulta o acesso e o uso coletivo, alterando a função dessas áreas e impactando o direito comum ao espaço urbano. Tal situação requer uma revisão crítica das políticas de gestão urbana,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

assegurando que os espaços públicos permaneçam abertos e acessíveis a todos os cidadãos.

14. A persistência de pessoas vivendo nas ruas resulta em obstáculos para os pedestres e traz consigo desafios significativos de limpeza, com a acumulação de lixo e sujeira, exacerbando a poluição visual e comprometendo a qualidade de vida na cidade. Esta situação também reflete falhas estruturais em nossa rede de assistência social e a ausência de políticas públicas eficazes para a reintegração social desses indivíduos. As consequências humanas dessa crise são severas, incluindo a morte prematura, comércio de entorpecentes, a perda de dignidade e condições de vida insalubres para essa população vulnerável. Tais questões exigem não apenas reconhecimento, mas ação coordenada e imediata da estrutura pública municipal.

15. Além dos impactos sociais e estéticos, a presença de moradores de rua afeta negativamente o turismo, uma indústria vital para a economia local, ao prejudicar a imagem de Belo Horizonte como um destino acolhedor e seguro. Importante recordar o caso da Praça da Liberdade, nosso cartão postal, que constantemente é ocupado de forma irregular por barracas e colchões, afastando turistas e deteriorando o espaço público. Tal ação inclusive é constantemente anunciada na sendo noticiado na mídia⁴.

4

Foto

e

reportagem

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/09/13/interna_gerais.1561323/praca-da-liberdade-amanhece-com-barraca-e-colchoes-nos-jardins.shtml acesso em 02/02/2024

Veja também a reportagem do Jornal Alterosa - <https://www.youtube.com/watch?v=I1LT84XXnrl>



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



16. O desafio de abordar a situação dos moradores de rua requer mais do que a aplicação de penalidades por uso inadequado do espaço público, ele necessita de uma abordagem integrada que ataque as causas raízes do problema. É crucial que o poder público não apenas regule o uso dos espaços públicos, mas também implemente políticas que ofereçam alternativas reais de moradia, emprego e assistência social para essas pessoas.

17. Para abordar de forma eficaz a questão da população em situação de rua, é essencial adotar uma abordagem multidimensional que considere não apenas as necessidades imediatas de abrigo e alimentação, mas também os aspectos mais profundos relacionados à saúde mental, educação e inserção no mercado de trabalho.

18. No cenário atual, fica nítido que a Prefeitura de Belo Horizonte esquivava-se de fazer um efetivo monitoramento das políticas e programas para garantir sua eficácia e ajustar as estratégias conforme necessário. A ausência de uma ação integrada das diferentes secretarias impede que o Poder Executivo tenha êxito na retirada da condição de situação de rua.

19. A Prefeitura, apesar de contar com um orçamento considerável, parece não conseguir mobilizar de maneira efetiva as diferentes esferas administrativas necessárias para uma abordagem completa do problema. O programa de assistência social, focado



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

primariamente no atendimento emergencial, falha em promover a integração dessas pessoas em iniciativas de médio e longo prazo, como a inserção no mercado de trabalho e a inclusão em programas de habitação social e de aluguel social.

20. Esta limitação na oferta de serviços não apenas perpetua a situação de rua, mas também contribui para agravar problemas urbanos como a sujeira nas vias públicas, o aumento da criminalidade, o consumo de drogas e outras mazelas sociais. A ausência de caminhos claros para a reinserção social e econômica desses indivíduos reflete uma falha sistêmica na capacidade da Prefeitura de gerar soluções sustentáveis.

21. A falta de eficácia nos programas de assistência social e a incapacidade em envolver outras secretarias na formulação de estratégias integradas escancaram um problema crônico da Prefeitura, consistente na gestão fragmentada e pouco eficiente das suas secretarias. Esta situação é agravada pela aparente incapacidade de implementar políticas públicas que vão além do atendimento imediato, negligenciando a necessidade de soluções de longo prazo que abordem as causas fundamentais da condição de moradia nas ruas.

22. A ineficiência na gestão dos recursos destinados à assistência social e a falta de uma visão estratégica para lidar com o problema de maneira integral colocam em questão a competência da Prefeitura de Belo Horizonte em responder às necessidades da população em situação de rua. Essa ineficácia não só impacta negativamente a vida desses indivíduos, mas também afeta a qualidade de vida na cidade como um todo.

23. É imperativo que a Prefeitura de Belo Horizonte revise suas estratégias e promova uma maior integração entre as secretarias, com o objetivo de desenvolver um plano de ação abrangente que contemple tanto as necessidades imediatas quanto as de longo prazo desses cidadãos. A superação dessa crise passa pela implementação de políticas públicas eficientes e transparentes, que garantam não apenas o atendimento emergencial, mas também oportunidades reais de reintegração social e econômica.

24. Em resumo, a situação atual demanda uma reavaliação urgente das abordagens adotadas pela Prefeitura de Belo Horizonte no trato com a população em situação de rua.

25. Por fim, é imperativo que as políticas e intervenções sejam baseadas em evidências e orientadas pelo objetivo de se construir um caminho de saída da situação de rua e inserção no mercado de trabalho, garantindo que as ações tomadas respeitem a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

dignidade e promovam o bem-estar de todos os indivíduos, independentemente de sua situação.

26. Em suma, a questão dos moradores de rua em Belo Horizonte é um desafio complexo que demanda uma resposta abrangente, envolvendo tanto a aplicação rigorosa das normas municipais quanto o desenvolvimento de políticas sociais alinhadas com a correta utilização dos espaços públicos. A solução para essa crise humanitária passa pela compreensão de que a reabilitação e reintegração desses indivíduos na sociedade são fundamentais, requerendo esforços conjuntos e coordenados de todas as secretarias da Prefeitura de Belo Horizonte.

II.1 LAGOINHA - UM SÍMBOLO DE INEFICIÊNCIA DA POLÍTICA PÚBLICA EM SITUAÇÃO DE RUA

27. A região da Lagoinha possui imenso valor histórico para Belo Horizonte, sendo um dos bairros mais antigos da cidade. Em uma área considerada suburbana no início da história da cidade, vez que estava fora dos limites da avenida do Contorno, foi o lar da força operária que ergueu a capital de Minas Gerais.

28. O bairro é reduto da religiosidade, da cultura e do lazer. Em 1914 foi erguido o Santuário de Nossa Senhora dos Pobres. Já em 1948, a criação do mercado popular fortaleceu as atividades comerciais. Até hoje, a Praça de Peixe é uma referência na capital por causa das tradicionais peixarias.

29. Também no bairro, as casas quase todas iguais, mostram de onde veio a força criadora da cidade. Segundo o historiador Raul Lanari, os construtores da cidade chegavam pelas margens do trem. Por isso, a cidade se desenvolve na região da Lagoinha. “Eles retiravam as pedras do bairro e levavam para construir a cidade”, contou.

30. O bairro Lagoinha nasceu junto à planejada cidade de Belo Horizonte, no final do século XIX. Teve como principais habitantes imigrantes italianos, portugueses, turcos, espanhóis, migrantes do interior de Minas Gerais e de outros estados brasileiros.

31. Alguns escritos demonstram que os primeiros sinais de ocupação do bairro remontam ao antigo Curral Del Rey, datado do início da ocupação territorial da região de Minas Gerais. Embora em área contígua à urbana, foi sempre um típico bairro de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

periferia, hoje qualificada de área pericentral, tendo sido habitado pelos trabalhadores encarregados da construção da cidade.

32. Nasceu a partir das colônias agrícolas Carlos Prates e Américo Werneck, que foram incorporadas formalmente à zona suburbana de Belo Horizonte, nas décadas de 1910 e 1920. (AGUIAR, 2006; LEMOS, 1996; MACHADO; PEREIRA, 1997).

33. Localizado na região Noroeste de Belo Horizonte, constam registros de que as primeiras construções no bairro Lagoinha se deram na chamada Esplanada da Lagoinha, junto à lagoa de mesmo nome.

34. Ela surge com a Lei das Vilas Operárias de 1918, (Lei nº 178), implementadas ao longo da gestão do prefeito Vaz de Melo, na década de 1920, em algumas áreas da Zona Suburbana da capital, cujos terrenos pertenciam à Prefeitura.

35. Trazendo a discussão para os dias atuais, avançamos para 1995, anos em que, com vistas a garantir à Lagoinha sobrevivência no espaço da cidade como bairro importante para a história de Belo Horizonte, foi implantado o Projeto Lagoinha, sob a gestão do prefeito Patrus Ananias, a partir de estudos do Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural de Belo Horizonte (IPUCBH), realizados pela Secretaria Municipal de Cultura.

36. A Pesquisa das atividades econômicas da Lagoinha, realizada pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, e a pesquisa “Cenários da Lagoinha”, desenvolvida pela Secretaria Municipal de Planejamento, mostraram-se complementares à ação.

37. O projeto surge a partir da ótica da “Reabilitação integrada”, tendo por base o inventário do patrimônio urbano e cultural de Belo Horizonte, que possibilitou identificar áreas de consolidação e renovação do bairro, levando em consideração a vocação econômica do bairro de comércio e serviços de autopeças, loja de móveis usados e antiquários.

38. No entanto, apesar de todo o valor histórico e da tentativa de resgate e restauração da região, o cenário que encontramos a região em 2023 é deplorável. O local que já foi conhecida zona boêmia de Belo Horizonte, com atividade pulsante, bares, restaurantes, comércio e serviços, hoje se encontra abandonada pela administração municipal.

39. região, no caminho que liga o restante da cidade com o centro, apesar de privilegiada, tornou-se o símbolo da decadência. O comércio tem fechado as portas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

mediante a insegurança de proprietários e clientes, e o lixo passou a fazer parte da paisagem cotidiana.

40. Exatamente pela completa ausência do Estado, o local tornou-se uma das referências do uso e venda de drogas na cidade, principalmente o crack que possui um efeito devastador, causando dependência química e retirando a autonomia principalmente dos usuários mais vulneráveis e em situação de alto risco.

41. A requalificação prometida em diversas gestões nunca veio, e a tentativa de desapropriar imóveis na região claramente não tem o poder de reversão da situação de abandono presenciada.

42. Tanto os comerciantes quanto os antigos moradores pedem, reiteradamente, socorro à administração municipal para o enfrentamento dos problemas de violência, lixo, tráfico de drogas e pela constante ocupação do espaço público, principalmente às margens dos grandes corredores.

43. Um dos motivos que levam a permanência constante dessas pessoas no local, é a incoerente centralização de inúmeros equipamentos de atendimento em um raio pequeno da cidade.

44. Por óbvio, os equipamentos públicos precisam estar mais próximos do público-alvo, mas a ausência de um mínimo de descentralização das políticas públicas voltadas principalmente para a população em situação de rua, objeto do estudo dessa Comissão, causa a concentração na área do bairro de praticamente todas as pessoas que buscam um atendimento.

45. Ou seja, a ausência de equipamentos de atendimento em outras regionais provoca a migração das pessoas em situação de rua de todas as partes da cidade, para a região da lagoinha. Esse deslocamento torna ainda mais difícil uma possível reinserção da pessoa em sua comunidade, e a rua se torna a nova casa.

46. Como os atendimentos dos equipamentos públicos são realizados em determinados horários, principalmente os serviços de abrigo, o que pudemos observar é que as pessoas constroem sua rotina no entorno desses equipamentos, uma vez que não possuem meios de locomoção e precisarão retornar no período noturno, não se afastando muito do local.

47. No entanto, como a maioria não possui trabalho formal ou ocupação profissional rotineira, acabam por passar o dia fazendo uso de drogas ou simplesmente ociosas nos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

logradouros públicos, sem qualquer perspectiva de ações que possam ajudá-los a superar essa situação de abandono nas ruas.

48. Dessa feita, a região tornou-se um espaço de depósito de excluídos, limitados a uma pequena área em que podem buscar serviços essenciais e básicos, com políticas muito mais voltadas ao mínimo existencial que para qualquer outra forma de qualificação, dando a impressão que apenas o acolhimento é suficiente para enfrentamento desse problema que cresce na maioria das grandes cidades.

49. Uma das iniciativas que tinham grande potencial para reinserir essa parcela da população em atividade produtiva, infelizmente, por abandono e descaso na implementação, acabou tornando-se mais um problema para a região: o acúmulo constante de lixo.

II.2 DA INDÚSTRIA CLANDESTINA DO LIXO E DA AUSÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

50. Um dos grandes problemas de Belo Horizonte é dar a destinação adequada aos resíduos produzidos no município. Para além da coleta, é necessário a implementação de iniciativas que incentivem a reciclagem e o reaproveitamento de materiais.

51. Vez que a administração municipal, através dos contratos tradicionais não tem conseguido dar vazão ao volume de lixo produzido, pretendeu-se descentralizar essa coleta de materiais, principalmente a coleta de recicláveis, inserindo cooperativas de catadores no sistema formal de coleta.

52. No papel, as associações de catadores formariam núcleos dentro da própria comunidade, empregando pessoas em situação de vulnerabilidade na cadeia produtiva, de maneira que após o beneficiamento do resíduo reciclável, o retorno financeiro pudesse ser distribuído entre os associados, representando uma garantia de renda mensal.

53. No entanto, o que se observa é a completa ausência da administração em construir, de fato, uma política pública voltada para esse fim. Apesar da regulação da matéria por meio de decretos e portarias, não há qualquer acompanhamento eficaz dessas associações.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

54. Com isso, o que deveria ser um modelo de cooperativa, em que há a divisão de funções e posterior repartição dos lucros tornou-se, na verdade, um modelo de exploração de mão de obra vulnerável e um mercado paralelo de compra e venda de lixo na capital.

55. Hoje em Belo Horizonte, existe a curiosa figura do “intermediário do lixo”. São pessoas que exploram a mão de obra barata e a ausência de fiscalização para promover a compra de recicláveis direto do catador, para posterior revenda a instituições de beneficiamento, auferindo lucro a partir da miséria de dependentes químicos e pessoas em situação de rua desesperadas por qualquer fonte de recursos.

56. Assim, o catador que realiza o trabalho pesado, percorrendo bairros íngremes da cidade arrastando grandes sacos ou carrinhos, não faz parte de uma cadeia produtiva. Ele revende esse material diariamente para os intermediários a um preço grande parte das vezes mais baixo, que pagam na hora e em dinheiro, como forma de garantir a subsistência ou a manutenção da dependência a partir do consumo de drogas.

57. Para esses atravessadores, que inclusive tem essa prática como profissão, a manutenção da situação de rua é desejável e determinante para o sucesso financeiro das operações. Em outras palavras, há quem lucre com a população de rua bem como há total interesse em manter essas pessoas nessa situação.

58. A indústria paralela do lixo em Belo Horizonte reduz as pessoas em situação de rua a trabalhadores em situação análoga à escravidão. A ausência de uma alternativa viável, a facilidade do recebimento em dinheiro e a ausência de horários de funcionamento permitem ao usuário de drogas trocar, a qualquer momento do dia, noite ou madrugada, bens por dinheiro para o sustento do vício, sustentam a atividade desses intermediários do lixo, que são vistos carregando carros e caminhonetes próprios, o que demonstra a lucratividade da operação, com material reciclável para revenda a preços mais elevados.

59. Lado outro, as cooperativas de catadores que deveriam ser incentivadas como solução para a coleta de lixo na cidade e para a inserção formal em condições dignas no mercado de trabalho, acabam extremamente prejudicadas.

60. Em razão das normas de atuação, como horário de funcionamento para recebimento de mercadorias, acabam ficando somente com o que podemos chamar de “resto do lixo”. O material reciclável nobre, digamos assim, ou já foi selecionado pelo



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

morador de rua, que revira o lixo atrás de qualquer coisa que possa revender, ou foi vendido a um desses intermediários de lixo durante a madrugada, ou em algum ponto um pouco mais distante dos centros de coleta oficiais.

61. Isso impacta diretamente no resultado da cooperativa de catadores e reduz o valor da renda de cada um dos cooperados. Dessa forma, o trabalho em cooperativa muitas vezes deixa de ser vantajoso ao catador da ponta, que pode conseguir mais renda se atuar “por conta própria” e revendendo o material aos atravessadores. A ausência da administração municipal deixa as cooperativas em situação delicada, sendo o próprio modelo colocado em risco.

62. Para além dos problemas das cooperativas, há ainda o aumento dos pequenos furtos. Esse mercado paralelo, completamente desregulado, por óbvio aceita não só os materiais recicláveis retirados das ruas, mas acabam por ser um ponto de compra e venda de tudo que pode ser convertido posteriormente em dinheiro, com destaque para os fios de cobre, comumente furtados para revenda em ferros-velhos da região.

63. Conforme balanço da Cemig, o crime tem gerado grande número de ocorrências na capital e na região metropolitana, e os números tem aumentado. Ao todo, 8,17 km de fios foram furtados até dezembro de 2022 em BH. O número supera o registrado em 2021 (6 km), 2020 (6,75 km) e em 2019 (7,13 km).

64. Segundo a estatal, além dos transtornos gerados para os consumidores e dos riscos de acidentes graves, morte ou sequelas irreversíveis para quem tenta furtar equipamentos, a modalidade criminosa também já gerou um prejuízo de R\$ 4,2 milhões aos cofres públicos em quatro anos, com mais de 28 km de fios furtados.

65. Os fios de cobre não são materiais recebidos pelos centros de reciclagem, existindo um mercado paralelo de compra e venda desse material principalmente nos ferros-velhos irregulares, que tem se multiplicado no entorno da região da Lagoinha. São recorrentes as denúncias de comerciantes e moradores de espaços clandestinos funcionando madrugada adentro para receber esse produto de furto.

66. Mais uma vez, a inércia da administração municipal em coibir a existência desses estabelecimentos clandestino potencializa o problema dos furtos, além de criar uma distorção de mercado em que o empresário que atua legalmente, dentro dos limites de horário e exigindo a nota fiscal dos bens adquiridos, não consegue competir com o clandestino, e acaba fechando as portas.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

67. Existe muita gente que lucra explorando as pessoas em situação de rua como mão de obra que só pode ser considerada como análoga à escravidão. E exatamente por isso, existe o interesse na manutenção da situação de rua, em detrimento de toda uma região que já foi o símbolo da vida noturna, dos bares e restaurantes da nossa cidade e que agora está completamente abandonada.

68. Deixar as pessoas nas ruas não pode ser visto como uma opção do Poder Público municipal. A falácia que essas pessoas escolhem continuar nas ruas por vontade própria é risível num contexto em que não existe qualquer outra opção viável para elas. Na verdade, trata-se de um discurso para justificar a completa ineficiência para reverter essa situação.

O resgate das cooperativas de catadores, com iniciativas de financiamento e organização para garantia que elas recebam o material reciclável, bem como o incentivo para inserção dessas pessoas na cadeia produtiva em um modelo cooperativo, aliado à fiscalização das empresas clandestinas e dos atravessadores que exploram a miséria tem potencial para dar nova cara à região da Lagoinha.

69. O estreitamento dos laços da comunidade com os catadores cooperados por exemplo, franqueando o acesso destas pessoas ao material reciclável acondicionado nos prédios, é uma das soluções para garantir que o serviço de coleta de recicláveis seja mais organizado e chegue, de fato, às mãos de quem trabalha em um modelo inclusivo.

70. Enquanto o lixo e a indústria de exploração da miséria não forem atacados contundentemente, a Lagoinha continuará a viver em um mar de resíduos empilhados nas ruas, ao som de estabelecimentos clandestinos funcionando na madrugada, com o comércio ilegal de produtos de furto e uso de drogas. Este cenário caótico, por óbvio afasta investimentos e clientes, deixando o empresário e o morador que seguem as regras como reféns de um problema que parece ser ignorado pela prefeitura.

III. DAS REUNIÕES E VISITAS TÉCNICAS DA CPI

III.1 DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

71. A primeira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua foi realizada no dia 20 de julho de 2023, às 09h45, no Plenário Camil



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Caram e, iniciou-se sob a presidência interina do Vereador Henrique Braga e contou com a presença dos Vereadores Braulio Lara, Bruno Pedralva, Cleiton Xavier e Jorge Santos. De forma remota, através de videoconferência, houve a participação do Vereador Fernando Luiz.

72. Deste modo, o Presidente interino da CPI declarou abertos os trabalhos e informou que a reunião teria as seguintes finalidades:

- I. Eleição do presidente e do relator da Comissão;
- II. Fixação de dia, horário e local de realização das reuniões;

73. Registre-se que o Vereador Henrique Braga informou ao Vereador Fernando Luiz que o mesmo não poderia candidatar-se para presidente e/ou relator da Comissão por ter sido o primeiro signatário do Requerimento que constituiu a CPI, conforme disposto no Regimento Interno desta Casa Legislativa.

74. Após a fala do presidente interino, o Vereador Braulio Lara solicitou a palavra e informou que seria candidato à presidência. Dando continuidade aos trabalhos o Vereador Cleiton Xavier informou que seria candidato à relatoria.

75. O Vereador Bruno Pedralva ressaltou que os trabalhos realizados pela Comissão serão de relevante importância para a discussão e, melhor compreensão, de um dos maiores problemas da cidade. Bruno Pedralva acrescentou que também seria candidato à relatoria e deste modo poderia contribuir com uma percepção diferente sobre o tema.

76. Deste modo o presidente interino informou que seria colocado em votação o nome do Vereador Braulio Lara para ocupar o cargo de presidente da CPI.

77. Registre-se a aprovação, por unanimidade, do Vereador Braulio Lara para ocupar a presidência da Comissão.

78. Após o supracitado pleito, o presidente eleito colocou em votação os nomes dos Vereadores Cleiton Xavier e Bruno Pedralva para eleição do Relator.

79. Registre-se que foi eleito o Vereador Cleiton Xavier como Relator.

80. Dando seguimento aos trabalhos, o Presidente da CPI, Vereador Braulio Lara, sugeriu que as reuniões ocorressem na terceira quinta-feira de cada mês, às 09h30, no Plenário Camil Caram.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

81. Registre-se a aprovação, por unanimidade, da sugestão proposta pelo Presidente da Comissão.
82. Sem nada mais a tratar, o presidente encerrou a reunião às 09h54.

III.2 DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

83. A segunda reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua foi realizada no dia 17 de agosto de 2023, às 09h42, no Plenário Camil Caram, sendo iniciada sob a presidência do vereador Braulio Lara, de forma remota, e contou com a presença dos vereadores Bruno Pedralva, Cleiton Xavier, Jorge Santos e Henrique Braga, os dois últimos participaram de forma remota através de videoconferência.

84. Registre-se a presença do vereador Pedro Patrus.

85. Dando continuidade aos trabalhos, o presidente da Comissão colocou em discussão e votação os seguintes Requerimentos de Comissão:

- I. Requerimento de Comissão nº 2193/2023. Requerendo a apresentação do Plano de Trabalho. Autoria: Vereador Cleiton Xavier.

86. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento, ressaltando-se o voto contrário do vereador Bruno Pedralva.

87. Durante a declaração de voto do supracitado Requerimento o vereador Bruno Pedralva solicitou a palavra e enfatizou que a Comissão Parlamentar de Inquérito em tela não possui um fato específico para ser investigado. Ressaltou que os setores ligados à assistência social, nos últimos dez anos, sofreram uma redução considerável de recursos oriundos do governo federal. Deste modo o Município de Belo Horizonte teve que custear, com receitas próprias, as demandas ligadas aos serviços de assistência social.

88. O relator da Comissão, vereador Cleiton Xavier, pediu a palavra e destacou que o Plano de Trabalho apresentado é de fundamental importância para o estabelecimento das diretrizes no âmbito dos trabalhos que serão desenvolvidos pela Comissão. Ressaltou a realização das visitas técnicas nos diferentes equipamentos que são



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

utilizados para a prestação de serviços à população em situação de rua. Destacou ainda a necessidade de implementação de uma política pública mais efetiva às pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

89. O presidente da Comissão, vereador Braulio Lara, ressaltou a importância das manifestações dos demais membros durante as discussões dos Requerimentos, porém solicitou que tais opiniões fossem realizadas após a votação dos itens em pauta. Nesse sentido, o vereador Henrique Braga enfatizou que o Regimento Interno desta Casa Legislativa prevê o tempo de um minuto para declaração de voto e pediu para os membros seguirem o referido tempo regimental.

II. Requerimento de Comissão nº 2194/2023. Solicitação de realização de reunião com convidados, tendo como finalidade convidar a Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania de Belo Horizonte, Rosilene Rocha, para comparecer à Câmara Municipal de Belo Horizonte, tendo como finalidade a prestação de informações que serão de suma importância para os trabalhos desta Comissão. A reunião ocorrerá no dia 29 de agosto de 2023, às 09h30, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: vereadores Braulio Lara, Bruno Pedralva, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

90. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento.

91. Registre-se que o vereador Bruno Pedralva, informou que a Sra. Rosilene Rocha está integrando um grupo de trabalho, de abrangência nacional, no qual se discute os aspectos políticos, econômicos, jurídicos e sociais das ações voltadas à população em situação de rua e pessoas em estado de vulnerabilidade social. Deste modo, a Secretária não poderia estar presente na data determinada no supracitado Requerimento. O presidente da Comissão, vereador Braulio Lara, informou que estava em contato com a Sra. Rosilene Rocha para se necessário remarcar a data do convite.

92. Após a sua consideração, o presidente da Comissão solicitou ao vereador Cleiton Xavier que o mesmo assumisse a presidência da reunião por alguns minutos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

III. Requerimento de Comissão nº 2195/2023. Solicitação de realização de visita técnica, tendo como finalidade a verificação das instalações do Abrigo São Paulo, no dia 22 de agosto de 2023, às 09h, com endereço na rua Elétron, nº 100, bairro Primeiro de Maio. Autoria: vereadores Bráulio Lara, Bruno Pedralva, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

93. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento.

IV. Requerimento de Comissão nº 2196/2023. Solicitação de pedido de informação à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania e a Prefeitura de Belo Horizonte, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações relacionadas à prestação de serviço da Casa de Acolhida Padre Eustáquio – CAPE para a PBH: 1 – Cópia de todos os contratos e os processos que deram a sua origem. 2 – Cópia das prestações de contas mensais encaminhadas à Prefeitura de Belo Horizonte, compreendendo as atividades dos últimos 5 (cinco) anos. 3 – Cópia das prestações de contas anuais consolidadas encaminhadas à Prefeitura de Belo Horizonte, compreendendo as atividades dos últimos 5 (cinco) anos. Autoria: vereadores Bráulio Lara, Bruno Pedralva, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

94. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

V. Requerimento de Comissão nº 2197/2023. Solicitação de pedido de informação à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania e a Prefeitura de Belo Horizonte, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações relacionadas à prestação de serviço da Casa de Acolhida Padre Eustáquio – CAPE para a PBH: 1 – Cópia das listas dos atendimentos diários, dos últimos 5 (cinco) anos,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

contendo os dados da pessoa atendida, o serviço prestado e o local de atendimento, compreendendo especificamente as atividades de assistência social para a população em situação de rua no município de Belo Horizonte. Autoria: vereadores Braulio Lara, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

95. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento, ressaltando-se o voto contrário do vereador Bruno Pedralva. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

96. Durante a declaração de voto do supracitado Requerimento o vereador Bruno Pedralva informou que no seu entendimento o pedido de informação contendo a solicitação das fichas de atendimentos com dados pessoais das pessoas atendidas estaria em desconformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, sendo uma violação da privacidade dessas pessoas. Ressaltou que seria contrário aos Requerimentos que apresentassem semelhante conteúdo.

97. Em resposta, o vereador Cleiton Xavier enfatizou que tais informações seriam fundamentais para a realização de uma análise documental por parte da Comissão, ressaltando também que a própria Câmara Municipal possui um setor específico para o recebimento e processamento das informações tidas como sensíveis.

VI. Requerimento de Comissão nº 2198/2023. Solicitação de pedido de informação à Casa de Acolhida Padre Eustáquio – CAPE, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações: 1 – Cópia das prestações de contas mensais encaminhadas à Prefeitura de Belo Horizonte, compreendendo as atividades dos últimos 5 (cinco) anos. 2 – Cópia das prestações de contas anuais consolidadas encaminhadas à Prefeitura de Belo Horizonte, compreendendo as atividades dos últimos 5 (cinco) anos. 3 – Cópia das listas dos atendimentos diários, dos últimos 5 (cinco) anos, contendo os dados da pessoa atendida, o serviço prestado e o local de atendimento, compreendendo especificamente as atividades de assistência social para a população em situação de rua no município. Autoria: Braulio Lara, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

98. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento, ressaltando-se o voto contrário do vereador Bruno Pedralva. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

VII. Requerimento de Comissão nº 2199/2023. Solicitação de pedido de informação à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania e a Prefeitura de Belo Horizonte, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações relacionadas à prestação de serviço da Associação Amigos do Amanhã para a PBH: 1 – Cópia de todos contratos e os processos que deram a sua origem. 2 – Cópia das prestações de contas mensais encaminhadas à Prefeitura de Belo Horizonte, compreendendo as atividades dos últimos 5 (cinco) anos. 3 – Cópia das prestações de contas anuais consolidadas encaminhadas à Prefeitura de Belo Horizonte, compreendendo as atividades dos últimos 5 (cinco) anos. Autoria: vereadores Braulio Lara, Bruno Pedralva, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

99. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

100. Após a apreciação do supracitado Requerimento, o vereador Cleiton Xavier cumprimentou e registrou a presença das vereadoras Cida Falabella e Iza Lourença.

VIII. Requerimento de Comissão nº 2200/2023. Solicitação de pedido de informação à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania e a Prefeitura de Belo Horizonte, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações relacionadas à prestação de serviço da Associação Amigos do Amanhã para a PBH: 1 – Cópia das listas dos atendimentos diários, dos últimos 5 (cinco) anos, contendo os dados da pessoa atendida, o serviço prestado e o local de atendimento, compreendendo especificamente as atividades de assistência social para



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

população em situação de rua no município. Autoria: vereadores Braulio Lara, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

101. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento, ressaltando-se o voto contrário do vereador Bruno Pedralva. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

IX. Requerimento de Comissão nº 2201/2023. Solicitação de pedido de informação à Associação Amigos do Amanhã, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações: 1 – Cópia das prestações de contas mensais encaminhadas à Prefeitura de Belo Horizonte, compreendendo as atividades dos últimos 5 anos. 2 – Cópia das prestações de contas anuais consolidadas encaminhadas à Prefeitura de Belo Horizonte, compreendendo as atividades dos últimos 5 anos. 3 – Cópia das listas dos atendimentos diários, dos últimos 5 anos, contendo os dados da pessoa atendida, o serviço prestado e o local de atendimento, compreendendo especificamente as atividades de assistência social para população em situação de rua no município de Belo Horizonte. 4 – Cópia da lista dos colaboradores remunerados que atualmente trabalham na entidade, contendo o cargo/função e o salário recebido. Autoria: vereadores Braulio Lara, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

102. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento, ressaltando-se o voto contrário do vereador Bruno Pedralva. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

103. Durante a declaração do voto, o vereador Bruno Pedralva informou que era favorável à aprovação dos Requerimentos que continham pedido de informação sobre as prestações de contas, porém não era favorável em relação aos Requerimentos que solicitam o envio dos dados pessoais das pessoas atendidas. Completando a sua explanação, o vereador disse que na sua percepção alguns Requerimentos atentam contra o direito de proteção das informações pessoais dos indivíduos que foram atendidos nos locais destinados às pessoas em situação de rua.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- X. Requerimento de Comissão nº 2202/2023. Solicitação de pedido de informação à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania e a Prefeitura de Belo Horizonte, tendo como finalidade a obtenção de informações relacionadas à prestação de serviço do Instituto de Apoio e Orientação à Pessoa em Situação de Rua – INAPER para a PBH. Autoria: vereadores Braulio Lara, Bruno Pedralva, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

104. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pelo adiamento da apreciação do Requerimento em tela.

- XI. Requerimento de Comissão nº 2203/2023. Solicitação de pedido de informação à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania e a Prefeitura de Belo Horizonte, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações relacionadas à prestação de serviço do Instituto de Apoio e Orientação à Pessoa em Situação de Rua – INAPER para a PBH: 1 – Cópia das listas dos atendimentos diários, dos últimos 5 (cinco) anos, contendo os dados da pessoa atendida, o serviço prestado e o local de atendimento, compreendendo especificamente as atividades de assistência social para a população em situação de rua no município de Belo Horizonte. Autoria: vereadores Braulio Lara, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

105. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pelo adiamento da apreciação do Requerimento em tela.

- XII. Requerimento de Comissão nº 2204/2023. Solicitação de pedido de informação ao Instituto de Apoio e Orientação à Pessoa em Situação de Rua – INAPER, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações: 1 – Cópia das prestações de contas mensais encaminhadas à Prefeitura de Belo Horizonte, compreendendo as atividades dos últimos 5



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

(cinco) anos. 2 – Cópia das prestações de contas anuais consolidadas encaminhadas à Prefeitura de Belo Horizonte, compreendendo as atividades dos últimos 5 (cinco) anos. 3 – Cópia das listas dos serviços prestados e o local de atendimento, compreendendo especificamente as atividades de assistência social para a população em situação de rua no município de Belo Horizonte. 4 – Cópia da lista dos colaboradores remunerados que atualmente trabalham na entidade, contendo o cargo/função e o salário recebido. Autoria: vereadores Bráulio Lara, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

106. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pelo adiamento da apreciação do Requerimento em tela.

XIII. Requerimento de Comissão nº 2205/2023. Solicitação de pedido de informação à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania e a Prefeitura de Belo Horizonte, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações relacionadas à prestação de serviço da Sociedade São Vicente de Paulo Conselho Central de Belo Horizonte para a PBH: 1 – Cópia de todos contratos e os processos que deram a sua origem. 2 – Cópia das prestações de contas mensais encaminhadas à Prefeitura de Belo Horizonte, compreendendo as atividades dos últimos 5 anos. 3 – Cópia das prestações de contas anuais consolidadas encaminhadas à Prefeitura de Belo Horizonte. Autoria: vereadores Bráulio Lara, Bruno Pedralva, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

107. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

XIV. Requerimento de Comissão nº 2206/2023. Solicitação de pedido de informação à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania e a Prefeitura de Belo Horizonte, tendo como



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

finalidade a obtenção das seguintes informações relacionadas à prestação de serviço da Sociedade de São Vicente de Paulo Conselho Central de Belo Horizonte para a PBH: 1 – Cópia das listas dos atendimentos diários, dos últimos 5 (cinco) anos, contendo os dados da pessoa atendida, o serviço prestado e o local de atendimento, compreendendo especificamente as atividades de assistência social para população em situação de rua no município de Belo Horizonte. Autoria: vereadores Braulio Lara, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

108. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento. Ressalta-se o voto contrário do vereador Bruno Pedralva. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

XV. Requerimento de Comissão nº 2207/2023. Solicitação de pedido de informação à Sociedade de São Vicente de Paulo Conselho Central de Belo Horizonte, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações: 1 – Cópia das prestações de contas mensais encaminhadas à Prefeitura de Belo Horizonte, compreendendo as atividades dos últimos 5 (cinco) anos. 2 – Cópia das prestações de contas anuais consolidadas encaminhadas à Prefeitura de Belo Horizonte, compreendendo as atividades dos últimos 5 (cinco) anos. 3 – Cópia das listas dos atendimentos diários, dos últimos 5 (cinco) anos, contendo os dados da pessoa atendida, o serviço prestado e o local de atendimento, compreendendo especificamente às atividades de assistência social para população em situação de rua no município. Autoria: vereadores Braulio Lara, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

109. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento. Ressalta-se o voto contrário do vereador Bruno Pedralva. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

110. Registre-se que após a apreciação do supracitado Requerimento o relator da Comissão, vereador Cleiton Xavier, informou que o vereador Braulio Lara, que passou a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

participar da reunião de forma presencial, retornaria a presidir a reunião e daria continuidade a leitura da pauta.

XVI. Requerimento de Comissão nº 2208/2023. Solicitação de pedido de informação à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania e a Prefeitura de Belo Horizonte, tendo como finalidade a obtenção das informações relacionadas à prestação de serviço da PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana para a PBH. Autoria: vereadores Braulio Lara, Bruno Pedralva, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

111. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

XVII. Requerimento de Comissão nº 2209/2023. Solicitação de pedido de informação à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania e a Prefeitura de Belo Horizonte, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações relacionadas à prestação de serviço da PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana para a PBH: 1 – Cópia das listas dos atendimentos diários, dos últimos 5 (cinco) anos, contendo os dados da pessoa atendida, o serviço prestado e o local de atendimento, compreendendo especificamente as atividades de assistência social para população em situação de rua no município de Belo Horizonte. Autoria: vereadores Braulio Lara, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

112. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento. Ressalta-se o voto contrário do vereador Bruno Pedralva. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

XVIII. Requerimento de Comissão nº 2210/2023. Solicitação de pedido de informação à PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana, tendo como



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

finalidade a obtenção das seguintes informações: 1 – Cópia das prestações de contas mensais encaminhadas à Prefeitura de Belo Horizonte, compreendendo as atividades dos últimos 5 (cinco) anos. 2 – Cópia das prestações de contas anuais consolidadas encaminhadas à Prefeitura de Belo Horizonte, compreendendo as atividades dos últimos 5 (cinco) anos. 3 – Cópia das listas dos atendimentos diários, dos últimos 5 (cinco) anos, contendo os dados da pessoa atendida, o serviço prestado e o local de atendimento, compreendendo especificamente as atividades de assistência social para população em situação de rua no município de Belo Horizonte. 4 – Cópia da lista dos colaboradores remunerados que atualmente trabalham na entidade, contendo o cargo/função e o salário recebido. Autoria: vereadores Braulio Lara, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

113. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento. Ressalta-se o voto contrário do vereador Bruno Pedralva. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

114. Registre-se que durante a discussão sobre o Requerimento supracitado o vereador Bruno Pedralva disse sobre a importância das organizações e entidades prestarem contas sobre os valores gastos para a execução dos seus serviços, principalmente quando tais entidades recebem recursos públicos. Porém o membro da Comissão informou que era contrário ao Requerimento em tela por entender que o mesmo violava o direito de proteção dos dados das pessoas atendidas.

115. Após a fala do vereador Bruno Pedralva, o presidente da Comissão, vereador Braulio Lara, registrou e agradeceu a presença do vereador Wilsinho da Tabu, que não é membro da Comissão, mas acompanhou os trabalhos realizados na reunião em tela.

116. O vereador Braulio Lara ressaltou que as informações solicitadas não estão em desconformidade com a legislação vigente e que serão processadas com o devido sigilo legal. Informou ainda que a percepção que se tem é de um verdadeiro descompasso entre os dados informados pela Prefeitura de Belo Horizonte em relação ao censo e a base do Cadastro Único. Disse que a Comissão procura entender como são realizados os atendimentos pela Prefeitura, acrescentando que defende um atendimento



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

individualizado e humanizado das pessoas que se encontram em situação de rua para que essas possam atingir a reinserção no mercado de trabalho. Enfatizou que a partir do momento que o indivíduo possui a capacidade de obtenção do seu próprio sustento ele adquire a condição de sair definitivamente da condição de vida nas ruas e de uma situação de precariedade.

117. O presidente da Comissão enfatizou que não é intenção da CPI criar situações de exposição das pessoas que são atendidas nos equipamentos públicos, sendo que o maior objetivo é a realização de um trabalho sério e eficaz em prol das pessoas que se encontram em situação de rua.

118. Após a explanação do vereador Braulio Lara, o relator da Comissão, vereador Cleiton Xavier, ponderou que a legislação prevê o sigilo do prontuário médico, diferentemente das informações requisitadas pela Comissão, que estão vinculadas aos atendimentos relacionados às instituições de assistência social e os serviços prestados à população em situação de rua. Ressaltou que a Comissão realiza um trabalho investigativo, razão pela qual se faz necessário a obtenção das informações dos indivíduos atendidos. Disse que a Comissão não objetiva atentar contra a intimidade das pessoas atendidas, porém a CPI deve entender como ocorre a dinâmica dos atendimentos e encaminhamentos que são dados às pessoas atendidas. Concluiu afirmando que as informações solicitadas são importantes para os trabalhos da Comissão.

119. O presidente, vereador Braulio Lara, cumprimentou o vereador Ciro Pereira e registrou a sua presença.

120. Dando continuidade a sua fala, o vereador Braulio Lara ressaltou que a pauta da reunião era extensa e informou que permitiria a fala de todos os vereadores presentes, porém após a apreciação das proposições em pauta.

121. O vereador Bruno Pedralva solicitou a palavra e disse que a Comissão deveria respeitar os direitos das pessoas em situação de rua, sugerindo uma análise jurídica mais criteriosa dos pedidos de informações encaminhados às entidades. O vereador fez menção à defensora pública Júnia Carvalho, que acompanhava a reunião presencialmente, enfatizando que a Defensoria Pública também fosse ouvida durante os trabalhos da CPI, já que a Sra. Júnia Carvalho possui notável experiência sobre a temática da população em situação de rua. O membro da Comissão disse que irá



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

apresentar Requerimento de Comissão propondo a análise da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – DPEMG, do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG e Procuradoria da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH sobre a possibilidade de a Comissão solicitar informações individuais das pessoas atendidas.

XIX. Requerimento de Comissão nº 2211/2023. Solicitação de pedido de informação à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania e a Prefeitura de Belo Horizonte, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações relacionadas à prestação de serviço do Instituto de Promoção Social e Humana Darcy Ribeiro para a PBH: 1 – Cópia de todos contratos e os processos que deram a sua origem. 2 – Cópia das prestações de contas mensais encaminhadas à Prefeitura de Belo Horizonte, compreendendo as atividades dos últimos 5 (cinco) anos. 3 – Cópia das prestações de contas anuais consolidadas encaminhadas à Prefeitura de Belo Horizonte, compreendendo as atividades dos últimos 5 (cinco) anos. Autoria: vereadores Braulio Lara, Bruno Pedralva, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

122. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

123. Registre-se que durante a apreciação do supracitado Requerimento a vereadora Iza Lourença pediu para discutir o Requerimento de Comissão em tela. O presidente da Comissão informou que, ao final da reunião, a palavra seria concedida a todos os vereadores presentes, porém no período de apreciação e votação dos Requerimentos em pauta somente os vereadores membros da Comissão poderiam se manifestar. O vereador Jorge Santos, membro da CPI, defendeu a tese na qual todos os vereadores, não membros da Comissão, presentes na reunião teriam direito à palavra após a apreciação dos Requerimentos em pauta.

124. Após a não concordância da vereadora Iza Lourença, o vereador Braulio Lara fez menção do art. 74, II, do Regimento Interno, no qual é prerrogativa do presidente da Comissão a definição do uso da palavra pelos membros da CPI, convidados, vereadores



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

presentes e autoridades, tendo como finalidade uma melhor dinâmica dos trabalhos realizados durante uma determinada reunião.

125. O presidente da Comissão, vereador Braulio Lara, agradeceu a presença do vereador Pedro Patrus.

126. Registre-se que as vereadoras Iza Lourença e Cida Falabella saíram do Plenário.

XX. Requerimento de Comissão nº 2212/2023. Solicitação de pedido de informação à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania e a Prefeitura de Belo Horizonte, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações relacionadas à prestação de serviço do Instituto de Promoção Social e Humana Darcy Ribeiro para a PBH: 1 – Cópia das listas dos atendimentos diários, dos últimos 5 (cinco) anos, contendo os dados da pessoa atendida, o serviço prestado e o local de atendimento, compreendendo especificamente as atividades de assistência social para população em situação de rua no município de Belo Horizonte. Autoria: vereadores Braulio Lara, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

127. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento. Ressalta-se o voto contrário do vereador Bruno Pedralva. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

128. Registre-se que durante a apreciação do supracitado Requerimento, o vereador Bruno Pedralva ressaltou a sua indignação alegando que o direito de fala não foi concedido à vereadora Iza Lourença durante a discussão dos Requerimentos. Ainda sobre tal temática, o vereador Braulio Lara informou que cada membro da Comissão teria o tempo de um minuto para encaminhamento do voto durante a apreciação dos demais Requerimentos em pauta.

XXI. Requerimento de Comissão nº 2213/2023. Solicitação de pedido de informação à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania e a Prefeitura de Belo Horizonte, tendo como finalidade a obtenção das informações relacionadas à prestação de serviço



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

da Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileiro – Região Administrativa de Minas Gerais – ADRA para a PBH: 1 – Cópia de todos contratos e os processos que deram a sua origem. 2 – Cópia das prestações de contas mensais encaminhadas à Prefeitura de Belo Horizonte, compreendendo as atividades dos últimos 5 (cinco) anos. 3 – Cópia das prestações de contas anuais consolidadas encaminhadas à Prefeitura de Belo Horizonte, compreendendo as atividades dos últimos 5 (cinco) anos. Autoria: vereadores Braulio Lara, Bruno Pedralva, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

129. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

XXII. Requerimento de Comissão nº 2214/2023. Solicitação de pedido de informação ao Instituto de Promoção Social e Humana Darcy Ribeiro, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações: 1 – Cópia das prestações de contas mensais encaminhadas à Prefeitura de Belo Horizonte, compreendendo as atividades dos últimos 5 (cinco) anos. 2 – Cópia das prestações de contas anuais consolidadas encaminhadas à Prefeitura de Belo Horizonte, compreendendo as atividades dos últimos 5 (cinco) anos. 3 – Cópia das listas dos atendimentos diários, dos últimos 5 (cinco) anos, contendo os dados da pessoa atendida, o serviço prestado e o local de atendimento, compreendendo especificamente às atividades de assistência social para a população em situação de rua no município. Autoria: vereadores Braulio Lara, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

130. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento. Ressalta-se o voto contrário do vereador Bruno Pedralva. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

XXIII. Requerimento de Comissão nº 2215/2023. Solicitação de pedido de informação à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania e a Prefeitura de Belo Horizonte, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações relacionadas à prestação de serviço da Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileiro – Região Administrativa de Minas Gerais – ADRA para PBH: 1 – Cópia das listas dos atendimentos diários, dos últimos 5 (cinco) anos, contendo os dados da pessoa atendida, o serviço prestado e o local de atendimento, compreendendo especificamente as atividades de assistência social para população em situação de rua no município. Autoria: vereadores Braulio Lara, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

131. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento. Ressalta-se o voto contrário do vereador Bruno Pedralva. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

XXIV. Requerimento de Comissão nº 2216/2023. Solicitação de pedido de informação à Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileiro – Região Administrativa de Minas Gerais – ADRA, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações: 1 – Cópia das prestações de contas mensais encaminhadas à Prefeitura de Belo Horizonte, compreendendo as atividades dos últimos 5 (cinco) anos. 2 – Cópia das prestações de contas anuais consolidadas encaminhadas à Prefeitura de Belo Horizonte, compreendendo as atividades dos últimos 5 (cinco) anos. 3 – Cópia das listas dos atendimentos diários, dos últimos 5 (cinco) anos, contendo os dados da pessoa atendida, o serviço prestado e o local de atendimento, compreendendo especificamente às atividades de assistência social para a população em situação de rua no município. Autoria: vereadores Braulio Lara, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

132. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento. Ressalta-se o voto contrário do vereador Bruno Pedralva. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

XXV. Requerimento de Comissão nº 2217/2023. Pedido de informação à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania e a Prefeitura de Belo Horizonte, tendo como finalidade a obtenção das informações relacionadas a prestação de serviço da Associação Pastoral Nacional do Povo da Rua para a PBH. Autoria: vereadores Braulio Lara, Bruno Pedralva, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

133. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

XXVI. Requerimento de Comissão nº 2218/2023. Solicitação de pedido de informação à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania e a Prefeitura de Belo Horizonte, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações relacionadas à prestação de serviço da Associação Pastoral Nacional do Povo da Rua para a PBH: 1 – Cópia das listas dos atendimentos diários, dos últimos 5 (cinco) anos, contendo os dados da pessoa atendida, o serviço prestado e o local de atendimento, compreendendo especificamente as atividades de assistência social para população em situação de rua no município de Belo Horizonte. Autoria: vereadores Braulio Lara, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

134. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento. Ressalta-se o voto contrário do vereador Bruno Pedralva. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

XXVII. Requerimento de Comissão nº 2219/2023. Solicitação de pedido de informação à Associação Pastoral Nacional do Povo da Rua, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações: 1 – Cópia das prestações de contas mensais encaminhadas à Prefeitura de Belo Horizonte, compreendendo as atividades dos últimos 5 (cinco) anos. 2 – Cópia das prestações de contas anuais consolidadas encaminhadas à Prefeitura de Belo Horizonte, compreendendo as atividades dos últimos 5 (cinco) anos. 3 – Cópia das listas dos atendimentos diários, dos últimos 5 (cinco) anos, contendo os dados da pessoa atendida, o serviço prestado e o local de atendimento, compreendendo especificamente as atividades de assistência social para população em situação de rua no município de Belo Horizonte. 4 – Cópia da lista dos colaboradores remunerados que atualmente trabalham na entidade, contendo o cargo/função e o salário recebido. Autoria: vereadores Braulio Lara, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

135. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento. Ressalta-se o voto contrário do vereador Bruno Pedralva. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

136. Registre-se que o vereador Ciro Pereira não participou da votação do supracitado Requerimento.

XXVIII. Requerimento de Comissão nº 2220/2023. Solicitação de pedido de informação à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania e a Prefeitura de Belo Horizonte, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações relacionadas à prestação de serviço da Cáritas Brasileira (Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais) para a PBH: 1 – Cópia de todos contratos e os processos que deram a sua origem. 2 – Cópia das prestações de contas mensais encaminhadas à Prefeitura de Belo Horizonte, compreendendo as atividades dos últimos 5 (cinco) anos. 3 – Cópia das prestações de contas anuais consolidadas encaminhadas à Prefeitura de Belo Horizonte, compreendendo as



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

atividades dos últimos 5 (cinco) anos. Autoria: vereadores Bráulio Lara, Bruno Pedralva, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

137. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

138. Registre-se que durante a apreciação do supracitado Requerimento o vereador Bruno Pedralva se retirou da reunião. Após proferir o seu voto, o vereador Jorge Santos se retirou da reunião.

XXIX. Requerimento de Comissão nº 2221/2023. Solicitação de pedido de informação à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania e a Prefeitura de Belo Horizonte, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações relacionadas à prestação de serviço da Cáritas Brasileira (Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais) para a PBH: 1 – Cópia das listas dos atendimentos diários, dos últimos 5 (cinco) anos, contendo os dados da pessoa atendida, o serviço prestado e o local de atendimento, compreendendo especificamente as atividades de assistência social para população em situação de rua no município de Belo Horizonte. Autoria: vereadores Bráulio Lara, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

139. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

140. Registre-se que o vereador Ciro Pereira, que estava participando da reunião de forma remota, passou a acompanhar a reunião presencialmente.

XXX. Requerimento de Comissão nº 2222/2023. Solicitação de pedido de informação à Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações: 1 – Cópia das prestações de contas mensais encaminhadas à Prefeitura de Belo Horizonte, compreendendo as atividades dos últimos 5 (cinco) anos. 2 – Cópia das



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

prestações de contas anuais consolidadas encaminhadas à Prefeitura de Belo Horizonte, compreendendo as atividades dos últimos 5 (cinco) anos.

3 – Cópia das listas dos atendimentos diários, dos últimos 5 (cinco) anos, contendo os dados da pessoa atendida, o serviço prestado e o local de atendimento, compreendendo especificamente as atividades de assistência social para população em situação de rua no município de Belo Horizonte.

4 – Cópia da lista dos colaboradores remunerados que atualmente trabalham na entidade, contendo o cargo/função e o salário recebido.

Autoria: vereadores Braulio Lara, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

141. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

XXXI. Requerimento de Comissão nº 2223/2023. Solicitação de pedido de informação ao Prefeito Fuad Noman, tendo como finalidade o requerimento das seguintes informações, com base na decisão proferida na ADPF nº 976/STF, que determinou ao Poder Público, em todas as esferas de governos, a adoção de medidas com foco nas pessoas em situação de rua: 1 – Quais ações de capacitação dos agentes que realizam a abordagem de pessoas em situação de rua foram promovidas pelo Poder Executivo nos últimos 5 anos? 2 – Existe treinamento específico para a Guarda Municipal, agentes das equipes de fiscalização e funcionários para abordagens realizadas a essa parcela da população? 3 – Qual o órgão ou entidade responsável pela capacitação? 4 – A elaboração do conteúdo da capacitação foi feita pelo próprio Poder Executivo? Quais os responsáveis por sua produção? 5 – Qual o valor gasto em todo o processo, desde a elaboração até a efetiva capacitação dos servidores? Qual a dotação orçamentária suportou os gastos? 6 – Enviar a lista de servidores capacitados. Autoria: vereadores Braulio Lara, Bruno Pedralva, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

142. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

XXXII. Requerimento de Comissão nº 2224/2023. Solicitação de pedido de informação ao Prefeito do Município de Belo Horizonte, Fuad Noman, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações com base na decisão proferida na ADPF nº 976/STF, que determinou ao Poder Público, em todas as esferas de governo, a adoção de medidas com foco nas pessoas em situação de rua: 1 – Existem, no município, bagageiros nos equipamentos públicos destinados às pessoas em situação de rua para guardar seus pertences? 2 – Onde estão localizados esses bagageiros ou guarda volumes? 3 – Qual o número total de unidades para guarda de volumes e quantas pessoas em situação de rua utilizam o serviço? Autoria: vereadores Braulio Lara, Bruno Pedralva, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

143. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

144. Registre-se que durante a apreciação do supracitado Requerimento, os vereadores Bruno Pedralva, Pedro Patrus e a vereadora Cida Falabella retornaram para acompanhar a reunião. O vereador Cláudio do Mundo Novo passou a acompanhar a reunião presencialmente.

145. Durante a discussão do Requerimento em tela, o vereador Bruno Pedralva informou que acabara de participar de uma conversa com membros dos partidos PT e PSOL, e em resposta ao suposto impedimento do direito de uso da fala pela vereadora Iza Lourença, o mesmo encerraria a sua participação na reunião. O membro da Comissão, vereador Bruno Pedralva, disse que o presidente da Comissão deveria adotar uma postura mais democrática, de modo a permitir a participação de todos. Neste momento, o membro da CPI, cumprimentou o público presente e informou que os partidos de esquerda não querem impedir os trabalhos da Comissão, mas apenas dar uma contribuição aos assuntos relacionados à política pública destinada à população em situação de rua.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

146. O presidente da Comissão, vereador Braulio Lara, informou que a vereadora Iza Lourença teria o seu direito de fala assegurado e respeitado, porém as proposições em pauta seriam apreciadas e votadas antes das considerações da referida vereadora. O presidente enfatizou que o vereador Bruno Pedralva estava criando factóides e dizendo inverdades durante a reunião. Ressaltou também a importância do vereador Bruno Pedralva se ater à discussão dos Requerimentos em pauta.

147. Registre-se que após a discussão entre os membros da Comissão, os vereadores Pedro Patrus, Bruno Pedralva e a vereadora Cida Falabella se retiraram do Plenário.

XXXIII. Requerimento de Comissão nº 2225/2023. Solicitação de pedido de informação ao Prefeito Fuad Noman, tendo como finalidade a obtenção das informações, com base na decisão proferida na ADPF nº 976/STF, que determinou ao Poder Público, em todas as esferas de governo, a adoção de medidas com foco nas pessoas em situação de rua. Nesse sentido, questiona-se: 1 – Os abrigos de Belo Horizonte contam com espaço para abrigamento dos animais de estimação da população em situação de rua atendida? 2 – A vigilância sanitária tem prestado apoio a estes abrigos para atingir condições mínimas desse espaço de acolhimento provisório? Autoria: vereadores Braulio Lara, Bruno Pedralva, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

148. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

XXXIV. Requerimento de Comissão nº 2226/2023. Solicitação de pedido de informação ao Prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman, tendo como finalidade o requerimento das seguintes informações, com base na decisão proferida na ADPF nº 976/STF, que determinou ao Poder Público, em todas as esferas de governo, a adoção de medidas com foco nas pessoas em situação de rua: 1 – Existe canal direto para recebimento de denúncias de violência contra a população em situação de rua? 2 – Quantas denúncias foram recebidas pelo Poder Executivo nos últimos 12 meses? 3



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

– Quais foram as situações denunciadas, e qual o percentual no número total de denúncias elas representam? Discriminar por assunto/tema.

Autoria: vereadores Braulio Lara, Bruno Pedralva, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

149. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

XXXV. Requerimento de Comissão nº 2227/2023. Solicitação de pedido de informação ao Prefeito do Município de Belo Horizonte, Fuad Noman, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações com base na decisão proferida na ADPF nº 976/STF, que determinou ao Poder Público, em todas as esferas de governo, a adoção de medidas com foco nas pessoas em situação de rua: 1 – O município possui diagnóstico, nos termos da decisão do STF, sobre a população em situação de rua? 2 – Quais ações estão sendo tomadas para cumprimento das determinações aos municípios, da decisão do Supremo Tribunal Federal? 3 – Qual o valor empenhado para a realização desse diagnóstico? Qual a dotação orçamentária deverá suportar a despesa? Autoria: vereadores Braulio Lara, Bruno Pedralva, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

150. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

XXXVI. Requerimento de Comissão nº 2228/2023. Solicitação de pedido de informação ao Prefeito Fuad Noman, tendo como finalidade o requerimento das seguintes informações, com base na decisão proferida na ADPF nº 976/STF, que determinou ao Poder Público, em todas as esferas de governo, a adoção de medidas com foco nas pessoas em situação de rua: 1 – Como é feita a divulgação dos alertas meteorológicos para a população em situação de rua, por parte da Defesa Civil, para prever as



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ondas de frio com a máxima antecedência? 2 – Existe um trabalho coordenado com outras secretarias para traçar ações específicas nas épocas de excesso de frio ou chuva? Autoria: vereadores Braulio Lara, Bruno Pedralva, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

151. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

XXXVII. Requerimento de Comissão nº 2229/2023. Solicitação de pedido de informação ao Prefeito do Município de Belo Horizonte, Fuad Noman, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações com base na decisão proferida na ADPF nº 976/STF, que determinou ao Poder Público, em todas as esferas de governo, a adoção de medidas com foco nas pessoas em situação de rua: 1 – É realizada inspeção periódica dos centros de acolhimento e outros equipamentos direcionados à população em situação de rua, para garantia mínima de salubridade e segurança? 2 – Qual é o órgão responsável por essa fiscalização? Anexar os relatórios das inspeções realizadas nos últimos 3 anos. Autoria: vereadores Braulio Lara, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

152. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

XXXVIII. Requerimento de Comissão nº 2230/2023. Solicitação de pedido de informação ao Prefeito Fuad Noman, tendo como finalidade a obtenção das informações, com base na decisão proferida na ADPF nº 976/STF, que determinou ao Poder Público, em todas as esferas de governo, a adoção de medidas com foco nas pessoas em situação de rua. Nesse sentido, questiono: 1 – Quais os programas de transferência de renda no município, direcionados para a população em situação de rua? 2 – Quais os programas de capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho no município, direcionados para a população em situação de rua? 3 – Quantos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

cidadãos foram atendidos pelo Programa “Estamos Juntos”? Quanto foi gasto para atendimento a essas pessoas no último ano, bem como no primeiro quadrimestre de 2023? Autoria: vereadores Braulio Lara, Bruno Pedralva, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

153. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

XXXIX. Requerimento de Comissão nº 2231/2023. Solicitação de pedido de informação ao Prefeito Fuad Noman, tendo como finalidade o requerimento de informações, com base na decisão proferida na ADPF nº 976/STF, que determinou ao Poder Público, em todas as esferas de governo, a adoção de medidas com foco nas pessoas em situação de rua: 1 – A Prefeitura realiza o recolhimento ou a remoção de estruturas montadas por pessoas em situação de rua? Em quais casos o recolhimento é feito? 2 – São dadas informações claras sobre a destinação de bens porventura apreendidos, o local de armazenamento dos itens e o procedimento de recuperação do bem pela pessoa em situação de rua? 3 – Quais são os locais de destinação de objetos eventualmente recolhidos em Belo Horizonte? Listar todos os endereços. Autoria: vereadores Braulio Lara, Bruno Pedralva, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

154. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

XL. Requerimento de Comissão nº 2232/2023. Solicitação de pedido de informação ao Prefeito Fuad Noman, tendo como finalidade a obtenção das informações, com base na decisão proferida na ADPF nº 976/STF, que determinou ao Poder Público, em todas as esferas de governo, a adoção de medidas com foco nas pessoas em situação de rua. Nesse sentido, questiono: 1 – São disponibilizados itens de higiene básica para as pessoas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

em situação de rua? Em quais locais é feita a entrega desses itens? 2 – Quais as medidas são adotadas para a garantia de condições mínimas de higiene e segurança nos abrigos? Autoria: vereadores Bráulio Lara, Bruno Pedralva, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

155. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

156. Após a votação do supracitado Requerimento, o presidente da Comissão informou que o Requerimento de Comissão nº 2194/2023 seria objeto de apreciação, já que sua votação havia sido adiada.

157. Item II da pauta. Requerimento de Comissão nº 2194/2023. Solicitação de realização de reunião com convidados, tendo como finalidade convidar a Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania de Belo Horizonte, Rosilene Rocha, para comparecer à Câmara Municipal de Belo Horizonte, tendo como finalidade a prestação de informações que serão de suma importância para os trabalhos desta Comissão. A reunião ocorrerá no dia 29 de agosto de 2023, às 09h30, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: vereadores Bráulio Lara, Bruno Pedralva, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

158. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento.

159. Após a votação do supracitado Requerimento, o presidente da Comissão, vereador Bráulio Lara, informou o término das apreciações e votações em pauta, deste modo a palavra seria franqueada aos vereadores presentes. Ressaltou que a vereadora Iza Lourença se retirou do Plenário, momento esse que o vereador Ciro Pereira solicitou a palavra. O membro da Comissão sugeriu uma reunião com a bancada dos partidos PT e PSOL com o objetivo de buscar um entendimento e consenso para que os trabalhos da CPI sigam de forma harmoniosa. O vereador Ciro Pereira defendeu uma conciliação de todos os membros e que as disputas pessoais sejam evitadas. Ressaltou que apesar de haver pensamentos ideológicos e políticos diferentes, todos os vereadores devem desenvolver um trabalho voltado para uma melhoria da cidade.

160. O vereador Wilsinho da Tabu ressaltou a importância dos assuntos ligados à Comissão. Disse que a expectativa a partir dos trabalhos da CPI é de um



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

desenvolvimento e aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas às pessoas em estado de vulnerabilidade social. Ressaltou que as ações implementadas pelas políticas públicas devem tratar as pessoas pelo prisma do acolhimento e não pelo mero recolhimento das pessoas, modelo esse que infelizmente é adotado pelo Município de Belo Horizonte. Ressaltou a necessidade de se garantir dignidade às pessoas em situação de rua e a busca de um maior diálogo entre o Poder Público e a sociedade.

161. O vereador Braulio Lara enfatizou que a Comissão é democrática e que todos terão espaço para que suas opiniões, sugestões e interpretações sejam externalizadas, porém destacou que as reuniões possuem regras regimentais que devem ser observadas. Disse que as apreciações dos Requerimentos em pauta serão feitas pelos membros da Comissão e, ao término desse processo, todos terão direito de expressar suas opiniões. Ressaltou que quando houver convidados, nas reuniões, todos os vereadores terão a oportunidade de fazer suas considerações e perguntas.

162. O presidente da Comissão fez severas críticas relacionadas a criação de notícias falsas e ressaltou que o trabalho realizado pela CPI é de fundamental importância para a cidade de Belo Horizonte, sendo que é prerrogativa da Comissão o desenvolvimento de um trabalho investigativo com intuito de verificar possíveis irregularidades relacionadas ao tema. O vereador Braulio Lara disse que a percepção que se tem é de uma espécie de abandono do Poder Público em relação às pessoas em situação de rua, ressaltando também a necessidade de desenvolvimento de políticas públicas mais efetivas para atendimento dos indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Concluiu a sua fala pedindo serenidade durante as discussões da Comissão e ressaltou que algumas pessoas se sentem incomodadas quando são tratados os temas relacionados à melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de rua. Disse que determinados partidos políticos estão a frente da pasta da assistência social há aproximadamente 20 anos, porém as ações implementadas até então se mostraram insuficientes frente aos desafios e demandas ligadas à população em situação de vulnerabilidade social e econômica.

163. O relator da Comissão, vereador Cleiton Xavier, ressaltou sobre a necessidade de se buscar um diálogo com os membros das bancadas do PT e PSOL. Disse que algumas pessoas que participaram e acompanharam a reunião não possuem um entendimento sobre a dinâmica dos trabalhos da CPI, enfatizando que a Comissão também possui a função de investigar possíveis irregularidades. Ressaltou que as ações



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

do Poder Público são paliativas e não objetivam alcançar a solução do problema. Disse que é necessário, ao final dos trabalhos da Comissão, o desenvolvimento de uma melhor compreensão sobre os aspectos ligados ao sistema de atendimento da assistência social no Município de Belo Horizonte. Concluiu ressaltando que a Comissão Parlamentar de Inquérito possui Poder de Polícia durante a realização dos trabalhos.

164. O vereador Henrique Braga, membro da Comissão, pediu a palavra e ressaltou que algumas pessoas, que estavam presentes na reunião, tinham como objetivo tumultuar o andamento dos trabalhos. O membro da CPI enfatizou que o presidente da Comissão pode lembrar e exigir dos participantes das reuniões uma postura condizente com as regras que regem os trabalhos da CPI. Concluiu afirmando que os trabalhos serão norteados respeitando-se os termos da Constituição Federal, do Regimento Interno e das legislações vigentes.

165. Sem nada mais a tratar, o presidente encerrou a reunião às 11h32.

III.3 DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

166. A terceira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua foi realizada no dia 29 de agosto de 2023, às 09h54, no Plenário Helvécio Arantes, sendo iniciada sob a presidência do vereador Braulio Lara, de forma remota, e contou com a presença do vereador Bruno Pedralva, e as presenças remotas, através de videoconferência, dos vereadores Fernando Luiz, Cleiton Xavier, Jorge Santos e Henrique Braga.

167. A reunião teria como finalidade a participação da Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania de Belo Horizonte, Rosilene Rocha, para a prestação de informações que são de suma importância para os trabalhos da Comissão.

168. Dando continuidade aos trabalhos, o presidente da Comissão comunicou a inversão de ordem da pauta, deste modo foram colocados para apreciação e votação os seguintes Requerimentos de Comissão:

- I. Requerimento de Comissão nº 2202/2023. Solicitação de pedido de informação à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Alimentar e Cidadania e a Prefeitura de Belo Horizonte, tendo como finalidade a obtenção das informações relacionadas à prestação de serviço do Instituto de Apoio e Orientação à Pessoas em Situação de Rua – INAPER para a PBH. Autoria: vereadores Braulio Lara, Bruno Pedralva, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

169. Registre-se que o presidente da Comissão solicitou o adiamento da apreciação do Requerimento em tela.

170. Discutido, os membros da Comissão optaram pelo adiamento da apreciação.

II. Requerimento de Comissão nº 2203/2023. Solicitação de pedido de informação à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania e a Prefeitura de Belo Horizonte, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações relacionadas à prestação de serviço do Instituto de Apoio e Orientação à Pessoas em Situação de Rua – INAPER para a PBH: 1 – Cópia das listas dos atendimentos diários, dos últimos 5 (cinco) anos, contendo os dados da pessoa atendida, o serviço prestado e o local de atendimento, compreendendo especificamente as atividades de assistência social para a população em situação de rua no município de Belo Horizonte. Autoria: vereadores Braulio Lara, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

171. Registre-se que o presidente da Comissão solicitou o adiamento da apreciação do Requerimento em tela.

172. Discutido, os membros da Comissão optaram pelo adiamento da apreciação.

III. Requerimento de Comissão nº 2204/2023. Solicitação de pedido de informação ao Instituto de Apoio e Orientação à Pessoas em Situação de Rua – INAPER, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações: 1 – Cópia das prestações de contas mensais encaminhadas à Prefeitura de Belo Horizonte, compreendendo as atividades dos últimos 5 (cinco) anos. 2 – Cópia das prestações de contas anuais consolidadas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

encaminhadas à Prefeitura de Belo Horizonte, compreendendo as atividades dos últimos 5 (cinco) anos. 3 – Cópia das listas dos atendimentos diários, dos últimos 5 (cinco) anos, contendo os dados da pessoa atendida, o serviço prestado e o local de atendimento, compreendendo especificamente as atividades de assistência social para a população em situação de rua no município de Belo Horizonte. 4 – Cópia da lista dos colaboradores remunerados que atualmente trabalham na entidade, contendo o cargo/função e o salário recebido. Autoria: vereadores Braulio Lara, Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Henrique Braga e Jorge Santos.

173. Registre-se que o presidente da Comissão solicitou o adiamento da apreciação do Requerimento em tela.

174. Discutido, os membros da Comissão optaram pelo adiamento da apreciação. O vereador Cleiton Xavier não participou da votação.

175. Dando continuidade aos trabalhos, o presidente deu ciência aos membros da Comissão o recebimento dos seguintes documentos:

- I. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 2198/2023.
- II. Documento Prot. nº 005742/2023 – Ofício do Procurador do Município, Fernando Couto Garcia, informando que Rosilene Cristina Rocha, agente pública municipal, não poderá comparecer no dia 29/08/2023 perante à CPI População em Situação de Rua, em razão de compromisso previamente assumido.

176. O presidente informou que a Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania de Belo Horizonte, Rosilene Rocha, comunicou sobre a impossibilidade de comparecimento na reunião em tela, deste modo foi acordado a data de 19 de setembro de 2023 para o comparecimento da supramencionada Secretária. O vereador Braulio Lara informou que posteriormente uma reunião seria convocada para apreciação do Requerimento com a formalização da convocação da Sra. Rosilene Rocha.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

177. Sem nada mais a tratar, o presidente da Comissão encerrou a reunião às 10h.

III.4 DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

178. A quarta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua foi realizada no dia 30 de agosto de 2023, às 09h35, no Plenário Helvécio Arantes, sendo iniciada sob a presidência do vereador Braulio Lara, de forma remota, e contou com as presenças dos vereadores Bruno Pedralva, Jorge Santos e Henrique Braga, todos participaram de forma remota, através de videoconferência.

179. Dando continuidade aos trabalhos, o presidente da Comissão comunicou aos demais membros que seriam colocados para apreciação e votação os seguintes Requerimentos de Comissão:

- I. Requerimento de Comissão nº 2343/2023. Solicitação de realização de visita técnica, tendo como finalidade a verificação das condições nas quais se encontram as pessoas que estão em estado de vulnerabilidade e apresentam-se em situação de rua nas imediações do bairro Barro Preto, no dia 12 de setembro de 2023, às 18h, com ponto de encontro na Rua Mato Grosso c/ Rua dos Goitacazes, bairro Barro Preto. Autoria: vereadores Cleiton Xavier, Braulio Lara.

180. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento em tela.

- II. Requerimento de Comissão nº 2344/2023. Solicitação de realização de visita técnica, tendo como finalidade a verificação das condições nas quais se encontram as pessoas que estão em estado de vulnerabilidade e apresentam-se em situação de rua nas imediações do bairro Centro, no dia 12 de setembro de 2023, às 19h, com ponto de encontro na Praça Raul Soares, bairro Centro. Autoria: Cleiton Xavier, Braulio Lara.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

181. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento em tela.

III. Requerimento de Comissão nº 2345/2023. Solicitação de realização de visita técnica, tendo como finalidade a verificação das condições nas quais se encontram as pessoas que estão em estado de vulnerabilidade e apresentam-se em situação de rua nas imediações do bairro Savassi, no dia 12 de setembro de 2023, às 20h, com ponto de encontro na Praça da Savassi, bairro Savassi. Autoria: Braulio Lara, Cleiton Xavier.

182. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento em tela.

IV. Requerimento de Comissão nº 2346/2023. Solicitação de realização de visita técnica, tendo como finalidade a verificação das instalações e funcionamento do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua Centro POP Unidade Av. do Contorno, no dia 11 de setembro de 2023, às 09h30, localizado na Avenida do Contorno, nº 10.852, bairro Barro Preto. Autoria: vereadores Braulio Lara, Cleiton Xavier.

183. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento em tela.

V. Requerimento de Comissão nº 2347/2023. Solicitação de realização de visita técnica, tendo como finalidade a verificação das instalações e funcionamento do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP Unidade Floresta, no dia 11 de setembro de 2023, às 10h30, localizado na Rua Conselheiro Rocha, nº 351, bairro Floresta. Autoria: vereadores Braulio Lara, Cleiton Xavier.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

184. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento em tela.

VI. Requerimento de Comissão nº 2348/2023. Solicitação de realização de visita técnica, tendo como finalidade a verificação das instalações e funcionamento do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP Unidade Lagoinha, no dia 11 de setembro de 2023, às 11h30, localizado na Rua Além Paraíba, nº 101, bairro Lagoinha. Autoria: vereadores Braulio Lara, Cleiton Xavier.

185. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento em tela.

VII. Requerimento de Comissão nº 2358/2023. Solicitação de pedido de informação ao Prefeito Fuad Noman, tendo como finalidade a obtenção de informações sobre as entidades sócio assistenciais cadastradas no Município. Autoria: vereadores Braulio Lara, Cleiton Xavier.

186. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento em tela.

187. Registre-se que o presidente informou que o prazo de resposta do supramencionado Requerimento será de 5 dias úteis.

VIII. Requerimento de Comissão nº 2372/2023. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade convidar Rosilene Rocha, Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania de Belo Horizonte, para prestar informações que serão de suma importância para os trabalhos desta Comissão, no dia 19 de setembro de 2023, às 09h30, no Plenário Camil Caram. Autoria: vereadores Braulio Lara, Bruno Pedralva, Cleiton Xavier e Jorge Santos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

188. Registre-se que o presidente da Comissão informou sobre a alteração do local, a oitiva ocorrerá no Plenário Helvécio Arantes.

189. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento.

190. Sem nada mais a tratar, o presidente da Comissão encerrou a reunião às 09h44.

III.5 DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

191. A quinta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua foi realizada no dia 19 de setembro de 2023, às 09h47, no Plenário Helvécio Arantes, sendo iniciada sob a presidência do vereador Braulio Lara e contou com as presenças dos vereadores Cleiton Xavier, Fernando Luiz, Bruno Pedralva, Jorge Santos e Henrique Braga, sendo que os dois últimos participaram de forma remota, através de videoconferência.

192. A reunião teve como finalidade a realização de oitiva com a Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania de Belo Horizonte, para prestar informações que serão de fundamental relevância para a Comissão.

193. Dando continuidade aos trabalhos, o presidente da Comissão comunicou aos demais membros a inversão da ordem dos trabalhos, deste modo foram colocados para apreciação e votação os seguintes Requerimentos de Comissão:

- I. Requerimento de Comissão nº 2480/2023. Solicitação de pedido de informação à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania e a Prefeitura de Belo Horizonte, tendo como finalidade a obtenção das informações sobre os serviços de assistência social relacionados ao Albergue Tia Branca, situado na Rua Conselheiro Rocha, 351, bairro Floresta. Autoria: vereadores Braulio Lara, Cleiton Xavier.

194. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento em tela. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 5 dias úteis.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

II. Requerimento de Comissão nº 2481/2023. Solicitação de pedido de informação à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania e a Prefeitura de Belo Horizonte, tendo como finalidade a obtenção das informações sobre a prestação de serviços no Albergue Tia Branca, situado na Rua Conselheiro Rocha, 351, bairro Floresta. Autoria: vereadores Braulio Lara, Cleiton Xavier.

195. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento em tela. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 5 dias úteis.

III. Requerimento de Comissão nº 2489/2023. Solicitação de apresentação de Indicação ao Prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman, tendo como descrição a sugestão de retirada de suportes nos bancos da Praça da Savassi, que caracterizam arquitetura hostil. Autoria: Bruno Pedralva.

196. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela reprovação do Requerimento em tela. Ressalta-se os votos contrários dos vereadores Cleiton Xavier, Fernando Luiz, Henrique Braga, Jorge Santos e Braulio Lara.

197. Registre-se que durante a apreciação do supracitado Requerimento, o vereador Bruno Pedralva criticou a implementação da arquitetura hostil, que consiste na implementação de elementos nas construções que ocasionam desconforto às pessoas que utilizam o espaço público, em várias praças e logradouros de Belo Horizonte. Ressaltou que a permissividade do Poder Público é evidente e que tal situação atenta contra a dignidade das pessoas com trajetória de vida nas ruas. O membro da Comissão disse que a implementação da arquitetura hostil atenta contra os dispositivos legais da Lei Padre Júlio Lancellotti.

198. O presidente da Comissão, vereador Braulio Lara, enfatizou que nos locais visitados pelos membros da CPI não foi possível observar a existência de implementação da arquitetura hostil.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

199. Após a apreciação do Requerimento de Comissão nº 2489/2023, o presidente da CPI registrou a presença do vereador Pedro Patrus e da vereadora Iza Lourença.

IV. Requerimento de Comissão nº 2494/2023. Solicitação de pedido de informação à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania e a Prefeitura de Belo Horizonte, tendo como finalidade a obtenção das informações relacionadas à execução da Política de Assistência Social de Belo Horizonte, no que tange ao amparo à população em situação de rua prestado pelo Abrigo São Paulo. Autoria: vereadores Ciro Pereira, Cleiton Xavier, Fernando Luiz e Jorge Santos.

200. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento em tela. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 5 dias úteis.

201. O presidente deu ciência aos demais membros da Comissão o recebimento dos seguintes documentos:

- I. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão 2196/2023.
- II. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão 2197/2023.
- III. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão 2199/2023.
- IV. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão 2200/2023.
- V. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão 2205/2023.
- VI. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão 2206/2023.
- VII. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão 2207/2023.
- VIII. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão 2208/2023.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- IX. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão 2209/2023.
- X. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão 2210/2023.
- XI. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão 2211/2023.
- XII. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão 2212/2023.
- XIII. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão 2213/2023.
- XIV. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão 2214/2023.
- XV. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão 2215/2023.
- XVI. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão 2217/2023.
- XVII. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão 2218/2023.
- XVIII. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão 2219/2023.
- XIX. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão 2220/2023.
- XX. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão 2221/2023.
- XXI. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão 2222/2023.
- XXII. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão 2223/2023.
- XXIII. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão 2224/2023.
- XXIV. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão 2225/2023.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- XXV. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão 2226/2023.
- XXVI. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão 2227/2023.
- XXVII. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão 2228/2023.
- XXVIII. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão 2229/2023.
- XXIX. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão 2230/2023.
- XXX. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão 2231/2023.
- XXXI. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão 2232/2023.

202. Dando continuidade aos trabalhos, o presidente da Comissão informou que seria iniciada a oitiva com a Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania de Belo Horizonte.

203. Registre-se que a Secretária estava acompanhada pelo Procurador Municipal, Fernando Couto Garcia.

204. O presidente informou que a Comissão Parlamentar de Inquérito foi instituída com o objetivo de obtenção de um conjunto de informações que darão embasamento para uma melhor compreensão dos aspectos relacionados à população em situação de rua e os motivos pelos quais resultaram em um aumento significativo das pessoas que infelizmente possuem uma trajetória de vida nas ruas. O vereador Braulio Lara enfatizou que segundo informações de uma pesquisa divulgada pela Prefeitura de Belo Horizonte, atualmente cerca de 5.344 pessoas se encontram em situação de rua na capital mineira.

205. Ainda sobre a temática em tela, o parlamentar ressaltou a divulgação de uma pesquisa realizada pelo programa Polos de Cidadania, vinculado à Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, no qual foram apresentados resultados preocupantes, já que



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

segundo informações divulgadas, atualmente em Belo Horizonte se encontram em situação de rua aproximadamente 10.000 pessoas.

206. O presidente disse que a Comissão também busca entender como ocorrem as implementações das ações assistenciais e se tais medidas estão atingindo um nível de eficiência satisfatório.

207. Dando continuidade a oitiva, o presidente agradeceu a presença da Secretária e solicitou que a mesma fizesse uma apresentação do seu histórico profissional e sua atuação como servidora na Prefeitura de Belo Horizonte.

208. Rosilene Rocha ressaltou que atua na área da assistência social há aproximadamente 30 anos, e possui considerável experiência no desenvolvimento dos serviços voltados às pessoas que se encontram em estado de vulnerabilidade social e econômica. A Secretária informou que possui um papel de coordenação em um grupo de trabalho, de âmbito nacional, voltado para a análise, mapeamento e desenvolvimento de políticas e ações direcionadas às pessoas que se encontram em uma situação mais vulnerável.

209. O presidente pediu à Rosilene Rocha uma explicação sobre a estrutura e funcionamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC. Em resposta, a Secretária informou que a supramencionada Secretaria é dividida em Subsecretarias e cada qual possui atuação específica sobre determinados temas. Rosilene Rocha ressaltou que a SMASAC possui relevante participação através dos Conselhos Municipais, que tratam de temáticas específicas tais como os assuntos ligados aos direitos da mulher, da juventude, do idoso e da assistência social. A Secretária ressaltou que as ações da Prefeitura de Belo Horizonte estão em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

210. O presidente perguntou sobre o funcionamento da Subsecretaria de Assistência Social – SUASS. Em resposta, Rosilene Rocha informou sobre a constante troca de informações entre a Secretaria e a Subsecretaria em tela, e ressaltou que em relação à população em situação de rua a SUASS adota um critério de classificação das demandas ligadas ao tema, sendo que a área de proteção social possui a seguinte divisão: baixa, média e alta complexidade. Informou que todas as situações envolvem violações de direitos, sendo que as questões consideradas de alta complexidade demandam um



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

esforço maior do Poder Público. Sobre a dinâmica de atuação da assistência social básica, disse que as ações são voltadas para o desenvolvimento de mecanismos preventivos para que não ocorram situações de violações de direitos. Ressaltou que no Município de Belo Horizonte foi implementado um modelo de atuação unificado, classificado como Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no qual são abarcados os serviços prestados pela Prefeitura de Belo Horizonte e as entidades privadas conveniadas.

211. O presidente da Comissão, vereador Bráulio Lara, indagou se os serviços de assistência social estão presentes em todas as regionais da capital mineira. Em resposta, Rosilene Rocha disse que ocorre a atuação da Secretaria em todas as regionais, ressaltando que sobre a população em situação de rua há uma maior demanda na Regional Centro-Sul, e em regiões que apresentam uma maior concentração de comércio, como as regiões do Barreiro e Venda Nova.

212. O presidente perguntou sobre o valor repassado à Secretaria se referindo ao orçamento previsto para o ano de 2023. Em resposta, Rosilene Rocha informou que o orçamento previsto foi de aproximadamente R\$560.000.000,00 (quinhentos e sessenta milhões de reais). Ressaltou que se tratando das ações voltadas para a população em situação de rua, o orçamento previsto foi de aproximadamente R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), enfatizando que os valores apresentados não incluem as emendas enviadas pelos membros da Câmara Municipal de Belo Horizonte e Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Ainda sobre a temática, a Secretaria informou que os valores direcionados à população em situação de rua custeiam os serviços de cerca de 20 equipamentos públicos que realizam o atendimento desse público.

213. O relator da Comissão, vereador Cleiton Xavier, perguntou quantas e quais entidades e organizações privadas possuem convênio com a Prefeitura no que tange o atendimento à população em situação de rua. Em resposta, a Secretária informou que não teria condição de apontar precisamente quantas organizações possuem o referido convênio, mas citou a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais – ADRA, a Cáritas, que também realiza serviços voltados aos refugiados, e a Fundação Darcy Ribeiro.

214. O vereador Bráulio Lara perguntou sobre como ocorre a divisão dos serviços prestados pela Prefeitura de Belo Horizonte e pelas entidades privadas. Em resposta,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Rosilene Rocha disse que a mencionada divisão é realizada conforme regulamentação estabelecida pela Política Nacional de Assistência Social. Ressaltou também que a definição é realizada pelos gestores locais, estaduais e profissionais da esfera federal.

215. Ainda sobre a temática da divisão dos serviços, a Secretária disse que a SMASAC realiza um monitoramento e avaliação sobre quais serviços são necessários, suas características e em quais locais eles devem ser prestados. Deste modo o Poder Público tem condições de verificar o nível de atuação frente às ações voltadas à população em situação de rua, e se há necessidade de expansão dessas ações. Em caso de necessidade, a Prefeitura realiza um chamamento público e, após a verificação de atingimento dos pré-requisitos de habilitação, análise técnica-financeira e da oferta apresentada, o Município celebra o termo de parceria.

216. O presidente perguntou sobre as parcerias realizadas entre a Prefeitura e as entidades privadas. Nessa temática, o vereador Braulio Lara se de fato seria necessária a realização dessas parcerias ou se a Prefeitura teria condições de custear e desenvolver variados setores para atendimento da população em situação de rua. Em resposta, Rosilene Rocha informou que as questões ligadas ao assistencialismo social são multifatoriais e multisetoriais, ou seja, do ponto de vista da logística não seria possível e viável o Poder Público gerenciar de forma quase que exclusiva as ações direcionadas às pessoas em estado de vulnerabilidade social. Acrescentou que historicamente a assistência social começou a ser desenvolvida e prestada no Brasil por meio das entidades pertencentes a sociedade civil e não pelos entes governamentais, não havendo motivos para desconsiderar o conhecimento técnico que essas organizações possuem. Ressaltou que as entidades ligadas aos serviços assistenciais possuem uma espécie de isenção dos custos patronais vinculados às folhas de pagamentos dos seus colaboradores. Nesse sentido tais entidades possuem a capacidade de redução dos seus gastos operacionais e consequentemente conseguem firmar parcerias com os municípios apresentando valores mais viáveis. Acrescentou que do ponto de vista orçamentário tal cenário se torna benéfico para a Prefeitura de Belo Horizonte.

217. O presidente pediu um maior detalhamento sobre a isenção da folha de pagamentos relacionados aos colaboradores das entidades que prestam serviços sociais. Em resposta, a Secretária disse que tal situação está em conformidade com o arcabouço legal vigente e configura-se como uma espécie de financiamento público indireto.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

218. O vereador Cleiton Xavier perguntou sobre os aspectos ligados aos chamamentos públicos que ocorrem para a devida contratação das entidades sociais e como são realizados os processos licitatórios. Em resposta, Rosilene Rocha ressaltou que os processos licitatórios ocorrem para legitimar a celebração de contrato com diferentes empresas do mercado, porém por se tratar de prestação de serviço assistencial de interesse público os processos licitatórios comumente aplicados não se enquadram ao contexto discutido. Acrescentou que ocorrem os chamamentos públicos voltados especificamente para a área da assistência social e os requisitos legais previamente exigidos são verificados para a posterior celebração da parceria entre a organização privada e o Município.

219. O relator da Comissão, vereador Cleiton Xavier, perguntou sobre a duração da prestação de serviços das entidades que passaram pelo último chamamento público realizado em Belo Horizonte. Em resposta, a Secretária informou que quando retornou para a pasta da assistência social o último chamamento público já estava em tramitação, deste modo não teria muitas informações e conhecimento sobre o período de vigência do supramencionado processo.

220. O presidente perguntou se a SMASAC exerce alguma influência na prestação de serviço das entidades sociais que celebraram termo de parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte. Em resposta, Rosilene Rocha disse que as entidades seguem as diretrizes pré-estabelecidas para a atuação dessas organizações, nesse sentido a Secretaria realiza fiscalizações técnicas e financeiras.

221. O vereador Cleiton Xavier perguntou se há um grande interesse por parte das entidades quando ocorre um chamamento público objetivando a celebração de parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte. Em resposta, Rosilene Rocha disse que tal interesse depende da área de prestação do serviço social e de quantas entidades já estão prestando o serviço em Belo Horizonte. A Secretária exemplificou ressaltando que os serviços sociais prestados às crianças e adolescentes possuem um maior nível de atratividade por parte das entidades, já os serviços sociais prestados à população em situação de rua possuem um menor grau de interesse. Explicou ainda que os serviços sociais, prestados pelas entidades, voltados especificamente às pessoas com trajetória de vida nas ruas são relativamente recentes no país. Ressaltou que os desafios sobre a temática são enormes, já que o enfrentamento é multisetorial. Concluiu explicando que as organizações



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

participam dos chamamentos públicos de acordo com os seus níveis de experiência e acúmulo técnico, ressaltando que, historicamente, a atuação dessas entidades privadas, no desenvolvimento de ações assistenciais no Brasil, é anterior à atuação do Estado.

222. O presidente perguntou sobre como ocorrem as certificações e habilitações das novas entidades que prestam serviços sociais que possuem interesse em participar de novos chamamentos públicos. Em resposta, a Secretária informou que essas entidades devem cumprir uma série de exigências e requisitos legais para estarem aptas no processo de chamamento público e posterior acesso ao orçamento público. Ainda sobre o tema, Rosilene Rocha ressaltou que os critérios técnicos, de habilitação das entidades, são bastante complexos e que tais exigências se transformam em situações dificultadoras para que um número maior de entidades possa participar do processo.

223. O presidente perguntou se a SMASAC possui um setor específico que presta uma espécie de consultoria para auxiliar as novas entidades no sentido de cumprirem os requisitos legais exigidos pelo Município. O vereador Braulio Lara acrescentou que há algumas entidades que realizam um admirável trabalho na área de assistência social, porém não possuem o conhecimento necessário para cumprirem os requisitos exigidos pelo Poder Público. Em resposta, Rosilene Rocha disse que os conselhos municipais realizam a fiscalização das entidades que prestam serviços na área da assistência social, até as entidades que não possuem parceria com a Prefeitura também são fiscalizadas.

224. Ainda sobre a temática, a Secretária informou que a Prefeitura de Belo Horizonte realiza a fiscalização das entidades com as quais possui termo de parceria. Enfatizou que a SMASAC não teria condições de fiscalizar todas as entidades que atuam na capital mineira, porém ressaltou que a Subsecretaria de Direito e Cidadania, de forma modesta, realiza um trabalho objetivando auxiliar as entidades no que tange o cumprimento das exigências legais para celebrarem parcerias com o Poder Público.

225. O presidente perguntou como são realizados os acompanhamentos das execuções e resultados dos serviços sociais prestados pelas entidades que celebraram parcerias com a Prefeitura. Em resposta, Rosilene Rocha informou que os dados gerados através dos serviços ofertados na área da assistência social podem ser verificados no Cadastro Único – CadÚnico, ressaltando que é de responsabilidade das prefeituras a inserção das informações nessa plataforma, e que inclusive há dados específicos da população em situação de rua. Enfatizou que as informações contidas no



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Cadastro Único são utilizadas para o desenvolvimento e implementação dos serviços assistenciais.

226. O presidente perguntou sobre o processo de treinamento dos agentes públicos e quais são as formas de abordagem às pessoas em situação de rua em Belo Horizonte. Em resposta, a Secretária disse que o modelo de atuação dos agentes públicos é pautado pelas diretrizes estabelecidas pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que possui abrangência nacional. Ressaltou que o Conselho Municipal de Assistência Social aprovou um programa de instrução e educação continuada e que o referido programa está em execução em Belo Horizonte, porém o seu alcance foi reduzido devido a suspensão do financiamento do governo federal nos últimos anos. Deste modo, os atendimentos às pessoas em estado de vulnerabilidade social foram mantidos, mas o processo de instrução e aperfeiçoamento dos agentes públicos ficou prejudicado. Enfatizou que a Prefeitura de Belo Horizonte realizou a recomposição do orçamento, que a princípio seria repassado pela União, e conseguiu alcançar um aumento do serviço de assistência social principalmente durante o período da pandemia. A Secretária informou que a SMASAC também realiza o processo de capacitação dos todos os colaboradores que atuam na rede pública comunitária, considerando também as entidades que prestam serviços assistenciais e que possuem parcerias com a Prefeitura. Enfatizou que o programa de capacitação continuada, no último ano, foi retomado de forma gradual e que recentemente o governo federal anunciou a retomada do programa nacional intitulado de “Capacita SUAS”.

227. O presidente, vereador Braulio Lara, ressaltou que a temática ligada à assistência social possui um aspecto multidisciplinar e consequentemente os treinamentos e processos de capacitação também envolvem os servidores de outras áreas da Prefeitura de Belo Horizonte. Nessa temática, o presidente perguntou como ocorre a interação com as demais pastas que compõem o governo e com a sociedade. Em resposta, Rosilene Rocha disse que a interação com a população ocorre através das políticas sociais que são implementadas na cidade. Destacou que as ações promovidas pela assistência social devem seguir um conjunto de regulamentações e parâmetros previamente definidos pelo Poder Público. Ressaltou que o campo da assistência social deve atuar em conjunto com outras áreas, principalmente da saúde e educação. Na esfera administrativa a Secretária



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

informou que há uma troca de informações entre as pastas que compõem a Administração Pública de Belo Horizonte.

228. O presidente perguntou qual pasta realiza o processo de gestão e articulação no âmbito municipal das ações voltadas à população em situação de rua. Em resposta, Rosilene Rocha disse que as cidades se organizam de maneira diferente, em Belo Horizonte existe uma maior articulação entre os setores da habitação e saúde, ressaltando que as maiores demandas das pessoas com trajetória de vida nas ruas estão relacionadas a esses dois aspectos. Informou que periodicamente ocorrem reuniões nas quais participam a SMASAC, a Secretaria Municipal de Saúde – SMS e a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – URBEL, tendo como pontos discutidos as questões do déficit habitacional, políticas de saúde e vulnerabilidade social. Ainda sobre a temática, a Secretária enfatizou a existência do Comitê de Monitoramento e Assessoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua, que desenvolve ações mitigadoras relacionadas à vulnerabilidade social, porém ressaltou há existência de inúmeros desafios, já que envolve diferentes áreas e o desenvolvimento complexo das políticas públicas ligadas ao tema.

229. O presidente da Comissão ressaltou que um dos objetivos da CPI é a apresentação de soluções viáveis para as pessoas que infelizmente se encontram na rua. Informou que a Comissão busca uma melhor compreensão sobre qual órgão seria o responsável para exercer uma liderança no processo de resolução do problema em tela. Ressaltou que os setores ligados à assistência social precisam ter todos os recursos necessários à disposição.

230. Registre-se que o vereador Jorge Santos, membro da Comissão, passou a acompanhar a reunião de forma presencial.

231. O vereador Cleiton Xavier solicitou a palavra e ressaltou que um dos principais problemas enfrentados pela população em situação de rua é a violência. Acrescentou sobre a possibilidade de existência da atividade ligada ao tráfico de drogas nos abrigos da capital mineira. Ainda sobre o tema, o relator da Comissão perguntou à Rosilene Rocha se existe algum canal de comunicação pelo qual a SMASAC recebe denúncias e se porventura a Secretaria toma algumas medidas para impedir a traficância no entorno e dentro dos abrigos. Em resposta, a Secretária informou que a assistência social enfrenta algumas dificuldades para tratar do tema, ressaltando que a principal tarefa da



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

pasta é apresentar à população em situação de rua a existência de alternativas para a reconstrução de um projeto de vida e o entendimento que essa população é detentora de direitos que não estão sendo respeitados. Rosilene Rocha ressaltou que a maior parcela dessa população é composta por pessoas que não possuem nenhuma ligação com o tráfico de drogas e/ou outros crimes, deste modo os setores da assistência social não fazem distinção na prestação dos seus serviços. Enfatizou que, caso aconteça alguma intercorrência, principalmente nos abrigos, a Guarda Civil Municipal – GCM é acionada imediatamente.

232. Ainda sobre o tema, Rosilene Rocha disse que se faz necessário a construção de uma relação de confiança entre as equipes da Secretaria e a população em situação de rua, deste modo as abordagens e direcionamentos dados por essas equipes terão um maior grau de eficiência. A Secretária também informou que desde o seu retorno para a SMASAC não teve conhecimento de denúncias formais relacionadas ao tráfico de drogas nos equipamentos públicos da capital, seja por parte dos usuários ou por parte das equipes de atendimento. Enfatizou que apesar do apoio da Guarda Civil Municipal, a presença da corporação nos abrigos deve ser tratada com cautela, pois tal situação gera um desconforto nos usuários dos equipamentos, já que muitos sofrem com o estigma de serem confundidos e tratados como criminosos.

233. O vereador Cleiton Xavier perguntou se o canal de denúncia está diretamente ligado à Guarda Civil Municipal. Em resposta, Rosilene Rocha informou que geralmente quando ocorre algum problema as equipes que estão nos equipamentos conseguem resolver de forma satisfatória, porém em alguns casos a Guarda Civil é acionada. Ressaltou que os usuários podem entrar em contato direto com a Guarda Civil, não havendo a obrigatoriedade de primeiramente se comunicar as equipes da SMASAC.

234. O vereador Cleiton Xavier ressaltou duas situações testemunhadas por membros da Comissão durante uma visita técnica que ocorreu na região central, mais precisamente na Praça Raul Soares, onde membros da equipe de abordagem, ligadas à assistência social, relataram que algumas pessoas que ficam na região realizam a atividade de traficância no local. Ressaltou que os problemas ligados ao tráfico de drogas é um fenômeno que infelizmente assola o país e desafia os órgãos de segurança



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

pública. O relator da Comissão sugeriu à Secretaria que a SMASAC desenvolva um protocolo de atuação frente aos problemas ocasionados pelo tráfico de entorpecentes.

235. O presidente da Comissão, vereador Braulio Lara, ressaltou que as pessoas que se encontram em situação de rua não devem ser tratadas como criminosos, porém existem bandidos que se infiltram nesse público para o cometimento de crimes. O presidente perguntou à Secretária se existem canais de denúncias para que os setores da segurança pública possam agir de forma imediata. Em resposta, Rosilene Rocha enfatizou que a SMASAC sempre colaborou com a polícia, enfatizando que a Guarda Civil é acionada para também garantir proteção aos usuários dos abrigos e as equipes que realizam os serviços nesses locais. Destacou que durante as abordagens externas, efetuadas pela assistência social, se houver algum risco para as equipes o trabalho é interrompido imediatamente e as informações são passadas para os setores de segurança pública.

236. O vereador Bruno Pedralva, membro da Comissão, solicitou a palavra e elogiou a atuação da Secretária, ressaltando que em diversas situações os profissionais da área da saúde interrompem os atendimentos nos postos médicos em decorrência dos problemas ligados ao tráfico de drogas e as operações policiais que resultam na interrupção dos atendimentos. Ressaltou que assim como os serviços médicos, que não devem ser interrompidos, os serviços assistenciais também não podem sofrer intercorrências, porém não se pode desconsiderar o grau de complexidade que envolve o tema e o aspecto da segurança e integridade das equipes da assistência social. Sobre o relato do vereador Cleiton Xavier, Bruno Pedralva disse que durante a visita técnica na Praça Raul Soares os membros da equipe de abordagem não realizaram a aproximação com um grupo de pessoas em situação de rua devido a outros fatores e não por causa de uma suposta atividade de traficância no local. Destacou que o tráfico de drogas não é um problema exclusivo das pessoas que se encontram em situação de rua, mas sim uma questão que está presente na sociedade brasileira como um todo.

237. O presidente da Comissão enfatizou que as pessoas que cometem ilicitudes e se encontram infiltradas junto às pessoas em situação de rua devem sofrer as sanções estabelecidas pelo Estado. Ressaltou que houve relatos de pessoas que não estão utilizando os abrigos em decorrência de uma sensação de insegurança existente nesses locais. Relatou que durante uma visita técnica ao Albergue Tia Branca, há



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

aproximadamente 1 ano, foi relatado a utilização de “crack” no interior deste equipamento, ressaltando que é inadmissível a inércia do Poder Público para tratar do problema de forma incisiva. Enfatizou que os equipamentos públicos devem oferecer condições mínimas de segurança e dignidade.

238. O vereador Fernando Luiz, membro da Comissão, perguntou se não seria importante que a Prefeitura de Belo Horizonte tivesse o conhecimento de todas as entidades que prestam serviços à população carente. Em resposta, Rosilene Rocha informou que não há obrigatoriedade de registro dessas entidades em nenhum conselho do Município. Ressaltou que a fiscalização dessas entidades é realizada pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e a SMASAC realiza a fiscalização das entidades que possuem termo de parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte, conforme legislação vigente.

239. A vereadora Iza Lourença solicitou a palavra e parabenizou o vereador Bruno Pedralva pela elaboração da Indicação sobre a implementação da arquitetura hostil na região da Savassi. Disse que foi elaborado um Projeto de Lei com intuito de proibir a arquitetura hostil no Município, lembrando que a proposição foi apresentada por ela e pela ex-vereadora Bella Gonçalves, porém o Projeto de Lei não foi aprovado. Iza Lourença sugeriu à Bruno Pedralva que a Indicação fosse apresentada na Comissão de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor desta Casa Legislativa, uma vez que a arquitetura hostil atenta contra os direitos humanos da população em situação de rua. Disse que tem expectativa que os trabalhos da Comissão possam resultar no avanço das discussões que envolvem os setores da assistência social e o acesso aos direitos e serviços por parte da população em situação de rua. Ressaltou que houve um Projeto de Lei, aprovado em primeiro turno, nesta Casa Legislativa, porém a referida proposição atenta contra os direitos das pessoas com trajetória de vida nas ruas e após uma enorme pressão social o referido projeto foi retirado de tramitação. A vereadora também fez menção ao documento apresentado ao Supremo Tribunal Federal – STF, protocolado pela coligação federal do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, Partido Rede Sustentabilidade – Rede Sustentabilidade e pelo Movimento dos Trabalhadores sem Teto, no qual ressalta os direitos das pessoas em situação de rua.

240. Registre-se que às 11h47 o presidente da Comissão prorrogou a reunião por mais uma hora.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

241. A vereadora Iza Lourença disse que os fatores que levam uma pessoa a se encontrar em situação de rua são diversos, tais como desemprego, problemas familiares, dependência química e problemas mentais. Informou que o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania vem promovendo ações para melhorar a situação das pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, principalmente os indivíduos que são dependentes químicos. Disse que a política de habitação deve ser equitativa e a estratégia para a população em situação de rua deve ser a implementação efetiva do Programa Moradia Primeiro.

242. O vereador Bruno Pedralva disse que atualmente há uma discussão no Supremo Tribunal Federal – STF relacionada a quantidade de droga que está sob posse de um indivíduo e se essa quantidade se configura como tráfico ou uso pessoal. Ressaltou que nos casos de crimes cometidos nos equipamentos públicos, deve ocorrer uma intervenção imediata das forças de segurança, porém as ações devem ser pautadas pelo respeito a essa população.

243. A Secretária, Rosilene Rocha, informou que a cidade de Belo Horizonte está atenta aos desdobramentos que ocorrem no STF, principalmente a decisão proferida pelo Ministro Alexandre de Moraes em relação a ADPF nº 976. Ressaltou que no âmbito municipal, gostaria que seus colegas responsáveis pelas pastas da habitação e saúde pudessem dar suas respectivas contribuições acerca do tema da população em situação de rua.

244. O presidente da Comissão ressaltou que os direitos das pessoas em situação de rua devem ser preservados, porém os demais munícipes também são detentores desses direitos, deste modo os indivíduos que estão em processo de reinserção social devem ser orientados no sentido de não causarem transtornos aos demais cidadãos.

245. O vereador Fernando Luiz perguntou se a Secretária tem conhecimento sobre a ameaça de perda do registro por parte da Federação Nacional Educação e Integração dos Surdos.

246. Registre-se que o Procurador Municipal, Fernando Couto Garcia, indagou se a pergunta feita pelo vereador Fernando Luiz tinha alguma relação com a temática da população em situação de rua, que é objeto da Comissão. O vereador Fernando Luiz disse que a entidade realiza serviços de interesse da SMASAC.

247. Rosilene Rocha informou que não tinha conhecimento sobre o referido assunto.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

248. O presidente da Comissão fez a leitura do art. 11, da Lei nº 13.019/2014, que dispõe: “a organização da sociedade civil deverá divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública”. Ressaltou que o cumprimento desse dispositivo legal deve ser efetuado pelo Poder Público. O vereador Braulio Lara perguntou à Rosilene Rocha como ocorre na prática tal fiscalização. Em resposta, a Secretária informou que não possui as informações requeridas e pediu ao presidente que envie um Requerimento de Comissão solicitando-as.

249. O presidente afirmou que analisou diferentes sites e mídias sociais das inúmeras Organizações da Sociedade Civil – OSC’S, que possuem parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte, e ressaltou que o dispositivo legal supramencionado não é observado. O vereador Braulio Lara indagou se, atualmente, a SMASAC não exige a observância, por parte das entidades, do dispositivo legal mencionado. Perguntou se há recomendação expressa da Secretaria para que tais entidades insiram tais dados no Mapa OSC do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Em resposta, Rosilene Rocha informou que não possui conhecimento sobre a temática e iria verificar tais questionamentos com sua equipe técnica.

250. O vereador Braulio Lara fez menção de uma matéria jornalística sobre o aumento da população em situação de rua, ressaltando que houve um aumento considerável principalmente após a pandemia. Enfatizou a divergência dos resultados divulgados nas pesquisas realizadas para o desenvolvimento do Censo Pop Rua de 2022, executado pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, e os dados apresentados pelo Programa Polos da Cidadania, também vinculado a UFMG. Dentro desse tema, o presidente da Comissão perguntou sobre a divergência dos dados apresentados e se tal cenário poderia interferir nas políticas públicas executadas pelos setores de assistência social. Em resposta, Rosilene Rocha disse que os dados contidos no Cadastro Único e as informações contidas no censo são analisadas e mapeadas pela SMASAC, deste modo a implementação das ações da Secretaria são mais assertivas, ressaltando que o censo é uma fotografia momentânea da cidade, deste modo há uma dinâmica muito rápida de mudanças no cenário. Sobre a divergência nos resultados das pesquisas, a Secretária informou que as metodologias aplicadas são distintas e por isso há uma diferença nos resultados apresentados.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ressaltou que a atualização do banco de dados do governo federal é realizada a partir do censo realizado pelos municípios, porém a atualização dos dados, de Belo Horizonte, ainda não foi atualizada em decorrência de problemas técnicos que ocorreram na plataforma do Cadastro Único.

251. O presidente perguntou se atualmente há um subdimensionamento da estrutura de assistência social em Belo Horizonte. Em resposta, Rosilene Rocha informou que não existe uma universalização dos serviços de assistência social no âmbito público, ressaltando que cada município apresenta características peculiares e modelos de atuação distintos. Ressaltou que o orçamento disponível para a SMASAC é insuficiente para atender todas as demandas existentes. A Secretária enfatizou que possui plena confiança nos dados apresentados pela UFMG, porém o banco de informações do Cadastro Único deve ser atualizado urgentemente.

252. O vereador Bráulio Lara perguntou sobre a quantidade real de pessoas que se encontram em situação de rua na capital mineira. Em resposta, a Secretaria informou que o censo apresentou um quantitativo de 5.344 pessoas em situação de rua, sendo que esse resultado é utilizado para o desenvolvimento das políticas públicas assistenciais em Belo Horizonte. Ressaltou que atualmente consta no Cadastro Único um quantitativo de aproximadamente 11.000 pessoas em situação de rua no município, mas esses dados não estão atualizados. Enfatizou que todos os Centros de Referência para a população em situação de rua foram informatizados e as pessoas podem realizar o cadastro no CadÚnico. Ressaltou que os dados do censo foram validados pela Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz.

253. O vereador Pedro Patrus perguntou se há relação entre o orçamento repassado pelo governo federal e os números apresentados pelo censo. Em resposta, a Secretária informou que não há relação para o referido repasse. Ressaltou que o governo federal financia os municípios observando os níveis de proteção que são oferecidos pelos serviços assistenciais, enfatizando que os Municípios definem as prioridades, sendo que o repasse do governo estadual está vinculado ao número de famílias cadastradas no Cadastro Único.

254. O presidente da Comissão perguntou como a SMASAC trabalha para conseguir obter uma maior quantidade de recursos para os setores que prestam serviços à população em situação de rua.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

255. O vereador Bruno Pedralva solicitou à Rosilene Rocha o quantitativo dos valores repassados à pasta da assistência social por cada ente da federação.

256. Sobre o questionamento do presidente, a Secretária informou que os setores ligados à assistência social realizam intensos debates no Congresso Nacional, tendo como objetivo a aprovação de uma lei que vincule parte dos recursos da Seguridade Social à Assistência Social, como ocorre com as pastas da Saúde e Educação. Em relação aos repasses dos entes federativos para o desenvolvimento dos serviços à população em situação de rua, Rosilene Rocha informou que cerca de R\$ 15 milhões de reais são repassados pelo governo federal, cerca de R\$ 5,2 milhões de reais são repassados pelo governo do estado e aproximadamente R\$ 70 milhões de reais são de repasses da Prefeitura de Belo Horizonte. Rosilene Rocha ressaltou que a cidade de Belo Horizonte manteve os serviços de assistência social durante a pandemia e fez menção ao Fundo de Erradicação da Miséria – FEM.

257. Registre-se que o Procurador Municipal, Fernando Couto, solicitou a palavra e retificou as informações passadas pela Secretária, ressaltando que Rosilene Rocha ao falar sobre o censo fez menção do IPEA, porém o correto seria o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e enfatizou que o Cadastro Único não apenas realiza o cadastro das pessoas em situação de rua, apesar de haver um campo específico para esse público. Em relação às custas patronais citadas pela Secretária, quando foi debatida as questões das entidades de assistência social, a Secretária fez menção aos aspectos ligados ao art. 195, § 7º, da CRFB/88.

258. O presidente perguntou se caso a pasta da assistência social tivesse acesso a um maior quantitativo de recursos financeiros, o número de pessoas em situação de rua poderia diminuir. Em resposta, Rosilene Rocha informou que o orçamento deveria ser maior nas áreas de saúde e habitação. Ressaltou que as vagas disponíveis nos albergues nunca foram totalmente preenchidas, já que as pessoas precisam passar por um processo de convencimento para utilizarem os equipamentos públicos. Enfatizou que a política de habitação é uma prioridade do atual chefe do executivo de Belo Horizonte, porém as ações de fomento nas ofertas de emprego e acesso à saúde são fundamentais no processo de redução da população em situação de rua.

259. O vereador Bráulio Lara perguntou sobre qual pasta deveria administrar esse processo no âmbito municipal. Em resposta, a Secretária disse que as políticas sociais



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

são compartilhadas entre as suas diferentes temáticas, porém esse contexto não impede uma construção metodológica dos mecanismos de atuação do Poder Público. Ressaltou que o ciclo de reinserção social começa na abordagem na rua e continua com o processo de acesso à habitação e ao mercado de trabalho, enfatizando que toda essa cadeia de suporte deve ser financiada por todos os entes da federação.

260. O presidente perguntou sobre qual pasta, atualmente, exerce o papel de gestão dos assuntos ligados à população em situação de rua dentro da estrutura da Prefeitura de Belo Horizonte. Em resposta, Rosilene Rocha disse que não há um único gestor, já que o trabalho ocorre de forma conjunta. Ressaltou que os aspectos ligados à migração e refugiados possuem uma maior ligação com as políticas adotadas pelos governos federal e estadual, porém em Belo Horizonte esse público tem sido atendido graças aos recursos municipais disponibilizados. Concluiu afirmando que o estado de Minas Gerais não possui um centro para atendimento aos migrantes e refugiados.

261. O vereador Braulio Lara disse que o ciclo de atendimento e apoio às pessoas em estado de vulnerabilidade social envolve diferentes áreas. Nessa temática, o presidente perguntou se não seria necessário a eleição de um gestor para liderar as demais pastas para o tratamento das questões voltadas aos indivíduos que se encontram em situação de rua. Em resposta, Rosilene Rocha informou que a definição de um gestor se configura como uma tarefa de enorme complexidade, por se tratar de demandas que estão relacionadas a diferentes áreas. Ressaltou que os articuladores devem ser os chefes do Poder Executivo em cada ente federativo, enfatizando que o Brasil é signatário de tratados internacionais sobre os migrantes e refugiados. Disse que os serviços sociais devem ser ofertados à toda sociedade, conforme previsão constitucional.

262. O presidente da Comissão informou que a reunião estava terminando e a palavra seria concedida aos presentes. Deste modo o vereador Pedro Patrus ressaltou que os trabalhos da Comissão ocorreram de forma civilizada e respeitosa parabenizando os membros da CPI e agradeceu a presença da Secretária. Disse que Belo Horizonte se tornou referência na política de atendimento à população em situação de rua e parabenizou a Subsecretaria de Assistência Social pelos trabalhos prestados. Enfatizou que não existe preconceito religioso e ideológico no processo de escolha das entidades sociais que possuem parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte. Disse que possui ideias distintas em relação aos vereadores Braulio Lara e Cleiton Xavier, porém tais



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

diferenças não podem prejudicar os trabalhos da Comissão. Concluiu afirmando que não havia a necessidade de instituição da CPI para tratar do tema, já que a criação de um grupo de trabalho seria mais efetiva, porém parabenizou o presidente da Comissão pela condução da reunião.

263. O vereador Henrique Braga, membro da Comissão, elogiou a participação da Secretária Rosilene Rocha e disse que o Requerimento de Comissão, relacionado a arquitetura hostil, de autoria do vereador Bruno Pedralva foi rejeitado pois o tema será tratado na parte final dos trabalhos da Comissão, e não há qualquer tipo de perseguição política e ideológica.

264. O vereador Bruno Pedralva elogiou a condução da reunião e a decisão do Prefeito de Belo Horizonte em retomar os investimentos nas áreas de moradia e saúde.

265. O presidente da Comissão ressaltou que a temática além de ser polêmica, apresenta um grau de enorme complexidade e o fato de haver opiniões diferentes não pode ser considerado um problema.

266. Sem nada mais a tratar, o presidente da Comissão encerrou a reunião às 12h47.

III.6 DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

267. A sexta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua foi realizada no dia 21 de setembro de 2023, às 09h46, no Plenário Camil Caram, sendo iniciada sob a presidência do vereador Braulio Lara e contou com as presenças dos vereadores Cleiton Xavier, Jorge Santos, Henrique Braga e Bruno Pedralva, sendo que os quatro últimos participaram de forma remota, através de videoconferência.

268. Dando continuidade aos trabalhos, o presidente da Comissão comunicou aos demais membros que seriam apreciados e votados os seguintes Requerimentos de Comissão:

- I. Requerimento de Comissão nº 2520/2023. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade a intimação de Genilson Ribeiro Zeferino, Secretário Municipal de Segurança e Prevenção, para prestar informações que serão de suma importância para os trabalhos desta Comissão, no dia



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

06 de outubro de 2023, às 09h30, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: vereadores Braulio Lara e Cleiton Xavier.

269. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento em tela.

II. Requerimento de Comissão nº 2521/2023. Solicitação de pedido de informação à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania de Belo Horizonte, tendo como finalidade a obtenção das informações referentes aos chamamentos públicos e/ou procedimentos de características semelhantes, que foram realizados nos últimos 10 (dez) anos, e que possuíam como finalidade a habilitação de entidades prestadoras de serviços socioassistenciais direcionados à população em condições de vulnerabilidade, risco pessoal e social resultante da situação de vida nas ruas. Autoria: vereadores Braulio Lara e Cleiton Xavier.

270. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento em tela. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

III. Requerimento de Comissão nº 2522/2023. Solicitação de pedido de informação ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à fome, órgão da Administração Federal Direta, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações: 1 – Nos últimos 15 (quinze) anos, quais foram os valores repassados ao Município de Belo Horizonte/MG para o custeio dos serviços socioassistenciais? 2 – Dos supramencionados valores, há uma especificação dos recursos destinados para as políticas que tratam exclusivamente dos serviços direcionados à população em situação de rua? Autoria: vereadores Braulio Lara e Cleiton Xavier.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

271. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento em tela. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

- IV. Requerimento de Comissão nº 2523/2023. Solicitação de pedido de informação ao Prefeito Fuad Noman, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações: 1 – Como é feita a divulgação dos alertas meteorológicos para a população em situação de rua, por parte da Defesa Civil, para prever as ondas de frio com a máxima antecedência? 2 – Existe um trabalho coordenado com outras secretarias para traçar ações específicas nas épocas de excesso de frio ou chuva? Autoria: vereadores Braulio Lara, Cleiton Xavier.

272. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento em tela. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

- V. Requerimento de Comissão nº 2524/2023. Solicitação de pedido de informação ao Prefeito Fuad Noman, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações: 1 – São disponibilizados itens de higiene básica para as pessoas em situação de rua? Em quais locais é feita a entrega desses itens? 2 – Quais as medidas são adotadas para a garantia de condições mínimas de higiene e segurança nos abrigos? Autoria: vereadores Braulio Lara, Cleiton Xavier.

273. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento em tela. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

- VI. Requerimento de Comissão nº 2525/2023. Solicitação de pedido de informação ao Prefeito Fuad Noman, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações: 1 – Os abrigos de Belo Horizonte contam com



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

espaço para abrigamento dos animais de estimação da população em situação de rua atendida? 2 – A Vigilância Sanitária tem prestado apoio a estes abrigos para garantir condições mínimas desse espaço de acolhimento provisório? Autoria: vereadores Braulio Lara, Cleiton Xavier.

274. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento em tela. A Comissão deliberou que o prazo para resposta será de 10 dias úteis.

VII. Requerimento de Comissão nº 2526/2023. Solicitação de pedido de informação ao Prefeito Fuad Noman, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações: 1 – Existem, no Município, bagageiros nos equipamentos públicos destinados às pessoas em situação de rua para guardar seus pertences? 2 – Onde estão localizados esses bagageiros ou guarda volumes? 3 – Qual o número total de unidades para guarda de volumes e quantas pessoas em situação de rua utilizam o serviço? Autoria: Braulio Lara, Cleiton Xavier.

275. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento em tela. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

VIII. Requerimento de Comissão nº 2527/2023. Solicitação de pedido de informações ao Prefeito Fuad Noman, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações: 1 – Quais ações de capacitação dos agentes que realizam a abordagem de pessoas em situação de rua foram promovidas pelo Poder Executivo nos últimos 5 anos? 2 – Existe treinamento específico para a guarda municipal, agentes das equipes de fiscalização e funcionários para abordagens realizadas a essa parcela da população? 3 – Qual o órgão ou entidade responsável pela capacitação? 4 – A elaboração do conteúdo da capacitação foi feita pelo próprio Poder Executivo? Quais os responsáveis por sua produção? 5 – Qual o valor gasto em todo o



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

processo, desde a elaboração até a efetiva capacitação dos servidores? Qual a dotação orçamentária suportou os gastos? 6 – Enviar a lista de servidores capacitados. Autoria: vereadores Bráulio Lara, Cleiton Xavier.

276. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento em tela. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

IX. Requerimento de Comissão nº 2528/2023. Solicitação de pedido de informação ao Prefeito Fuad Noman, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações: 1 – Existe canal direto para recebimento de denúncias de violência contra a população em situação de rua? 2 – Quantas denúncias foram recebidas pelo Poder Executivo nos últimos 12 meses? 3 – Quais foram as situações denunciadas, e qual o percentual no número total de denúncias elas representam? Discriminar por assunto/tema. Autoria: vereadores Bráulio Lara, Cleiton Xavier.

277. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento em tela. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

X. Requerimento de Comissão nº 2529/2023. Solicitação de pedido de informação ao Prefeito Fuad Noman, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações: 1 – O Município possui diagnóstico pormenorizado da população em situação de rua com a indicação do quantitativo de pessoas nessa situação por área geográfica, quantidade e local de vagas de abrigo e capacidade de fornecimento de alimentação? 2 – Qual o valor empenhado para a realização desse diagnóstico? Qual a dotação orçamentária deverá suportar a despesa? Autoria: vereadores Bráulio Lara, Cleiton Xavier.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

278. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento em tela. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

XI. Requerimento de Comissão nº 2530/2023. Solicitação de pedido de informação ao Prefeito Fuad Noman, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações: 1 – É realizada inspeção periódica dos centros de acolhimento e outros equipamentos direcionados à população em situação de rua, para garantia mínima de salubridade e segurança? 2 – Qual é o órgão responsável por essa fiscalização? Anexar os relatórios das inspeções realizadas nos últimos 3 anos. Autoria: vereadores Braulio Lara, Cleiton Xavier.

279. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento em tela. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

XII. Requerimento de Comissão nº 2531/2023. Solicitação de pedido de informação ao Prefeito Fuad Noman, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações: 1 – Quais os programas de transferência de renda no Município, direcionados para a população em situação de rua? 2 – Quais os programas de capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho no Município, direcionados para a população em situação de rua? 3 – Quantos cidadãos foram atendidos pelo Programa Estamos Juntos? Quanto foi gasto para atendimento a essas pessoas no último ano, bem como no primeiro quadrimestre de 2023? Autoria: vereadores Braulio Lara, Cleiton Xavier.

280. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento em tela. A Comissão deliberou que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

281. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente deu ciência aos membros da Comissão o recebimento do seguinte documento:

I. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 2201/2023.

282. Sem nada mais a tratar, o Presidente da Comissão encerrou a reunião às 10h02.

III.7 DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

283. A sétima reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua foi realizada no dia 06 de outubro de 2023, às 09h46, no Plenário Helvécio Arantes, sendo iniciada sob a presidência do vereador Braulio Lara e contou com as presenças dos vereadores Cleiton Xavier, Bruno Pedralva, Henrique Braga, Ciro Pereira e Jorge Santos, sendo que os três últimos participaram de forma remota, através de videoconferência.

284. A reunião teve como finalidade a realização da oitiva com Genilson Ribeiro Zeferino, Secretário Municipal de Segurança e Prevenção de Belo Horizonte, que prestou esclarecimentos à Comissão.

285. Dando continuidade aos trabalhos, o presidente da Comissão comunicou aos demais membros a inversão da ordem da pauta, deste modo foram apreciados e votados os seguintes Requerimentos de Comissão:

I. Requerimento de Comissão nº 2585/2023. Solicitação de pedido de informação à Secretaria Municipal de Fazenda, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações: 1 – Nos últimos 15 (quinze) anos, quais foram os valores repassados pela União ao Município de Belo Horizonte/MG para custeio dos serviços socioassistenciais? 2 – Dos supramencionados valores, há uma especificação dos recursos destinados para as políticas que tratam exclusivamente dos serviços direcionados à população em situação de rua? Autoria: vereadores Braulio Lara, Cleiton Xavier.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

286. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento em tela. A Comissão deliberou que o prazo para resposta será de 10 dias úteis.

II. Requerimento de Comissão nº 2684/2023. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade a convocação do Subsecretário de Planejamento e Orçamento e Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão do Município de Belo Horizonte, Bruno Passeli, para prestar informações à Comissão no dia 19 de outubro de 2023, às 09h30, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: vereadores Braulio Lara, Cleiton Xavier.

287. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento em tela. Ressalta-se o voto contrário do vereador Bruno Pedralva e a não participação do vereador Ciro Pereira na votação da proposição. Registre-se que o local da oitiva foi modificado para o Plenário Camil Caram.

288. Durante a apreciação do Requerimento, o vereador Bruno Pedralva informou que era contrário à aprovação da proposição, pois no seu entendimento não haveria a necessidade de se utilizar o instituto da convocação em relação ao Subsecretário, bastando apenas um convite. O presidente da Comissão enfatizou que a utilização da convocação de autoridade é uma prerrogativa da Comissão Parlamentar de Inquérito.

III. Requerimento de Comissão nº 2685/2023. Solicitação de realização de visita técnica, tendo como finalidade a verificação das instalações e funcionamento do Centro de Referência Especializado para a população em situação de rua – Centro POP Miguilim, no dia 10 de outubro de 2023, às 11h, cujo o endereço é na Rua Varginha, nº 210, bairro Floresta. Autoria: vereadores Braulio Lara, Cleiton Xavier.

289. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento em tela.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

IV. Requerimento de Comissão nº 2686/2023. Solicitação de realização de visita técnica, tendo como finalidade a verificação das condições nas quais se encontram as pessoas que estão em estado de vulnerabilidade social e encontram-se em situação de rua nas imediações da Praça do Peixe, no bairro Bonfim, no dia 16 de outubro de 2023, às 11h, com ponto de encontro no supramencionado local. Autoria: vereadores Braulio Lara, Cleiton Xavier.

290. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento em tela.

V. Requerimento de Comissão nº 2687/2023. Solicitação de realização de visita técnica, tendo como finalidade a verificação da instalação e funcionamento do Albergue Tia Branca Unidade I, no dia 16 de outubro de 2023, às 18h, cujo endereço é na Rua Conselheiro Rocha, nº 351, bairro Floresta. Autoria: vereadores Braulio Lara, Cleiton Xavier.

291. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento em tela.

VI. Requerimento de Comissão nº 2688/2023. Solicitação de realização de visita técnica, tendo como finalidade a verificação das instalações e funcionamento do Albergue Tia Branca Unidade II, no dia 16 de outubro de 2023, às 19h30, cujo endereço é na Rua Timbiras, nº 2.670, bairro Funcionários. Autoria: vereadores Braulio Lara, Cleiton Xavier.

292. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento em tela.

VII. Requerimento de Comissão nº 2689/2023. Solicitação de realização de visita técnica, tendo como finalidade a verificação das instalações e o funcionamento da Unidade de Gestantes e Puérperas, no dia 18 de outubro



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de 2023, às 18h, cujo endereço é na Rua Canoas, nº 575, bairro Betânia.

Autoria: vereadores Bráulio Lara, Cleiton Xavier.

293. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento em tela.

294. Registre-se que durante a apreciação da proposição, o vereador Bruno Pedralva solicitou ao Presidente a mudança na data da referida visita técnica. O Presidente da Comissão informou que manteria a data, pois o cronograma de trabalho deveria ser mantido para que a dinâmica dos trabalhos não fosse modificada.

VIII. Requerimento de Comissão nº 2690/2023. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade a convocação do Controlador-Geral do Município de Belo Horizonte, Leonardo de Araújo Ferraz, para prestar informações à Comissão no dia 19 de outubro de 2023, às 10h, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: vereadores Bráulio Lara, Cleiton Xavier.

295. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento em tela. Ressalta-se o voto contrário do vereador Bruno Pedralva. Registre-se que o local da oitiva foi modificado para o Plenário Camil Caram.

296. Durante a apreciação da proposição em tela, o vereador Bruno Pedralva reiterou que era contrário à utilização da convocação para comunicar o Controlador-Geral sobre a participação do referido servidor na reunião da Comissão. O presidente, vereador Bráulio Lara, enfatizou que a utilização da convocação está dentro do arcabouço legal e regimental da Comissão Parlamentar de Inquérito, razão pela qual a Comissão possui capacidade plena para se utilizar do instituto da convocação.

IX. Requerimento de Comissão nº 2691/2023. Solicitação de pedido de informação ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, tendo como finalidade a obtenção das seguintes informações: 1 – A Prefeitura de Belo Horizonte está sujeita ao cumprimento das obrigatoriedades fixadas na ADPF nº 976? 2 – A Prefeitura de Belo Horizonte deverá cumprir o prazo de 120 (cento e vinte) dias, para a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

realização de diagnóstico pormenorizado da situação nos respectivos territórios, com a indicação do quantitativo de pessoas em situação de rua por área geográfica, qualidade e local das vagas de abrigo e de capacidade de fornecimento de alimentação? Autoria: vereadores Braulio Lara, Cleiton Xavier, Fernando Luiz, Henrique Braga e Jorge Santos.

297. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento em tela. A Comissão deliberou que o prazo para resposta será de 10 dias úteis.

298. Dando seguimento aos trabalhos, o presidente deu ciência aos demais membros da Comissão o recebimento dos seguintes documentos:

- I. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 2358/2023.
- II. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 2480/2023.
- III. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 2481/2023.
- IV. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 2494/2023.

299. O presidente da Comissão, vereador Braulio Lara, comunicou à todos que daria início a oitiva, deste modo, solicitou que o Secretário, Genilson Ribeiro Zeferino, fizesse uma breve explanação sobre seu histórico profissional. O Secretário informou que foi servidor público federal por cerca de 38 anos, trabalhando nos Ministérios da Justiça e Educação. Se formou em psicologia e posteriormente se especializou em criminologia, trabalhando também como perito. Trabalhou também no Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro e desenvolveu projetos de implementação de melhorias nos processos educacionais voltados ao grande público, em âmbito nacional. Período esse que residiu em Brasília por alguns anos. Disse que também trabalhou na Câmara Municipal de Belo Horizonte, período no qual integrou a Comissão de Direitos Humanos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

300. Dando continuidade a sua apresentação, Genilson Ribeiro Zeferino, disse que trabalhou na Universidade Federal de Minas Gerais e na ouvidoria da Polícia Civil de Minas Gerais, também sendo professor na Academia de Polícia – ACADEPOL. Atuou também como Superintendente de Integração da Polícia Militar de Minas Gerais e Polícia Civil de Minas Gerais. Concluiu informando que foi Secretário de Administração Prisional de Minas Gerais por cerca de 6 anos e posteriormente, na gestão do Prefeito Alexandre Kalil, exerceu a função de Secretário Municipal de Segurança e Prevenção.

301. Dando seguimento aos trabalhos, o presidente da Comissão perguntou ao Secretário como ocorria a interação e integração dos setores de segurança pública em Belo Horizonte. Em resposta, o Secretário disse que o modelo de estruturação e interação desses órgãos de segurança pública são inspirados em modelos existentes nas grandes cidades, como por exemplo em Nova Iorque nos Estados Unidos da América. Ressaltou que o problema da violência se tornou sistêmico e que atualmente há uma verdadeira guerra entre os órgãos de segurança pública e as organizações criminosas, sendo que o tráfico de drogas torna o referido embate uma situação ainda mais complexa.

302. Sobre a estrutura da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, o Secretário fez menção ao Centro de Operações de Belo Horizonte, setor responsável pelo monitoramento, vigilância e envio de informações para a Guarda Civil Municipal e a Polícia Militar de Minas Gerais. Ainda sobre a estrutura organizacional, Genilson Ribeiro Zeferino também citou os setores ligados à prevenção social e o combate a criminalidade, ressaltando o trabalho preventivo realizado nas escolas através de apresentações, palestras e seminários que tratam do combate ao uso de drogas e cometimento de crimes. O Secretário enfatizou a atuação da Guarda Civil Municipal e a sua presença ostensiva nas regionais da cidade. Enfatizou que, atualmente, na região centro-sul há uma maior concentração de pessoas em situação de rua, deste modo o número de ações e medidas implementadas pelos setores da segurança pública em Belo Horizonte possuem um maior direcionamento para essa região.

303. O presidente da Comissão perguntou sobre a dinâmica de financiamento e planejamento dos projetos ligados à segurança pública e as ações promovidas e direcionadas à população em situação de rua. Em resposta, o Secretário informou que a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção não possui um orçamento específico para atender as demandas das pessoas com trajetória de vida nas ruas. Sobre a competência da referida Secretaria, Genilson Ribeiro Zeferino ressaltou que cabe a ela o desenvolvimento e monitoramento das operações que objetivam manter a ordem pública e as ações de implementação das políticas preventivas, que incluem o combate aos atos criminais e programas educacionais de conscientização de valorização da vida e bem estar social.

304. O presidente indagou sobre o papel desempenhado pela Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção no desenvolvimento de medidas na área de segurança pública no Município. Em resposta, Genilson Ribeiro Zeferino ressaltou que a Secretaria realiza um trabalho de monitoramento e elaboração de uma espécie de diagnóstico sobre a situação do Município frente às demandas relacionadas aos aspectos da segurança pública, deste modo os setores de segurança conseguem identificar os locais de maior desordem e quais modelos de atuação serão adotados. Ainda sobre a temática, o Secretário enfatizou que em Belo Horizonte foi possível mapear cerca de 30 pontos com indicadores de desordem, com evidência nas regiões da Lagoinha, Vera Cruz e Barreiro.

305. O Secretário ressaltou o trabalho realizado pelo Centro Integrado de Atendimento à Mulher – CIAM, localizado na região da Lagoinha, que além de fornecer alimentação às usuárias do equipamento, também presta os serviços de direcionamento e aconselhamento para que as mulheres possam acessar os programas governamentais de assistência social e transferência de renda. Ainda sobre as medidas adotadas, Genilson Ribeiro Zeferino relatou os resultados obtidos com o projeto de combate a importunação sexual, que objetivou combater as condutas de assédio e constrangimento sofrido pelas mulheres nas vias públicas e principalmente no transporte público do Município.

306. O relator da Comissão, vereador Cleiton Xavier, agradeceu mais uma vez a presença do Secretário e informou que a CPI optou pela convocação em detrimento do convite por entender que o instrumento da convocação seria o mais adequado devido às características e formalidades que compõem uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

307. Dando continuidade aos trabalhos, o relator da Comissão perguntou ao Secretário sobre como ocorre a dinâmica de atuação da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção frente às denúncias de condutas criminosas e consumo de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

entorpecentes no interior dos abrigos públicos que recebem as pessoas em situação de rua em Belo Horizonte. Em resposta, Genilson Ribeiro Zeferino disse que os mecanismos de diagnóstico, mapeamento e confirmação das denúncias precisam ser aprimorados. Nessa temática o Secretário ressaltou que a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção não pode atuar com base em informações desconexas e sim com base em dados precisos e seguros. Enfatizou que o fenômeno das pessoas em situação de rua se tornou global e que a Prefeitura de Belo Horizonte deve enfrentar o problema. O Secretário informou que atualmente foram mapeadas aproximadamente 5.000 pessoas em situação de rua no Município, sendo que a sua maioria é composta por homens, entre 25 e 35 anos, com baixo nível de instrução e uma grande parcela dessa população se encontra na regional centro-sul. Genilson Ribeiro Zeferino ressaltou que uma parcela dessa população também é um fenômeno do processo de migração das pessoas vindas do interior de Minas Gerais para a capital. O Secretário concluiu afirmando que a Guarda Civil Municipal também busca auxiliar essa população localizando seus familiares no intuito de realizar uma reinserção no âmbito familiar.

308. O presidente da Comissão ressaltou que a impressão que se tem é de uma falta de organização nas ações executadas pela Prefeitura e uma desarticulação do Poder Executivo com as demais Secretarias frente às demandas voltadas à população em situação de rua. O presidente também enfatizou que é de conhecimento público a existência de locais onde há tráfico de drogas e cometimento de outras ilicitudes, dando como exemplo a região da Lagoinha.

309. O vereador Cleiton Xavier ressaltou a decisão do Supremo Tribunal Federal – STF que autorizou as guardas municipais de realizarem as devidas abordagens nas suas operações de segurança pública e durante a realização do patrulhamento ostensivo. O relator da Comissão perguntou ao Secretário sobre a atuação da Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte dentro dos abrigos e nas suas imediações, principalmente durante as ações preventivas.

310. O presidente solicitou a palavra e complementou o questionamento do vereador Cleiton Xavier, enfatizando que durante as realizações das visitas técnicas programadas pela Comissão, pôde-se observar que alguns abrigos de Belo Horizonte possuem vagas ociosas, e indagou ao Secretário sobre uma possível negligência do Poder Público na fiscalização e no efetivo encaminhamento para esses equipamentos. O presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

concluiu enfatizando que existe um sentimento de insegurança não somente nos abrigos, mas também em diferentes locais da cidade, principalmente na região central.

311. Em resposta, Genilson Ribeiro Zeferino informou que a Prefeitura de Belo Horizonte, em conjunto com a Guarda Civil Municipal, desenvolveu uma série de ações para diminuir os índices criminais em Belo Horizonte, dentre elas a realização de patrulhamento contínuo nas áreas mais críticas e uma maior aproximação dos setores de segurança com a população. O Secretário ressaltou que inúmeras pessoas que se encontram em situação de rua são encaminhadas para os equipamentos de acolhimento e direcionamento, porém muitos apresentam resistência em aderir ao programa social apresentado.

312. O vereador Fernando Luiz, membro da Comissão, ressaltou que a Constituição Federal garante à população o direito à segurança pública e à ordem social. Enfatizou que os cargos públicos devem ser ocupados por indivíduos que apresentem a capacidade e competência necessária para o desenvolvimento das suas funções. O membro da Comissão criticou a atuação do Prefeito de Belo Horizonte, pois segundo seu entendimento o Poder Executivo não atua de forma eficaz para resolver os principais problemas da cidade e parte dos recursos financeiros estão sendo alocados de forma equivocada. O vereador Fernando Luiz concluiu afirmando que seria um equívoco comparar Belo Horizonte com outros municípios na tentativa de justificar a inércia do Poder Público na implementação de ações para mitigar os problemas. Acrescentou que a Comissão optou pela convocação porque em situações anteriores, ao serem convidadas inúmeras autoridades optaram pelo envio de seus representantes.

313. O membro da Comissão, vereador Bruno Pedralva, ressaltou que o Estado não pode prender uma pessoa pelo fato dela estar na rua, e acrescentou que um indivíduo não pode ser obrigado a utilizar um abrigo ou equipamento público. Disse que o atendimento e auxílio às pessoas com trajetória de vida nas ruas poderia ocorrer de forma gradual, se buscando mecanismos de convencimento para que essas pessoas tenham condições de aceitarem a ajuda do Poder Público. Enfatizou que considerou desnecessária a intimação do Secretário, sendo que o mesmo poderia ter sido convidado.

314. O presidente da Comissão solicitou ao vereador Bruno Pedralva que este se atentasse ao tema proposto pela CPI, e deixasse as discussões políticas e ideológicas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

para um momento oportuno. O presidente ressaltou que toda a sociedade é possuidora de direitos, mas também de deveres. Deste modo, o Poder Público deve se atentar aos problemas relacionados à obstrução das calçadas, situação essa que dificulta a passagem dos transeuntes, principalmente na região central de Belo Horizonte. Ainda sobre a temática, o vereador Braulio Lara ressaltou a ocupação irregular do espaço público em decorrência da manutenção de barracas e outros materiais que ficam depositados de forma desordenada, porém enfatizou que as políticas públicas devem oferecer condições de dignidade e reinserção social às pessoas em estado de vulnerabilidade, principalmente para os indivíduos que se encontram nas ruas. O presidente pediu uma atuação mais efetiva dos setores da segurança pública e da assistência social e perguntou ao Secretário se a Guarda Civil Municipal possui condições de garantir segurança nos abrigos públicos.

315. Em resposta, Genilson Ribeiro Zeferino informou que a Guarda Civil Municipal possui plena capacidade para atender as demandas existentes nos abrigos, porém a permanência contínua dos agentes de segurança nesses equipamentos públicos foi modificada com o intuito de diminuir o constrangimento das pessoas atendidas, já que muitos usuários dos abrigos possuem uma relação e visão conturbada frente às forças de segurança.

316. O vereador Cleiton Xavier solicitou a palavra e discordou da posição do vereador Bruno Pedralva sobre a não necessidade de convocação de servidores e secretários municipais. Ressaltou que há aproximadamente um ano tenta convidar diferentes secretários para participarem de audiências públicas, porém os secretários compareceram quando o convite foi realizado por vereadores alinhados com o Poder Executivo, nos casos contrários os secretários enviaram seus representantes. Ressaltou que ao verificar diferentes dados se espantou com a grande quantidade de pessoas que estão em situação de rua, que atualmente são de aproximadamente 5 mil pessoas e algumas informações e pesquisas apontam para cerca de 10 mil pessoas. O relator da Comissão disse que os direitos fundamentais foram uma conquista do Estado e devem ser aplicados para todos.

317. O vereador Cleiton Xavier apresentou dados relacionados ao número de ocorrências relacionadas ao tráfico de entorpecentes na região próxima ao Centro de Referência da População em Situação de Rua – Centro POP – Centro-Sul e do imóvel



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

utilizado pela Associação dos Catadores de Papelão e Material Reaproveitável – ASMARE. Ainda sobre a temática, o relator perguntou ao Secretário sobre a periodicidade das operações da Guarda Civil Municipal na referida região. Em resposta, Genilson Ribeiro Zeferino informou que segundo informações da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, atualmente cerca de 1.710 pessoas se encontram em situação de rua devido a dependência química e que em Belo Horizonte foram mapeados cerca de 20 locais onde se concentram a maior parte dos usuários de drogas. Ainda sobre o tema, o Secretário disse que os setores de segurança desenvolveram um mapeamento e diagnóstico do atual cenário da região do Barro Preto. Informou que a Guarda Civil Municipal não realiza um trabalho de identificação desses locais, já que os setores de inteligência da Polícia Militar e Polícia Civil desempenham tal função, porém a Guarda Civil realiza um patrulhamento ostensivo das regiões previamente definidas.

318. O presidente da Comissão ressaltou sobre os problemas existentes nas imediações dos abrigos públicos citando o tráfico de drogas, a poluição oriunda do depósito irregular de materiais e desordem. O presidente concluiu informando que iria encaminhar um pedido de informação à Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção sobre o número de ocorrências nas proximidades desses abrigos públicos.

319. Em resposta, o Secretário disse que o número de chamadas nos referidos locais não são altas e sugeriu a instalação de câmeras de monitoramento nas proximidades desses equipamentos públicos.

320. O vereador Bruno Pedralva disse que as informações apresentadas na reunião foram de extrema importância para os trabalhos da Comissão, porém criticou a suposta proposta do vereador Braulio Lara, apresentada através de um Projeto de Lei que permitiria o recolhimento de pertences das pessoas que se encontram em situação de rua. O membro da Comissão ressaltou que todos os crimes devem ser investigados e que as questões ligadas ao tema são de enorme complexidade.

321. Registre-se que às 11h44, o presidente da Comissão comunicou a prorrogação da reunião por mais 1 hora.

322. O vereador Cleiton Xavier criticou a explanação do vereador Bruno Pedralva e ressaltou que uma pequena parcela da população em situação de rua está ligada à prática de atos criminosos e que a sua grande maioria é composta por pessoas de bem.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

323. O presidente da Comissão ressaltou que o vereador Bruno Pedralva divulgou em suas redes sociais um conteúdo extremamente equivocado e mentiroso, já que o Projeto de Lei mencionado por Bruno Pedralva não permitia o recolhimento de objetos pessoais das pessoas em situação de rua. O presidente enfatizou que a proposição em tela não foi de sua exclusiva autoria e sim de autoria coletiva oriunda de uma comissão da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Sobre a retirada de pertences das pessoas em situação de rua, o vereador Braulio Lara enfatizou que segundo a proposição apresentada os materiais classificados como não pessoais poderiam ser transportados para um centro de recebimento e guarda de objetos. O presidente afirmou que o Poder Público precisa discutir sobre a implementação de medidas mitigadoras e que considera inadmissíveis as condições degradantes e humilhantes nas quais se encontram as pessoas com trajetória de vida nas ruas.

324. Genilson Ribeiro Zeferino enfatizou que a Guarda Civil Municipal desenvolve ações para coibir situações de obstruções de postos de saúde e outros equipamentos públicos da cidade por parte das pessoas que se encontram em situação de rua. O Secretário informou que em inúmeras ocasiões que inicialmente são consideradas como tráfico de drogas são na verdade situações de consumo, sem a caracterização da traficância. Ainda sobre a temática da segurança, Genilson Ribeiro Zeferino ressaltou que a Guarda Civil Municipal, dentro das suas atribuições, realiza operações de combate à receptação, roubo e furto, principalmente dos cabos elétricos, para diminuir a comercialização irregular de cobre e alumínio. O Secretário ressaltou a parceria com a Polícia Militar de Minas Gerais e com a Polícia Civil de Minas Gerais e fez menção à existência do Comitê de Políticas sobre Drogas que envolve a interação dos setores de segurança, assistência social, saúde, iniciativa privada e do Poder Público.

325. O vereador Cleiton Xavier perguntou se a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção realizou alguma ação para melhoria da imagem da Guarda Civil Municipal junto à população em situação de rua, ressaltando também que a mencionada corporação possui a atribuição de reprimir as condutas delituosas e também realizar um trabalho preventivo. Em resposta, Genilson Ribeiro Zeferino informou que os agentes da Guarda Civil Municipal passam por treinamentos de capacitação e a corporação desenvolve projetos para fomentar a aproximação dos setores de segurança pública e a sociedade.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

326. O presidente da Comissão explanou sobre uma situação do seu conhecimento na qual um indivíduo que cumpriu pena no sistema prisional e ao sair solicitou auxílio junto a Prefeitura de Belo Horizonte para retornar a sua cidade natal, porém a sua solicitação não foi atendida. O presidente ressaltou que o Poder Público não está apresentando soluções assertivas frente ao problema do aumento considerável do número de pessoas que se encontram nas ruas. Enfatizou que a situação apresentada não apresentava um alto grau de complexidade e mesmo assim não foi resolvida. Concluiu afirmando que as demandas dos servidores que estão atuando diretamente junto às pessoas em estado de vulnerabilidade devem ser observadas e na medida do possível o Poder Público deveria implementar novas políticas sociais e sugeriu a criação, na rodoviária de Belo Horizonte, de um centro de atendimento ao imigrante.

327. O vereador Cleiton Xavier perguntou ao Secretário se ele teria conhecimento sobre o orçamento municipal e o valor destinado especificamente para o atendimento da população em situação de rua. O relator da Comissão acrescentou que muitas pessoas não utilizam os abrigos municipais por terem receio em relação ao furto de seus objetos e possíveis agressões. O relator informou que o orçamento destinado aos abrigos, no ano de 2023, foi de aproximadamente R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) e perguntou se o referido valor seria adequado.

328. Em resposta, Genilson Ribeiro Zeferino disse que não teria condições e conhecimento para tratar do assunto ligado ao orçamento municipal. Ressaltou que o problema da relação das pessoas em situação de rua e a dependência química seriam questões de enorme complexidade e nessa temática citou a cidade de São Paulo, que nos últimos anos promoveu uma série de medidas para acabar com a “Cracolândia”, porém as ações implementadas não resultaram na diminuição dos problemas oriundos do uso e tráfico de entorpecentes. O Secretário enfatizou que a Guarda Civil Municipal procura garantir o bem estar social e a proteção do patrimônio público, mas para o enfrentamento das demandas mais complexas exigiria uma atuação conjunta das forças de segurança.

329. O presidente da Comissão ressaltou os inúmeros problemas que a população da Lagoinha vem enfrentando, destacou o número considerável de usuários de drogas que se instalaram na mencionada região, a poluição oriunda do depósito irregular de materiais e a desordem ocasionada pelo considerável número de barracas no local e os



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

problemas da violência entre as pessoas que ficam na região e se encontram em situação de rua.

330. Sobre o tema supramencionado, o Secretário disse que existe a necessidade de uma célere intervenção na região e que a região da Lagoinha seria um reflexo da evidente desigualdade social.

331. O presidente enfatizou sobre a sensação de insegurança nos parques públicos de Belo Horizonte e disse que seria necessária uma atuação mais ostensiva da Guarda Civil Municipal para que não haja a degradação desses espaços e a população possa usufruir desses equipamentos públicos.

332. O relator da Comissão, vereador Cleiton Xavier, perguntou ao Secretário sobre a posição da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção no que se refere às denúncias das pessoas em situação de rua que optam por não utilizarem os abrigos públicos por não se sentirem seguras nesses equipamentos. Em resposta, Genilson Ribeiro Zeferino informou que não tinha conhecimento sobre tais denúncias e ressaltou que os abrigos possuem regras de ordem e utilização e que muitas pessoas possuem dificuldades de seguirem tais regras e adotam uma postura de resistência para utilizarem dos serviços prestados nesses equipamentos. O Secretário assumiu o compromisso no desenvolvimento de ações que coíbam condutas abusivas dos agentes da Guarda Civil Municipal em relação às pessoas que possuem trajetória de vida nas ruas.

333. O presidente da Comissão informou à todos que a reunião estava terminando, deste modo ressaltou que os diferentes setores da segurança pública deveriam atuar conjuntamente e de forma preventiva para garantir uma maior dignidade às pessoas que estão em situação de rua. O presidente, mais uma vez, agradeceu a presença do Secretário Municipal de Segurança e Prevenção.

334. Genilson Ribeiro Zeferino enfatizou que os órgãos de segurança pública de Belo Horizonte valorizam a paz e a construção de mecanismos que garantam o respeito à dignidade de toda sociedade.

335. Sem nada mais a tratar, o presidente da Comissão encerrou a reunião às 12h45.

III.8 DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

336. A oitava reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua foi realizada no dia 16 de outubro de 2023, às 09h26, no Plenário Helvécio Arantes, sob a presidência do vereador Braulio Lara, que participou de forma remota, e contou com a participação, através de videoconferência, dos vereadores Cleiton Xavier, Henrique Braga e Bruno Pedralva.

337. Deste modo, o presidente da Comissão informou que seriam apresentados para apreciação e votação os seguintes Requerimentos:

- I. Requerimento de Comissão nº 2717/2023. Solicitação de cancelamento da visita técnica que teria como finalidade a verificação das instalações e funcionamento do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP Miguilim. Autoria: vereadores Braulio Lara, Cleiton Xavier, Bruno Pedralva.

338. Registre-se que o presidente da Comissão declarou a perda do objeto do Requerimento.

- II. Requerimento de Comissão nº 2750/2023. Solicitação de cancelamento de visita técnica que teria como finalidade a verificação da instalação e funcionamento do Albergue Tia Branca Unidade I. Autoria: vereador Braulio Lara.

339. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento.

340. Durante a apreciação da propositura em tela, o presidente informou que a mudança na data da supramencionada visita foi uma solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania.

- III. Requerimento de Comissão nº 2751/2023. Solicitação de cancelamento de visita técnica que teria como finalidade a verificação da instalação e funcionamento do Albergue Tia Branca Unidade II. Autoria: vereadores Braulio Lara, Cleiton Xavier.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

341. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento.

IV. Requerimento de Comissão nº 2752/2023. Solicitação de realização de visita técnica, tendo como finalidade a verificação das instalações e funcionamento do Albergue Tia Branca Unidade I, no dia 23 de outubro de 2023, às 18h, localizado na Rua Conselheiro Rocha, nº 351, Bairro Floresta. Autoria: vereadores Braulio Lara, Cleiton Xavier.

342. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento.

V. Requerimento de Comissão nº 2753/2023. Solicitação de realização de visita técnica, tendo como finalidade a verificação das instalações e funcionamento do Albergue Tia Branca Unidade II, no dia 23 de outubro de 2023, às 19h30, localizado na Rua Timbiras, nº 2.670, Bairro Funcionários. Autoria: vereadores Braulio Lara, Cleiton Xavier.

343. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento.

VI. Requerimento de Comissão nº 2754/2023. Solicitação de realização de visita técnica, tendo como finalidade a verificação das instalações e funcionamento do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP Miguilim, no dia 23 de outubro de 2023, às 15h, localizado na Rua Varginha, nº 210, Bairro Floresta. Autoria: vereadores Braulio Lara, Cleiton Xavier.

344. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram pela aprovação do Requerimento.

345. Registre-se que o horário da referida visita técnica foi alterado para às 16h30.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

346. Sem nada mais a tratar, o presidente da Comissão encerrou a reunião às 09h30.

III.9 DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

347. A nona reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua foi realizada no dia 19 de outubro de 2023, às 09h51, no Plenário Camil Caram, sob a presidência do vereador Braulio Lara, e contou com a participação dos vereadores Ciro Pereira, Bruno Pedralva, Henrique Braga e Jorge Santos, sendo que os três últimos participaram de forma remota, através de videoconferência.

348. Registre-se a presença do vereador Bruno Miranda, que não é membro da Comissão.

349. A reunião teve como finalidade a realização da oitiva, marcada para às 09h30, do Subsecretário de Planejamento e Orçamento, da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, Bruno Leonardo Passeli. Também estava marcada a oitiva, às 10h, do Controlador-Geral do Município de Belo Horizonte, Leonardo de Araújo Ferraz.

350. Dando continuidade aos trabalhos, o presidente da Comissão informou a inversão da ordem da pauta e deste modo foram apresentados, primeiramente, para apreciação e votação os seguintes Requerimentos:

- I. Requerimento de Comissão nº 2817/2023. Solicitação de prorrogação por 60 (sessenta) dias do prazo de duração da Comissão Parlamentar de Inquérito – População em Situação de Rua. Autoria: vereador Braulio Lara.

351. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram por aprová-lo.

- II. Requerimento de Comissão nº 2818/2023. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade a convocação da Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, Rosilene Rocha,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

para prestar informações que serão de suma importância para os trabalhos da Comissão, no dia 30 de novembro de 2023, às 09h30, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: vereador Braulio Lara.

352. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram por aprová-lo. Registre-se o voto contrário do vereador Bruno Pedralva.

353. Durante a votação da supramencionada proposição o vereador Bruno Pedralva informou que era contrário ao Requerimento, pois no seu entendimento a Secretária poderia ter sido convidada ao invés de ter sido convocada. O vereador Bruno Miranda perguntou ao presidente da Comissão se a Secretária havia sido convocada em momento anterior e não compareceu na reunião da CPI, pois no seu entendimento a servidora poderia ter sido convidada ao invés de convocada. Em resposta, o presidente informou que as reuniões ocorrem de forma mensal, por isso a Comissão utilizou o instituto da convocação e as oitivas são realizadas conforme adequação do horário de cada intimado.

354. O presidente da Comissão, vereador Braulio Lara, ressaltou que a Secretária Rosilene Rocha havia comparecido em uma reunião da CPI e não se sentiu incomodada em ser convocada pela Comissão.

355. Dando seguimento aos trabalhos, o presidente deu ciência aos demais membros da Comissão sobre o recebimento dos seguintes documentos:

- I. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 2521/2023.
- II. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 2523/2023.
- III. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 2524/2023.
- IV. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 2525/2023.
- V. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 2526/2023.
- VI. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 2527/2023.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

VII. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 2528/2023.

VIII. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 2529/2023.

IX. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 2530/2023.

X. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 2531/2023.

356. Dando continuidade a reunião, o presidente da Comissão informou que a oitava do Subsecretário de Planejamento e Orçamento seria iniciada.

357. Registre-se que o Procurador-Geral do Município, Hércules Guerra, acompanhou a oitava do Subsecretário.

358. O presidente da Comissão pediu à Bruno Leonardo Passeli uma breve apresentação do seu histórico profissional. O Subsecretário de Planejamento e Orçamento de Belo Horizonte informou que possui formação acadêmica nas áreas de Economia e Gestão Pública e ressaltou que foi Secretário da Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, no período de gestão do ex-governador Itamar Franco e também trabalhou como Secretário Adjunto de Planejamento na Prefeitura de Belo Horizonte.

359. O vereador Ciro Pereira solicitou a palavra e ressaltou sobre a importância da participação do Subsecretário e desejou à todos uma excelente reunião.

360. O vereador Bruno Pedralva lamentou o fato de não poder participar da reunião presencialmente em decorrência de um problema de saúde. O membro da Comissão agradeceu a presença do Procurador-Geral do Município e do Subsecretário de Planejamento e Orçamento.

361. O vereador Cleiton Xavier, relator da Comissão, agradeceu a presença de todos.

362. O vereador Bruno Miranda agradeceu a participação de todos os presentes e ressaltou que durante a gestão do Prefeito Alexandre Kalil o Poder Executivo discutia sobre as ações que poderiam ser desenvolvidas junto a população em situação de rua, destacando que na época foi estruturado o Programa Estamos Juntos, que inseriu aproximadamente 250 pessoas no mercado de trabalho formal. O vereador disse que



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

durante o período da pandemia as ações do mencionado programa foram suspensas e que o atual Prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman, apoiou a retomada do programa através da destinação de recursos financeiros. O vereador Bruno Miranda ressaltou sobre a importância da preparação psicológica das pessoas em situação de rua para que tais indivíduos estejam aptos a retornarem ao mercado de trabalho e reinseridos no convívio social. O vereador disse que a participação de todos os entes da federação será de fundamental importância na promoção e fomento dos programas voltados à população em situação de rua.

363. O presidente da Comissão ressaltou que apresentou emenda onde foi possível garantir os recursos financeiros para desenvolvimento e implantação do Programa Estamos Juntos. O Presidente enfatizou sobre a importância de se garantir os recursos financeiros para o cumprimento das demandas ligadas às pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social e com trajetória de vida nas ruas.

364. Em cumprimento das normas regimentais, o presidente da Comissão solicitou ao Subsecretário que o mesmo prestasse o compromisso de dizer a verdade, conforme dispõe o art. 203 do Código de Processo Penal combinado com o art. 342 do Código Penal.

365. O presidente enfatizou que a assistência social é uma rubrica muito importante no aspecto da gestão municipal e destinação de recursos, pois a destinação financeira, no último ano, para a pasta foi de aproximadamente R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), porém ressaltou que em 2023 houve uma redução dos valores repassados à assistência social, mesmo o Prefeito afirmando que não haveria redução orçamentária para esse setor. O presidente da Comissão perguntou ao Subsecretário qual seria a explicação para a redução orçamentária em tela.

366. Em resposta, Bruno Leonardo Passeli informou que a pasta da assistência social apresentou um aumento entre 7% e 8% em comparação com o ano de 2022, porém se observando um aspecto técnico do Projeto de Lei do Orçamento Anual – PLOA, consta uma redução de aproximadamente 4% dos recursos financeiros destinados para a área de assistência social. Sobre essa temática, o Subsecretário disse que a diferença dos números está relacionada a uma inadequação na classificação da receita relacionada à merenda escolar no plano orçamentário. Bruno Leonardo Passeli disse que essa receita estava direcionada à assistência social, porém deveria ter sido direcionada à educação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Deste modo, ao ser realizada a referida modificação tem-se a impressão que haveria uma redução orçamentária dos recursos destinados à assistência social.

367. O presidente perguntou sobre como a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão e as demais Secretarias desenvolvem a interlocução para a efetiva integração entre o orçamento previsto e os órgãos que executam os serviços.

368. Em resposta, Bruno Leonardo Passeli informou que ao se iniciar uma gestão no governo se deve observar as diretrizes estabelecidas no planejamento elaborado na gestão anterior, ou seja, não se pode promover modificações substanciais na destinação orçamentária estabelecida. O Subsecretário ressaltou que o planejamento orçamentário de Belo Horizonte, referente ao ano subsequente, deve ser apresentado pelo Poder Executivo 120 dias após o início do exercício financeiro. Enfatizou que o Plano de Metas é o primeiro instrumento de gestão governamental e que abarca todas as áreas de atuação do Poder Público. Bruno Leonardo Passeli ressaltou que o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG, está relacionado à construção do planejamento do governo para os 4 anos de mandato e que também possui a função de estabelecer uma base para a elaboração da Lei do Orçamento Anual – LOA.

369. Sobre a interlocução da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão com as demais Secretarias, o Subsecretário disse que os aspectos ligados ao planejamento são discutidos e elaborados em conjunto com as Secretarias, conforme as demandas específicas de cada órgão e setor.

370. O presidente da Comissão perguntou sobre a dinâmica de destinação orçamentária em um nível administrativo macro e a solicitação de recursos para o cumprimento das necessidades específicas de cada Secretaria. Em resposta, o Subsecretário informou que no início de cada exercício financeiro a execução da Lei Orçamentária Anual – LOA, é iniciada. Deste modo, nesse período ocorrem as interações com as demais Secretarias para a elaboração e implementação de possíveis adequações. Acrescentou que todos os Secretários ressaltam a insuficiência de recursos para aumentarem os investimentos nos seus respectivos setores e ressaltou que cada Secretaria possui uma espécie de margem para despesas extraordinárias, que pode chegar a até 3%, porém no atual cenário essa margem pode atingir de 6% a 7%. Ressaltou que após 30 dias da publicação da Lei Orçamentária Anual – LOA, o Poder Executivo emite um Decreto e consequentemente impossibilita a Administração Pública



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de ultrapassar o percentual da meta estabelecida, deste modo o controle do acréscimo das despesas tende a ser mais eficaz.

371. O presidente da Comissão ressaltou que os setores da assistência social não podem assumir as responsabilidades decorrentes das falhas que acontecem durante a prestação dos serviços socioassistenciais. Sobre a mencionada temática, o presidente afirmou que os referidos serviços também estão relacionados aos setores da saúde, segurança e educação. Ainda sobre o tema, o vereador Bráulio Lara questionou ao Subsecretário se seria possível a adequação da destinação dos recursos públicos para o desenvolvimento de ações à população em situação de rua, em uma espécie de modelo transversal e de integração das diferentes pastas. Em resposta, Bruno Leonardo Passeli informou que atualmente existem serviços específicos para as pessoas em situação de rua e fez menção da Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, Rosilene Rocha, afirmando que a mencionada Secretária possui as informações dos valores destinados aos serviços prestados às pessoas com trajetória de vida nas ruas. Disse que em determinadas situações o acesso aos dados financeiros não ocorre de forma simplificada. Sobre essa temática, o Subsecretário citou os serviços de limpeza urbana que ocorrem na região da Lagoinha, pois envolvem uma série de serviços e diferentes setores públicos. Acrescentou que alguns contratos celebrados com o Município e que possuem como finalidade o atendimento à população em situação de rua necessitam de um maior tempo para que seja realizado o detalhamento dos gastos.

372. O presidente da Comissão ressaltou sobre a falta de recursos financeiros para o desenvolvimento dos serviços ligados à assistência social e que são promovidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania e acrescentou que a insuficiência dos recursos pode prejudicar a implementação das políticas públicas voltadas à população em situação de rua.

373. O presidente perguntou como tais situações poderiam ser tratadas pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão para assegurar que um determinado recurso orçamentário possa ser destinado aos serviços públicos de assistência social. Em resposta, Bruno Leonardo Passeli ressaltou que a questão da insuficiência de recursos financeiros se tornou um problema crônico e afeta diretamente a execução orçamentária, citou como exemplo o exercício financeiro de 2024 que terá um déficit de aproximadamente R\$180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais). O Subsecretário



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

disse que tal cenário não ocorre somente em Belo Horizonte, mas também em outras capitais do Brasil e concluiu afirmando que há uma insuficiência de recursos para implementação de medidas que objetivam a melhoria dos serviços públicos no Município.

374. O presidente da Comissão ressaltou que um dos maiores problemas está relacionado na gestão pública e na inexistência de articulação entre as diferentes pastas e a execução dos orçamentos direcionados aos órgãos da Administração Pública.

375. O vereador Ciro Pereira mencionou a aprovação do piso salarial dos profissionais da enfermagem e ressaltou que a referida medida foi possível porque o Governo Federal irá destinar recursos financeiros para o Município. Sobre o tema, o vereador perguntou sobre o período estimado no qual a União irá repassar os mencionados recursos à Prefeitura de Belo Horizonte e se porventura haverá uma redução do orçamento para aquisição de materiais e insumos para os serviços de saúde pública em decorrência da necessidade de pagamento do Município para a União dos valores utilizados para garantir o piso salarial da referida categoria. O membro da Comissão também perguntou se há em 2024 uma previsão de redução no número de vagas nos abrigos da capital. Em resposta, o Subsecretário informou que sobre o piso da enfermagem existe um debate de cunho político e que está ligado ao setor da saúde. Ressaltou a sanção da Lei nº 14.434/23 e a responsabilidade do Município de Belo Horizonte em efetuar o pagamento do piso salarial em tela, considerando o não comprometimento dos recursos orçamentários.

376. Bruno Leonardo Passeli acrescentou que o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG, sempre é atualizado anualmente para que as metas estipuladas possam ser readequadas e estejam em conformidade com as demandas existentes. Sobre a referida redução no número de vagas nos abrigos públicos, o Subsecretário informou que as possíveis readequações não impactam na diminuição das mencionadas vagas.

377. O presidente da Comissão ressaltou sobre o expressivo aumento das pessoas que se encontram em situação de rua em Belo Horizonte e enfatizou a necessidade de implementação de ações que apresentem uma dinâmica intersetorial. O membro da CPI enfatizou sobre a possibilidade do gestor público de demandar das diferentes pastas uma determinada ação, e por não haver uma maior interação das Secretarias o trabalho poderá ficar prejudicado. O presidente perguntou se a dinâmica de funcionamento da



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

interação entre as pastas poderia ser modificada e acrescentou ressaltando que a discussão relacionada aos serviços de assistência social deveria receber uma condição de maior relevância, principalmente na previsão da Lei Orçamentária Anual – LOA de 2024.

378. Bruno Leonardo Passeli ressaltou que em determinados casos se faz necessário a readequação orçamentária e consequentemente alguns setores necessitam de uma maior destinação de recursos públicos e disse que nos últimos anos os setores da assistência social receberam um quantitativo financeiro considerável. Enfatizou que a elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG deve estar em conformidade com as diretrizes orçamentárias previamente estabelecidas e informou que a elaboração do referido plano não é uma função específica da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão. O Subsecretário acrescentou que não seria necessário o fomento da interligação entre as pastas, pois todas possuem autonomia e capacidade na tomada de decisão. Concluiu afirmando que a solicitação de recursos financeiros pelas Secretarias ocorre de forma constante, principalmente nas áreas da assistência social e saúde.

379. O presidente da Comissão ressaltou que a Câmara Municipal de Belo Horizonte – CMBH enviou à Prefeitura de Belo Horizonte uma indicação intitulada de “Belo Horizonte sem Morador de Rua” e disse que a referida indicação propõe o desenvolvimento e construção de pontos de atendimento de saúde básica à população em situação de rua, porém a área da saúde no Município não reconheceu essa proposta como sendo de sua competência e atuação, deste modo os debates sobre o tema não apresentam uma evolução significativa. O presidente destacou que ocorreu uma centralização da população com trajetória de vida nas ruas e as regiões Leste, Centro-Sul e Noroeste são exemplos desse fenômeno. Acrescentou ressaltando que o orçamento municipal pode ser considerado como segregado, pois cada Secretaria possui uma determinada competência.

380. Sobre o tema acima mencionado, o presidente, vereador Braulio Lara, perguntou ao Subsecretário como poderia ser resolvida a questão da segregação orçamentária, de modo que as pastas consigam resolver de forma eficaz as demandas de Belo Horizonte.

381. Em resposta, Bruno Leonardo Passeli enfatizou que os Secretários possuem a capacidade de tomarem decisões que atendam de uma melhor maneira as demandas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

existentes em cada pasta, porém ressaltou que a insuficiência de recursos se tornou um fator que limita a atividade das Secretarias. Ainda sobre o tema, o Subsecretário disse que determinadas questões relacionadas ao fluxo das operações e execução orçamentária podem ser resolvidas através de decreto, por meio do Poder Executivo, ou por delegação de competência.

382. O presidente da Comissão perguntou sobre qual agente governamental teria a capacidade de apresentar esta demanda à Prefeitura de Belo Horizonte e qual Secretaria deveria fiscalizar o processo de execução do orçamento. Em resposta, Bruno Leonardo Passeli informou que cada Secretário possui autonomia para solicitar à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão a modificação do orçamento para implementar determinada ação, sendo que a solicitação passa por um processo de análise e posteriormente se elabora um instrumento para autorização da modificação. Ainda sobre o tema, o presidente da Comissão informou que os membros do legislativo municipal precisam entrar em contato com as Secretarias para solicitarem possíveis adequações orçamentárias para o efetivo atendimento das demandas que envolvem inúmeras áreas e acrescentou que as pastas devem participar ativamente desse processo.

383. O vereador Cleiton Xavier ressaltou que o número da população em situação de rua, em Belo Horizonte, se aproxima de 10.000 pessoas e infelizmente a sociedade tem a impressão que esse quantitativo irá aumentar. Acrescentou que as políticas públicas adotadas pelo Município, para amparar essas pessoas, são ineficazes e perguntou ao Subsecretário sobre o valor despendido com essa população. Em resposta, Bruno Leonardo Passeli disse que a definição específica do gasto é de difícil constatação, porém informou que a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC tem um gasto aproximado de R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais) anuais com os serviços prestados à população em situação de rua.

384. O vereador Cleiton Xavier perguntou se os recursos gastos com os serviços prestados à população em situação de rua são suficientes para promover as melhorias necessárias no setor de assistência social para o referido público. Em resposta, Bruno Leonardo Passeli informou que tal resposta estaria vinculada a uma opinião pessoal, pois não existem informações quantitativas sobre tal temática. Acrescentou que todos os setores da Prefeitura de Belo Horizonte, atualmente, possuem mais demandas a serem implementadas do que recursos financeiros disponíveis para cumprimento de tais



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

demandas. Ressaltou que Belo Horizonte pode ser considerada uma cidade que apresenta um equilíbrio orçamentário e financeiro, pois em comparação com as demais capitais brasileiras, tendo em vista que será a primeira vez que haverá um déficit orçamentário previsto para 2023. Concluiu afirmando que o gestor público busca atender as demandas existentes, porém o Poder Público não possui capacidade de atendimento de todas as necessidades do Município.

385. O vereador Cleiton Xavier ressaltou que em conversa com o Prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman, o tema sobre a população em situação de rua foi encarado como prioridade pela atual gestão municipal, porém destacou que o Poder Executivo não tem participado das audiências públicas realizadas na Casa Legislativa do Município e que em algumas ocasiões as participações do Executivo ocorreram de forma remota e sem a devida efetividade na apresentação de resultados. O relator da Comissão enfatizou que a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão informou que os gastos dos serviços prestados à população em situação de rua são de aproximadamente R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais) anuais, porém foi informado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania que os gastos chegam a R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) anuais. Ressaltou que inexistente uma interação entre as Secretarias para uma melhor definição dos gastos na implementação de medidas à população em situação de rua.

386. O presidente da Comissão registrou a presença remota da vereadora Fernanda Pereira Altoé, que não é integrante da Comissão.

387. Bruno Leonardo Passeli ressaltou que as diferentes áreas da Prefeitura de Belo Horizonte possuem demandas complexas, porém a capacidade de atendimento se apresenta de forma limitada em decorrência das limitações orçamentárias. Deste modo, a sociedade tem a impressão de uma espécie de inércia do Poder Público, percepção essa, segundo as palavras do Subsecretário, que não seria verídica.

388. O vereador Bruno Pedralva ressaltou que o Governo Federal havia destinado cerca de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) para o cumprimento do pagamento do piso salarial da enfermagem. Informou que Bruno Leonardo Passeli, atua especificamente na área contábil e orçamentária, sendo que os aspectos ligados à população em situação de rua são peculiares e que não poderiam ser abordados pelo Subsecretário. O membro da Comissão também abordou sobre a existência do Comitê



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de Monitoramento e Assessoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua, que promove debates sobre o desenvolvimento das políticas públicas de assistência às pessoas em estado de vulnerabilidade social, tendo como gestor dos debates a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania. Disse que os setores ligados à assistência social possuem a intenção de implementação de todas as medidas necessárias para garantir uma maior dignidade às pessoas, porém existem limites orçamentários e enfatizou que Bruno Leonardo Passeli atua como um controlador financeiro, para que não haja um déficit orçamentário, porém o Subsecretário não toma as decisões finais.

389. A vereadora Fernanda Pereira Altoé solicitou a palavra e ressaltou que seria um erro explicar sobre a reserva do possível sem ser considerado o mínimo existencial e afirmou que o Poder Público aumentou a sua máquina administrativa, mesmo o Poder Executivo dando declarações de redução orçamentária. Acrescentou fazendo referência ao seu pedido de informação à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania sobre a destinação de determinados recursos, porém até a presente data não havia obtido resposta. Perguntou sobre as ações e políticas públicas socioassistenciais que foram desenvolvidas pela Prefeitura de Belo Horizonte nos últimos 8 anos e como tais políticas foram aprimoradas e questionou sobre o montante gasto com as referidas políticas. Ressaltou que o Poder Público deveria desenvolver ações para promoção da reinserção social e econômica das pessoas que possuem trajetória de vida nas ruas e afirmou que haveria uma falta de monitoramento, planejamento e controle por parte da Administração Pública de Belo Horizonte.

390. Em resposta, Bruno Passeli informou que não possui competência técnica para garantir o envio da resposta ao pedido de informação apresentado pela vereadora Fernanda Pereira Altoé. A vereadora perguntou se seria possível o encaminhamento de pedido de informação à outra Secretaria. O Subsecretário informou que não teria conhecimento se haveria tal possibilidade, pois o tema seria especificamente abordado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania.

391. O presidente da Comissão ressaltou que Belo Horizonte possui uma das maiores populações em situação de rua a cada 100 mil habitantes, cenário esse que demonstra uma situação indesejável. Disse que a Comissão realizou uma visita técnica ao Centro Especializado para Atendimento da População em Situação de Rua – Centro POP –



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Leste, no qual foi destinado Recurso Ordinário do Tesouro – ROT, e acrescentou perguntando como os recursos do ROT e do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, são destinados às entidades que prestam serviços socioassistenciais à população em situação de rua e como ocorre a interação desses recursos com o planejamento orçamentário.

392. Em resposta, Bruno Leonardo Passeli informou que os referidos recursos financeiros são liberados de forma trimestral e que cada entidade recebe proporcionalmente o estipulado na dotação orçamentária. Ressaltou que a liberação ocorre somente após o recurso financeiro ficar disponível para utilização da Prefeitura de Belo Horizonte.

393. O presidente da Comissão enfatizou que foram destinados, a título de despesas, cerca de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) anuais para o setor da assistência social e questionou se seria possível a visualização de forma separada dos dados relacionados às despesas e receitas. Acrescentou perguntando se a despesa incluída na Lei Orçamentária Anual – LOA possui a garantia de ser utilizada durante o exercício financeiro de 2024. Em resposta, o Subsecretário informou que seria possível a elaboração de um relatório contendo todo o fluxo das receitas e despesas, mencionando também que o acompanhamento das despesas pode ser realizado através das consultas e pedidos feitos às Secretarias. Ressaltou que o detalhamento dessas informações e dados orçamentários são enviados previamente à Câmara Municipal de Belo Horizonte – CMBH.

394. O presidente da Comissão informou à todos que a oitiva com o Subsecretário de Planejamento e Orçamento estava terminando e ressaltou a importância da visualização dos dados orçamentários de forma estruturada e com maior transparência e enfatizou que as demandas relacionadas à população em situação de rua deveria ser uma prioridade da Prefeitura de Belo Horizonte. Realizou agradecimentos aos assessores da Câmara Municipal de Belo Horizonte que prestam auxílio aos trabalhos da Comissão. Enfatizou sobre a importância no oferecimento de dignidade às pessoas com trajetória de vida nas ruas e disse que haveria uma espécie de gargalo no setor da assistência social, principalmente na análise dos investimentos realizados e nos gastos apresentados. O presidente solicitou que a Secretaria Municipal de Planejamento,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Orçamento e Gestão realize uma apresentação estruturada das receitas e despesas do orçamento municipal.

395. O vereador Bruno Miranda ressaltou o elevado nível da reunião e informou que através do diálogo seria possível a implementação de soluções para o problema em tela.

396. O presidente da Comissão, vereador Braulio Lara, enfatizou que a Câmara Municipal de Belo Horizonte teria o dever de não permitir que erros sejam cometidos em relação aos colaboradores da “linha de frente” da assistência social.

397. O vereador Bruno Miranda solicitou a palavra e informou que os pedidos de informação apresentados pela vereadora Fernanda Pereira Altoé teriam sido respondidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania.

398. Bruno Leonardo Passeli informou que a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão se colocou à disposição para colaborar com a Comissão Parlamentar de Inquérito e se colocou à disposição da Prefeitura de Belo Horizonte e do Poder Legislativo para promover ações de atendimento à população em situação de rua.

399. Dando continuidade aos trabalhos, o presidente da Comissão informou que seria iniciada a oitiva do Controlador-Geral do Município, Leonardo de Araújo Ferraz.

400. Registre-se que o Procurador-Geral do Município, Hércules Guerra, acompanhou o depoimento de Leonardo de Araújo Ferraz.

401. O presidente da Comissão pediu ao Controlador-Geral do Município uma breve apresentação do seu histórico profissional. Deste modo, Leonardo de Araújo Ferraz informou ser servidor de carreira do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG, exercendo a função de assessor e Diretor-Geral. Ressaltou que em meados de 2017 havia recebido o convite para integrar o quadro da Controladoria-Geral do Município de Belo Horizonte em decorrência da sua experiência e a interlocução exercida por ele entre a Controladoria do Município e o Tribunal de Contas do Estado. Informou que no início da gestão de Fuad Noman, o Prefeito solicitou a sua permanência como Controlador-Geral do Município.

402. Registre-se que o presidente solicitou à Leonardo de Araújo Ferraz que prestasse o compromisso de dizer a verdade durante a realização da oitiva conforme disposição do art. 203 do Código de Processo Penal combinado com art. 342 do Código Penal.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

403. O Controlador-Geral realizou uma breve apresentação sobre a estrutura organizacional e as atribuições da Controladoria, bem como as interações que ocorrem entre o referido órgão e a Administração Pública do Município.

404. Registre-se que às 11h50 o presidente da Comissão prorrogou a duração da reunião por mais 1h, conforme disposição regimental.

405. Leonardo de Araújo Ferraz destacou alguns projetos desenvolvidos pela Ouvidoria do Município, dentre eles a Ouvidoria Itinerante, e informou que a Controladoria de Belo Horizonte possui uma atuação multisetorial, pois desenvolve ações e acompanhamentos nas diferentes áreas de atuação do Poder Público, bem como as execuções do Poder Executivo.

406. O presidente da Comissão perguntou à Leonardo de Araújo Ferraz se durante o seu período de atuação na Controladoria do Município houve algum tipo de registro de inconformidade na destinação de recursos públicos para prestação de serviços socioassistenciais no âmbito municipal. Em resposta, o Controlador-Geral informou que não existiam registros referentes ao tema questionado e ressaltou que a maioria das reclamações registradas, pela Ouvidoria do Município, estariam vinculadas aos problemas relacionados à população em situação de rua, principalmente nas regiões Centro-Sul e Noroeste de Belo Horizonte.

407. O presidente perguntou sobre o papel fiscalizador da Controladoria-Geral no acompanhamento das celebrações de parcerias entre as entidades particulares e a Prefeitura de Belo Horizonte. Em resposta, Leonardo de Araújo Ferraz informou que para uma efetiva celebração de parceria, um determinado órgão da Administração Pública teria que observar e cumprir uma série de requisitos legais. Enfatizou que seria necessário a observância de disponibilidade e capacidade financeira da entidade privada para que o termo de parceria fosse viabilizado. Ainda sobre o tema, o Controlador-Geral mencionou o Decreto nº 18.249/23 que passou a exigir uma quantidade considerável de documentos fiscais de comprovação da situação financeira. Acrescentou que nos últimos anos das celebrações de parcerias efetivadas, entre a Prefeitura de Belo Horizonte e as principais Organizações da Sociedade Civil – OSC, não foram constatadas irregularidades e restrições legais.

408. O presidente da Comissão ressaltou que, na visão da sociedade, os serviços públicos promovidos pelos setores da assistência social são totalmente executados pela



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Prefeitura de Belo Horizonte, porém em termos práticos inúmeras entidades privadas são as responsáveis pela execução dos serviços socioassistenciais.

409. Leonardo de Araújo Ferraz ressaltou que o acompanhamento dos serviços da assistência social e o recebimento das prestações de contas das Organizações da Sociedade Civil – OSC são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, deste modo a princípio as informações não são encaminhadas à Controladoria do Município, porém se porventura a referida Secretaria verificar alguma irregularidade a Controladoria do Município poderá ser comunicada para verificar as possíveis anormalidades do fluxo e desenvolver ações de melhoria da parceria firmada.

410. O presidente ressaltou que os aspectos relacionados à transparência na prestação de contas por parte das Organizações da Sociedade Civil – OSC, junto ao portal da Prefeitura de Belo Horizonte, não ocorrem de forma efetiva. Acrescentou que algumas entidades não divulgam todas as informações contábeis. Sobre essa temática, o presidente da Comissão perguntou como a referida situação pode ser abordada pela Controladoria de Belo Horizonte. Em resposta, Leonardo de Araújo Ferraz informou que eventuais problemas e anormalidades, oriundas de descumprimento contratual, seriam de responsabilidade do órgão que celebrou o contrato, deste modo a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania seria responsável pelos termos de parcerias celebrados com as entidades prestadoras dos serviços. Acrescentou que seria possível a Controladoria do Município trabalhar, em regime de colaboração, com a referida Secretaria, porém a Controladoria teria que ser comunicada pela referida Secretaria sobre a intenção de uma atuação conjunta e colaborativa entre os órgãos.

411. O presidente perguntou se a Controladoria-Geral do Município realiza um trabalho de monitoramento das atividades executadas pelos demais órgãos da Administração Pública.

412. Em resposta, Leonardo de Araújo Ferraz informou que o controle e monitoramento não são oniscientes e onipresentes. Ressaltou que o Poder Público realiza um número considerável de parcerias, deste modo não seria possível monitorar e fiscalizar todos os atos formalizados.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

413. Sobre os serviços públicos prestados pelos setores da assistência social, o Controlador-Geral citou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, ADPF nº 976, que determinou a elaboração de um plano nacional para desenvolvimento de ações mitigadoras voltadas às pessoas em situação de rua.

414. O vereador Bruno Pedralva disse que nos serviços socioassistenciais prestados pelo Estado a realização de parcerias entre o Poder Público e as entidades privadas se tornou muito comum ao longo dos anos e enfatizou que existem abrigos que passaram por um processo de composição junto ao Sistema Único de Assistência Social – SUASS.

415. O presidente da Comissão ressaltou que a CPI encaminhou inúmeros pedidos de informações à Prefeitura de Belo Horizonte sobre as questões que envolvem a decisão proferida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal – STF, Alexandre de Moraes, na ADPF nº 976. Ainda sobre o tema, o presidente ressaltou que a referida decisão não estava em conformidade com a realidade existente nos municípios brasileiros e que seu cumprimento poderia ser prejudicado dado o seu grau de complexidade. Sobre os pedidos de informações enviados à Prefeitura de Belo Horizonte, o presidente informou que não foram respondidos adequadamente, pois o Poder Executivo apenas havia informado à Comissão que ainda não tinha sido notificado da decisão proferida na ADPF nº 976.

416. O Procurador-Geral do Município, Hércules Guerra, informou que a ADPF em tela havia delegado aos Estados a intimação dos Municípios, deste modo o Estado de Minas Gerais não havia notificado Belo Horizonte.

417. O presidente da Comissão perguntou ao Procurador-Geral qual seria a postura da Prefeitura de Belo Horizonte em relação à repercussão jurídica da ADPF em tela. Em resposta, Hércules Guerra informou que a referida ADPF possui semelhança com uma ação judicial que vem sendo respondida pela Prefeitura de Belo Horizonte desde 2017, deste modo todas as determinações da mencionada ação estariam sendo cumpridas, principalmente as medidas de fiscalização. O Procurador-Geral acrescentou que a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, desenvolveu um estudo sobre a população em situação de rua, estudo esse que estaria em conformidade com os pressupostos exigidos na ADPF.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

418. O presidente ressaltou que os problemas oriundos do aumento da população em situação de rua em Belo Horizonte não seriam solucionados pelas ações promovidas exclusivamente pela assistência social, pois as demais pastas deveriam estar envolvidas com essa questão. Acrescentou que o problema atingiu um grau de complexidade considerável, mas a atuação conjunta do Poder Público e da iniciativa privada seria fundamental para a resolução do problema.

419. O presidente da Comissão informou que a oitiva estava terminando e concedeu a palavra aos demais participantes.

420. O vereador Bruno Miranda ressaltou sobre a importância da fiscalização no processo da atuação dos setores da assistência social em Belo Horizonte. Acrescentou sobre a importância da inclusão produtiva das pessoas que possuem trajetória de vida nas ruas e fez menção do Município de São Paulo, que desenvolveu ações de melhoria no processo de reinserção social e econômica da população em situação de rua. Concluiu enfatizando que as “crenças ideológicas” deveriam ser colocadas de lado para o real desenvolvimento de ações efetivas junto às pessoas em condições de vulnerabilidade social e econômica.

421. O vereador Cleiton Xavier agradeceu a participação de todos e ressaltou que o objetivo da Comissão seria a busca de ações mitigadoras para os problemas relacionados à população em situação de rua. Acrescentou sobre a importância da participação do Poder Público nas reuniões promovidas pela Comissão.

422. O vereador Henrique Braga ressaltou o elevado nível do debate e agradeceu a presença de todos.

423. Leonardo de Araújo Ferraz enfatizou sobre a importância da união de esforços e a necessidade de um trabalho conjunto para o desenvolvimento de medidas que resultem em políticas eficazes voltadas às pessoas com trajetória de vida nas ruas. Ressaltou que possui enorme respeito pelo Poder Legislativo e as suas funções dentro de uma sociedade democrática.

424. O presidente da Comissão agradeceu a presença de todos, em especial do Controlador-Geral do Município, e disse que teria como objetivo visitar todos os equipamentos públicos da assistência social e convocar todas as pastas envolvidas com a questão da população em situação de rua. Acrescentou sobre a importância da



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

reinserção social e econômica das pessoas e fez menção ao programa municipal “Estamos Juntos”.

425. Sem nada mais a tratar, o presidente da Comissão encerrou a reunião às 12h47.

III.10 DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

426. A décima reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua foi realizada no dia 25 de outubro de 2023, às 11h10, no Plenário Helvécio Arantes, sob a presidência do vereador Cleiton Xavier, e contou com a participação dos vereadores Bruno Pedralva, Ciro Pereira, Braulio Lara e Henrique Braga, sendo que os dois últimos participaram de forma remota, através de videoconferência.

427. Dando continuidade aos trabalhos, o presidente da Comissão informou que daria início a apreciação e votação dos seguintes Requerimentos:

- I. Requerimento de Comissão nº 2858/2023. Solicitação de realização de visita técnica, tendo como finalidade a verificação das instalações e funcionamento do Centro POP Miguilim, no dia 31 de outubro de 2023, às 16h30, localizado na Rua Varginha, nº 210, Bairro Floresta. Autoria: vereador Braulio Lara.

428. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram por aprová-lo.

429. Registre-se que o presidente comunicou a presença do vereador Jorge Santos.

- II. Requerimento de Comissão nº 2859/2023. Solicitação de realização de visita técnica, tendo como finalidade a verificação das instalações e funcionamento do Albergue Tia Branca Unidade I, no dia 31 de outubro de 2023, às 18h, localizado na Rua Conselheiro Rocha, nº 351, Bairro Floresta. Autoria: vereador Braulio Lara.

430. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram por aprová-lo.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- III. Requerimento de Comissão nº 2860/2023. Solicitação de realização de visita técnica, tendo como finalidade a verificação das instalações e funcionamento do Albergue Tia Branca Unidade II, no dia 31 de outubro de 2023, às 19h30, localizado na Rua Timbiras, nº 2.670, Bairro Funcionários. Autoria: vereador Braulio Lara.
431. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram por aprová-lo.
432. Registre-se a presença remota, através de videoconferência, do vereador Fernando Luiz.
- IV. Requerimento de Comissão nº 2861/2023. Solicitação de realização de visita técnica, tendo como finalidade a verificação das instalações e funcionamento do Abrigo Reviver, no dia 13 de novembro de 2023, às 09h, localizado na Avenida Amazonas, nº 5.801, Bairro Gameleira. Autoria: vereador Braulio Lara.
433. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram por aprová-lo.
- V. Requerimento de Comissão nº 2862/2023. Solicitação de realização de visita técnica, tendo como finalidade a verificação da instalação e funcionamento do Abrigo Fábio Alves dos Santos, no dia 13 de novembro de 2023, às 10h15, localizado na Avenida Nossa Senhora de Fátima, nº 3.076, Bairro Carlos Prates. Autoria: vereador Braulio Lara.
434. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram por aprová-lo.
- VI. Requerimento de Comissão nº 2863/2023. Solicitação de realização de visita técnica, tendo como finalidade a verificação da instalação e funcionamento do Centro de Acolhimento Institucional Anita Gomes Unidades I e II, no dia 13 de novembro de 2023, às 11h30, ambas unidades localizadas na Avenida Paraná, nº 109, Centro. Autoria: vereador Braulio Lara.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

435. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram por aprová-lo.

VII. Requerimento de Comissão nº 2864/2023. Solicitação de realização de visita técnica, tendo como finalidade a verificação da instalação e funcionamento da Unidade de Acolhimento Abrigo Municipal Pompéia, no dia 20 de novembro de 2023, às 09h30, localizado na Rua Raimundo Venâncio da Silva, nº 29, Bairro Pompéia. Autoria: vereador Braulio Lara.

436. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram por aprová-lo.

VIII. Requerimento de Comissão nº 2865/2023. Solicitação de realização de visita técnica, tendo como finalidade a verificação da instalação e funcionamento do Abrigo Granja de Freitas, no dia 20 de novembro de 2023, às 11h, localizado na Rua Dinis Dias, nº 145, Bairro Granja de Freitas. Autoria: vereador Braulio Lara.

437. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram por aprová-lo.

IX. Requerimento de Comissão nº 2866/2023. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade a intimação do Subsecretário de Trabalho e Emprego da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Luiz Otávio Fonseca, para prestar informações relacionadas ao Programa “Estamos Juntos” e outros temas que serão de suma importância para os trabalhos da Comissão, no dia 10 de novembro de 2023, às 09h30, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: vereador Braulio Lara.

438. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram por aprová-lo. Ressalta-se o voto contrário do vereador Bruno Pedralva.

439. Registre-se que durante a apreciação da propositura em tela o vereador Bruno Pedralva informou que votaria pela rejeição do Requerimento, pois segundo seu entendimento o instituto da convocação poderia ter sido substituído pelo convite. O



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

presidente da Comissão ressaltou que a utilização da convocação seria uma prerrogativa da Comissão Parlamentar de Inquérito, deste modo não haveria qualquer irregularidade.

- X. Requerimento de Comissão nº 2867/2023. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade a intimação do Diretor-Presidente da Companhia Urbanizadora e de Habitação – URBEL, Claudius Vinícius Leite Pereira, para prestar informações que serão de suma importância para os trabalhos desta Comissão, no dia 10 de novembro de 2023, às 10h, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: vereador Braulio Lara.

440. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram por aprová-lo. Ressalta-se o voto contrário do vereador Bruno Pedralva.

- XI. Requerimento de Comissão nº 2868/2023. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade a intimação do Subsecretário Municipal de Fiscalização da Secretaria de Política Urbana, José Mauro Gomes, para prestar informações que serão de suma importância para os trabalhos desta Comissão, no dia 16 de novembro de 2023, às 09h30, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: vereador Braulio Lara.

441. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram por aprová-lo. Ressalta-se o voto contrário do vereador Bruno Pedralva.

- XII. Requerimento de Comissão nº 2869/2023. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade a intimação do Superintendente da Superintendência de Limpeza Urbana – SLU, Sérgio Luiz Soares de Souza Costa, para prestar informações que serão de suma importância para os trabalhos desta Comissão, no dia 16 de novembro de 2023, às 10h, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: vereador Braulio Lara.

442. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram por aprová-lo. Ressalta-se o voto contrário do vereador Bruno Pedralva.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

XIII. Requerimento de Comissão nº 2870/2023. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade a intimação do Secretário Municipal de Política Urbana, João Antônio Fleury Teixeira, para prestar informações que serão de suma importância para os trabalhos desta Comissão, no dia 24 de novembro de 2023, às 10h, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: vereador Braulio Lara.

443. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram por aprová-lo. Ressalta-se o voto contrário do vereador Bruno Pedralva.

XIV. Requerimento de Comissão nº 2871/2023. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade a intimação do Secretário Municipal de Saúde, Danilo Borges Matias, para prestar informações que serão de suma importância para os trabalhos desta Comissão, no dia 24 de novembro de 2023, às 09h30, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: vereador Braulio Lara.

444. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram por aprová-lo. Ressalta-se o voto contrário do vereador Bruno Pedralva.

XV. Requerimento de Comissão nº 2872/2023. Solicitação de realização de visita técnica, tendo como finalidade a verificação das instalações e funcionamento da Unidade de Acolhimento Institucional para Mulheres, no dia 07 de novembro de 2023, às 09h30, localizada na Rua Argentina, nº 39, Bairro Copacabana. Autoria: vereador Braulio Lara.

445. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram por aprová-lo.

XVI. Requerimento de Comissão nº 2873/2023. Solicitação de realização de visita técnica, tendo como finalidade a verificação das instalações e funcionamento do Abrigo Maria Maria, no dia 07 de novembro de 2023,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

às 10h50, localizado na Rua Ubá, nº 01, Bairro Lagoinha. Autoria: vereador Braulio Lara.

446. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram por aprová-lo.

XVII. Requerimento de Comissão nº 2874/2023. Solicitação de realização de visita técnica, tendo como finalidade a verificação das instalações e funcionamento do Centro Integrado de Atendimento à Mulher – CIAM, no dia 07 de novembro de 2023, às 11h40, localizado na Rua Comendador Nohme Salomão, nº 73, Bairro Lagoinha. Autoria: vereador Braulio Lara.

447. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram por aprová-lo.

448. Dando seguimento aos trabalhos, o presidente informou aos demais membros da Comissão o recebimento do seguinte documento:

I. Documento PROT. Nº 006538/2023.

449. Sem nada mais a tratar, o presidente da Comissão encerrou a reunião às 11h34.

III.11 DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

450. A décima primeira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua foi realizada no dia 10 de novembro de 2023, às 09h47, no Plenário Helvécio Arantes, sob a presidência do vereador Braulio Lara e contou com a participação dos vereadores Bruno Pedralva, Jorge Santos e Cleiton Xavier, sendo que os dois últimos participaram de forma remota, através de videoconferência.

451. Registre-se a presença dos vereadores Bruno Miranda e Wagner Ferreira, que não são membros da Comissão, porém acompanharam a reunião.

452. A reunião teve como finalidade a realização da oitava, marcada para às 09h30, do Subsecretário de Trabalho e Emprego da Secretaria de Desenvolvimento Econômico,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Luiz Otávio Fonseca. Também estava marcada a oitiva, às 10h, do Diretor-Presidente da Companhia Urbanizadora e de Habitação - URBEL, Claudius Vinícius Leite Pereira.

453. Registre-se que às 09h48 o presidente suspendeu a reunião por 15 minutos e os trabalhos foram retomados às 10h01.

454. O presidente da Comissão agradeceu a presença de todos e informou que daria início a oitiva. Deste modo compuseram a mesa o Subsecretário de Trabalho e Emprego da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e o Procurador do Município de Belo Horizonte, Fernando Couto Garcia, que acompanhou a oitiva.

455. O presidente solicitou ao Subsecretário que o mesmo fizesse a leitura do termo de compromisso de dizer a verdade durante as perguntas efetuadas pela Comissão, conforme dispõe o art. 203 do Código de Processo Penal combinado com art. 342 do Código Penal.

456. O vereador Bruno Miranda solicitou a palavra e ressaltou sobre a importância dos assuntos abordados pela Comissão e fez menção ao Programa Estamos Juntos e seu desenvolvimento e implementação por parte da Prefeitura de Belo Horizonte.

457. O vereador Wagner Ferreira ressaltou que o trabalho desenvolvido pela Comissão seria o mais relevante da Câmara Municipal de Belo Horizonte e enfatizou que todos os setores do Poder Público deveriam buscar soluções para as pessoas em situação de rua em Belo Horizonte.

458. Registre-se a presença do vereador Miltinho CGE, que não é membro da Comissão, porém acompanhou a reunião em tela.

459. O presidente da Comissão agradeceu a presença do Subsecretário e solicitou uma breve apresentação do seu histórico profissional. Deste modo, Luiz Otávio Fonseca informou que trabalha na Prefeitura de Belo Horizonte desde 1976 e que havia exercido diferentes funções na Administração Pública. Ressaltou que também trabalhou como assessor parlamentar na Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG e passou a ocupar o cargo de Subsecretário de Trabalho e Emprego da Secretaria de Desenvolvimento Econômico a partir de julho de 2020.

460. Registre-se que o Subsecretário realizou uma apresentação sobre as atribuições da Subsecretaria de Trabalho e Emprego e sua estrutura organizacional. Ainda durante a apresentação, Luiz Otávio Fonseca enfatizou o desenvolvimento de um projeto que objetiva incentivar a vinda de diversas empresas de tecnologia para Belo Horizonte.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

461. O presidente da Comissão ressaltou a importância do Programa Estamos Juntos, porém disse que após o recebimento de informações do referido programa, a Comissão verificou que os resultados obtidos poderiam ser considerados como insuficiente frente ao problema relacionado às pessoas com trajetória de vida nas ruas. Ainda sobre o tema, o presidente perguntou sobre os resultados obtidos pelo programa em 2023 e os resultados alcançados em relação à população em situação de rua. Em resposta, o Subsecretário informou que a questão das pessoas com trajetória de vida nas ruas seria bastante complexa e fez menção de uma entrevista do Ex-Prefeito, Alexandre Kalil, na qual foi dito que se alguma entidade tivesse uma solução para o problema em tela, que realizasse a apresentação para a Prefeitura de Belo Horizonte. Luiz Otávio Fonseca ressaltou que o Programa Estamos Juntos foi mantido durante a pandemia e disse que uma das funções da Secretaria de Desenvolvimento Econômico seria de promover a reinserção das pessoas em situação de rua no mercado de trabalho e caberia à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania o atendimento direto às pessoas em situação de rua.

462. O Subsecretário ressaltou que o orçamento do Programa Estamos Juntos, no ano de 2023, foi de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) e também contou com as emendas parlamentares dos vereadores Bruno Miranda, R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), Jorge Santos, R\$ 112.530,00 (cento e doze mil, quinhentos e trinta reais), Wilsinho da Tabu, R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e da vereadora Marcelo Trópia, R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). O Subsecretário ressaltou a importância da proposta de formação socioemocional e capacitação técnica dos beneficiados pelo programa em tela e a disponibilidade de um auxílio pecuniário de R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais) mensais, por um prazo de até 6 meses. Ainda sobre o tema, Luiz Otávio Fonseca ressaltou que os beneficiários do programa também são inseridos em uma espécie de banco de talentos e recebem um suporte para ocuparem postos de trabalho e/ou cursos de qualificação profissional nas empresas parceiras do programa. O Subsecretário ressaltou que as pessoas atendidas pelo programa também são acompanhadas, por um prazo de até 4 meses, após a contratação e que essas pessoas possuem uma prioridade em relação às políticas de moradia em Belo Horizonte.

463. Registre-se a presença da vereadora Marcelo Trópia, que é suplente do presidente da Comissão, vereador Braulio Lara.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

464. O presidente perguntou sobre a possibilidade e viabilidade das pessoas atendidas pelo Programa Estamos Juntos ocuparem postos de trabalho na Prefeitura de Belo Horizonte. Acrescentou sugerindo que essas pessoas poderiam ser direcionadas para serviços de menor complexidade, como limpeza urbana e manutenção das vias públicas.

465. Em resposta, Luiz Otávio Fonseca disse que a possibilidade aventada seria viável e ressaltou que a referida sugestão seria encaminhada à Prefeitura de Belo Horizonte para avaliação, porém o Subsecretário informou que determinados serviços são executados por empresas terceirizadas que passaram por um processo licitatório.

466. O presidente da Comissão enfatizou que a atuação do Poder Público em relação às pessoas em situação de rua deveria ocorrer de forma multissetorial, envolvendo as Secretarias que compõem a Administração Pública. Acrescentou que seria necessário a definição de uma Secretaria para assumir o papel de coordenação e monitoramento das ações direcionadas especificamente à população em situação de rua. O presidente disse que individualmente as diferentes pastas desenvolvem um excelente trabalho, porém existe uma necessidade de uma maior coordenação e integração das diferentes pastas da Prefeitura de Belo Horizonte. Acrescentou que a Prefeitura poderia viabilizar o preenchimento dos postos de trabalho frente a sua necessidade de mão de obra.

467. O Subsecretário informou que a Secretaria Municipal de Governo, através da Subsecretaria de Relações Intragovernamentais, Beatriz Goés, realiza a coordenação das ações direcionadas à população em situação de rua e ressaltou sobre a existência de um grupo de trabalho que trata do tema da reinserção econômica das pessoas com trajetória de vida nas ruas e que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

468. O vereador Bruno Pedralva perguntou sobre como tem ocorrido a dinâmica da recepção do mercado de trabalho em relação às pessoas atendidas pelo Programa Estamos Juntos. Em resposta, Luiz Otávio Fonseca informou que foram apresentadas informações do programa em tela na Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL e na Federação das Indústrias de Minas Gerais – FIEMG. Acrescentou que as empresas que aderiram ao programa receberam um selo de responsabilidade social e citou como exemplo um centro de estética facial e capilar que oferece qualificação profissional para as pessoas atendidas pelo programa. Acrescentou que existe uma demanda do mercado e que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico estaria desenvolvendo ações de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

identificação da demanda, qualificação profissional e indicação para preenchimento de vagas no mercado de trabalho.

469. O vereador Bruno Miranda informou que participou do desenvolvimento e implementação do Programa Estamos Juntos e ressaltou que existia uma completa interlocução do Poder Público com a iniciativa privada. Enfatizou que nos últimos anos, cerca de 200 pessoas foram reinseridas no mercado de trabalho, porém disse que esse processo de reinserção possui um aspecto de considerável complexidade, pois muitas pessoas atendidas não conseguem uma readaptação no mercado formal de trabalho e não desenvolvem uma dinâmica salutar de rotina diária para cumprimento das necessidades pessoais. Acrescentou que em diversos casos as pessoas necessitavam de um período de readaptação social e de desenvolvimento das atividades laborais.

470. O presidente da Comissão concordou com as ponderações do vereador Bruno Miranda e enfatizou que o problema aborda diferentes temáticas e um elevado nível de complexidade, porém ressaltou que o Poder Público deveria fomentar o debate sobre a reinserção social e econômica das pessoas em situação de rua.

471. Registre-se a presença do vereador Maninho Félix, suplente do vereador Jorge Santos.

472. A vereadora Marcela Trópia enfatizou sobre a importância do processo de readaptação das pessoas com trajetória de vida nas ruas e como o referido processo impacta na dinâmica de reinserção no mercado de trabalho. Ressaltou que o aspecto de acesso à moradia também teria um papel fundamental no cenário da reinserção social e econômica dessas pessoas. Sobre o Programa Estamos Juntos, a parlamentar perguntou sobre os custos de atendimento e acompanhamento de cada beneficiário no âmbito do programa e qual seria o valor necessário para resolver o problema de forma mais ampla e eficaz. Luiz Otávio Fonseca informou que a questão relacionada às pessoas em situação de rua envolve as demais Secretarias, portanto o valor orçamentário poderia ser considerável, porém disse que não teria certeza sobre os valores necessários para resolução do problema. Acrescentou que aproximadamente R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) seriam necessários para a manutenção do programa por 18 meses, com estimativa de atendimento de 1.000 pessoas.

473. A vereadora Marcelo Trópia perguntou sobre a existência de algum gargalo ou problema que afetasse diretamente a expansão do programa, citando como exemplo a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

insuficiência de recurso, a necessidade de um maior período no processo de qualificação profissional ou um melhor acompanhamento no processo de readaptação social e no mercado de trabalho formal. A parlamentar ressaltou que atualmente cerca de 9.000 pessoas se encontram em situação de rua em Belo Horizonte e caso houvesse problemas relacionados a insuficiência de recursos financeiros, o Poder Público poderia discutir sobre a possibilidade de utilização dos recursos financeiros economizados pela Câmara Municipal de Belo Horizonte e que poderiam ser direcionados para o Programa Estamos Juntos.

474. O Procurador Municipal, Fernando Couto Garcia, ressaltou que o problema de adesão ao programa não poderia ser desconsiderado, pois muitas pessoas em situação de rua adotam uma postura de resistência e não aderem aos projetos promovidos pela Prefeitura de Belo Horizonte.

475. O Subsecretário de Trabalho e Emprego informou que 17 pessoas que passaram pelo programa foram contratadas pela Superintendência de Limpeza Urbana – SLU e ressaltou que o programa em tela está no 3º ciclo, sendo que o 1º ciclo foi iniciado com 50 pessoas atendidas e terminou com 38 formados. O 2º ciclo foi iniciado com 25 pessoas atendidas e terminou com 18 formandos. O 3º ciclo foi iniciado com 50 pessoas atendidas e terminou com 27 pessoas formadas. Acrescentou que a Prefeitura de Belo Horizonte também realiza o acompanhamento das pessoas que não terminaram o ciclo de formação, sendo que o objetivo seria a identificação de alguma falha no processo de qualificação ou se estaria relacionado a uma condição específica da pessoa beneficiada pelo programa.

476. Luiz Otávio Fonseca acrescentou que o aspecto relacionado à baixa adesão ao Programa Estamos Juntos seria um fator dificultador no processo de promoção da reinserção social e econômica das pessoas em situação de rua, porém o Subsecretário ressaltou sobre a importância do trabalho de abordagem realizado pelos setores da assistência social.

477. A vereadora Marcela Trópia perguntou se seria possível e viável a possibilidade de ampliação do programa para que um número maior de pessoas pudesse ser atendido no menor tempo possível. Acrescentou que o fluxo de aumento das pessoas em situação de rua seria uma realidade e o programa em tela não estaria conseguindo maximizar a sua capacidade de atendimento. Enfatizou que o último censo realizado apontou a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

existência de aproximadamente 5.500 pessoas em situação de rua, sendo que 91% dessas pessoas esboçaram o interesse de saírem dessa situação.

478. Luiz Otávio Fonseca informou que há uma determinação do Ministério Público para que determinadas vagas do referido órgão sejam preenchidas por pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Deste modo, a Prefeitura de Belo Horizonte poderia avaliar tal possibilidade e quais funções poderiam ser ocupadas por esse público. Acrescentou que existe uma previsão de aumento no número de pessoas atendidas no âmbito do Programa Estamos Juntos.

479. O presidente da Comissão ressaltou sobre a importância dos projetos que objetivam a reinserção social e econômica das pessoas em situação de rua, disse que em muitos casos esses projetos começam com uma menor capacidade de atendimento, porém com o auxílio assertivo do Poder Público tais projetos teriam a capacidade de serem ampliados. Acrescentou que a falta de recursos financeiros não pode se tornar a principal justificativa da Prefeitura de Belo Horizonte para implementar ações mais eficazes e assertivas. Em relação ao Programa Estamos Juntos, disse que a adesão das pessoas em situação de rua é facultativa, porém tais pessoas devem ter ciência das suas obrigações perante a sociedade. Ressaltou que o vereador Bruno Pedralva possui uma opinião que diverge da sua, mas tal situação não foi um fator impeditivo na construção de um diálogo sobre o tema.

480. O presidente apresentou um vídeo sobre a atuação da Prefeitura de Criciúma/SC em relação às pessoas em situação de rua e ressaltou que o Poder Público desse Município oferece oportunidades de trabalho e encaminhamento para programas sociais, porém proíbe a permanência dessas pessoas em determinadas regiões da cidade.

481. Luiz Otávio Fonseca ressaltou que o problema se tornou uma questão de enorme complexidade, porém a Prefeitura de Belo Horizonte estaria desenvolvendo ações de ampliação do Programa Estamos Juntos.

482. O presidente da Comissão ressaltou que seria necessária uma maior integração das Secretarias do Município no enfrentamento do problema. Acrescentou perguntando ao Subsecretário sobre a dinâmica de trabalho existente entre os recicladores, as cooperativas de reciclagem e os ferros-velhos.

483. O Subsecretário informou que essa questão seria de competência da Superintendência de Limpeza Urbana – SLU, acrescentou que inúmeros catadores de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

materiais recicláveis recebem valores das cooperativas e que essa categoria possui uma característica bastante heterogênea. Ressaltou que a Prefeitura de Belo Horizonte estaria desenvolvendo um plano de trabalho voltado para esses profissionais e acrescentou que os carroceiros também seriam incluídos no mencionado plano. Concluiu informando que esses profissionais deveriam passar por um processo de georreferenciamento, pois deste modo seriam destinados para os programas sociais.

484. O vereador Bruno Pedralva disse sobre as dificuldades de engajamento das pessoas que se encontram em situação de rua nos programas sociais e no processo de reinserção social e de entrada no mercado de trabalho. Ressaltou que a proposta de imposição do trabalho forçado às pessoas com trajetória de vida nas ruas não poderia ser considerada como uma opção, pois muitas pessoas nessa condição apresentam uma situação de fragilidade física, mental e comportamental e a sua imediata reintegração no mercado de trabalho não seria possível.

485. O presidente da Comissão enfatizou que não concordava com todo o conteúdo apresentado no vídeo, porém ressaltou a importância do fomento da discussão sobre o tema das pessoas em situação de rua.

486. O vereador Bruno Miranda ressaltou que o tema em discussão se tornou muito complexo e a Prefeitura de Belo Horizonte não teria condições de resolver essa questão de forma exclusiva, deste modo seria necessário a implementação de ações tanto do Poder Público quanto da iniciativa privada.

487. O presidente informou que a oitava havia terminado e agradeceu a presença do Subsecretário do Trabalho e Emprego da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

488. Luiz Otávio Fonseca disse que o trabalho realizado pela Comissão seria de fundamental importância para a cidade de Belo Horizonte e agradeceu a oportunidade de informar à todos os detalhes do Programa Estamos Juntos e os desafios do Poder Público no enfrentamento do problema.

489. Dando continuidade aos trabalhos, às 11h45, o presidente da Comissão comunicou a prorrogação da reunião por mais 1 hora, conforme disposição regimental.

490. Deste modo o presidente informou que seria iniciada a oitava do Diretor-Presidente da Companhia Urbanizadora e de Habitação – URBEL, Claudius Vinícius Leite Pereira.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

491. Registre-se que o Procurador do Município, Fernando Couto Garcia, acompanhou a oitiva do Diretor-Presidente da URBEL.

492. O vereador Bruno Miranda agradeceu a presença de Claudius Vinícius Leite Pereira e ressaltou seu conhecimento no desenvolvimento de políticas públicas para promoção de moradia em Belo Horizonte.

493. O vereador Bruno Pedralva agradeceu a participação do Diretor-Presidente da URBEL e ressaltou que apesar da Comissão ter convocado o referido servidor, não havia nenhuma irregularidade observada na URBEL por parte da Comissão Parlamentar de Inquérito em tela, deste modo a Comissão deveria ter enviado um convite à Claudius Vinícius Leite Pereira ao invés da convocação.

494. A vereadora Marcela Trópia agradeceu a presença do Diretor-Presidente da URBEL e enfatizou sobre a importância de sua participação na reunião.

495. O presidente da Comissão solicitou à Claudius Vinícius Leite Pereira a leitura do termo de compromisso de somente informar a verdade durante a oitiva, conforme disposição do art. 203 do Código de Processo Penal combinado com o art. 342 do Código Penal.

496. O presidente, vereador Braulio Lara, pediu ao Diretor-Presidente da URBEL uma breve apresentação do seu histórico profissional. Deste modo, Claudius Vinícius Leite Pereira informou que possuía formação acadêmica na área de engenharia civil e iniciou a sua carreira profissional na Prefeitura de Belo Horizonte em 1984. Ressaltou que desempenhou inúmeras atividades na Prefeitura e também na URBEL.

497. O presidente da Comissão perguntou sobre a interação da Companhia Urbanizadora e de Habitação com a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, principalmente nas demandas que envolvem a habitação e as pessoas que estão em condição de vulnerabilidade social e econômica. Em resposta o Diretor-Presidente informou sobre a interação e a troca de informações entre os grupos de trabalhos que são compostos por servidores de ambas as pastas. Enfatizou que a URBEL realiza o acompanhamento e monitoramento dos programas “Bolsa Moradia” e “Locação Social”, sendo que muitas informações inseridas e processadas nos referidos programas são enviadas pela pasta da assistência social, principalmente das pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social e demandam dos serviços públicos socioassistenciais e dos programas de habitação



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

popular no Município. Ainda sobre o tema, acrescentou que a atual demanda por habitação popular se encontra em um nível muito superior em relação a capacidade da Prefeitura de Belo Horizonte no oferecimento de moradias às pessoas com capacidade financeira limitada.

498. O presidente fez menção ao programa para locação social e ressaltou sobre as limitações econômicas que impossibilitam as pessoas de efetivamente encontrarem imóveis que estejam dentro das possibilidades financeiras das famílias.

499. Claudius Vinícius Leite Pereira disse que o programa intitulado de “Locação Social” seria uma espécie de subsídio financeiro para viabilizar o pagamento do aluguel de um determinado imóvel, porém enfatizou que o referido subsídio não seria destinado para o pagamento integral do aluguel. Acrescentou que no âmbito do programa de “Locação Social” os imóveis que são classificados como aptos a serem alugados obrigatoriamente devem preencher uma série de requisitos determinados pela Prefeitura de Belo Horizonte, porém a Companhia Urbanizadora e de Habitação estava debatendo sobre a possibilidade de flexibilização dos requisitos exigidos para os imóveis que poderiam ser alugados. Acrescentou que os imóveis que apresentavam problemas estruturais, irregularidades na construção e estavam localizados em áreas de risco não poderiam ser alugados, no âmbito do programa, em nenhuma hipótese.

500. O presidente da Comissão perguntou sobre o banco de dados relacionados aos imóveis que poderiam ser alugados e os imóveis cadastrados no âmbito do programa para locação social. O Diretor-Presidente da URBEL informou que periodicamente o banco de dados relacionado à locação social passa por um processo de atualização, porém não soube informar o aspecto quantitativo dos imóveis disponíveis para aluguel. Ressaltou que nos últimos anos foram disponibilizadas cerca de 340 vagas no programa de locação social, mas enfatizou que as vagas não foram totalmente preenchidas. Sobre o aspecto orçamentário do programa, informou que cerca de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) foram provenientes do Recurso Ordinário do Tesouro – ROT, recursos que foram disponibilizados pela Prefeitura de Belo Horizonte. Acrescentou que durante o período da pandemia o governo federal repassou ao Município o valor de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) para abrigamento da população em situação de rua e uma possível utilização para o custeio do programa de locação social, mas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ênfatizou que do valor repassado pela União ainda estariam disponíveis cerca de R\$ 10.500.000,00 (dez milhões de reais).

501. Ainda sobre o programa de locação social, Claudius Vinícius Leite Pereira informou que periodicamente os beneficiários devem comprovar a necessidade de se manterem no programa e a Prefeitura de Belo Horizonte, através da URBEL, realiza um monitoramento e fiscalização dos imóveis alugados e dos seus locatários. Sobre o recurso disponibilizado pelo governo federal, informou que a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania encaminhou para a Companhia Urbanizadora e de Habitação – URBEL uma lista que continha 900 pessoas que poderiam ser beneficiadas pelo programa de aluguel social, porém apenas 540 pessoas teriam sido localizadas e cadastradas. Acrescentou que atualmente, deste quantitativo acima mencionado, cerca de 175 pessoas se encontram beneficiadas pelo programa. Enfatizou que 287 pessoas não demonstraram interesse no acesso ao programa e 66 pessoas estariam com o benefício suspenso, pois foram encontradas irregularidades e fraudes que inviabilizaram a manutenção do benefício, como por exemplo a não apresentação dos recibos de pagamento do aluguel, fraudes no preenchimento dos recibos e a não ocupação do imóvel disponibilizado.

502. O Diretor-Presidente da URBEL ressaltou as dificuldades de implementação das políticas habitacionais em Belo Horizonte, citou a insuficiência de recursos para construção de novas unidades habitacionais e as dificuldades financeiras enfrentadas pelas pessoas que em tese poderiam acessar o programa de aluguel social. Enfatizou que a manutenção de imóveis mais básicos possui um custo mensal de aproximadamente R\$ 400,00 (quatrocentos reais) e muitas pessoas não apresentam capacidade financeira para suportarem a mencionada quantia, mesmo sendo beneficiadas pelo programa de locação social.

503. O presidente perguntou sobre o quantitativo de imóveis construídos pela Prefeitura de Belo Horizonte e a dinâmica de transferência dessas unidades para as pessoas que não possuem uma melhor capacidade financeira. Em resposta, Claudius Vinícius Leite Pereira informou sobre a normativa estabelecida pelo Conselho Municipal de Habitação, na qual dispõe que o beneficiário contemplado com uma unidade habitacional entregue pelo Município deverá, obrigatoriamente, ficar nesse imóvel por um prazo mínimo de 2 anos e somente após esse período o imóvel poderá



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ser vendido, mas a venda deverá ser autorizada pela Prefeitura de Belo Horizonte e o comprador deve estar cadastrado em algum programa habitacional da cidade. Ressaltou que a Prefeitura de Belo Horizonte realiza o monitoramento das famílias que ocupam os imóveis disponibilizados pelo Município e a posterior venda desses imóveis, porém disse que o monitoramento deveria ser mais efetivo.

504. O presidente da Comissão perguntou sobre as ações que estavam sendo implementadas na região do Isidoro, localidade próxima do Bairro Granja Werneck. Em resposta, o Diretor-Presidente da URBEL ressaltou sobre a importância da região, principalmente pelo seu aspecto ambiental e a relevância de manutenção da região como área verde, porém defendeu uma ocupação verticalizada de uma área previamente definida. Ressaltou que a região vem passando por um processo de ocupação urbana irregular e uma das alternativas seria a regularização dos imóveis, mas dentro dos critérios técnicos, ambientais e jurídicos exigidos. Enfatizou que inúmeros cursos de água na região abastecem o Ribeirão do Onça, porém as ocupações irregulares provocam impactos ambientais e urbanísticos negativos. Acrescentou que o Poder Público deveria ter atuado para que houvesse na região uma ocupação regular, verticalizada e de preservação da área verde, porém tais aspectos dificilmente serão alcançados.

505. Sobre a questão do déficit habitacional, o vereador Bruno Pedralva perguntou sobre a possibilidade de realização de um processo de retrofit nos prédios públicos que estão desocupados na região central de Belo Horizonte. O Diretor-Presidente da URBEL disse que o imóvel do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS comportaria a instalação de 88 unidades habitacionais e informou que a Prefeitura de Belo Horizonte estaria debatendo e desenvolvendo estudos sobre o tema, inclusive com a possibilidade de ocupação de imóveis menores, principalmente na região da Avenida Paraná. Enfatizou que a política de habitação deveria ser tratada como uma política de Estado e não uma política específica de governo. Informou que deveria haver uma diretriz unificada para implementação da política habitacional, citou o exemplo do Sistema Único de Saúde – SUS, porém a implementação da política habitacional seria de responsabilidade dos municípios. Ressaltou que a lei do retrofit aprovada na Câmara Municipal de Belo Horizonte foi muito benéfica e inúmeras empresas entraram em



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

contato com a URBEL demonstrando interesse na implementação e execução do projeto de modernização e adequação dos imóveis desocupados.

506. O presidente da Comissão enfatizou a importância do programa “Locação Social” e perguntou sobre a sua dinâmica de funcionamento. O presidente, vereador Braulio Lara, também perguntou sobre a proposta da possibilidade de gestão, pela iniciativa privada, das unidades habitacionais disponibilizadas para as famílias com baixa capacidade financeira. Em resposta, Claudius Vinícius Leite Pereira informou que o valor individual disponibilizado pelo programa é de R\$ 500,00 (quinhentos reais), semelhante ao do programa “Bolsa Moradia”. Disse que a URBEL realiza a avaliação dos imóveis que serão disponibilizados pelo programa de locação social. Sobre a proposta de gestão da iniciativa privada em relação a destinação das habitações sociais para as famílias de baixa renda, informou que o tema ainda estaria sendo analisado pela Prefeitura.

507. O presidente perguntou se seria possível a celebração de contrato com a Prefeitura de Belo Horizonte para imóveis que estivessem na fase do projeto de construção ou ainda estivessem na fase de construção. O Diretor-Presidente da URBEL informou que seria possível a celebração contratual para entrega de unidades habitacionais, mesmo tais unidades se encontrando no processo de desenvolvimento do projeto de construção, porém tal situação não seria possível em relação aos imóveis que são disponibilizados pelo programa de locação social. Enfatizou sobre a necessidade de aumento da quantidade de imóveis com o valor de aluguel mais acessível em Belo Horizonte, porém ressaltou que esse cenário dificilmente seria observado, dada as condições mercadológicas do setor imobiliário. Claudius Vinícius Leite Pereira concluiu informando que em diversos países europeus também se tornou comum a existência de subsídios do governo para o custeio de programas semelhantes ao do aluguel social.

508. O presidente da Comissão enfatizou que no Município existem inúmeros imóveis que estão em uma situação de irregularidade, principalmente por estarem localizados em áreas de risco ou por serem construídos em regiões que foram ocupadas de forma irregular e ressaltou que em muitos casos esses imóveis irregulares são destinados para a locação informal.

509. O Diretor-Presidente da URBEL concordou com a explanação do presidente e ressaltou que os imóveis irregulares não seriam elegíveis para as políticas habitacionais



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

da Prefeitura de Belo Horizonte, principalmente pelo aspecto da falta de segurança e da inexistência documental que comprova o título de propriedade por parte do suposto proprietário.

510. O presidente enfatizou sobre a importância da discussão sobre os aspectos que envolvem as políticas habitacionais, porém disse que o tema possui um enorme grau de complexidade e envolve diferentes setores da sociedade. Ressaltou que seria necessário a participação do Poder Público e da iniciativa privada para o desenvolvimento de ações para mitigar os problemas habitacionais de Belo Horizonte. Sobre as ações de remoções e encaminhamentos das famílias que estariam em locais irregulares, o presidente da Comissão perguntou à Claudius Vinícius Leite Pereira quais foram as medidas adotadas pela URBEL para resolução ou mitigação desse problema.

511. O Diretor-Presidente disse que existiriam dois aspectos relacionados ao déficit habitacional no Município. O primeiro seria o qualitativo, pois estaria relacionado a segurança estrutural do imóvel e a sua qualidade. O segundo seria o aspecto quantitativo, pois estaria relacionado ao número de unidades habitacionais disponíveis. Enfatizou que em Belo Horizonte muitos imóveis que poderiam ser disponibilizados para as políticas habitacionais apresentaram sérios problemas de segurança e até estrutural. Informou que a demanda por unidades habitacionais estaria muito além da capacidade de disponibilização dos imóveis pelo Poder Público. Acrescentou que em relação ao aspecto qualitativo, a Prefeitura de Belo Horizonte estaria desenvolvendo intervenções nas áreas de risco para viabilizar a utilização desses imóveis e também haveria investimentos nas vilas e favelas objetivando o desenvolvimento de infraestrutura nessas regiões. Ressaltou que em determinadas situações a remoção das famílias que moram em uma área de risco se torna a única opção, pois não seria possível e viável a realização de alguma obra estrutural para anular a possibilidade de desmoronamento ou risco geológico no local.

512. Ainda sobre o tema, o Diretor-Presidente citou como exemplo as famílias que moravam na Vila São José, que foram removidas para um conjunto habitacional na mesma região em decorrência da realização de obras estruturais e viárias no local. Citou também o Aglomerado Santa Lúcia, que foi reordenado pelo programa Vila Viva. Disse que a remoção de uma família provoca um impacto social e econômico na dinâmica de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

vida dessas pessoas, deste modo a política de remoção deve ser tratada como última medida a ser adotada.

513. O presidente informou que a reunião estava terminando e agradeceu a presença de Claudius Vinícius Leite Pereira e a sua participação na oitava. Ressaltou que a Prefeitura de Belo Horizonte deveria enxergar a Câmara Municipal de Belo Horizonte como uma parceira na busca de soluções para os problemas do Município.

514. Sem nada mais a tratar, o presidente da Comissão encerrou a reunião às 13h.

III.12 DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

515. A décima segunda reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua foi realizada no dia 16 de novembro de 2023, às 9h54, no Plenário Helvécio Arantes, sob a presidência do vereador Braulio Lara, e contou com a participação dos vereadores Bruno Pedralva, Jorge Santos, Cleiton Xavier, Ciro Pereira e Henrique Braga, sendo que o último participou de forma remota, através de videoconferência.

516. Dando continuidade aos trabalhos, o presidente da Comissão leu o ofício enviado pela Procuradoria do Município de Belo Horizonte, informando a exoneração do Sr. Sérgio Luiz Soares de Souza Costa do cargo de superintendente da SLU - Superintendência de Limpeza Urbana e a impossibilidade de comparecer à reunião por estar em viagem ao Rio Grande do Norte.

517. O presidente, prosseguindo com os trabalhos, inverteu a ordem da pauta para apreciação e votação dos seguintes Requerimentos antes da realização das oitavas:

- I. Requerimento de Comissão nº 3036/23. Solicitação de realização de visita técnica, com a finalidade de verificar as instalações e funcionamento da Unidade de Acolhimento Institucional para Mulheres, no dia 22/11/23, às 9h30min, na Rua Argentina, nº 39, Bairro Copacabana. Autoria: vereador Braulio Lara.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

II. Requerimento de Comissão nº 3.037/23. Solicitação de realização de visita técnica para verificar as instalações e funcionamento do Abrigo Maria Maria, no dia 22/11/23, às 10h50min, na Rua Ubá, nº 1, Bairro Lagoinha. Autoria: vereador Braulio Lara.

III. Requerimento de Comissão nº 3.038/23. Solicitação de realização de visita técnica para verificar as instalações e funcionamento do Centro Integrado de Atendimento à Mulher – CIAM, no dia 22/11/23, às 11h40min, na Rua Comendador Nohme Salomão, nº 73, Bairro Lagoinha. Autoria: vereador Braulio Lara.

518. Discutidos e votados, os membros da Comissão os aprovaram.

519. Dando seguimento aos trabalhos, o presidente deu ciência aos demais membros da Comissão sobre o recebimento dos seguintes documentos:

I. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 2521/2023.

II. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 2527/2023.

III. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 2585/2023.

IV. Documento PROT. Nº 006869/2023

520. Após suspensão da reunião por alguns minutos, o presidente da Comissão informou que a oitiva do subsecretário municipal de fiscalização, da Secretaria de Política Urbana, José Mauro Gomes seria iniciada.

521. José Mauro iniciou apresentando sua formação profissional. Em seguida, o presidente da Comissão, Vereador Braulio Lara, enfatizou sobre o objetivo da CPI e aduziu que a situação dos moradores de rua é tratada por diversas secretarias dentro da Prefeitura de Belo Horizonte e indagou como é a atuação da Subsecretaria Municipal de Fiscalização em relação à população em situação de rua.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

522. Em resposta, José Mauro explicou sobre as discussões realizadas desde 2017 na Prefeitura, que resultaram em uma portaria assinada por diversas secretarias, porém não informou o número da portaria. Relatou, ainda, sobre as dificuldades enfrentadas, bem como citou a recente decisão do STF assinada pelo Min. Alexandre de Moraes, informando que a PBH já atuava em conformidade com a decisão.

523. O presidente questionou como a Prefeitura lida com a dicotomia envolvendo o Código de Posturas e as políticas para os moradores de rua. E, respondendo ao questionamento, o Subsecretário elencou que existem diversas equipes atuando na cidade, porém, enfatizou que a abordagem da fiscalização é diferente da abordagem da assistência social e citou alguns métodos. Um deles é no tocante à identificação de pessoas em situação de rua pela equipe da fiscalização, que procede com o devido encaminhamento à Secretaria de Assistência Social.

524. Nessa seara, a respeito do Código de Posturas, o vereador Braulio Lara indagou sobre o encaminhamento dessas pessoas aos centros de acolhimento e sobre o conflito entre as regras do mencionado Código e a ocupação de calçadas por essas pessoas, perguntou o porquê a portaria relativiza as regras.

525. No entender do Subsecretário a portaria é compatível com o Código de Posturas e disse que a fiscalização não recolhe pertences dos moradores.

526. Todavia, o presidente da Comissão aduziu que o que a população questiona é justamente a presença ostensiva e numerosa de moradores de rua nas calçadas e áreas verdes da cidade em contraste com a ociosidade de alguns centros de acolhimento.

527. No entanto, na concepção de José Mauro se todos os moradores optassem por ocupar os abrigos não haveria vaga para todos.

528. O Vereador Braulio Lara denunciou a situação do Parque Jean Jaques Cousteau, no Buritis, onde moradores de rua têm promovido o desmatamento. E questionou se a Prefeitura atua com base nas políticas e visões da esquerda.

529. Após o questionamento, o Vereador Bruno Pedralva, do Partido dos Trabalhadores, interferiu apontando que a testemunha já havia respondido que atua conforme a legislação. Contudo, o presidente apontou que não era candidato a prefeito e que o questionamento sobre o posicionamento da Prefeitura é pertinente à situação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

530. Os demais vereadores da CPI pediram para que deixassem esse debate para outra hora e que os trabalhos prosseguissem.

531. José Mauro Gomes disse que a invasão do Parque Jaques Cousteau foi judicializada. Logo após, o presidente da Comissão perguntou como a Prefeitura lida com as denúncias da população quanto às calçadas ocupadas, haja vista não ter ficado claro. José Mauro disse que o problema é complexo e não tem solução definitiva. O presidente mostrou como a Prefeitura, por meio da Fiscalização, lida com invasões a lotes e bens públicos, porém o tratamento não é o mesmo em face dos moradores de rua. José Mauro concordou e disse que nos casos de moradores o tratamento é diferente e que a Assistência Social é acionada.

532. Nesse sentido, questionou o presidente como é feito esse encaminhamento para Assistência e como ocorre a identificação. Em resposta, o Subsecretário disse que a atuação da Fiscalização é acompanhada pela Superintendência de Limpeza Urbana - SLU - e pela Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte - GCMBH, e que por essa razão não é bem visto pela população em situação de rua, o que faz com que atuem separadamente da Assistência, porém sempre se comunicam.

533. O Vereador Pedro Patrus questionou sobre a aplicação da decisão do STF, que impede a remoção de pertences dos moradores. José Mauro respondeu que os procuradores do município ainda não se reuniram, mas que a informação é de que a Prefeitura já atua de acordo com os parâmetros da decisão.

534. Sobre os ferros-velhos, o presidente da Comissão perguntou como é a atuação da equipe da fiscalização, questionou, também, se a Prefeitura distribui barracas. O subsecretário da pasta de fiscalização apresentou dados de fiscalização nos espaços públicos e informou que é de conhecimento dele que a distribuição é feita por entidades privadas e mostrou fotos. Quanto aos ferros-velhos, aduziu que foi feita reunião com representantes dos órgãos de segurança visando atuação e combate ao comércio de bens furtados.

535. Ainda no tocante aos ferros-velhos, o presidente questionou sobre atuação clandestina pela madrugada, e o subsecretário respondeu que tem se discutido um plano amplo da região da Lagoinha e que a fiscalização também tem atuado à noite visando coibir determinadas práticas.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

536. Antes de finalizar a oitiva, Bruno Pedralva questionou sobre atuação pró-moradores, haja vista as altas temperaturas registradas na capital. Embora não fosse da esfera da pasta de fiscalização, o subsecretário respondeu que tem ocorrido a distribuição de água e outras medidas.

537. Posto isso, em tom de desfecho, o presidente da CPI da População em Situação de Rua agradeceu pela participação do subsecretário, enfatizou sobre os pontos abordados como: a necessidade de ordem no espaço urbano, a ociosidade da infraestrutura dos centros, criticou a normalização da vulnerabilidade e situação dos moradores de rua, e destacou a imprescindibilidade de soluções.

538. Dessa forma, sem nada mais a tratar, o presidente da Comissão finalizou a reunião às 12:33h.

III.13 DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA

539. A décima terceira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua foi realizada no dia 24 de novembro de 2023, às 9h51, no Plenário Helvécio Arantes, sob a presidência do vereador Bráulio Lara, e contou com a participação dos vereadores Bruno Pedralva, Jorge Santos, Cleiton Xavier, Ciro Pereira e Bruno Miranda, ressalta-se que este último não compõe a comissão. E, posteriormente, registrou-se a presença do vereador Henrique Braga.

540. A referida reunião teve como finalidade as oitivas do Secretário Municipal de Saúde, Sr. Danilo Borges Matias e do Secretário Municipal de Política Urbana, Sr. João Antônio Fleury Teixeira, para que prestassem informações. Os Secretários foram acompanhados pelo Procurador-Geral do Município, Dr. Hércules Guerra e pelo Procurador Municipal Dr. Fernando Couto Garcia.

541. Dando continuidade aos trabalhos, o presidente da CPI solicitou que o Secretário de Saúde apresentasse sua trajetória curricular. Nessa senda, Danilo Matias apresentou seu histórico na área médica. Após alguns parlamentares agradecerem a presença e cooperação do Secretário, este iniciou a apresentação de slides que mostravam os princípios norteadores do SUS - Sistema Único de Saúde, os quais são: equidade, universalidade e integralidade. Chamou a atenção para a equidade, haja vista ser um



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

princípio aplicado às ações envolvendo moradores de rua – tratar diferente quem é diferente.

542. Nessa senda, informou que a atuação perante as pessoas em situação de rua é multidisciplinar e intersetorial, envolvendo vários eixos e outras Secretarias parceiras. Enfatizou sobre o projeto “Consultórios na Rua”, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social, consultórios que visam levar tratamento e cuidado médico às pessoas em situação de rua e estado de vulnerabilidade social. Mencionou ainda outras ações e programas como “BH de mãos dadas”; grupos de trabalho com mulheres, atenção à saúde bucal, vacinação, rodas de conversa e outros.

543. Destacou que o SUS da capital mineira está alinhado com as diretrizes federais e trabalha com projetos conhecidos pela população em situação de rua. Além da itinerância, disse que os centros de saúde também contribuem e recebem orientação. Ademais, falou sobre os atendimentos específicos para pessoas em situação de rua como o projeto Maloca - que cuida dos animais dessas pessoas -, atenção psicossocial e leitos para cuidados específicos envolvendo uso de entorpecentes e álcool.

544. Em sequência, o presidente da comissão questionou sobre como funciona a troca de informações entre a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Assistência Social. Em resposta, o Secretário disse que há reuniões periódicas. Então o presidente perguntou se é viável a instalação de salas de assistência social para pessoas que acessam postos de saúde, e o Secretário informou que sim, mas que na visão dele não é necessário. O presidente disse que as pessoas poderiam ser abordadas no próprio território de origem e que as secretarias poderiam ser mais integradas.

545. O Secretário aduziu que é preciso melhorar e que estão buscando isso, informou que a orientação é de que as equipes trabalhem conjuntamente e que tem buscado dialogar com a Secretária de Assistência Social, Sra. Rosilene Rocha.

546. O Vereador Bruno Pedralva disse que comumente os centros de saúde possuem profissionais da área da assistência social além dos profissionais de saúde. Isso posto, o presidente da Comissão questionou se esses profissionais integram a Secretaria de Saúde ou de Assistência Social. Bruno Pedralva esclareceu que são profissionais que integram a Pasta Municipal da Saúde, e que como médico normalmente entra em contato com a SMASAC ao atender uma pessoa em situação de rua.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

547. O presidente destacou que infelizmente, em razão da alta demanda nos postos, o contato acaba não ocorrendo e que a população não sabe como proceder ao ver uma pessoa passando mal e perguntou se é possível integrar melhor as as pastas.

548. Danilo Matias respondeu que sempre é possível melhorar. Como exemplo ele mencionou caso de mulher que após ser abordada pelo programa “Consultório na Rua” e após muito diálogo descobriu ter direito a um benefício de cerca de 15 mil reais, tendo a equipe ajudado na compra de eletrodomésticos e móveis.

549. O presidente questionou se é possível ter acesso ao histórico e trajetória de pessoas em situação de rua, haja vista que tais pessoas não têm, na maioria das vezes, endereço fixo. Nessa senda, o Secretário respondeu que não existe sistema informatizado para tal, contudo é possível buscar as informações. O presidente disse que o questionamento se dá porque a maioria dos moradores de rua tem se concentrado na Região Centro-Sul em razão da concentração dos equipamentos públicos, restaurantes populares entre outros e questionou se é possível solucionar o impasse.

550. Danilo Matias disse que os equipamentos respeitam a logística das regionais e que irá averiguar como pode solucionar o problema e ampliar os serviços.

551. Dando sequência, o presidente citou visita técnica realizada ao Abrigo Granja de Freitas, que apresenta estrutura precária. Mencionou uma senhora que relatou ter seis filhos e que não conseguiu realizar cirurgia de laqueadura de trompas pelo SUS. Indagou se isso corresponde à realidade.

552. O Secretário alegou desconhecer a situação e se propôs a localizar a senhora para fins de solucionar a problemática. O presidente informou que ela realizou o procedimento, porém não pela rede pública. Afirmou que tais procedimentos deveriam ser céleres nessas situações. Danilo disse que existe fila, mas que há gestão,

553. O presidente então questionou se as indicações oriundas da SMASAC recebem tratamento diferenciado. A resposta foi sim. O presidente questionou qual a avaliação do secretário no tocante à CERSAMS - Centros de Referência em Saúde Mental. Danilo Matias elogiou a equipe de saúde mental. Informou que há planos de ampliação dos referidos centros.

554. Dando seguimento, o presidente exibiu um vídeo de entrevista de rádio concedida pelo Prefeito Fuad Noman, onde ele abordou sobre CERSAMS e consultórios de rua informando sobre a não internação das pessoas em situação de rua



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

que apresentam transtornos mentais ou fazem uso de drogas. O presidente da comissão perguntou o porquê da não internação. Mencionou também o fechamento do Hospital Galba Veloso e questionou se é necessário aumentar a estrutura para a saúde mental.

555. Foi informado que não há diretriz contra a internação, mas que elas ocorrem em situações indicadas, específicas e de forma temporária, após avaliação multiprofissional, haja vista as políticas terem evoluído quanto à luta antimanicomial e mencionou que alguns equipamentos traziam mais sofrimento para o paciente.

556. O presidente da comissão perguntou a respeito do uso de drogas e álcool, questionando qual era a pasta competente. Em resposta, Danilo Matias disse que há a adoção de medidas intersetoriais, e que assumirá o Comitê Municipal de Enfrentamento às Drogas, onde irá trabalhar com outras Secretarias atinentes ao tema.

557. Dando sequência, o presidente da comissão, Vereador Bráulio Lara exibiu vídeo sobre entrevista de Fuad Noman e destacou a incidência de doenças respiratórias como a tuberculose em pessoas em situação de rua, situação que recai sempre sobre a Secretaria de Assistência Social, tendo em vista a negligência da SMS.

558. O Secretário disse que é natural que a imunidade das pessoas em situação de rua seja baixa, ou que elas sofram com queda de imunidade, pois estão suscetíveis a isso. Em contrapartida, é feito tratamento com penicilina, a cada 21 dias, mas que é um desafio, pois essas pessoas mudam com frequência.

559. Cleiton Xavier questionou se a saúde mental é o maior desafio da SMS em face das pessoas em situação de rua e questionou se existe estudo que mostre os problemas mais recorrentes nessas pessoas.

560. Danilo Matias disse que se não for o maior é um dos maiores e disse que é viável a produção desse material para posterior envio à Casa Legislativa.

561. O vereador Cleiton Xavier questionou como o Secretário avalia a escassez de recursos federais destinados à população em situação de rua, destacou que é presidente da Comissão de Orçamento e Finanças e questionou quanto que se gasta em média na área da saúde para tratar as patologias.

562. Danilo destacou a dificuldade que é equilibrar a inflação e aumento da demanda, responsabilidade que recai sobre os municípios, tendo em vista que há uma tendência da manutenção dos valores desses recursos. Quanto aos gastos, não há um valor específico, pois as despesas oscilam, porém destacou que os custos com os consultórios de rua



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

giram em torno de 7 milhões e que os repasses do estado e governo federal totalizam cerca de 3.5 milhões.

563. O vereador Cleiton Xavier ressaltou durante a reunião que o prefeito Fuad Noman fez campanha para o então presidente do Brasil, Luiz Inácio da Silva, e que para atender diversas demandas têm ido até Brasília, questionou se para resolver a situação da população em situação de rua o prefeito tem depositado o mesmo empenho.

564. Danilo informou que já esteve no Ministério da Saúde durante algumas agendas para captação de recursos, todavia não respondeu se seriam recursos destinados ao atendimento das necessidades da população em situação de rua. Cleiton Xavier, observando a ausência de precisão na resposta, questionou se alguma dessas agendas e reuniões tratavam dos moradores de rua.

565. Danilo Matias respondeu que sim, especificamente sobre a situação do Bairro Lagoinha, que requer limpeza e revitalização. Cleiton Xavier informou que em diversas visitas à UPAS, percebeu grande número de moradores nos arredores que não aguardavam atendimento e perguntou o que se tem feito em relação a isso de forma intersetorial. Matias respondeu que esforços serão empreendidos e que estão cientes da referida problemática.

566. Sobre internação em caso de abuso de álcool e drogas, Cleiton Xavier questionou se comunidades terapêuticas poderiam auxiliar. Matias respondeu que entende que não há comprovação e que, inclusive, perdeu um grande amigo em função de suicídio após internação em Comunidade Terapêutica, mas que reconhece alguns casos solucionados. Informou, ainda, que existem três formas de internação: a) voluntária; b) involuntária; c) compulsória, por decisão judicial - destacou que esta última é arriscada.

567. Em tom de finalização, o presidente da Comissão, Braulio Lara, agradeceu pela participação e esclarecimentos e encerrou a primeira oitiva.

568. Após breve pausa, retomou os trabalhos dando início à oitiva do Secretário de Política Urbana, João Fleury.

569. Inicialmente, o presidente da comissão discorreu sobre a situação dos venezuelanos na praça da Liberdade, na qual estabeleceram ocupação com ânimo de permanência. Citou a situação de forma exemplificativa para questionar como o Secretário João Fleury enxerga a questão e pediu para que ele apresentasse as ações da



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

sua pasta no tocante a resolução do problema envolvendo o aumento dos moradores de rua em Belo Horizonte.

570. Diante disso, João Fleury iniciou sua apresentação com slides mostrando as principais ações da Secretaria Municipal de Política Urbana, destacando os trabalhos intersetoriais envolvendo outras pastas como a SMS e SMASAC, bem como a Superintendência de Limpeza Urbana (SLU).

571. Nesse diapasão, ainda na mesma apresentação, aduziu que algumas práticas da sociedade civil como distribuição de marmitas, barracas de camping acabam atrapalhando a execução dos trabalhos, pois os moradores de rua geram resíduos orgânicos de maneira indiscriminada e que é algo a ser debatido com as outras pastas. Mostrou também onde se concentra esses grupos por regional.

572. Quanto à situação dos venezuelanos, Fleury informou que a família era grande e só aceitava ir para um abrigo se todos ficassem juntos, o que era impossível a Prefeitura cumprir naquela época. Disse que a família não está mais na praça. Informou que a prefeitura tem alugado quartos de hotéis para abrigar pessoas em dias de chuva e disse que tem dado capacitação técnica, considerando inúmeras vagas para trabalhar em hotéis, bares e restaurantes.

573. O presidente da comissão questionou a respeito dos materiais depositados por essas pessoas em situação de rua, de modo a desordenar os aparelhos urbanos e o espaço público, infringindo normas de ocupação urbana e que a regra, aparentemente, não é a mesma para todos.

574. Bruno Pedralva disse que existe decisão do STF que proíbe a retirada de bens e pertences de pessoas em situação de rua, e questionou se o presidente estava afirmando que há infração às normas.

575. O presidente destacou que se trata de normas municipais sendo infringidas, considerando que a prefeitura conseguiu abrigo para eles, no entanto, eles optaram por não irem para os centros de acolhimento e permanecerem na praça, desrespeitando as normas de ocupação e uso do espaço urbano.

576. O Secretário, ora depoente, disse que a Prefeitura tem seguido os parâmetros e diretrizes da Suprema Corte e que nesses casos o que se pode fazer é tentar a conciliação e diálogo, mas que não podem removê-los do local.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

577. Bruno Pedralva agradeceu o Secretário por ter esclarecido a questão, pois assim, segundo ele, está ajudando a não propagar fake news.

578. Ocorre que o presidente e vereador Braulio Lara questionou se Pedralva estava dizendo que Braulio espalhara fake news, haja vista que a ocupação da praça da Liberdade por família venezuelana era de notório conhecimento midiático e da população. Expôs que houve sim clara violação ao Código de Posturas de Belo Horizonte e solicitou que Bruno Pedralva retificasse sua fala.

579. Pedralva informou que se as informações não fossem complementadas poderiam se tornar fake news.

580. Dando seguimento, o presidente questionou ao Secretário sobre o recolhimento de materiais recicláveis acumulados. João Fleury informou que existem caminhões próprios para o recolhimento desses resíduos.

581. O presidente perguntou sobre os ferros-velhos irregulares. A resposta foi no sentido de que o Executivo já identificou situações irregulares por falta de alvará ou por comercializarem produtos roubados como cobre. Disse que existe um trabalho em conjunto com a polícia militar do estado de Minas Gerais, GCM-BH e corpo de bombeiros, e nos casos de não regularização os locais são fechados.

582. O presidente mencionou insatisfação dos moradores do Bairro Lagoinha em relação aos ferros-velhos que funcionam à noite e durante a madrugada. O Secretário disse que há equipes de plantão 24h para identificar situações como a citada pelo vereador Braulio Lara e que a Prefeitura irá iniciar as desapropriações no supramencionado bairro.

583. A respeito do Plano Diretor, o presidente da Comissão questionou sobre as perspectivas de habitação, considerando que há um déficit habitacional e dificuldade para encontrar imóveis elegíveis, além da buracocria entrentada;

584. João Fleury disse que trabalha no planejamento, mas que a execução das políticas habitacionais é de responsabilidade da Urbel e que, segundo informações, há cada vez menos terrenos disponíveis para construção. Falou sobre os recursos oriundos do Minha Casa Minha Vida. O presidente da comissão perguntou se os recursos advêm do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento e se as áreas cedidas são Áreas de Especial Interesse Social.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

585. João Fleury respondeu que não são apenas AEIS, e que a gestão dos bens é feita pela Secretaria da Fazenda. Quanto à porcentagem para pessoas de baixa renda, após questionamento do vereador Bráulio, o Secretário disse que depende dos projetos e terrenos.

586. O vereador Bráulio Lara mencionou visita realizada à abrigo no Bairro Pompéia e disse que foi possível observar que há terrenos propícios à moradia popular no referido bairro e perguntou se procede essa constatação.

587. João Fleury disse que poderia averiguar a relação dos terrenos e enviar para a Câmara. Aduziu que é necessário parcerias com a iniciativa privada para a construção de projetos na área e que a SMPU se reuniu com representantes de construtoras para discutir investimentos e contrapartidas.

588. O Secretário foi questionado se a Prefeitura tem sido acionada para destinar moradias populares. A resposta foi positiva. Bráulio Lara questionou sobre o conhecimento de um projeto de construção de 3 mil unidades no Granja Werneck. O Secretário informou que tem conhecimento do interesse nessa região, porém que a permuta dos terrenos ainda não ocorreu.

589. O presidente questionou a não utilização do Plano Diretor para monetização usando o direito de construção. A resposta foi de que há vários projetos paralisados.

590. O vereador Cleiton Xavier disse que estava satisfeito com as respostas e reforçou seu descontentamento com o número expressivo de moradores de rua, pois recebe diariamente e-mails dos seus eleitores, em especial comerciantes, pagadores de impostos, sobre a insatisfação com a ocupação irregular da frente das suas lojas.

591. O presidente da comissão informou sobre situação de ocupação irregular por moradores de rua no Parque Jean Jacques Cousteau e perguntou como a SMPU enxerga a problemática. Em resposta, o Secretário informou que já atuou em parceria com o Ministério Público e que agirá conforme os instrumentos legais que possui.

592. O presidente perguntou como a Câmara Municipal pode ajudar. O secretário disse que a problemática dos moradores de rua é mundial e citou exemplos internacionais. Disse que buscam soluções, mas que a sociedade, a igreja e o judiciário também precisam atuar.

593. Nada mais a ser tratado, às 12h59, o presidente declarou encerrados os trabalhos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

III.14 DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

594. A décima quarta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua foi realizada no dia 30 de novembro de 2023, às 09h51, no Plenário Helvécio Arantes, sob a presidência do vereador Braulio Lara, e contou com a participação dos vereadores Bruno Pedralva, Jorge Santos e Ciro Pereira, sendo que os dois últimos participaram de forma remota, através de videoconferência.

595. Registre-se a presença do vereador Pedro Patrus, que é suplente do vereador Bruno Pedralva.

596. A reunião teve como finalidade a realização da oitiva, marcada para às 09h30, da Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, Rosilene Rocha, para prestação de informações relacionadas aos serviços de assistência social direcionados à população em situação de rua no âmbito do Município.

597. Dando continuidade aos trabalhos, o presidente da Comissão informou a inversão da ordem da pauta, e deste modo foram apresentados, primeiramente, para apreciação e votação os seguintes Requerimentos:

- I. Requerimento de Comissão nº 3121/2023. Solicitação de pedido de informação à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, tendo como finalidade a obtenção das informações em complemento àquelas solicitadas pelo Requerimento de Comissão nº 2211/2023, requerendo o envio das cópias de todos os contratos, termos aditivos e convênios de cooperação celebrados entre o Município de Belo Horizonte e o Instituto de Promoção Social e Humana Darcy Ribeiro e que possuem como finalidade a gestão de abrigos, albergues e unidades de acolhimento que prestam serviços à população em situação de rua e as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica. O prazo de resposta será de 10 dias úteis. Autoria: vereador Braulio Lara.

598. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram por aprová-lo.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

599. Registre-se que durante a apreciação do Requerimento em tela o presidente da Comissão comunicou a presença remota do vereador Henrique Braga.

II. Requerimento de Comissão nº 3122/2023. Solicitação de realização de oitiva, tendo como finalidade encaminhar o convite aos representantes da Superintendência de Limpeza Urbana – SLU, para prestarem informações que serão de grande relevância para os trabalhos da Comissão no dia 11 de dezembro de 2023, às 09h30, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: vereador Braulio Lara.

600. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram por aprová-lo.

601. Registre-se que durante a apreciação da propositura em tela o presidente da Comissão informou que havia sido marcada anteriormente uma oitiva para o Superintendente da SLU, porém houve uma alteração na Superintendência de Limpeza Urbana, consequentemente a reunião foi remarcada. Ressaltou que a participação dos representantes da SLU seria necessária para o fornecimento de informações sobre a dinâmica de coleta dos resíduos recicláveis, a logística de trabalho das cooperativas de reciclagem e o trabalho desenvolvido pelos profissionais autônomos desse setor.

602. O vereador Bruno Pedralva agradeceu ao presidente da Comissão pelo envio do convite aos representantes da SLU ao invés de convocá-los. Ressaltou sobre a importância da participação dos representantes da SLU na reunião prevista para o dia 11 de dezembro de 2023.

603. Registre-se a presença remota do vereador Cleiton Xavier, relator da Comissão.

III. Requerimento de Comissão nº 3123/2023. Solicitação de pedido de informação ao Instituto de Promoção Social e Humana Darcy Ribeiro, tendo como finalidade a obtenção do complemento das informações solicitadas pelo Requerimento de Comissão nº 2214/2023, tendo em vista que o mesmo não foi plenamente atendido. O prazo de resposta será de 10 dias úteis. Autoria: vereador Braulio Lara.

604. Discutido e votado, os membros da Comissão optaram por aprová-lo.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

605. Dando seguimento aos trabalhos, o presidente comunicou aos demais membros da Comissão o recebimento dos seguintes documentos:

I. Documento Prot. N° 006943/2023.

II. Documento Prot. N° 007030/2023.

606. O presidente da Comissão comunicou que daria início a oitiva, e deste modo agradeceu a presença da Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, Rosilene Rocha, e solicitou que a mesma prestasse o compromisso de dizer a verdade durante a realização da oitiva, conforme dispõe o art. 203 do Código de Processo Penal combinado com art. 342 do Código Penal.

607. Registre-se que o Procurador do Município, Fernando Couto Garcia, acompanhou a reunião e prestou auxílio à Rosilene Rocha durante a oitiva.

608. O presidente disse que em reunião com o Secretário Municipal de Saúde, Danilo Matias, foi informado que haveria a necessidade de uma interlocução mais efetiva entre as áreas da saúde e assistência social. Sobre essa temática, o presidente da Comissão perguntou o motivo pelo qual tal interlocução estaria ocorrendo de forma inefetiva.

609. Rosilene Rocha ressaltou que em relação à população em situação de rua o aspecto da transversalidade deveria ser considerado como um fator dificultador para uma implementação mais homogênea das políticas sociais direcionadas para esse público e acrescentou que inúmeras estratégias intersetoriais são consideradas para o desenvolvimento de ações socioassistenciais no âmbito do Município. Ainda sobre o tema a Secretária enfatizou que em entrevista coletiva, sobre a população em situação de rua, o Prefeito Fuad Noman também abordou os fatores relacionados à saúde, habitação e assistência social e a dinâmica de interação entre essas áreas para o desenvolvimento de ações mais eficazes e assertivas voltadas para as pessoas que possuem uma trajetória de vida nas ruas. Ressaltou sobre os desafios relacionados ao trabalho de campo executado pelos setores da assistência social e a necessidade de uma maior interação com as equipes de saúde pública. Enfatizou as atividades do Comitê da População de Rua foram retomadas e também passou a ser acompanhada pela Secretaria



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Municipal de Governo – SMG e acrescentou que a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC vem discutindo com a sociedade civil e entidades privadas os temas relacionados às políticas públicas direcionadas às pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica, porém ressaltou que uma grande parcela da população em situação de rua vem sendo acometida por graves doenças mentais e caberia ao Poder Público o desenvolvimento de medidas para mitigar tal situação. Rosilene Rocha informou que a maximização da política pública habitacional seria de grande relevância para reduzir o quantitativo de pessoas em situação de rua e a redução dos problemas mentais que essas pessoas estão enfrentando.

610. O presidente da Comissão enfatizou que nos centros de saúde do Município poderiam contar com equipes da assistência social e tal possibilidade poderia “capilarizar” o sistema de atendimento e identificação de pessoas em situação de rua. O presidente perguntou se seria viável a implementação da referida sugestão para mitigar os problemas relacionados às pessoas com trajetória de vida nas ruas.

611. O vereador Bruno Pedralva solicitou a palavra e informou que nas 152 equipes de saúde do Sistema Único de Saúde – SUS, que prestam serviços no Município, possuem profissionais da assistência social e acrescentou que os assistentes sociais realizam a intermediação das pessoas consideradas em situação de rua ou em estado de vulnerabilidade social com algum Centro de Referência de Assistência Social – CRAS ou Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

612. O presidente da Comissão acrescentou que seria necessária uma discussão a respeito da capilaridade e aumento das opções do serviço básico de saúde para as pessoas em situação de rua. Ressaltou sobre a necessidade de uma maior interlocução entre o setor da saúde pública e a assistência social.

613. Rosilene Rocha ressaltou que o Sistema Único de Saúde – SUS possui uma característica de serviço universal, porém tal cenário não ocorre com o Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Enfatizou que o caráter preventivo da assistência social ainda não foi consolidado e universalizado. Informou que as Diretorias Regionais de Assistência Social, através dos Centros de Referência de Assistência Social, realizaram o mapeamento de aproximadamente 5.000 famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica em Belo Horizonte. Acrescentou que a Prefeitura de Belo Horizonte



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

– PBH realizou o anúncio da construção de novos centros de referência para prestação de serviços socioassistenciais e acrescentou que a referida medida poderá aumentar a capacidade de identificação das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica.

614. O presidente perguntou qual seria a demanda de recursos humanos para funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social. Em resposta, a Secretária informou que o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS possuem equipes por 5 psicólogos e assistentes sociais, também contam com o coordenador que realiza a gestão do equipamento. Acrescentou que as mencionadas equipes seriam as responsáveis pela estruturação e mapeamento do trabalho de campo junto às comunidades. Ressaltou que o CRAS realiza um serviço de assistência social junto à região na qual ela está localizada, enquanto o CREAS desenvolve um atendimento mais específico e complexo, que envolve acompanhamento psicológico e atendimento específico para as pessoas que apresentam problemas mentais e de saúde.

615. O presidente perguntou se os CREAS estão localizados em todo o Município.

616. Rosilene Rocha ressaltou a existência de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social em cada regional de Belo Horizonte.

617. O presidente da Comissão perguntou se seria possível a alocação de equipes da assistência social nas unidades básicas de saúde. Em resposta, Rosilene Rocha ressaltou que as instituições da saúde e da assistência social possuem parâmetros específicos de trabalho, dentre eles os de segurança e sigilo profissional. Ressaltou a existência do serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – CFV e do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, que seriam voltados para o atendimento às comunidades das regiões com baixo desenvolvimento econômico. Ressaltou que as demandas tratadas pelos centros de assistência social estão ligadas a violência cometida contra as mulheres e crianças e problemas familiares ligados a dependência química e insuficiência de recursos financeiros. Enfatizou que a dinâmica de atividade do CRAS e do CREAS possuem peculiaridades e diferenças em relação ao atendimento das unidades básicas de saúde.

618. O presidente ressaltou sobre o caráter emergencial na necessidade de implementação de medidas socioassistenciais voltadas para a população em situação de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

rua. Informou que o Subsecretário de Assistência Social, José Cruz, anunciou a implantação de 100 novos CRAS em Belo Horizonte. Acrescentou que não sendo viável a construção dos referidos centros, o Poder Público poderia desenvolver ações de menor escala para aumentar gradualmente a capacidade de atendimento. Rosilene Rocha informou que o Subsecretário, José Cruz, se referiu ao georreferenciamento das comunidades mais vulneráveis e com baixo desenvolvimento econômico de Belo Horizonte, deste modo seria necessário o aumento quantitativo dos centros de referência que prestam serviços socioassistenciais. Informou que a construção dos referidos centros seria uma situação hipotética para universalizar o atendimento da assistência social. Disse que existem dispositivos legais, no âmbito federal, que vedam a implementação do serviço de assistência social nas unidades de saúde.

619. O presidente ressaltou que a Prefeitura de Belo Horizonte tem a obrigação legal de atuar dentro das deliberações normativas estabelecidas pela União, porém tal arcabouço legal não poderia se transformar em um fator dificultador para a implantação de novos serviços assistenciais no âmbito municipal. Ressaltou que as medidas preventivas poderiam resultar em avanços significativos para a sociedade e pediu uma maior atenção da Prefeitura nas demandas relacionadas aos trabalhos dos setores de assistência social. Rosilene Rocha ressaltou a importância da implementação das medidas preventivas e o aumento da capacidade de atendimento da população mais vulnerável, porém enfatizou que a adaptação dos centros de saúde para o oferecimento de atendimento socioassistencial não seria benéfica.

620. O presidente da Comissão enfatizou que o Poder Público deveria maximizar a capacidade de atendimento da assistência social e aumentar a infraestrutura de apoio aos setores do referido setor. Acrescentou sobre a necessidade de ampliação da atuação das equipes de trabalho e ressaltou que a insuficiência de equipamentos da assistência social não poderia ser utilizada como justificativa para o não atendimento pleno das demandas que ocorrem na ponta, no serviço de abordagem e encaminhamento.

621. A Secretária informou que alguns CRAS foram instalados em prédios públicos e tal medida poderia ser adotada para expandir os serviços da assistência social sem haver a necessidade de construção de novos equipamentos públicos. Ressaltou a existência de um debate, no âmbito dos comitês nacionais, sobre a possibilidade de implantação de uma gestão tripartite, entre União, Estados e Municípios, sendo que os Municípios



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

assumiriam a responsabilidade de implantação e gestão dos serviços socioassistenciais, sendo que o custeio dos trabalhos seria suportado por todos os entes da federação. Enfatizou sobre a necessidade de universalização do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, sendo que o modelo de atuação seria universal, porém as peculiaridades de cada Município seriam consideradas durante a implementação das ações de assistência social.

622. O presidente ressaltou que seria importante a discussão das melhorias em um nível local, pois os debates em nível nacional não atenderiam as especificidades de cada Município. Rosilene Rocha ressaltou que o não cumprimento das metas e exigências estabelecidas pelo sistema nacional de gestão poderiam acarretar a diminuição dos recursos financeiros direcionados para o Município. Acrescentou que uma das prerrogativas para obtenção de recursos federais seria o atendimento das demandas segundo a determinação do sistema único de gestão. Disse que em alguns casos poderia haver a suspensão dos repasses financeiros no caso de não atendimento das exigências pactuadas.

623. Sobre as unidades básicas de saúde, acrescentou que essas não possuem espaços adequados para a execução das estratégias de prevenção da assistência social.

624. O presidente ressaltou a não possibilidade e a inviabilidade da construção de 100 novos CRAS em um período de 1 ano, porém defendeu a adoção de ações a curto prazo para mitigar os problemas de atendimentos e encaminhamentos das pessoas que apresentam um quadro de vulnerabilidade social. Acrescentou perguntando à Secretária sobre a localização dos equipamentos públicos e a possibilidade de utilização de determinadas salas nos centros de saúde para realização de atendimento socioassistencial, como alternativa de curto prazo.

625. O vereador Bruno Pedralva ressaltou que seria necessário o desenvolvimento de ações que atendam os setores da assistência social de forma eficaz e que possibilite uma maior estruturação do sistema. Acrescentou que a implementação de salas de atendimento socioassistencial nos centros de saúde seria ineficaz sob o ponto de vista das peculiaridades e necessidades da população em situação de rua. Enfatizou sobre a importância de desenvolvimento das medidas que garantem, por meio das políticas públicas, o acesso à educação, saúde e emprego.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

626. O presidente, vereador Braulio Lara, ressaltou que a infraestrutura da saúde pública em Belo Horizonte estaria mais desenvolvida em comparação com a infraestrutura da assistência social promovida pelo Município. Ressaltou sobre a necessidade de implantação de ações com ênfase na prevenção e a criação de redes de apoio envolvendo as áreas da saúde, assistência social, desenvolvimento econômico e segurança. O presidente perguntou como tem sido o modelo de atuação da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania em relação a ausência de ações em menor escala na cidade.

627. Rosilene Rocha informou que atualmente e em algumas cidades existem equipes móveis que realizam serviços de atendimento socioassistencial. Acrescentou que a Prefeitura de Belo Horizonte solicitou ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, a implantação dessas equipes em Belo Horizonte, porém seria necessário a obtenção de recursos para composição dessas equipes e enfatizou sobre a necessidade de investimento em recursos humanos. Ressaltou que as equipes de assistência social que realizam os atendimentos móveis são formadas por profissionais concursados e tal cenário acarretaria um aumento no orçamento. Enfatizou sobre a necessidade de construção de um espaço direcionado para atendimentos das demandas das mulheres em situação de rua e enfatizou que os serviços de atendimentos socioassistenciais demandam a construção de uma relação de confiança entre os profissionais e a sociedade. Acrescentou que os profissionais da área da assistência social são pessoas fundamentais para o desenvolvimento das políticas públicas e sua implementação. Concluiu enfatizando que os locais físicos possuem elevado grau de importância no processo de atendimento e efetividade nas ações promovidas pela assistência social e ressaltou que as pessoas em situação de rua possuem carências sociais significativas, deste modo as discussões também estariam ligadas ao desenvolvimento de políticas públicas e de garantia de direitos.

628. O presidente ressaltou sobre a importância da discussão relacionada à habitação social e quais medidas poderiam ser adotadas para mitigar os problemas do déficit habitacional e a possibilidade de encaminhamento, por parte da Prefeitura de Belo Horizonte, de uma parcela das unidades habitacionais para o atendimento da população em situação de rua. Ainda sobre o tema, o presidente da Comissão perguntou sobre a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

existência de imóveis públicos que poderiam ser destinados às famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica.

629. Rosilene Rocha informou sobre a existência do aspecto da intersetorialidade na implementação das políticas públicas, afirmou que a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania não possuía uma lista quantitativa dos imóveis públicos que se encontram desocupados e poderiam ser utilizados pelas pessoas com trajetória de vida nas ruas ou em situação de vulnerabilidade. Ressaltou que o Prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman, solicitou e mencionada listagem objetivando analisar quais ações poderão ser adotadas na área de política habitacional no Município. Acrescentou que o governo federal estaria disponibilizando alguns prédios federais inutilizados para atendimento de demandas habitacionais nos municípios, inclusive em Belo Horizonte.

630. A Secretária enfatizou que as políticas habitacionais seriam imprescindíveis para a promoção de medidas mitigadoras para os problemas relacionados às pessoas em situação de rua. Acrescentou que em Belo Horizonte existem famílias que moram em áreas de risco, porém informou que o Município conta com equipamentos públicos de atendimento às pessoas vulneráveis e programas de locação social. Ressaltou que a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania teria conhecimento das pessoas que estavam aguardando para serem encaminhadas para algum programa habitacional.

631. O presidente ressaltou que a pasta da assistência social realiza o gerenciamento e mapeamento do quantitativo das famílias aptas a serem destinadas para um programa habitacional, contudo a interlocução da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania com a Companhia Urbanizadora e de Habitação, que realiza a gestão dos programas habitacionais, não estaria ocorrendo de forma eficaz e assertiva. Enfatizou que o referido cenário impede a celeridade no processo de encaminhamento das famílias para as unidades habitacionais disponíveis.

632. O presidente da Comissão registrou a presença do relator, Cleiton Xavier.

633. A Secretária informou que o Poder Público realiza um grande esforço para promoção de acolhimento da população em situação de rua e acrescentou que aproximadamente 400 pessoas, com trajetória de vida nas ruas, foram encaminhadas para os programas de habitação social. Ressaltou que o levantamento e monitoramento



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

das famílias que poderão ser encaminhadas para as unidades habitacionais vem passando por um processo de aprimoramento, porém o Poder Público deveria aprimorar o processo de autonomia e promoção social das famílias em situação de vulnerabilidade.

634. O presidente perguntou se as pessoas beneficiadas pelo Programa Bolsa Moradia continuavam sendo atendidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania. Em resposta, Rosilene Rocha informou que os beneficiados pelo referido programa estariam sendo acompanhados pelo Programa Pós-Morar, que promove atividades esportivas, culturais e educacionais. Ressaltou a necessidade de aumento das equipes que atuam no âmbito do Programa Pós-Morar.

635. O presidente da Comissão perguntou se os profissionais que compõem o Programa Pós-Morar estariam vinculados ao quadro de servidores efetivos da Prefeitura de Belo Horizonte. Em resposta, a Secretária informou que todos os profissionais seriam servidores efetivos da Prefeitura e acrescentou que recentemente foram nomeados cerca de 75 novos profissionais para composição das equipes de assistência social. Disse que no orçamento de 2024 haveria a previsão de contratações para profissionais da assistência social, incluindo profissionais para o Programa Pós-Morar. Enfatizou que seria necessário o aumento das equipes profissionais que atuam nos CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social).

636. O presidente perguntou se as contratações dos novos profissionais estariam garantidas pela dotação orçamentária ou se haveria readequações nos recursos da assistência social.

637. Rosilene Rocha informou que seria necessária uma readequação orçamentária para suportar os gastos relacionados às novas contratações.

638. O presidente da Comissão ressaltou sobre a importância dos trabalhos da CPI e o desenvolvimento do conhecimento relacionado às principais necessidades dos prestadores dos serviços públicos de acolhimento e assistência social. Acrescentou que os membros da Comissão estariam adquirindo uma melhor compreensão da dinâmica de funcionamento dos equipamentos públicos que atendem às pessoas em situação de rua e as famílias em condição de vulnerabilidade social. Ainda sobre o tema, o presidente informou sobre a visita técnica que ocorreu no Abrigo Granja de Freitas e ressaltou a situação precária do local e perguntou à Secretária quais medidas estariam sendo



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

adotadas para mitigar os problemas do referido equipamento e das famílias que utilizam o mencionado abrigo.

639. Rosilene Rocha enfatizou que o Abrigo Granja de Freitas foi construído para atender as demandas das famílias que estariam em condições de vulnerabilidade social e que foram removidas das áreas de risco. Acrescentou que as pessoas foram direcionadas para o local devido a uma medida de contingência e ressaltou que através de uma liminar a Prefeitura de Belo Horizonte foi intimada a fornecer o abrigo adequado às famílias, deste modo tais pessoas foram encaminhadas para o Abrigo Granja de Freitas e já estariam no local há alguns anos. Informou que parte dos abrigados acionaram o Poder Judiciário e foi determinado que as referidas famílias abrigadas poderiam ficar no local até o encaminhamento para as unidades habitacionais definitivas. Ressaltou que o projeto de reforma do referido equipamento público estaria em andamento desde 2018 e afirmou que as questões jurídicas e de execução de obras estariam condicionadas a saída dessas famílias do abrigo em tela. Acrescentou que o aumento do quantitativo de unidades habitacionais poderia beneficiar inúmeras pessoas que se encontram em situação de rua e vulnerabilidade social.

640. O presidente ressaltou que as condições do Abrigo Granja de Freitas estariam em uma situação de extrema precariedade. Acrescentou que a percepção das famílias abrigadas seria de extremo abandono. Ressaltou que a inércia da Prefeitura de Belo Horizonte provocaria um sentimento de angústia por parte das pessoas abrigadas no mencionado equipamento.

641. Rosilene Rocha ressaltou a sua discordância em relação às condições das famílias que estariam no Abrigo Granja de Freitas. Acrescentou que o equipamento seria público e não poderia ser reformado sem o atendimento aos pressupostos legais.

642. O presidente da Comissão ressaltou que havia verificado a falta de manutenção do telhado e da infraestrutura do Abrigo Granja de Freitas. Acrescentou que a Prefeitura de Belo Horizonte foi até o referido abrigo em decorrência da presença da imprensa e da visita técnica realizada pelos membros da Comissão. Enfatizou que o equipamento em tela deveria passar por obras de melhorias e acrescentou que cerca de 75% das vagas no local não estariam sendo ocupadas pelas famílias.

643. A Secretária informou que os limites de recursos financeiros também afetariam o desenvolvimento de ações da assistência social em Belo Horizonte e ressaltou que nos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

últimos anos houve uma redução de 94% dos recursos financeiros destinados pelo governo federal. Ressaltou que o Abrigo Granja de Freitas não seria adequado para atender a população em situação de rua, pois os usuários do referido equipamento possuem um certo grau de autonomia.

644. O presidente da Comissão informou sobre a existência de uma desarticulação entre os setores da política urbana e da assistência social. Ressaltou que o debate entre os dois setores não estaria ocorrendo de forma adequada e acrescentou que muitas pessoas que se encontram em situação de rua estariam optando pela permanência nas ruas ao invés de irem para um abrigo público. Sobre o tema, o presidente perguntou como a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania estaria observando e tratando da mencionada situação. Em resposta, Rosilene Rocha ressaltou a inexistência de rivalidade e desarticulação entre os setores da política urbana e assistência social. Disse que seria possível a implementação de ações humanizadas para o desenvolvimento das políticas sociais e ressaltou que apesar das limitações orçamentárias e estruturais, os gestores públicos estariam desenvolvendo um trabalho humanizado e eficaz frente às demandas da assistência social e dos demais setores.

645. O presidente da Comissão ressaltou o equívoco de algumas pessoas, pois muitas pensavam que ele fosse contrário às medidas que foram implementadas pela assistência social. Enfatizou a importância dos serviços socioassistenciais e o desenvolvimento das políticas públicas de promoção social e reinserção econômica das pessoas mais vulneráveis. Perguntou se os serviços oferecidos nos equipamentos públicos de acolhimento às pessoas em situação de rua estariam ocorrendo de forma adequada.

646. Rosilene Rocha ressaltou que jamais havia testemunhado uma situação em que uma pessoa em situação de rua gostasse de viver em tal situação, acrescentou que muitas pessoas não utilizam os equipamentos públicos porque não estariam preparadas para um convívio social e obediência às regras que foram estabelecidas nesses locais. Ainda sobre o tema, o presidente informou que não teria certeza sobre a adequação dos abrigos públicos no recebimento das pessoas em situação de rua. Ressaltou que os profissionais da assistência social seriam os mais indicados no atendimento dos conflitos que ocorrem entre as pessoas com trajetória de vida nas ruas.

647. O vereador Bruno Pedralva informou que o direito de liberdade de locomoção deve ser aplicado à todos e ressaltou que a remoção forçada das pessoas em situação de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

rua não seria viável e atentaria contra os direitos fundamentais. Acrescentou que as pessoas se encontram nas ruas por estarem em situação de extrema vulnerabilidade, sendo que a solução seria a promoção de emprego e renda, moradia, educação e saúde.

648. Registre-se que o presidente da Comissão comunicou a presença do vereador Bruno Miranda.

649. O presidente ressaltou a quantidade de equipamentos públicos de assistência social que foram implementados no Município e as unidades voltadas para a população em situação de rua. Enfatizou sobre a determinação do Ministro do Supremo Tribunal Federal – STF, Alexandre de Moraes, acerca da implementação, em 120 dias, das ações e políticas socioassistenciais direcionadas às pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica. Acrescentou que muitas pessoas que se encontram em situação de rua optam pela não utilização dos equipamentos públicos, sendo que tal situação deveria ser analisada pelo Poder Público.

650. Registre-se que às 11h49, o presidente da Comissão prorrogou a duração da reunião por 1h.

651. Registre-se que às 11h50, o presidente suspendeu a reunião por 5min. Às 11h55, os trabalhos foram retomados.

652. O vereador Cleiton Xavier, relator da Comissão, ressaltou sobre o direito de “ir e vir”, informou que se tratava de um direito constitucional e assegurado à todos. Ressaltou que o mencionado direito também estaria sujeito a limitações e acrescentou sobre a inexistência de hierarquia entre os direitos. Enfatizou que o direito à liberdade de locomoção das pessoas em situação de rua estaria limitado pelo direito dos comerciantes na manutenção dos seus estabelecimentos em funcionamento. Informou que após participar das visitas técnicas promovidas pela Comissão teve a percepção que determinadas pessoas não estariam plenamente sensibilizadas com a situação dos indivíduos que se encontram em situação de trajetória de vida nas ruas. Acrescentou sobre a falta de efetividade do Poder Público no desenvolvimento de ações de conscientização das pessoas em situação de rua em Belo Horizonte.

653. O presidente da Comissão ressaltou sobre a situação caótica e desorganizada da Praça Rio Branco, próxima da rodoviária da cidade, e enfatizou que a Prefeitura de Belo Horizonte não deveria normalizar a mencionada situação. Acrescentou sobre as condições e problemas enfrentados pelos moradores da Lagoinha e o fluxo



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

descontrolado de pessoas em situação de rua e a atividade dos ferros-velhos na região. Ressaltou sobre as irregularidades nas atividades de reciclagem na região e os problemas relacionados ao tráfico e utilização de entorpecentes por uma parcela das pessoas que estariam em condições de vulnerabilidade social e que estariam instaladas na região. Ainda sobre o tema, o presidente destacou os problemas relacionados à segurança pública no local e perguntou sobre a participação da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania junto ao Conselho Municipal de Segurança e Prevenção de Belo Horizonte.

654. Rosilene Rocha informou que haveria uma distinção entre a população em situação de rua e os trabalhadores da reciclagem. Ressaltou que a Secretaria não possuía uma política específica para os profissionais da reciclagem, porém destacou que os referidos profissionais desenvolvem o trabalho de reciclagem em condições extremamente precárias.

655. O presidente da Comissão informou que a situação vivenciada pelos trabalhadores da reciclagem, principalmente as pessoas mais vulneráveis, teria uma característica análoga à escravidão. Acrescentou que muitos trabalhadores não teriam condições mínimas de trabalho e em muitos casos estariam trabalhando de forma exaustiva e enfatizou que o cenário apresentado se tratava apenas de uma comparação em relação ao trabalho exaustivo que era realizado pelos escravos durante o Brasil Imperial. Ressaltou que os trabalhadores da reciclagem não possuem vínculo empregatício, portanto tecnicamente a comparação com o trabalho análogo à escravidão seria didático.

656. O vereador Bruno Miranda informou que a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais – SRTE/MG realiza a fiscalização e atua nas ocorrências de irregularidades nas relações de trabalho e na legislação vigente. O parlamentar perguntou ao presidente sobre a existência de provas sobre situações de trabalho que poderiam ser consideradas como análogas à escravidão. Em resposta, o presidente informou que o cenário de trabalho por parte das pessoas que se encontram em situação de rua atenta contra a dignidade da pessoa humana, deste modo a sua explanação estaria ligada a tal condição.

657. Rosilene Rocha informou que os perfis dos trabalhadores da reciclagem possuem diferentes características. Acrescentou que muitos trabalhadores desse setor



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

seriam usuários dos equipamentos públicos de assistência social, pois em muitos casos essas pessoas utilizam esses locais para lavarem suas roupas e realizar a higiene pessoal. Disse que o comitê do Conselho Municipal de Segurança e Prevenção estaria debatendo sobre as ações de intervenção na região da Lagoinha, inclusive quais medidas seriam adotadas aos trabalhadores da reciclagem. Enfatizou que a ocupação do território e a reorganização da região também dependeria de um diálogo efetivo do Poder Público, dos moradores da região e dos representantes da população em situação de rua. Acrescentou que a Prefeitura de Belo Horizonte estaria estudando novas alternativas de abordagem e informou que o mencionado comitê foi implementado pelo Prefeito Fuad Noman. Destacou que estaria sendo discutido a possibilidade de desapropriação dos ferros-velhos e a implementação de mais equipamentos sociais.

658. O presidente da Comissão ressaltou sobre o nível de precarização das condições de trabalho das pessoas que realizam a coleta e entrega dos materiais recicláveis, principalmente os trabalhadores que se encontram em situação de rua. Acrescentou sobre o cenário de desarticulação na rede de reciclados em Belo Horizonte. O presidente perguntou sobre o censo da população em situação de rua e ressaltou que a Comissão não teve acesso ao referido documento pela internet.

659. Rosilene Rocha informou que o censo foi realizado em duas etapas, sendo que a primeira etapa envolveu a realização das entrevistas e o mapeamento da população em situação de rua. Ressaltou que todas as informações colhidas no censo estariam em processo de análise e compilação das informações. Acrescentou que após a referida fase, as informações seriam enviadas à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania para avaliação e posteriores ajustes, sendo em seguida disponibilizada à sociedade.

660. Registre-se que às 12h20, o presidente suspendeu a reunião por 5min. Às 12h25, os trabalhos foram retomados.

661. O presidente da Comissão informou sobre as características do processo de reciclagem em Belo Horizonte. Acrescentou que os materiais de maior valor seriam recolhidos antecipadamente por trabalhadores autônomos e que não estariam inseridos no regime das cooperativas de materiais recicláveis. Perguntou à Secretária se os setores da assistência social teriam ciência desse cenário problemático. Em resposta, Rosilene



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Rocha informou sobre a existência de uma legislação sobre o tratamento dos recicláveis, porém ressaltou que não possuía conhecimento sobre o tema.

662. O presidente perguntou sobre o censo da população em situação de rua e a divulgação dos resultados obtidos. Rosilene Rocha informou que os dados do censo foram divulgados no portal da Prefeitura de Belo Horizonte. Destacou que a pesquisa Quali estaria na fase de análise das informações e por isso não havia sido divulgada. Disse que o Poder Público deveria pensar em soluções modernas, priorizando o aspecto do cuidado e de ações preventivas às pessoas em situação de vulnerabilidade social. Acrescentou sobre a real necessidade de criação de novos equipamentos para abrigamento da população em situação de rua ao invés de investimentos na profissionalização do cuidado, principalmente objetivando garantir a dignidade para os idosos, pessoas com deficiência e doentes físicos e mentais. Ressaltou que segundo informações da Organização das Nações Unidas – ONU, o desenvolvimento de políticas públicas de proteção à mulher e a estruturação do serviço de cuidado aos idosos e pessoas doentes poderia resultar no acréscimo do Produto Interno Bruto – PIB, contribuindo com valores capazes de superar os resultados apresentados pelo agronegócio brasileiro.

663. O vereador Pedro Patrus solicitou a palavra e elogiou o trabalho desenvolvido pela Secretária frente às demandas da assistência social. Acrescentou que participou de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a PBH Ativos, período em que foi discutida a complexidade das debêntures da Prefeitura de Belo Horizonte e o parlamentar informou que solicitou uma assessoria técnica para compreender os aspectos econômicos discutidos pela CPI. Ressaltou que os parlamentares afirmam sobre a importância do diálogo, porém em muitas situações o debate não foi priorizado e enfatizou que não houve destinações irregulares dos recursos públicos que foram disponibilizados à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania. Disse que durante a visita técnica realizada pelos membros da Comissão ao Abrigo Granja de Freitas, houve uma espécie de fomento do debate entre os usuários do referido abrigo e os profissionais da assistência social.

664. O presidente da Comissão ressaltou que muitos usuários do Abrigo Granja de Freitas afirmaram que se sentiam desamparados e desassistidos pela Prefeitura de Belo Horizonte, e deste modo a Comissão procurou ouvir as demandas existentes no local e



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ênfatizou o respeito conferido à todos os profissionais da assistência social que prestam serviços no mencionado abrigo.

665. O vereador Pedro Patrus ressaltou a importância da obtenção do conhecimento sobre a legislação que rege as ações da assistência social pública no Brasil. Acrescentou que os profissionais da assistência social solicitam a implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS por meio de uma atuação mais efetiva da sociedade e destacou que os setores da assistência estariam abertos ao diálogo e que tais profissionais estariam cuidando das pessoas que se encontram em extrema vulnerabilidade. Destacou que parte do empresariado também estaria desenvolvendo ações prejudiciais às pessoas em situação de rua e tais ações estariam sendo aceitas pelo Poder Legislativo. O presidente da Comissão ressaltou que o empresariado belo-horizontino estaria desenvolvendo medidas de proteção e perpetuação da sua atividade comercial e acrescentou que esse setor sempre manteve o apoio ao trabalho desenvolvido pelos profissionais da assistência social.

666. O vereador Pedro Patrus informou que direito algum poderia ser considerado maior que o direito à vida e acrescentou que o favorecimento ao empresariado não seria um problema, porém o Poder Público deveria reconhecer as políticas públicas implementadas pelos setores da assistência social. Disse que acompanhou a dinâmica de processamento dos materiais recicláveis na região da Lagoinha e sugeriu a criação de um grupo de trabalho para discutir o desenvolvimento de medidas para a população em situação de rua e os trabalhadores da reciclagem que se encontram em situação de extrema vulnerabilidade.

667. O presidente ressaltou sobre a importância da discussão relacionada ao expressivo aumento das ocorrências ligadas aos furtos de fios elétricos e a comercialização clandestina de cobre. Acrescentou que o Município estaria enfrentando um grave problema relacionado ao descarte irregular de materiais e depósitos de lixo em locais inadequados, principalmente na região central e da Lagoinha. Enfatizou sobre a sua preocupação em relação às condições degradantes e desumanas nas quais os catadores de papelão e materiais recicláveis estariam submetidos.

668. O vereador Pedro Patrus informou que as discussões seriam complexas e não haveria tempo para o debate de todos os aspectos. Acrescentou que muitos usuários dos abrigos, principalmente os que se encontravam no Abrigo Granja de Freitas, teriam



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

direito ao benefício da locação social, porém muitos não saíram dos abrigos por temerem o retorno à vida nas ruas. Enfatizou que após muitos anos de permanência nos abrigos, as famílias desenvolvem vínculos com a região e estariam acostumadas a uma dinâmica de vida. Ressaltou sobre a existência de um receio por parte dos setores ligados à assistência social, principalmente sobre o conteúdo do Relatório Final, pois na Comissão Parlamentar de Inquérito da Lagoa da Pampulha houve inúmeros indiciamentos.

669. O presidente da Comissão ressaltou sobre a importância da investigação e da análise documental das informações prestadas à Comissão. Acrescentou sobre a importância da não precipitação na conclusão dos trabalhos e na conclusão do Relatório Final.

670. O vereador Pedro Patrus informou sobre a necessidade de desenvolvimento da política pública de assistência social através de um aspecto macro, composto pela atuação e diálogo com a população e com os profissionais e gestores dos setores da assistência social de Belo Horizonte. Acrescentou que os problemas relacionados à população em situação de rua não deveriam ser uma responsabilidade exclusiva da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania e enfatizou que a Prefeitura de Belo Horizonte não teria capacidade de atender de forma plena as demandas da mencionada Secretaria. Destacou que os parlamentares da Casa Legislativa de Belo Horizonte deveriam fomentar o diálogo com os setores da assistência social, com a Prefeitura e o Poder Executivo do estado e da união. Ressaltou que o Poder Público de Belo Horizonte estaria desenvolvendo um bom trabalho na área assistencial. Concluiu agradecendo a Secretária pela participação e contribuição na reunião em tela.

671. O vereador Bruno Pedralva ressaltou que uma das soluções para o problema das pessoas em situação de rua seria uma maior promoção das políticas públicas habitacionais e acrescentou que muitas famílias não teriam condições financeiras para adquirirem um imóvel. Acrescentou que o aspecto da moradia seria fundamental para aumentar a possibilidade de retirada das pessoas das ruas e ressaltou que nos últimos anos o recurso destinado para o Programa Minha Casa Minha Vida sofreu significativa redução. Disse que o atual governo federal estaria retomando a capacidade de investimento no mencionado programa e o objetivo seria a construção, nos próximos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

anos, de aproximadamente 3.000 unidades habitacionais em Belo Horizonte. Concluiu afirmando que o Poder Público não deveria permitir a existência de pessoas em situação de rua.

672. O vereador Cleiton Xavier agradeceu a presença da Secretária Rosilene Rocha, do Procurador do Município, Fernando Couto Garcia, e dos demais parlamentares que participaram da reunião.

673. Rosilene Rocha agradeceu o convite e informou que estaria à disposição para o esclarecimento de novas informações. Ressaltou o trabalho desenvolvido pelos profissionais da assistência social e a importância do debate como forma de buscar soluções mais efetivas para as pessoas que possuem trajetória de vida nas ruas.

674. O presidente da Comissão ressaltou a importância do desenvolvimento sólido e assertivo das políticas públicas direcionadas às pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica. Acrescentou informando que as moradias previstas para serem construídas na área do Aeroporto Carlos Prates poderiam ser implementadas em outra área do Município, sem que houvesse a interrupção das atividades do referido aeroporto. Enfatizou sobre a busca de soluções mais assertivas para as pessoas em situação de rua e as famílias que se encontram em condições de vulnerabilidade social e econômica. O presidente agradeceu a participação da Secretária Rosilene Rocha e elogiou a sua atuação e o trabalho dos setores da assistência social.

675. Sem nada mais a tratar, o presidente da Comissão encerrou a reunião às 13h20.

III.15 DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

676. A décima quinta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua foi realizada no dia 11 de dezembro de 2023, às 09h47, no Plenário Helvécio Arantes, sob a presidência do vereador Bráulio Lara, e contou com a participação dos vereadores Cleiton Xavier, Bruno Pedralva, Jorge Santos e Ciro Pereira, sendo que o último participou de forma remota, através de videoconferência.

677. A reunião teve como finalidade a realização da oitiva, marcada para às 09h30, dos representantes da Superintendência de Limpeza Urbana – SLU para prestarem informações relacionadas às ações de limpeza, dos serviços prestados pelas cooperativas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de coleta e processamento de materiais recicláveis e os trabalhos desenvolvidos junto à população em situação de rua no âmbito do Município.

678. Dando continuidade aos trabalhos, o presidente da Comissão informou a participação dos seguintes servidores: o Superintendente de Limpeza Urbana, Edson Fonseca Júnior; a Diretora de Planejamento da SLU, Lidiane de Souza Monteiro; e o Diretor Operacional da SLU, Pedro Assis.

679. Registre-se a participação do Procurador Municipal, Francisco Freitas, que acompanhou os servidores supramencionados durante a reunião em tela.

680. O presidente da Comissão, vereador Braulio Lara, agradeceu a presença de todos e informou que havia sido marcada anteriormente a oitiva do Superintendente da Superintendência de Limpeza Urbana, porém houve a mudança do Superintendente e acrescentou sobre a importância da participação dos representantes da SLU para prestarem informações sobre os aspectos da reciclagem em Belo Horizonte, ocupação de postos de trabalho para serviços de limpeza urbana e dinâmica de atividades do órgão.

681. O presidente solicitou à Edson Fonseca Júnior uma breve apresentação do seu histórico profissional. Deste modo o Superintendente da SLU agradeceu o convite e informou que começou a desempenhar a função a cerca de 2 semanas. Ressaltou que a Superintendência de Limpeza Urbana possui uma função de destaque nos serviços prestados pelo Poder Público. Informou que possui graduação em engenharia civil e foi servidor de carreira na Prefeitura de Belo Horizonte por cerca de 42 anos. Acrescentou que trabalhou na Gerência de Manutenção da Regional Noroeste antes de se aposentar.

682. O vereador Cleiton Xavier agradeceu a presença de todos e ressaltou a importância das participações dos representantes da SLU.

683. O vereador Bruno Pedralva enfatizou a importância dos serviços de limpeza urbana para a cidade de Belo Horizonte e acrescentou que os trabalhos da Comissão não poderiam ser encerrados sem a contribuição da SLU.

684. O vereador Jorge Santos parabenizou a Prefeitura de Belo Horizonte e ressaltou que em algumas ocasiões anteriores a Prefeitura não atendeu os convites enviados às Secretarias do Município para participarem das reuniões e debates na Câmara Municipal de Belo Horizonte.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

685. O presidente da Comissão informou que os membros da CPI realizaram inúmeras visitas técnicas nos equipamentos públicos, que oferecem serviços socioassistenciais, e ressaltou que em determinados locais foi registrado uma condição de precariedade e degradação. Acrescentou sobre a situação da região da Lagoinha e a atual situação de poluição e degradação da referida região. O presidente perguntou sobre a percepção da SLU sobre os problemas existentes na Lagoinha e as demandas da cidade em relação a limpeza e manutenção do espaço público.

686. Edson Fonseca Júnior ressaltou que na região da Lagoinha a Superintendência de Limpeza Urbana realiza operações de limpeza de 4 a 5 vezes por dia e que a Prefeitura de Belo Horizonte estaria desenvolvendo um estudo para mitigar os problemas de poluição no mencionado local. Acrescentou que por ter assumido a função recentemente também estaria buscando informações sobre a situação da Lagoinha.

687. O presidente ressaltou que a SLU trabalha para mitigar os efeitos negativos relacionados ao aumento da população em situação de rua, porém perguntou à Edson Fonseca Júnior sobre as principais causas que levam uma pessoa a se encontrar em situação de rua. O Superintendente ressaltou que não possuía um elevado nível de conhecimento sobre o tema, contudo enfatizou que os problemas relacionados às questões familiares poderiam contribuir para esse fenômeno. Acrescentou que os setores da assistência social realizam um trabalho de convencimento para que as pessoas mais vulneráveis aceitem o encaminhamento para os abrigos e equipamentos públicos.

688. O presidente perguntou sobre as causas que provocam um cenário de poluição e desorganização dos locais públicos, principalmente na região da Lagoinha e em alguns pontos da região central de Belo Horizonte. Em resposta, Edson Fonseca Júnior disse que ocorrem inúmeras deposições clandestinas e deposições irregulares por parte dos catadores autônomos em diferentes regiões da cidade.

689. O presidente da Comissão ressaltou que os munícipes realizam o pagamento da taxa de coleta de resíduos. Sobre a temática, o presidente perguntou sobre a responsabilidade do lixo que foi colocado para coleta e se encontra armazenado em saco plástico e depositado nas lixeiras instaladas nos passeios. Em resposta, Edson Fonseca Júnior informou que o resíduo descartado seria de responsabilidade do munícipe que colocou o lixo para fora de seu imóvel.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

690. O presidente perguntou se o material descartado pertenceria à pessoa que o colocou para fora do seu imóvel ou se o órgão de limpeza urbana passaria a ter responsabilidade em relação ao lixo. Acrescentou que a referida indagação possuía uma conotação provocativa e seria importante uma melhor compreensão da dinâmica de limpeza urbana. Disse que muitas pessoas acondicionam o lixo de maneira correta, porém muitos catadores autônomos rasgam os sacos de lixo e manipulam os resíduos de forma inadequada, e deste modo tal cenário estaria resultando em uma poluição visual e no acúmulo inadequado de lixo. O presidente da Comissão perguntou sobre a percepção da SLU em relação ao problema explicitado. Em resposta, Pedro Assis, Diretor Operacional da SLU, informou que a Lei nº 12.305 de 2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, não dispõe tecnicamente sobre a propriedade do resíduo que foi colocado em espaço público para posterior coleta. Acrescentou que a pessoa geradora do resíduo teria a responsabilidade de retirar o lixo do seu imóvel e depositá-lo em local adequado nos dias e horários de recolhimento por parte do serviço público de coleta. Enfatizou que os serviços de limpeza e coleta de resíduos urbanos seriam de responsabilidade do Município e caberia aos cidadãos o acondicionamento correto do lixo até o momento da coleta.

691. O presidente perguntou se seria possível a proibição das ações de coleta por parte dos catadores autônomos. Em resposta, Pedro Assis informou que a atividade de catador estaria diretamente relacionada aos aspectos de vulnerabilidade social e a falta de qualificação das pessoas que desempenham a referida atividade e ressaltou que a Organização das Nações Unidas – ONU possui uma interpretação que a referida atividade seria um meio de garantia de sobrevivência, deste modo a sua vedação poderia causar profundos impactos sociais e até ambientais, pois muitos catadores efetuam um trabalho de recolhimento de materiais recicláveis.

692. O presidente da Comissão ressaltou que a atividade de recolhimento de recicláveis, por parte dos catadores autônomos, deveria ser fiscalizada de forma mais efetiva, pois a desorganização na dinâmica da atividade estaria provocando significativos impactos na ordem e limpeza da cidade. Acrescentou que a região da Lagoinha seria um exemplo prático do cenário de desordem e poluição, pois muitos catadores estariam realizando o descarte irregular de materiais que não possuem valor financeiro para os ferros-velhos da referida região. Ressaltou que o Poder Público



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

deveria promover ações mitigadoras para o problema, contudo pontuou que os aspectos de vulnerabilidade dos catadores de materiais recicláveis também deveriam ser considerados. Sobre o tema, o presidente da Comissão perguntou como a SLU avalia o cenário descrito acima. Pedro Assis ressaltou que não seria possível individualizar a tratativa em relação aos catadores de materiais e acrescentou que as condições enfrentadas pelas pessoas em situação de rua aumentam o grau de complexidade ligados ao tema. O Diretor Operacional enfatizou que a atividade dos catadores ocorreria de maneira informal e consequentemente a sua estruturação e regulamentação seriam inviáveis. Ressaltou que a Superintendência de Limpeza Urbana não possui Poder de Polícia, deste modo o órgão não teria capacidade de implementar ações mais efetivas de fiscalização e controle.

693. O presidente ressaltou que a Prefeitura de Belo Horizonte possui competência para regulação do espaço público.

694. Pedro Assis enfatizou que os aspectos levantados pela Comissão estariam ligados a um debate intersetorial e seria necessária a ampliação das áreas abordadas pelo tema em pauta. Acrescentou que a Prefeitura estaria desenvolvendo um estudo para desenvolvimento de políticas públicas nos setores de assistência social e enfatizou que muitas pessoas que estão em situação de rua não trabalham como catadores, porém a regulamentação da atividade poderia afetar o meio de sobrevivência desses trabalhadores.

695. O Procurador do Município, Francisco Freitas, informou que a Diretora de Planejamento da SLU possuía conhecimento em relação a elaboração de um estudo de diagnóstico sobre o contexto de trabalho das pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica e as políticas públicas implementadas e sugeridas à Prefeitura de Belo Horizonte. A Diretora de Planejamento, Lidiane de Souza, informou que o mencionado estudo foi instituído por Portaria, em 2022, e foi concluído em abril de 2023. Acrescentou que o diagnóstico elaborado apresenta ações de curto, médio e longo prazo e a referida documentação foi encaminhada para o Superintendente da SLU, porém até a presente data não tinha sido analisada por Edson Fonseca Júnior.

696. O presidente da Comissão ressaltou sobre a importância da coleta seletiva, nos bairros de Belo Horizonte, realizada por meio das cooperativas. Acrescentou que o referido trabalho foi perdendo força e perguntou qual seria o motivo dessa diminuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

no trabalho das cooperativas. Em resposta, Pedro Assis ressaltou que a cidade conta com 6 cooperativas de reciclagem e 7 galpões para o desenvolvimento da atividade. Acrescentou que foram investidos pela Prefeitura cerca de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais) na promoção de melhorias nos referidos locais. Informou que a Prefeitura de Belo Horizonte subsidia o aluguel, água e energia elétrica, além da disponibilização de equipamentos como prensas e empilhadeiras. Enfatizou que cerca de 55 bairros seriam atendidos pela coleta porta a porta ou pela dinâmica de ponto a ponto e as cooperativas possuem autonomia para celebração de parcerias com empresas privadas. Disse que um chamamento público estaria sendo desenvolvido para aumentar o quantitativo de cooperativas e alguns imóveis estariam sendo mapeados para serem cedidos às novas cooperativas.

697. O presidente da Comissão reiterou o questionamento sobre a responsabilidade do lixo que se encontra em logradouro público para a posterior coleta. Ressaltou que acompanha o trabalho da Cooperativa de Materiais Recicláveis da Região Oeste de Belo Horizonte – COOPEMAR, uma das seis cooperativas que atuam na cidade e enfatizou que geralmente das 6h às 8h30, inúmeros catadores autônomos recolhem o material de maior valor financeiro, entre os resíduos descartados pelos munícipes, e posteriormente os caminhões das cooperativas estariam apenas recolhendo os resíduos de menor ou nenhum valor financeiro, deste modo os galpões estariam carregados de restos de materiais e as cooperativas não conseguem obter um retorno satisfatório. Acrescentou que a situação descrita acima ocorre em todas as regiões da cidade e informou que durante as visitas técnicas que foram realizadas nas cooperativas foi reportado que não seria possível a realização da coleta, pelos cooperados, antes das 8h e não estaria ocorrendo uma fiscalização mais efetiva da Prefeitura de Belo Horizonte. O presidente ressaltou que os catadores autônomos estariam obtendo um retorno financeiro mais satisfatório em comparação com as cooperativas subsidiadas pela Prefeitura. Sobre a temática acima descrita, o presidente da Comissão perguntou sobre a avaliação da SLU em relação à situação em tela.

698. Pedro Assis concordou com a avaliação do presidente e ressaltou que a vedação da atividade dos catadores autônomos seria uma medida de difícil implementação e acrescentou que a fiscalização efetuada pela Superintendência de Limpeza Urbana não



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

teria Poder de Polícia. Enfatizou que o tema deveria ser abordado de uma maneira multidisciplinar e envolvendo as diferentes pastas do Município.

699. O presidente informou que os setores da assistência social não poderiam ser cobrados de forma exclusiva, pois os temas relacionados às pessoas em situação de rua estariam vinculados a todos os setores que compõem a Administração Pública, contudo as cooperativas deveriam funcionar de forma plena e poderiam ser utilizadas também para a inserção das pessoas em situação de rua no mercado de trabalho. Acrescentou que os materiais recicláveis que estão dispostos nas vias públicas para coleta deveriam ser de responsabilidade de algum setor, caso contrário o cenário de desordem e poluição estarão presentes em toda a cidade.

700. Edson Fonseca Júnior informou que uma das suas primeiras medidas como Superintendente da SLU foi o desenvolvimento de um plano de ação, para o período de final de ano, de melhoria da limpeza urbana na cidade. Ressaltou que uma colaboradora da SLU estaria realizando visitas técnicas nas cooperativas e mapeando as principais demandas nos locais e acrescentou que os dados obtidos poderiam ser enviados à Câmara Municipal de Belo Horizonte.

701. O vereador Bruno Pedralva perguntou sobre a avaliação da SLU em relação aos pontos verdes. Em resposta, o Superintendente informou que atualmente existem 39 pontos verdes em Belo Horizonte, porém o objetivo seria o aumento do quantitativo para 90 pontos. Ressaltou que o termo ponto verde estaria causando uma série de dúvidas na população, pois a princípio a sociedade interpreta o termo como uma região de preservação ambiental, contudo se trata de locais onde as pessoas podem entregar materiais recicláveis para posterior processamento.

702. Pedro Assis ressaltou que a Prefeitura de Belo Horizonte realiza o acompanhamento das cooperativas e mencionou os debates promovidos pelo Fórum Municipal do Lixo e Cidadania, que nos últimos 30 anos promoveu discussões com a sociedade civil e o Ministério Público de Minas Gerais sobre os aspectos que envolvem o trabalho realizado pelas cooperativas de reciclagem, dos catadores autônomos e das maneiras mais assertivas de descarte e processamento do lixo. O Diretor Operacional acrescentou que os pontos verdes foram implantados em Belo Horizonte a partir da década de 1990 e entre os anos de 2013 e 2018 foram desenvolvidas ações de ampliação



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

e melhoria do sistema. Enfatizou que novos pontos serão implementados e que o Município objetiva uma universalização da coleta seletiva.

703. Lidiane de Souza informou que a coleta ponto a ponto, como ocorre no modelo dos pontos verdes, atende cerca de 55 bairros e um edital estaria sendo desenvolvido para atendimento de mais 8 bairros. Edson Fonseca Júnior acrescentou que as 9 regionais da cidade estariam sendo consultadas para instalação dos novos pontos verdes.

704. O presidente da Comissão ressaltou que no dia 16 de outubro de 2023 foi realizada uma visita técnica na região da Lagoinha e foi constatado uma grande quantidade de resíduos depositados de forma irregular em diferentes pontos da região. Ressaltou que muitos materiais trazidos pelos catadores autônomos não seriam adquiridos pelos ferros-velhos da Lagoinha e acabam sendo descartados de maneira irregular. Acrescentou que os colaboradores dos ferros-velhos da Lagoinha, visitados pela Comissão, informaram que a atividade dos catadores pode resultar em ganho financeiro, pois um trabalhador disciplinado e com uma “carteira de clientes” chega a receber R\$ 100,00 (cem reais) por dia, contudo muitos catadores utilizam os recursos financeiros apenas para custear o consumo de álcool e drogas. O presidente ressaltou que segundo informações obtidas durante a supramencionada visita técnica, a coleta de resíduos e materiais recicláveis dentro da Avenida do Contorno seria realizada à noite.

705. Pedro Assis informou que a coleta de lixo realizada pela SLU, na região central, ocorre de segunda-feira a sábado.

706. O presidente da Comissão enfatizou que os comércios encerram suas atividades por volta das 18h e a coleta de lixo realizada pela SLU se inicia entre às 19h e 20h, deste modo, nesse intervalo milhares de sacos de lixo ficam expostos nas vias públicas. Pedro Assis disse que a coleta inicia às 20h, porém ressaltou que a orientação passada aos comerciantes e moradores da região central é que o gerador coloque o lixo na via pública com até 1h de antecedência.

707. O presidente enfatizou que o comércio geralmente encerra a sua atividade às 18h, portanto dificilmente o comerciante iria aguardar até às 19h para que o lixo seja coletado em seguida e acrescentou sobre a dinâmica de funcionamento dos bares e restaurantes, que ficam abertos até mais tarde. Sobre o tema, o presidente da Comissão ressaltou que a mencionada logística não seria o modelo mais adequado.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

708. Pedro Assis enfatizou que a Prefeitura de Belo Horizonte classifica o comércio como grande gerador de lixo, deste modo este setor possui a prerrogativa de realizar a coleta de forma particular, portanto não seria obrigação do Município coletar o lixo oriundo desse setor. Acrescentou que o sistema público dispõe que o lixo deve ser colocado para coleta nos dias e horários determinados.

709. O presidente da Comissão ressaltou que os aspectos logísticos não deveriam ser negligenciados, pois a partir das 18h os moradores e lojistas da região central começam a colocar o lixo nas calçadas e lixeiras e após essa etapa os catadores noturnos começam a revirar o lixo em busca de materiais recicláveis e resíduos com valor financeiro agregado. Acrescentou que os catadores noturnos da região central se deslocam para a Lagoinha para venderem o material coletado. Enfatizou que o perfil dos catadores autônomos poderia ser observado de duas maneiras, a primeira seria composta por catadores profissionais que possuem o conhecimento necessário para distinção do material que poderá ser comercializado e os resíduos sem valor financeiro. O segundo seria composto por catadores que não possuem experiência e acabam coletando todo o tipo de material, vendável ou não vendável. Disse que em muitas situações o lixo revirado acaba caindo nas vias públicas, dificultando a coleta realizada pela SLU e acrescentou que o material que não foi vendido para os ferros-velhos são colocados de forma irregular nos logradouros públicos.

710. Pedro Assis ressaltou que o valor dos materiais recicláveis também estaria sujeito às alterações do mercado, conforme oferta e demanda e acrescentou que os catadores muitas vezes não escolhem os mesmos materiais para serem separados e vendidos. O presidente da Comissão enfatizou sobre o volume de materiais encontrados na Lagoinha e o considerável número de trabalhadores que se encontram na imediação. Pedro Assis informou que o número de trabalhadores na região da Lagoinha poderia ser de um quantitativo considerável, porém disse que não foi elaborado um estudo de mapeamento da região.

711. O presidente ressaltou que o número de catadores na região central seria considerável e disse que tal situação resulta em uma grande quantidade de lixo nas vias públicas do centro de Belo Horizonte. Informou que em condições normais muitos trabalhadores das empresas de reciclagem utilizam os equipamentos de proteção individual – EPI, pois a manipulação dos materiais recicláveis apresenta um risco à



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

saúde, porém no caso dos catadores autônomos não há utilização desses equipamentos e não ocorre fiscalização por parte da Prefeitura. Acrescentou que a atividade irregular desses catadores estaria gerando efeitos colaterais na dinâmica de processamento do lixo e sobrecarregando a atividade da SLU. Pedro Assis informou que a Superintendência de Limpeza Urbana possui uma equipe na Lagoinha que efetua a limpeza da região de 6h30 às 22h. O presidente ressaltou que tal situação não seria necessária se o lixo fosse descartado de forma correta. Pedro Assis acrescentou que a SLU havia cedido 16 agentes de limpeza para a Subsecretaria de Fiscalização – SUFIS para auxiliarem na abordagem das pessoas em situação de rua e na limpeza dos locais ocupados por essas pessoas.

712. O presidente da Comissão enfatizou que muitos trabalhadores preferem se manter como autônomos ao invés de trabalharem nas cooperativas e acrescentou que em conversa com o Coronel Bicalho, da Polícia Militar de Minas Gerais, foi informado que o problema orçamentário dificulta a maximização dos trabalhos da SLU. O presidente perguntou como se encontra a questão orçamentária da autarquia responsável pela limpeza pública da cidade. Em resposta, Edson Fonseca Júnior ressaltou que o orçamento seria limitado e haveria uma reunião com os representantes da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SMPOG para tratar da possibilidade de aumento dos recursos da SLU para implementação de ações frente às inúmeras demandas existentes em Belo Horizonte. Acrescentou que tomou conhecimento da possibilidade de desapropriação de alguns galpões na Lagoinha para construção de um equipamento público de atendimento socioassistencial às pessoas em situação de vulnerabilidade. O presidente enfatizou que tomou conhecimento dessa medida, porém pontuou que a referida ação iria apenas transferir o problema para outra região, pois a dinâmica que envolve os ferros-velhos, os catadores autônomos e os problemas sociais não seria afetada. Lidiane de Souza parabenizou as colocações do presidente e enfatizou que o documento anteriormente citado por ela também mencionava a implementação de ações de médio prazo para instalação das centrais de triagem de materiais recicláveis nas áreas centrais de Belo Horizonte e em outros pontos estratégicos, deste modo os catadores poderiam realizar a entrega dos materiais de forma segura e sem a necessidade do deslocamento até a região da Lagoinha.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

713. O presidente da Comissão enfatizou que a mencionada medida, apresentada por Lidiane de Souza, vem sendo discutida desde a década de 1990, porém não foram tomadas medidas para mitigação e resolução do problema. Acrescentou que o atual processo de reciclagem prejudica não somente a cidade, mas também as cooperativas pois muitas estariam recebendo apenas o refugo, ou seja, apenas os materiais que não possuem valor comercial. Ressaltou que o Poder Público deveria priorizar a atividade das cooperativas de reciclagem. Lidiane Souza enfatizou que o modelo das centrais de triagem poderia gerar benefícios ambientais e sociais e acrescentou que os catadores autônomos poderiam ser incorporados às cooperativas e centrais de triagem, deste modo haveria uma interrupção no processo de separação e depósito irregular de materiais recicláveis. A Diretora de Planejamento da SLU informou que os pontos verdes também estariam se tornando locais de atuação dos catadores autônomos e que tal situação poderia ocasionar em problemas de desordem e impactos financeiros na atividade das cooperativas.

714. O presidente enfatizou que os problemas apresentados também seriam de competência da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, que deveria fomentar o desenvolvimento de políticas para os catadores autônomos e da Superintendência de Limpeza Urbana para assumir um papel de gestão e coordenação nos assuntos ligados às cooperativas e os trabalhadores autônomos da reciclagem. Edson Fonseca Júnior elogiou a explanação do presidente da Comissão e perguntou qual seria o melhor caminho adotado pela SLU para mitigação do problema em tela. Em resposta, o presidente ressaltou que os parlamentares possuem opiniões sobre o assunto, porém a função do Poder Legislativo seria promover o debate acerca do tema. Acrescentou que o Poder Executivo deveria ser ouvido para possíveis ajustes orçamentários para atendimento das demandas da cidade. Ressaltou que caberia ao Prefeito de Belo Horizonte o fomento e coordenação das ações entre as Secretarias do Município para resolução dos problemas em tela. Informou que na posição de presidente da Comissão deveria fazer questionamentos, porém disse que o Relatório Final da CPI terá um conteúdo com apresentação de possíveis propostas. O membro da Comissão perguntou novamente à Edson Fonseca Júnior quem seria o proprietário do lixo que foi colocado em via pública para posterior coleta, pois se a SLU não está conseguindo realizar a retirada desse lixo o cidadão estaria sendo prejudicado. O



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Superintendente da SLU ressaltou que a pergunta feita seria de difícil resposta e acrescentou sobre a necessidade de uma avaliação mais aprofundada da temática abordada.

715. O presidente ressaltou que as discussões sobre o tema são importantes, porém as ações do Poder Público deveriam ser concretas. Acrescentou que durante a visita técnica no Abrigo São Paulo, no Bairro Primeiro de Maio, foi constatado um considerável volume de lixo na imediação do referido equipamento e inclusive havia uma espécie de “bota-fora” bem próximo ao abrigo. Ressaltou que no dia da visita a Prefeitura de Belo Horizonte promoveu a limpeza das calçadas e deixou no “padrão Belvedere”, porém tal ação foi isolada pois não ocorre nos demais 364 dias do ano. O presidente da Comissão perguntou como a SLU atua na dinâmica de limpeza nas proximidades dos abrigos públicos da cidade. Pedro Assis informou que as ações seguem as diretrizes estabelecidas pela Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF nº 976 do STF, deste modo quando ocorre um acúmulo irregular de materiais nas vias públicas a Prefeitura possui a prerrogativa de retirar tais materiais, contudo os pertences pessoais não podem ser recolhidos. O presidente ressaltou que muitas pessoas acreditam que os materiais depositados de forma irregular não deveriam ser recolhidos, porém esses materiais devem ser encaminhados para descarte ou processamento de recicláveis. Pedro Assis informou que a abordagem realizada nas pessoas que se encontram em situação de rua deve ser realizada de forma cuidadosa, pois envolve o fator de convencimento para que essas pessoas não adotem uma postura de resistência no processo de retirada dos materiais depositados de maneira irregular. Informou que a Associação dos Catadores de Papelão e Material Reaproveitável – ASMARE se tornou uma associação bem inserida no sistema público e possui autonomia na efetivação de parcerias.

716. O presidente da Comissão enfatizou que o cenário apresentado na reunião dificulta a ação da SLU e acrescentou que a sensação de desordem e sujeira na cidade seria compartilhada com inúmeros cidadãos de Belo Horizonte. Enfatizou a situação que ocorre no Bairro Buritis, região onde o comércio inicia as atividades às 10h e encerra às 18h, porém a coleta de lixo ocorre no início da manhã. Disse que os lojistas e moradores colocam o lixo nas ruas na noite anterior à coleta, contudo na manhã seguinte o lixo fica espalhado nas vias públicas. Ressaltou que durante o período que



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

exerceu a função de presidente da Associação do Bairro Buritis, solicitou à Prefeitura de Belo Horizonte a realização da coleta de lixo após às 10h, porém tal solicitação foi negada com a justificativa que a rota seria prejudicada.

717. Pedro Assis informou que seria necessária a promoção de ações junto aos grandes geradores de lixo, principalmente os comerciantes e distribuidores em geral, pois esses setores possuem regulação específica na política nacional. Acrescentou que a alteração nos horários de coleta poderia gerar problemas de logística no recolhimento e descarte do lixo.

718. O presidente da Comissão enfatizou que soluções simples também poderiam ser adotadas e informou que esteve presente no último jogo do Clube Atlético Mineiro no Mineirão e após o jogo, durante uma caminhada pela orla da Lagoa da Pampulha, constatou que as lixeiras estavam lotadas e havia muito lixo na calçada. Acrescentou que a situação narrada favorece o aumento de lixo sobrenadante no interior da Lagoa, pois um forte vento poderia contribuir para essa situação. Enfatizou que nos dias de jogos, a SLU deveria desenvolver uma operação especial e acrescentou que na Avenida Clóvis Salgado, nas proximidades do Bairro Bandeirantes, possui um ferro-velho nas margens de um córrego e um volume de resíduos que não possuem valor comercial poderiam ser carreados para o interior da Lagoa da Pampulha. Disse que a Prefeitura de Belo Horizonte deveria promover ações de fiscalização e conscientização da população, principalmente na região da Pampulha.

719. Pedro Assis informou que estaria em curso o processo de emissão da Licença de Operação para que a própria administradora do Mineirão tenha capacidade e permissão de realizar a limpeza do entorno do estádio, principalmente nos dias dos jogos. Ressaltou que a Arena MRV possui a referida licença e a administradora do Estádio Independência também realizará a limpeza no entorno desse equipamento. Sobre a atividade do ferro-velho na região da Pampulha, o Diretor de Operação informou que a limpeza deverá ser intensificada e o proprietário poderá ser notificado. O presidente enfatizou que a responsabilidade do lixo deveria ser do gerador do resíduo e das pessoas que receptam esses materiais e realizam o descarte de forma irregular. Lidiane de Souza ressaltou que a Superintendência de Limpeza Urbana e a Prefeitura de Belo Horizonte possuem o conhecimento em relação aos problemas do lixo nos espaços públicos, porém acrescentou que desde 2016 houve uma redução de 30% no orçamento da



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

limpeza urbana. Afirmou a necessidade de melhoria dos contratos de limpeza das vias públicas e disse que foram aprovados cerca de R\$ 46.000.000,00 (quarenta e seis milhões de reais) para serem investidos na melhoria do sistema.

720. O vereador Cleiton Xavier perguntou sobre a celebração de convênio para prestação de serviços de limpeza no entorno do Mineirão, como estaria tal situação e qual seria o raio de atuação do trabalho de limpeza. Em resposta, Pedro Assis informou que a Licença de Operação estaria em fase final de tramitação e ressaltou sobre a existência de um croqui com o mapeamento das ruas adjacentes ao estádio. Disse que foi elaborado um plano de ação para os serviços de limpeza da região e envio dos materiais recicláveis para as cooperativas.

721. O vereador Cleiton Xavier ressaltou sobre os contratos e convênios dos quais a Prefeitura de Belo Horizonte protela a discussão relacionada aos termos de renovação, deste modo tais parcerias são prejudicadas e a dinâmica de implementação das políticas públicas são impactadas negativamente. O relator da Comissão sugeriu que as discussões das renovações sejam realizadas de maneira prévia e que o Poder Executivo possa coordenar tais ações de modo mais assertivo e antecipado. Pedro Assis informou que esse controle não seria necessário por parte da SLU, pois os serviços de limpeza são considerados de caráter essencial e continuado, deste modo os contratos são renovados em tempo hábil.

722. O presidente perguntou se a SLU desenvolve ações específicas no entorno dos abrigos públicos que oferecem atendimento às pessoas em situação de rua, pois muitas pessoas costumam realizar a triagem de materiais recicláveis nas proximidades desses equipamentos. Em resposta, Pedro Assis informou que a SLU possui dois modelos operacionais, sendo o formato planejado e o programado. Acrescentou que todos os abrigos são atendidos pelos serviços de coleta e limpeza do entorno de forma planejada, ou seja, dentro de um cronograma de atividades, porém os setores da Assistência Social possuem a prerrogativa de solicitar os serviços de limpeza em caráter emergencial.

723. O presidente da Comissão mencionou a situação de um local da Rua Paulo Piedade Campos, no Bairro Estoril, que sempre foi utilizado para descarte de lixo. Disse que foi protocolada uma Indicação para disponibilidade de permanência de uma caçamba no local, porém a situação se manteve sem intervenção da Prefeitura. Acrescentou que muitas pessoas que residem em barracões, principalmente nas áreas de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

baixo desenvolvimento econômico, retiram seu lixo diariamente, deste modo o Poder Público deveria implementar novos modelos de coleta e limpeza urbana.

724. Pedro Assis parabenizou o presidente da Comissão em relação a sua análise sobre a dinâmica de coleta do lixo em Belo Horizonte e os problemas enfrentados pelas cooperativas de reciclagem. Ressaltou que os problemas relacionados às pessoas em situação de rua também estariam relacionados a uma questão da política habitacional, porém ressaltou que a SLU, dentro das suas atribuições, procura desenvolver um trabalho eficaz e de atendimento à população. Informou que a Superintendência de Limpeza Urbana realizou cerca de 20 intervenções na Rua Paulo Piedade Campos, no Bairro Estoril, porém o problema teria aspectos mais complexos e deveria ser abordado por outras áreas da Administração Pública.

725. O presidente perguntou qual pasta seria responsável pelos problemas ligados às pessoas em situação de vulnerabilidade e o descarte irregular de lixo em algumas regiões da cidade. Pedro Assis informou que parte do problema seria de competência da SLU e acrescentou que a referida autarquia implementou uma comissão integrada de combate à acumulação de lixo em locais indevidos e ressaltou que houve uma redução de 900 para 435 dos locais de descarte clandestino de lixo. O presidente da Comissão ressaltou a importância dos trabalhos da SLU e informou que os setores da limpeza pública deveriam receber um aumento orçamentário para atender as demandas da cidade. Pedro Assis ressaltou que presta serviços na SLU há 12 anos e sempre reivindicou melhores condições para a cidade.

726. O presidente da Comissão enfatizou que a percepção da população seria de uma cidade desorganizada e com inúmeros problemas sociais. Pedro Assis ressaltou que em determinados locais o acúmulo de lixo irregular se tornou evidente, porém a SLU atua para mitigar os problemas existentes e acrescentou que a instalação de caçambas em determinados locais poderia criar um comportamento de deseducação da sociedade. Disse que o orçamento previsto para 2024 contempla todos os setores da Administração Pública, porém as diferentes pastas carecem de recursos para promoverem os serviços de forma satisfatória. O presidente perguntou se os garis possuem o dever de reportar algum problema na logística das suas atividades. Pedro Assis informou que todos os contratos de limpeza preveem que os garis que também exercem a função de líderes nas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

suas equipes devem reportar possíveis anormalidades aos gerentes de limpeza urbana nas regionais da cidade.

727. Registre-se que às 11h40, o presidente da Comissão prorrogou a reunião por mais 1h.

728. O presidente perguntou qual seria a percepção da SLU sobre a limpeza urbana de Belo Horizonte. Em resposta, Pedro Assis informou que a dinâmica dos serviços de limpeza e manutenção estariam em um nível satisfatório, contudo ressaltou que em determinados pontos da cidade há acúmulo indevido de lixo. Ainda sobre a temática, o presidente da Comissão perguntou quais medidas são adotadas pela SLU ao observar uma situação irregular de descarte do lixo. Pedro Assis informou que as equipes de limpeza possuem a capacidade de abordagem e orientação em relação à situação de irregularidade, porém em muitos casos a Subsecretaria de Fiscalização é acionada para resolver a questão de irregularidade. Acrescentou que tal situação também ocorre na abordagem feita com as pessoas em situação de rua que depositam de forma irregular alguns materiais.

729. O presidente comunicou a presença do vereador Helinho da Farmácia, suplente do vereador Fernando Luiz, e a participação de forma remota do membro da Comissão, vereador Henrique Braga.

730. O presidente da Comissão perguntou sobre a atuação diária da SLU sob a perspectiva da ADPF nº 976 do STF. Em resposta, Pedro Assis informou que a referida autarquia desenvolve suas atividades dentro dos parâmetros estabelecidos pela Suprema Corte e acrescentou que as ações de limpeza, nos locais onde estão concentradas as pessoas em situação de rua, estariam dentro das políticas estabelecidas pela assistência social do Município. Ressaltou que a abordagem feita às pessoas em situação de vulnerabilidade seria realizada de forma apropriada, com respeito e humanidade.

731. O presidente ressaltou que os serviços de limpeza urbana poderiam ser excelentes opções para reinserção no mercado de trabalho das pessoas em situação de rua e acrescentou que o Programa Estamos Juntos poderia fomentar tal possibilidade. Disse que a SLU poderia flexibilizar e fomentar a celebração de contratos com as empresas terceirizadas tendo como escopo a possibilidade de destinação de postos de trabalhos às pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica. Em resposta, Pedro Assis informou que a SLU é parceira do Programa Estamos Juntos desde 2018 e



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ênfatizou que a autarquia realizou algumas reuniões com representantes das empresas privadas para discussão do tema das contratações. Ressaltou que os serviços de limpeza urbana exigem um alto desempenho físico e muitas pessoas em situação de rua não teriam condições de desempenhar tal atividade, contudo informou que cerca de 14 pessoas que passaram pelo mencionado programa foram contratadas pela SLU.

732. O presidente da Comissão sugeriu que a SLU estudasse a possibilidade de abertura de postos de trabalho nas áreas que não estariam diretamente ligadas aos índices de performance física e ressaltou que seria necessário o oferecimento de um quantitativo maior de vagas, pois o preenchimento das 14 vagas estaria muito aquém das necessidades existentes na cidade. Pedro Assis ressaltou que o número explicitado teria sido determinado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico após a implementação dos processos de ressocialização e qualificação no âmbito do Programa Estamos Juntos, porém ênfatizou que novas ações seriam tomadas para maximizar o quantitativo de pessoas reinseridas no mercado de trabalho. O presidente perguntou quantas vagas poderiam ser ocupadas na SLU. Em resposta, Pedro Assis informou que não possuía os dados necessários para informar a quantidade de vagas que poderiam ser abertas.

733. O presidente ressaltou que as informações relacionadas à abertura de postos de trabalho pela SLU deveriam ser encaminhadas à Comissão, pois o planejamento do processo de reinserção no mercado de trabalho seria um dos pilares para mitigação dos problemas relacionados às pessoas em situação de rua. Ênfatizou que os serviços de abordagem, executados pelos setores da assistência social, estariam sendo desempenhadas de maneira eficiente e adequada, porém as políticas habitacionais e de promoção de empregos seriam fundamentais para a resolução do problema. Disse que o número de vagas de emprego disponibilizadas pela SLU deveria ser definido para que haja previsão nos contratos celebrados e no orçamento.

734. Pedro Assis ênfatizou sobre a realização das reuniões relacionadas ao Programa Estamos Juntos e a avaliação das possibilidades de oferecimento de vagas de trabalho no sistema de limpeza urbana. O presidente da Comissão informou que iria solicitar informações sobre as questões que envolvem o oferecimento de vagas por parte dos setores públicos e ressaltou sobre a importância da Prefeitura de Belo Horizonte, juntamente com as demais Secretarias, em assumir o compromisso de apresentar



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

medidas mais assertivas para a demanda em tela. Acrescentou que o setor da limpeza urbana poderia se tornar uma excelente alternativa para o resgate da dignidade das pessoas em situação de rua. O presidente afirmou que a SLU deveria realizar um planejamento sobre o tema e debater sobre a possibilidade de aumento do seu orçamento. Enfatizou que os parlamentares seriam apoiadores da mencionada autarquia e estariam à disposição da SLU para promoção do diálogo e implementação de medidas para melhoria do sistema de limpeza urbana.

735. Registre-se que o presidente, às 11h59, suspendeu a reunião por 10min. Às 12h10min, a reunião foi retomada.

736. O Superintendente, Edson Fonseca Júnior, informou que a Câmara Municipal de Belo Horizonte poderia apoiar a SLU no aspecto orçamentário e acrescentou que a referida autarquia procura realizar um trabalho eficaz e objetiva melhorar a percepção da população em relação a sensação de limpeza da cidade. Acrescentou que os parlamentares sempre deveriam indicar pontos a serem melhorados pela Administração Pública. Disse que ocupava a função há pouco tempo e que todas as sugestões seriam avaliadas.

737. O presidente da Comissão ressaltou que os assuntos ligados às pessoas em situação de rua seriam desafiadores, contudo os problemas deveriam ser debatidos para a construção de possíveis soluções. Informou que o vereador Helinho da Farmácia havia presenciado o descarte irregular de materiais e a demora do setor de fiscalização na implementação de medidas para resolver o problema. Enfatizou que muitas pessoas armazenam o lixo de forma adequada, porém alguns catadores espalham o lixo de forma indevida e acrescentou que a cidade de Belo Horizonte vem debatendo as questões sobre reciclagem, porém os centros recicladores estão localizados nos estados do Paraná e São Paulo.

738. O vereador Cleiton Xavier agradeceu a participação de todos e acrescentou que a Comissão foi instituída para debater sobre o aumento considerável da população em situação de rua e como as diferentes pastas desenvolvem medidas para mitigar o problema em tela. Ressaltou que recebeu mensagens relacionadas a um abrigo público, localizado no Bairro Serrano, destinado ao atendimento de imigrantes, principalmente oriundos da Venezuela. Enfatizou sobre os problemas que foram constatados no referido abrigo, principalmente relacionados aos embates entre os colaboradores do equipamento



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

e os usuários. Perguntou quais seriam os parâmetros e termos celebrados entre a Prefeitura de Belo Horizonte e os jesuítas, que seriam os administradores do abrigo, para o oferecimento dos serviços socioassistenciais executados no equipamento em tela. Disse que a Comissão deveria realizar uma visita técnica no local.

739. O vereador Bruno Pedralva ressaltou que o trabalho desenvolvido pela SLU possui relevante importância para a manutenção da ordem e organização da cidade. Disse que a referida autarquia realiza um cuidadoso atendimento nas vilas e favelas da capital e parabenizou os profissionais da SLU. Acrescentou que também é servidor público municipal e elogiou o trabalho desenvolvido pelos setores que compõem a Prefeitura de Belo Horizonte. Concluiu afirmando que os serviços de limpeza urbana seriam fundamentais para se evitar as enchentes.

740. O vereador Helinho da Farmácia ressaltou que o problema debatido pela Comissão deveria ser abordado por todos os setores da Prefeitura, inclusive por todos os parlamentares da Câmara Municipal. Mencionou sobre a situação de um amigo, que se tornou dependente químico e atualmente se encontra em situação de rua.

741. O presidente da Comissão comunicou que a CPI havia recebido uma foto retratando a situação de descarte irregular de lixo no cruzamento entre as ruas Guaicurus e São Paulo, no baixo centro de Belo Horizonte. O presidente ressaltou que a foto havia sido tirada há poucos minutos. Pedro Assis informou que o referido local havia sido limpo pela equipe da SLU e acrescentou que as equipes de limpeza realizam a retirada de materiais, no local, de 3 a 4 vezes por dia.

742. O vereador Cleiton Xavier perguntou qual seria a origem do lixo depositado no local acima mencionado. Pedro Assis informou que o material seria levado por lojistas e moradores da região, porém muitas pessoas que se encontram em situação de rua realizam a separação de alguns materiais no próprio local. O Diretor Operacional ressaltou que a SLU desenvolveu inúmeras ações de conscientização e educação ambiental na região, contudo a Subsecretaria de Fiscalização foi cientificada acerca do problema no local.

743. O presidente enfatizou que os setores de fiscalização do Município deveriam tomar providências mais enérgicas e identificar as pessoas que descartam o lixo no local supramencionado. Pedro Assis informou que a SLU realiza os serviços de coleta e



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

lavagem noturna no local todos os dias da semana, exceto aos domingos, e desenvolve ações corretivas quando necessário.

744. O vereador Cleiton Xavier perguntou se seria possível a instalação de lixeiras no local. Pedro Assis ressaltou que a referida medida poderia piorar a situação do local, pois muitas pessoas seriam incentivadas a descartar o lixo no local.

745. O presidente da Comissão perguntou sobre qual medida seria adotada se fosse verificado que uma pessoa em situação de rua estivesse descartando algum material de forma irregular. Em resposta, Pedro Assis informou que a situação seria reportada à pasta da assistência social. O presidente enfatizou que a relativização de algumas questões poderia ser adotada, principalmente para as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade, porém o Poder Público não poderia se eximir no tocante ao desenvolvimento de ações para resolver o problema.

746. O vereador Bruno Pedralva ressaltou que a situação apresentada no cruzamento entre as ruas Guaicurus e São Paulo não teria sido provocada por pessoas em situação de rua, porém tais pessoas acabam revirando o lixo em busca de materiais recicláveis e até alimentos. Pedro Assis enfatizou que inúmeros agentes depositam irregularmente materiais no referido local, como bares, restaurantes, casas, lojas e até empreendimentos de construção e obras.

747. O presidente da Comissão mencionou a situação da Praça Barão do Rio Branco, próxima da rodoviária de Belo Horizonte, na qual pessoas em situação de rua recebem marmitas e em alguns casos realizam o descarte irregular das sobras. Sobre a temática, o presidente perguntou como a SLU tem observado a situação explicitada. Em resposta, Pedro Assis informou que as equipes de limpeza, principalmente nas regiões mais adensadas, atuam de forma imediata e acrescentou que em determinadas situações os setores de fiscalização e assistência social são acionados para resolverem demandas relacionadas às pessoas em situação de rua.

748. O presidente da Comissão agradeceu a presença e participação de todos e ressaltou sobre a importância do desenvolvimento de medidas e políticas públicas capazes de resolverem as questões que envolvem às pessoas em situação de rua e de vulnerabilidade social e econômica.

749. Sem nada mais a tratar, o presidente da Comissão encerrou a reunião às 12h32.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

III.16 DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA

750. A décima sexta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua foi realizada no dia 21 de dezembro de 2023, às 09h40, no Plenário Camil Caram, sob a presidência do vereador Braulio Lara, e contou com a participação dos vereadores Cleiton Xavier, Jorge Santos e Henrique Braga, sendo que todos participaram de forma remota, através de videoconferência.

751. Dando seguimento aos trabalhos, o presidente deu ciência aos membros da Comissão sobre o recebimento dos seguintes documentos:

- I. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 2522/2023
- II. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 3121/2023
- III. Ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 3123/2023
- IV. Documento Prot. N° 007167/2023
- V. Documento Prot. N° 007195/2023

752. O presidente agradeceu o empenho de todos os membros da Comissão e ressaltou a importância das visitas técnicas realizadas e das oitivas com os representantes das diferentes pastas que compõem a Prefeitura de Belo Horizonte. Informou que será apresentada uma convocação para realização de reunião extraordinária para o dia 06 de fevereiro de 2024, às 09h30, em plenário que será definido pela assessoria da Câmara Municipal. Acrescentou que a supramencionada reunião terá como finalidade a apresentação e apreciação do Relatório Final.

753. Sem nada mais a tratar, o presidente da Comissão encerrou a reunião às 09h44.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

III.1 DA 1ª VISITA TÉCNICA ABRIGO SÃO PAULO

754. A primeira visita técnica da Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua foi realizada no dia 22 de agosto de 2023, às 09h22, no Abrigo São Paulo, localizado na Rua Elétron, nº 100, Bairro Primeiro de Maio, Belo Horizonte e contou com a presença dos vereadores Braulio Lara, presidente da Comissão, Cleiton Xavier, relator da Comissão, Jorge Santos, Bruno Pedralva e da vereadora Loíde Gonçalves, suplente do vereador Ciro Pereira.

755. Registre-se que o Subsecretário de Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC, José Crus, também esteve presente na supramencionada visita.

756. Os parlamentares verificaram as instalações e a dinâmica de funcionamento do abrigo em tela. Segundo informações prestadas à Comissão, o Abrigo São Paulo, ligado à obra da Sociedade São Vicente de Paulo – SSVP, está vinculado e administrado pelo Conselho Central de Belo Horizonte da SSVP. A mencionada entidade possui termo de parceria com o Município de Belo Horizonte para a prestação de serviços socioassistenciais às famílias e pessoas adultas, sendo homens e mulheres, em situação de vulnerabilidade e risco social, em situação de vida nas ruas e oriundas de áreas de risco geológico de Belo Horizonte.

757. Segundo informações prestadas pela coordenação, no equipamento público em tela cerca de 200 pessoas pernoitam no local. Sendo que o público atendido pode ser considerado como heterogêneo, pois o abrigo é frequentado por pessoas que estão desempregadas, pessoas que foram vítimas de violência doméstica e consequentemente saíram de casa, por dependentes químicos, pessoas de outros municípios que estão encontrando dificuldades para retornarem para sua cidade natal e indivíduos que se encontram em situação de rua.

758. Ressalta-se que muitos usuários do equipamento não possuem autorização para permanecerem no local durante o período diurno e ao saírem, pela manhã, muitos acabam ficando nas imediações do abrigo. Em média, cerca de 20 pessoas ficam no abrigo durante o dia, tratando-se de idosos, indivíduos com alguma patologia mental e enfermos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

759. O Abrigo São Paulo oferece espaço para higienização, alimentação, dormitório e guarda de volumes, porém muitos usuários não conseguem utilizar os escaninhos para guarda de seus pertences. A dinâmica de entrada no equipamento ocorre às 15h30, para as mulheres, e às 16h para os homens. Tanto o público feminino quanto o masculino devem sair do abrigo às 7h.

760. Os maiores problemas relatados pela coordenação estão relacionados às ameaças e até tentativas de violência por parte dos usuários do equipamento em relação aos colaboradores do abrigo, também houve relatos relacionados às tentativas de utilização de álcool e/ou entorpecentes por uma pequena parcela das pessoas que são abrigadas no local.

761. Registre-se que alguns moradores da região relataram que uma parcela dos usuários do abrigo estaria causando uma série de transtornos nas imediações do equipamento. Ressaltaram que as calçadas da Rua Elétron são utilizadas como “banheiro”, pois alguns indivíduos urinam e até defecam em alguns pontos. Segundo informações prestadas, a mencionada situação resulta em um cheiro extremamente desagradável em alguns locais da rua supramencionada. A utilização de entorpecentes também seria frequente nas imediações do abrigo e a ocorrência de furtos se tornou um grave problema para os moradores da região. A situação parece se agravar por volta das 15h, pois muitas pessoas ficam nas proximidades do portão de entrada do abrigo. Segundo informações prestadas, a rua se transforma em uma espécie de “Cracolândia”, com cenas de gritos, violência explícita e utilização de entorpecentes por algumas pessoas.

762. Ressalta-se que no dia da visita técnica foi efetuada a limpeza das calçadas da Rua Elétron, os agentes de limpeza urbana da Prefeitura de Belo Horizonte utilizaram sabão em pó e com o apoio de um caminhão pipa efetuaram a lavagem das calçadas.

763. Registre-se que às 11h25, a visita técnica foi encerrada.

III.2 DA 2ª VISITA TÉCNICA CENTRO POP – CENTRO SUL

764. A segunda visita técnica da Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua foi realizada no dia 11 de setembro de 2023, às 09h37, no Centro



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Especializado para Pessoa em Situação de Rua – Centro POP Centro Sul, localizado na Avenida do Contorno, nº 10.852, Bairro Barro Preto, Belo Horizonte e contou com a presença dos vereadores Braulio Lara, presidente da Comissão, Cleiton Xavier, relator da Comissão e Bruno Pedralva.

765. Registre-se que o Subsecretário de Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC, José Crus, também esteve presente na supramencionada visita.

766. Os parlamentares verificaram as instalações e a dinâmica de funcionamento do equipamento público em tela. Segundo informações prestadas à Comissão, o Centro POP – Centro Sul é coordenado pela Organização da Sociedade Civil Cáritas Brasileira – Regional Minas Gerais e através do Termo de Colaboração celebrado com o Município de Belo Horizonte a referida entidade oferece serviços socioassistenciais às pessoas adultas, sendo homens e mulheres, que se encontram em situação de rua.

767. Segundo informações prestadas pela coordenação, o equipamento público em tela atende cerca de 320 pessoas diariamente, sendo que os principais serviços oferecidos são de acesso a espaço de guarda de pertences, de higiene pessoal, pois os usuários recebem uma espécie de “Kit de higiene” composto por sabonete, escova de dentes e toalha para que possam tomar banho e realizar a sua assepsia. O equipamento público conta com uma lavanderia para que os usuários possam realizar a limpeza de algumas peças de roupa, contudo a capacidade dessa lavanderia é limitada e muitos usuários não conseguem efetuar a lavagem das suas roupas. O Centro POP em tela também oferece alimentação, possuindo uma pequena cantina, e conta com serviços de atendimento para direcionamento e esclarecimento sobre políticas públicas sociais direcionadas às pessoas em situação de rua e vulnerabilidade social e econômica. No local também ocorre a provisão de documentação civil, também proporcionado endereço institucional para utilização, como referência, do usuário.

768. Em um determinado setor do equipamento, uma pequena quadra é utilizada como espaço de socialização e interação entre os usuários, que também a utilizam para estender as roupas que foram lavadas no local.

769. Ressalta-se que o Centro POP não possui característica de abrigo, os usuários não podem pernoitar no local e seu funcionamento, nos dias úteis, é de 8h às 16h. Nos finais de semana e feriados o equipamento oferece atendimento de 8h às 13h.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

770. Registre-se que às 10h57, a visita técnica foi encerrada.

III.3 DA 3ª VISITA TÉCNICA CENTRO POP – LESTE

771. A terceira visita técnica da Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua foi realizada no dia 11 de setembro de 2023, às 11h15, no Centro Especializado para Pessoa em Situação de Rua – Centro POP Leste, localizado na Rua Conselheiro Rocha, nº 351, Bairro Floresta, Belo Horizonte e contou com a presença dos vereadores Braulio Lara, presidente da Comissão, Cleiton Xavier, relator da Comissão e Bruno Pedralva.

772. Registre-se que o Subsecretário de Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC, José Crus, também esteve presente na supramencionada visita.

773. Os parlamentares verificaram as instalações e a dinâmica de funcionamento do equipamento público em tela. Segundo informações prestadas à Comissão, o Centro POP – Leste é coordenado pela Organização da Sociedade Civil Cáritas Brasileira – Regional Minas Gerais e através do Termo de Colaboração celebrado com o Município de Belo Horizonte a referida entidade oferece serviços socioassistenciais às pessoas adultas que se encontram em situação de rua e de vulnerabilidade social e econômica.

774. Segundo informações prestadas pela coordenação do equipamento em tela, cerca de 250 pessoas são atendidas diariamente, sendo oferecidos serviços de higienização, onde os usuários recebem um kit composto por sabonete, escova de dentes e toalha para que possam realizar a sua assepsia. O local conta com guarda-volume e guarda de documentos, porém a depender da demanda existente alguns usuários não conseguem guardar seus pertences. Há no local uma lavanderia onde as pessoas atendidas podem lavar uma pequena quantidade de peças de roupas e um determinado espaço é utilizado para que as roupas lavadas sejam estendidas. O equipamento possui um espaço para que as pessoas possam assistir televisão, mas também é utilizado para socialização e interação entre os usuários.

775. O local também conta com uma equipe de atendimento que presta serviços de esclarecimentos e encaminhamentos para que os usuários possam acessar os programas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

oriundos das políticas públicas socioassistenciais voltadas às pessoas em situação de vulnerabilidade. O equipamento também pode ser utilizado como referência de endereço para correspondência da população adulta em situação de rua.

776. Ressalta-se que os usuários não podem pernoitar no equipamento público e os serviços prestados ocorrem somente nos dias úteis, de 8h às 15h.

777. Registre-se que às 12h22, a visita técnica foi encerrada.

III.4 DA 4ª VISITA TÉCNICA CENTRO POP – LAGOINHA

778. A quarta visita técnica da Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua foi realizada no dia 11 de setembro de 2023, às 12h47, no Centro Especializado para Pessoa em Situação de Rua – Centro POP Lagoinha, localizado na Rua Além Paraíba, nº 101, Bairro Lagoinha, Belo Horizonte e contou com a presença dos vereadores Braulio Lara, presidente da Comissão, Cleiton Xavier, relator da Comissão e Bruno Pedralva.

779. Registre-se que o Subsecretário de Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC, José Crus, também esteve presente na supramencionada visita.

780. Os parlamentares verificaram as instalações e a dinâmica de funcionamento do equipamento público em tela. Segundo informações prestadas à Comissão, o Centro POP – Lagoinha é coordenado pela Organização da Sociedade Civil Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira – ADRA, mediante celebração do Termo de Colaboração com o Município de Belo Horizonte, e que atualmente realiza a prestação de serviços especializados à população em situação de rua.

781. Segundo informações prestadas pela coordenação, o equipamento em tela oferece serviços de higiene, onde os usuários podem tomar banho, de alimentação e principalmente o serviço continuado de apoio psicossocial, com acompanhamento especializado e promoção de atividades nas áreas de desenvolvimento pessoal e socioemocional.

782. O Centro POP visitado também possui equipes que realizam o encaminhamento para outros setores da assistência social. O equipamento possui uma lavanderia, onde os



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

usuários podem realizar a lavagem de algumas peças de roupas. Também é possível a guarda de alguns pertences por parte dos usuários e o local pode ser utilizado como endereço institucional para fins de referência para as pessoas que são atendidas nesse equipamento público.

783. Segundo as informações recebidas pelos parlamentares, o local em tela realiza cerca de 150 atendimentos diários, porém foi ressaltado o acompanhamento psicossocial continuado que é realizado com inúmeros usuários de Centro POP em tela.

784. Assim como os demais Centros Especializados para pessoas em situação de rua e em situação de vulnerabilidade em Belo Horizonte, não é permitido aos usuários pernoitar no Centro POP Lagoinha, sendo que seu funcionamento ocorre de 8h às 17h, nos dias úteis, e de 8h às 12h, nos finais de semana e feriados.

785. Registre-se que às 13h58, a visita técnica foi encerrada.

III.5 DA 5ª VISITA TÉCNICA REGIÃO DO BARRO PRETO

786. A quinta visita técnica da Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua foi realizada no dia 12 de setembro de 2023, às 18h32, tendo como local de encontro, dos parlamentares, o ponto entre a Rua Mato Grosso com a Rua Goitacazes, no Bairro Barro Preto. A visita em tela contou com a presença dos vereadores Braulio Lara, presidente da Comissão, Cleiton Xavier, relator da Comissão e Bruno Pedralva.

787. Registre-se que o Subsecretário de Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC, José Crus, também esteve presente na supramencionada visita.

788. Os parlamentares foram acompanhados pelos profissionais do Serviço Especializado de Abordagem Social – SEAS, que realizam um trabalho de aproximação com as pessoas e famílias que se encontram em situação de rua ou estão em situação de risco nos logradouros públicos de Belo Horizonte.

789. Segundo informações prestadas pelos profissionais do SEAS, a região Centro-Sul de Belo Horizonte concentra a maior parcela da população em situação de rua na cidade e a referida informação foi ratificada pelo Subsecretário de Assistência Social, José Crus.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

790. Segundo o Subsecretário, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, da Regional Centro-Sul, possui cerca de 34 colaboradores que realizam os serviços de abordagem. Os profissionais que realizam o trabalho de aproximação com as pessoas em situação de rua possuem formação em diferentes disciplinas, tais como psicologia, assistência social e nas áreas da saúde. Ressalta-se que o maior quantitativo desses profissionais possui qualificação na área da assistência social.

791. O trabalho de abordagem é realizado diariamente, porém no período noturno esse serviço é intensificado e as equipes objetivam informar as pessoas em situação de vulnerabilidade sobre os equipamentos públicos que oferecem serviços socioassistenciais e os abrigos nos quais essas pessoas possam pernoitar. Também são realizados esclarecimentos sobre as políticas públicas de caráter social que são promovidas e implementadas pelo Poder Público.

792. Sobre a execução dos trabalhos de abordagem, os profissionais relataram que uma determinada rota é definida e as aproximações são realizadas ao longo do trajeto, porém algumas pessoas em situação de rua adotam uma postura hostil e evitam a construção do diálogo com as equipes de abordagem. Os membros da Comissão não acompanharam nenhuma abordagem, pois segundo as recomendações dos profissionais do SEAS a grande quantidade de pessoas que estavam acompanhando os trabalhos da Comissão poderia gerar um sentimento de medo e receio por parte das pessoas que poderiam ser abordadas. Até as proximidades da Praça Raul Soares os membros da Comissão puderam observar uma grande quantidade de pessoas dormindo nas calçadas e em alguns pontos foi constatado que algumas pessoas em situação de rua estavam revirando o lixo em busca de materiais recicláveis e até de restos de alimentos.

793. Registre-se que às 19h35, a visita técnica nesta região foi encerrada.

III.6 DA 6ª VISITA TÉCNICA PRAÇA RAUL SOARES

794. A sexta visita técnica da Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua foi realizada no dia 12 de setembro de 2023, às 19h37, tendo como local de encontro, dos parlamentares, a Praça Raul Soares. A visita em tela contou com



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

a presença dos vereadores Braulio Lara, presidente da Comissão, Cleiton Xavier, relator da Comissão e Bruno Pedralva.

795. Registre-se que o Subsecretário de Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC, José Crus, também esteve presente na supramencionada visita.

796. Os parlamentares foram acompanhados pelos profissionais do Serviço Especializado de Abordagem Social – SEAS, que realizam um trabalho de aproximação com as pessoas e famílias que se encontram em situação de rua ou estão em situação de risco nos logradouros públicos de Belo Horizonte.

797. Segundo informações prestadas pelos profissionais do SEAS, a região com a maior parcela da população em situação de rua em Belo Horizonte é a Centro – Sul, razão pela qual a maioria das abordagens ocorrem na mencionada região. As abordagens no período noturno possuem um caráter de encaminhamento imediato, pois o objetivo é reduzir os riscos de violência e vulnerabilidade em relação às pessoas em situação de rua, visto que durante a noite tais riscos tendem a aumentar. Deste modo as equipes de aproximação procuram prestar esclarecimentos e até encaminhamentos para os abrigos públicos das pessoas que são abordadas e concordam em serem encaminhadas para os equipamentos de acolhimento. A Comissão pôde constatar um número significativo de pessoas dormindo na Praça Raul Soares, bem como algumas barracas que foram montadas para abrigamento dessas pessoas.

798. Os profissionais do serviço de abordagem relataram que muitas pessoas, em situação de vulnerabilidade, não aceitam o atendimento prestado e costumam adotar uma postura de resistência e de hostilidade em relação ao trabalho realizado por esses profissionais. A Comissão tomou ciência que principalmente no período noturno o uso de entorpecentes, sendo o “crack” o mais comum, se tornou bastante frequente no local e já foram registradas diversas ocorrências relacionadas a atividade de traficância na praça em tela.

799. Registre-se que não foi realizada nenhuma abordagem por parte dos profissionais do SEAS, já que, segundo recomendações passadas à Comissão o expressivo número de pessoas que acompanharam a visita técnica poderia gerar um sentimento de vergonha, exposição e até de hostilidade por parte dos indivíduos que seriam abordados.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

800. Registre-se que às 20h39, a visita técnica foi encerrada.

III.7 DA 7ª VISITA TÉCNICA PRAÇA DIOGO DE VASCONCELOS – (PRAÇA DA SAVASSI)

801. A sétima visita técnica da Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua foi realizada no dia 12 de setembro de 2023, às 20h58, tendo como local de encontro, dos parlamentares, a Praça Diogo de Vasconcelos, no cruzamento da Avenida Cristóvão Colombo com a Avenida Getúlio Vargas, Bairro Funcionários, região que popularmente é chamada de Savassi. A visita em tela contou com a presença dos vereadores Braulio Lara, presidente da Comissão, Cleiton Xavier, relator da Comissão e Bruno Pedralva.

802. Registre-se que o Subsecretário de Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC, José Crus, também esteve presente na supramencionada visita.

803. Os parlamentares foram acompanhados pelos profissionais do Serviço Especializado de Abordagem Social – SEAS, que realizam um trabalho de aproximação com as pessoas e famílias que se encontram em situação de rua ou estão em situação de risco nos logradouros públicos de Belo Horizonte.

804. Os membros da Comissão puderam constatar algumas pessoas em situação de rua nas imediações da Praça Diogo de Vasconcelos e algumas pequenas barracas que foram construídas de forma precária, com pedaços de madeira e lona. Segundo informações prestadas pelos profissionais do SEAS, muitas pessoas em situação de vulnerabilidade se dirigem para essa região em busca de alimentos e esmolas, pois existem inúmeras lojas, bares e restaurantes no local. Deste modo, o volume de transeuntes é significativo e aumenta as possibilidades do recebimento de pequenas quantias, em dinheiro, que são dadas às pessoas em situação de rua.

805. As equipes do SEAS realizam as abordagens e principalmente no período noturno procuram encaminhar às pessoas em situação de vulnerabilidade para os abrigos públicos da cidade. Informações sobre os programas socioassistenciais públicos também são passados para as pessoas abordadas.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

806. Durante a visita técnica foi debatido os aspectos relacionados à aplicação da “arquitetura hostil⁵” por parte do Poder Público e dos lojistas da região. O vereador Braulio Lara ressaltou que determinadas implementações no espaço público objetivam a garantia de proteção do bom estado dos locais públicos e a manutenção da função social das praças e espaços abertos que possuem como finalidade a promoção do lazer, da cultura e interação entre os munícipes. Opinião contrária do vereador Bruno Pedralva, que segundo sua percepção há uma convivência da Prefeitura de Belo Horizonte em permitir e fomentar a implementação da “arquitetura hostil” em diferentes espaços públicos de Belo Horizonte.

807. Registre-se que às 22h12, a visita técnica foi encerrada.

III.8 DA 8ª VISITA TÉCNICA PRAÇA DO PEIXE

808. A oitava visita técnica da Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua foi realizada no dia 16 de outubro de 2023, às 11h, tendo como local de encontro, dos parlamentares, a Praça do Peixe, no Bairro Bonfim, e contou com a presença dos vereadores Braulio Lara, presidente da Comissão, Cleiton Xavier, relator da Comissão e Bruno Pedralva.

809. Registre-se que o Subsecretário de Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC, José Crus, também esteve presente na supramencionada visita.

810. Os parlamentares foram acompanhados por alguns profissionais do Serviço Especializado de Abordagem Social – SEAS, que realizam um trabalho de aproximação com as pessoas e famílias que se encontram em situação de rua ou estão em situação de risco nos logradouros públicos de Belo Horizonte. Também estiveram presentes alguns moradores da região da Lagoinha.

811. Os membros da Comissão constataram um considerável número de pessoas em situação de rua na praça em tela e na sua imediação. Foram observadas uma grande quantidade de barracas, que são construídas de forma precária e acabam adquirindo um

⁵ Arquitetura hostil é considerada uma intervenção em locais públicos que possui como objetivo a restrição do direito de circulação e permanência das pessoas em situação de rua e vulnerabilidade social e econômica.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

caráter permanente, tornando-se parte dos aspectos urbanísticos da região. O nível de degradação do referido local é visível. No dia da visita técnica em tela, a Praça do Peixe estava extremamente suja e também foi possível constatar o depósito irregular de materiais e lixo nas vias públicas próximas ao local.

812. Os moradores da região da Lagoinha fizeram severas críticas em relação ao cenário de desordem, poluição e insegurança nas proximidades da praça visitada pelos parlamentares. Segundo informações prestadas à Comissão, no período noturno a situação se agrava, principalmente no aspecto da insegurança e nas cenas explícitas de consumo de entorpecentes na região.

813. Os membros da Comissão também conversaram com colaboradores dos ferros-velhos que existem na região. Muitas pessoas, em situação de rua e de vulnerabilidade, realizam a atividade de catadores de materiais recicláveis e papelão e consequentemente se dirigem aos ferros-velhos para venderem os materiais com valor comercial. Porém os materiais que não possuem valor comercial são depositados, pelos catadores de recicláveis, de forma irregular em diferentes pontos da Praça do Peixe e nas suas imediações.

814. Em conversa com alguns profissionais do setor da assistência social e moradores da região, os membros da Comissão ressaltaram a deplorável situação da região, que atualmente enfrenta problemas de descaracterização do espaço público, poluição e insegurança pública.

815. Registre-se que às 12h57, a visita técnica foi encerrada.

III.9 DA 9ª VISITA TÉCNICA ABRIGO INSTITUCIONAL PARA GESTANTES E PUÉRPERAS

816. A nona visita técnica da Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua foi realizada no dia 18 de outubro de 2023, às 18h36, no Abrigo Institucional para Gestantes e Puérperas, localizado na Rua Canoas, nº 575, Bairro Betânia, Belo Horizonte e contou com a presença dos vereadores Braulio Lara, presidente da Comissão, e Cleiton Xavier, relator da Comissão.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

817. Registre-se que o Subsecretário de Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC, José Crus, também esteve presente na supramencionada visita.

818. Os parlamentares verificaram as instalações e a dinâmica de funcionamento do abrigo em tela. Segundo informações prestadas à Comissão, o Abrigo Institucional para Gestantes e Puérperas está sendo coordenado e administrado pela Organização da Sociedade Civil Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira (Região Administrativa de Minas Gerais - ADRA. A mencionada entidade possui termo de parceria com o Município de Belo Horizonte para a prestação de serviços socioassistenciais às mulheres, gestantes e puérperas, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social em Belo Horizonte.

819. Segundo informações prestadas à Comissão, o perfil das usuárias do equipamento em tela possui aspecto heterogêneo, pois esse público pode ser de mulheres gestantes e/ou puérperas que estavam em situação de rua, mulheres que faziam uso abusivo de substâncias prejudiciais à saúde e com problemas relacionados à saúde mental. Ressalta-se que comumente as usuárias do abrigo possuem um histórico de uso abusivo de álcool e entorpecentes, principalmente o “crack”. Ainda sobre o tema, as mulheres que se encontram no abrigo recebem o auxílio de profissionais da assistência social e passam por um acompanhamento psicológico para desenvolvimento das suas condições emocionais e no processo de construção da autonomia para reinserção social e no mercado de trabalho.

820. Muitas mulheres foram encaminhadas para o abrigo através do Serviço Especializado de Abordagem Social – SEAS, que realizam a atividade de abordagem e posterior encaminhamento das mulheres gestantes e/ou com filhos que se encontravam em situação de rua. Segundo informações passadas à Comissão, o serviço de abordagem é realizado nas nove regionais de Belo Horizonte, deste modo as usuárias do abrigo podem ser de diferentes regiões da cidade. Os encaminhamentos para o abrigo em tela também ocorrem através dos Centros de Referência Especializada e Assistência Social – CREAS e pelo Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, conhecidos como Centros POP.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

821. Ressalta-se que Belo Horizonte possui apenas dois serviços disponíveis para o acolhimento de mulheres, sendo esta unidade visitada pela Comissão e o Abrigo Maria Maria, localizado no Bairro Lagoinha.

822. A unidade visitada possui capacidade de atender cerca de 20 gestantes e puérperas maiores de 18 anos, seus filhos recém-nascidos e demais filhos com até 6 anos de idade, contudo na presente data cerca de 14 mulheres estavam no abrigo. A princípio, as usuárias ficam alojadas nesse equipamento público por cerca de 6 meses, porém a depender das especificidades do caso concreto o período de permanência pode ser maior ou menor do que o previamente estipulado. Além do acompanhamento psicossocial, as usuárias recebem alimentação e direcionamento para as políticas socioassistenciais oferecidas pelo Poder Público.

823. O equipamento público em tela funciona de forma ininterrupta, ou seja, 24h por dia, prevendo horários flexíveis de entrada e saída das usuárias, conforme demandas específicas.

824. Registre-se que às 20h32, a visita técnica foi encerrada.

III.10 DA 10ª VISITA TÉCNICA CENTRO POP - MIGUILIM

825. A décima visita técnica da Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua foi realizada no dia 31 de outubro de 2023, às 16h39, no Centro Especializado para População de Rua – Centro POP Miguilim, localizado na Rua Varginha, nº 210, Bairro Floresta, Belo Horizonte e contou com a presença dos vereadores Braulio Lara, presidente da Comissão, Cleiton Xavier, relator da Comissão e Bruno Pedralva.

826. Os parlamentares verificaram as instalações e a dinâmica de funcionamento do equipamento público em tela. Segundo informações prestadas à Comissão, o Centro POP – Miguilim está sendo coordenado e administrado pela Organização da Sociedade Civil Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira (Região Administrativa de Minas Gerais - ADRA. A mencionada entidade possui termo de parceria com o Município de Belo Horizonte para a prestação de serviços socioassistenciais às pessoas em situação de rua, com faixa etária de 07 a 17 anos, em Belo Horizonte. Os usuários do equipamento também possuem um histórico e



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

contexto de trabalho infantil, violência sexual (abuso e exploração sexual), uso de substâncias psicoativas e fragilização da convivência familiar e social.

827. Segundo informações prestadas à Comissão, pela coordenação do equipamento público, a demanda no local pode ser considerada espontânea, ou seja, a maioria dos usuários se dirigem ao Centro POP para serem atendidos e utilizarem dos serviços prestados no local. Alguns encaminhamentos são realizados pelos profissionais do Serviço Especializado de Abordagem Social – SEAS, que efetuam um trabalho de aproximação em relação às crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade, principalmente com foco nas situações de trabalho infantil.

828. Os usuários do Centro POP Miguilim contam com alimentação (sendo oferecido café da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar) e também realizam atividades didáticas como computação básica, oficina de artesanato, pinturas, desenvolvimento de maquetes e outros trabalhos manuais. As crianças e adolescentes também recebem atendimento e acompanhamento psicológico e contam com o trabalho dos profissionais da assistência social que realizam atividades multidisciplinares.

829. Em relação às famílias das crianças e adolescentes que são atendidos no Centro POP visitado, há o desenvolvimento de um trabalho de aproximação entre os profissionais que trabalham no local em relação aos integrantes do círculo familiar dos usuários do equipamento. A partir desse contato, os profissionais da assistência social buscam uma melhor compreensão do contexto no qual as crianças e adolescentes estão inseridos e quais são os possíveis encaminhamentos. Nas situações mais complexas, o Conselho Tutelar é acionado para tomar as devidas providências, principalmente quando há casos de encaminhamento para orfanatos e centros de atendimento especializado.

830. A média de atendimento anual é de aproximadamente 300 crianças e adolescentes, sendo que diariamente cerca de 15 a 20 pessoas são atendidas no Centro POP Miguilim.

831. As crianças e adolescentes não podem pernoitar no equipamento público em tela, sendo que o seu funcionamento ocorre de segunda-feira a sexta-feira, de 8h às 17h, e nos finais de semana e feriados de 8h às 14h.

832. Registre-se que às 17h50, a visita técnica foi encerrada.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

III.11 DA 11ª VISITA TÉCNICA ALBERGUE TIA BRANCA UNIDADE I

833. A décima primeira visita técnica da Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua foi realizada no dia 31 de outubro de 2023, às 18h15, no Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos Albergue Tia Branca Unidade I, localizado na Rua Conselheiro Rocha, nº 351, Bairro Floresta, Belo Horizonte e contou com a presença dos vereadores Braulio Lara, presidente da Comissão, Cleiton Xavier, relator da Comissão e Bruno Pedralva.

834. Os parlamentares verificaram as instalações e a dinâmica de funcionamento do equipamento público em tela. Segundo informações prestadas à Comissão, o Albergue Tia Branca Unidade I está sendo coordenado e administrado pelo Instituto de Promoção Social e Humana Darcy Ribeiro. A mencionada entidade possui termo de parceria com o Município de Belo Horizonte para a prestação de serviços socioassistenciais com apoio e espaço para abrigamento de homens adultos, com idade a partir de 18 anos, que se encontram em situação de rua ou em processo de saída das ruas, migrantes e/ou situação de vulnerabilidade e risco pessoal social, e que possuam autonomia para realizar as atividades da vida diária.

835. Segundo informações prestadas à Comissão, o equipamento público em tela realiza um serviço de acolhimento emergencial e ininterrupto, dispondo do serviço de pernoite com oferta de esclarecimentos sobre as políticas públicas socioassistenciais que são oferecidas pelo Poder Público. O Albergue oferece alimentação, sendo jantar e café da manhã, e o usuário pode realizar a sua higienização através do banho. Ressalta-se que o fluxo de acolhimento apresenta uma característica de rotatividade, pois se tratando de uma unidade institucional de passagem, o acesso à pernoite ocorre mediante a ordem de chegada ao equipamento.

836. A unidade oferece funcionamento noturno, sendo o horário de entrada das 17h30 às 21h e saída às 07h. Atualmente o albergue visitado recebe diariamente cerca de 280 pessoas e normalmente todas as vagas oferecidas pelo albergue são preenchidas. Foi informado que no período mais frio a demanda aumenta, e em determinadas situações o equipamento opera acima da sua capacidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

837. Ressalta-se que inúmeros pontos do albergue são monitorados por câmeras de segurança, tal medida resultou na diminuição expressiva das condutas ilícitas que eram praticadas no local, principalmente relacionadas ao uso de entorpecentes e atos contra a integridade física praticados entre os usuários do equipamento público. Atualmente a Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte mantém, em caráter permanente, uma equipe de agentes de segurança pública no local.

838. Registre-se que às 19h42, a visita técnica foi encerrada.

III.12 DA 12ª VISITA TÉCNICA ALBERGUE TIA BRANCA UNIDADE II

839. A décima segunda visita técnica da Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua foi realizada no dia 31 de outubro de 2023, às 20h12, no Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos Albergue Tia Branca Unidade II, localizado na Rua dos Timbiras, nº 2.670, Bairro Funcionários, Belo Horizonte e contou com a presença dos vereadores Braulio Lara, presidente da Comissão, Cleiton Xavier, relator da Comissão e Bruno Pedralva.

840. Os parlamentares verificaram as instalações e a dinâmica de funcionamento do equipamento público em tela. Segundo informações prestadas à Comissão, o Albergue Tia Branca Unidade II está sendo coordenado e administrado pelo Instituto de Promoção Social e Humana Darcy Ribeiro. A mencionada entidade possui termo de parceria com o Município de Belo Horizonte para a prestação de serviços socioassistenciais com apoio e espaço para abrigamento de homens adultos, com idade a partir de 18 anos, que se encontram em situação de rua ou em processo de saída das ruas, migrantes e/ou situação de vulnerabilidade e risco pessoal social, e que possuam autonomia para realizar as atividades da vida diária.

841. Segundo informações prestadas à Comissão, o equipamento público em tela realiza um serviço de acolhimento emergencial e ininterrupto, dispondo do serviço de pernoite com oferta de esclarecimentos sobre as políticas públicas socioassistenciais que são oferecidas pelo Poder Público. O Albergue oferece alimentação, sendo jantar e café da manhã, e o usuário pode realizar a sua higienização através do banho. O equipamento também possui um espaço para guarda de pertences por um período maior. Sendo que



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

os usuários podem guardar seus pertences de 18h às 21h, podendo retirá-los na manhã seguinte, de 7h às 8h.

842. Ressalta-se que o fluxo de acolhimento apresenta uma característica de rotatividade, pois se tratando de uma unidade institucional de passagem, o acesso à pernoite ocorre mediante a ordem de chegada ao equipamento.

843. A unidade oferece funcionamento noturno, sendo o horário de entrada das 17h30 às 21h e saída às 07h. Atualmente o albergue visitado recebe diariamente cerca de 120 pessoas, sendo que aproximadamente 80 vagas são destinadas aos migrantes, que na maioria dos casos são encaminhados pelo Serviço Especializado de Abordagem Social – SEAS, que desempenha um trabalho de aproximação, nas imediações da rodoviária, com as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade e necessitam de atendimento socioassistencial, principalmente os migrantes.

844. Registre-se que às 21h25, a visita técnica foi encerrada.

III.13 DA 13ª VISITA TÉCNICA ABRIGO REVIVER

845. A décima terceira visita técnica da Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua foi realizada no dia 13 de novembro de 2023, às 09h15, na Unidade de Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos Abrigo Reviver, localizado na Avenida Amazonas, nº 5.801, Bairro Gameleira, Belo Horizonte e contou com a presença dos vereadores Braulio Lara, presidente da Comissão, Cleiton Xavier, relator da Comissão e Bruno Pedralva.

846. Os parlamentares verificaram as instalações e a dinâmica de funcionamento do equipamento público em tela. Segundo informações prestadas à Comissão, o Abrigo Reviver está sendo coordenado e administrado pelo Instituto de Promoção Social e Humana Darcy Ribeiro. A mencionada entidade possui termo de parceria com o Município de Belo Horizonte para a prestação de serviços socioassistenciais com apoio e espaço para abrigamento de homens adultos, com idade a partir de 18 anos, que se encontram em processo de saída das ruas e com autonomia para realizar as atividades de trabalho e retomada do processo de reinserção social.

847. Segundo informações prestadas à Comissão, o equipamento público em tela possui espaço de moradia provisória, com local específico para preparo de alimentos, e



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

oferece refeições diárias, sendo café da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar, lavanderia para lavagem e secagem de roupas e espaços onde são realizadas atividades de desenvolvimento pessoal e de promoção no processo de reinserção social.

848. O abrigo em tela possui capacidade de 50 vagas para acolhimento, sendo que o prazo de permanência do usuário é variável, sendo de 6 a 12 meses. Durante esse período, a pessoa acolhida passa por um processo de acompanhamento técnico para elaboração de um Plano Individual de Atendimento – PIA, onde serão abordadas as condições socioemocionais e profissionais da pessoa atendida, as ações necessárias para o pleno alcance da autonomia social e econômica e a superação dos riscos sociais.

849. Muitos usuários do equipamento em tela já realizam atividade laboral, porém o retorno financeiro é insuficiente para garantir autonomia plena e capacidade de cumprimento de obrigações, tais como aluguel, alimentação e outras despesas ordinárias, deste modo a utilização dos serviços prestados no abrigo são fundamentais para o não retorno de uma situação de vulnerabilidade social e econômica.

850. Registre-se que às 10h35, a visita técnica foi encerrada.

III.14 DA 14ª VISITA TÉCNICA ABRIGO FÁBIO ALVES DOS SANTOS

851. A décima quarta visita técnica da Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua foi realizada no dia 13 de novembro de 2023, às 11h02, na Unidade de Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos Fábio Alves dos Santos, localizado na Avenida Nossa Senhora de Fátima, nº 3.076, Bairro Carlos Prates, Belo Horizonte e contou com a presença dos vereadores Braulio Lara, presidente da Comissão, Cleiton Xavier, relator da Comissão e Bruno Pedralva.

852. Os parlamentares verificaram as instalações e a dinâmica de funcionamento do equipamento público em tela. Segundo informações prestadas à Comissão, o Abrigo Fábio Alves dos Santos está sendo coordenado e administrado pelo Instituto de Promoção Social e Humana Darcy Ribeiro. A mencionada entidade possui termo de parceria com o Município de Belo Horizonte para a prestação de serviços socioassistenciais com apoio e espaço para abrigamento de homens adultos, com idade a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

partir de 18 anos, que se encontram em processo de saída das ruas e com autonomia para realizar as atividades de trabalho e retomada do processo de reinserção social.

853. Segundo informações prestadas à Comissão, o equipamento público em tela possui espaço de moradia provisória, com local específico para preparo de alimentos, e oferece refeições diárias, sendo café da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar, lavanderia para lavagem e secagem de roupas e espaços onde são realizadas atividades de desenvolvimento pessoal e de promoção no processo de reinserção social.

854. O abrigo em tela possui capacidade de 44 vagas para acolhimento, sendo que o prazo de permanência do usuário é variável, sendo de 6 a 12 meses. Durante esse período, a pessoa acolhida passa por um processo de acompanhamento técnico para elaboração de um Plano Individual de Atendimento – PIA, onde serão abordadas as condições socioemocionais e profissionais da pessoa atendida, as ações necessárias para o pleno alcance da autonomia social e econômica e a superação dos riscos sociais.

855. Muitos usuários do equipamento em tela possuem algum tipo de trabalho, porém o retorno financeiro é insuficiente para garantir autonomia plena e capacidade de cumprimento de obrigações, tais como aluguel, alimentação e outras despesas ordinárias, deste modo a utilização dos serviços prestados no abrigo são fundamentais para o não retorno de uma situação de vulnerabilidade social e econômica.

856. Registre-se que às 12h25, a visita técnica foi encerrada.

III.15 DA 15ª VISITA TÉCNICA ABRIGO ANITA GOMES DOS SANTOS I E II

857. A décima quinta visita técnica da Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua foi realizada no dia 13 de novembro de 2023, às 12h49, na Unidade de Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos Abrigo Anita Gomes dos Santos I e II, ambas as unidades estão localizadas na Avenida Paraná, nº 109, Centro, Belo Horizonte e contou com a presença dos vereadores Braulio Lara, presidente da Comissão, Cleiton Xavier, relator da Comissão e Bruno Pedralva.

858. Os parlamentares verificaram as instalações e a dinâmica de funcionamento do equipamento público em tela. Segundo informações prestadas à Comissão, o Abrigo Anita Gomes dos Santos, unidades I e II, estão sendo coordenados e administrados pelo



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Instituto de Promoção Social e Humana Darcy Ribeiro. A mencionada entidade possui termo de parceria com o Município de Belo Horizonte para a prestação de serviços socioassistenciais com apoio e espaço para abrigamento de homens adultos, com idade a partir de 18 anos, que se encontram em processo de saída das ruas e com autonomia para realizar as atividades de trabalho e retomada do processo de reinserção social.

859. Segundo informações prestadas à Comissão, o equipamento público em tela possui espaço de moradia provisória, com local específico para preparo de alimentos, e oferece refeições diárias, sendo café da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar, lavanderia para lavagem e secagem de roupas e espaços onde são realizadas atividades de desenvolvimento pessoal e de promoção no processo de reinserção social.

860. O Abrigo Anita Gomes dos Santos, unidade I, possui capacidade de 51 vagas para acolhimento, e a unidade II possui capacidade de 69 vagas. Sendo que o prazo de permanência do usuário é variável, sendo de 6 a 12 meses. Durante esse período, a pessoa acolhida passa por um processo de acompanhamento técnico para elaboração de um Plano Individual de Atendimento – PIA, onde serão abordadas as condições socioemocionais e profissionais da pessoa atendida, as ações necessárias para o pleno alcance da autonomia social e econômica e a superação dos riscos sociais.

861. Muitos usuários do equipamento em tela possuem algum tipo de trabalho, porém o retorno financeiro é insuficiente para garantir autonomia plena e capacidade de cumprimento de obrigações, tais como aluguel, alimentação e outras despesas ordinárias, deste modo a utilização dos serviços prestados no abrigo são fundamentais para o não retorno de uma situação de vulnerabilidade social e econômica.

862. Ressalta-se que uma parcela considerável dos usuários, do abrigo visitado, já estão em fase final do processo de consolidação da autonomia financeira e reinserção da capacidade de interação social.

863. Registre-se que às 12h25, a visita técnica foi encerrada.

III.16 DA 16ª VISITA TÉCNICA ABRIGO MUNICIPAL POMPÉIA

864. A décima sexta visita técnica da Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua foi realizada no dia 20 de novembro de 2023, às 09h41, na Unidade de Serviço de Acolhimento Institucional para Famílias – Abrigo Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Pompéia, localizado na Rua Raimundo Venâncio da Silva, nº 29, Bairro Pompéia, Belo Horizonte e contou com a presença dos vereadores Braulio Lara, presidente da Comissão, Cleiton Xavier, relator da Comissão e Bruno Pedralva.

865. Os parlamentares verificaram as instalações e a dinâmica de funcionamento do equipamento público em tela. Segundo informações prestadas à Comissão, o Abrigo Municipal Pompéia está sendo coordenado e administrado pela Organização da Sociedade Civil Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais. A mencionada entidade possui termo de parceria com o Município de Belo Horizonte para a prestação de serviços socioassistenciais com apoio e espaço para abrigamento das famílias em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social e em situação de vida nas ruas.

866. Segundo informações prestadas à Comissão, o equipamento público em tela possui espaço de moradia temporária e oferece alimentação, lavanderia para lavagem e secagem de roupas e espaços onde são realizadas atividades de desenvolvimento pessoal, principalmente voltadas para os aspectos do mercado de trabalho, e de promoção no processo de reinserção social.

867. O abrigo em tela possui capacidade de acolhimento provisório de 32 famílias, sendo que o prazo de permanência das famílias pode ser considerado como variável, porém algumas famílias estão no local há bastante tempo. Durante o período de permanência, as pessoas recebem orientações e encaminhamentos para as políticas públicas de âmbito socioassistencial, além de cursos de qualificação e requalificação profissional objetivando a inserção no mercado de trabalho. Ressalta-se que periodicamente são promovidas ações de cuidado e prevenção sobre o uso abusivo de álcool e outras drogas.

868. Registre-se que às 10h58, a visita técnica foi encerrada.

III.17 DA 17ª VISITA TÉCNICA ABRIGO MUNICIPAL GRANJA DE FREITAS

869. A décima sétima visita técnica da Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua foi realizada no dia 20 de novembro de 2023, às 11h32, na Unidade de Serviço de Acolhimento Institucional para Famílias – Abrigo Municipal Granja de Freitas, localizado na Rua Diniz Dias, nº 145, Bairro Granja de Freitas, Belo



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Horizonte e contou com a presença dos vereadores Braulio Lara, presidente da Comissão, Cleiton Xavier, relator da Comissão e Bruno Pedralva.

870. Os parlamentares verificaram as instalações e a dinâmica de funcionamento do equipamento público em tela. Segundo informações prestadas à Comissão, o Abrigo Municipal Granja de Freitas está sendo coordenado e administrado pela Organização da Sociedade Civil Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais. A mencionada entidade possui termo de parceria com o Município de Belo Horizonte para a prestação de serviços socioassistenciais com apoio e espaço para abrigamento, casa de passagem, das famílias em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social e em situação de vida nas ruas.

871. Ressalta-se que o abrigo também recebe famílias oriundas das áreas de risco geológico, cadastradas no Programa Estrutural em Área de Risco – PEAR da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte – URBEL. Atualmente a maioria das famílias que estão no abrigo são oriundas do programa supramencionado.

872. Segundo informações prestadas à Comissão, o equipamento público em tela possui capacidade de acolhimento provisório para até 32 famílias. Ressalta-se que o perfil das pessoas que se encontram no abrigo pode ser considerado como heterogêneo, pois é composto por crianças, adolescentes, jovens, idosos e adultos.

873. Em tese, o prazo de permanência das famílias deveria ser considerado temporário, porém algumas famílias estão no local há bastante tempo. Segundo informações de algumas pessoas, algumas famílias estão no abrigo há mais de 8 anos, se configurando uma situação completamente diferente dos aspectos de concepção, período de permanência das famílias e finalidade do equipamento público em tela.

874. Durante a visita técnica, os membros da Comissão constataram uma situação de considerável precariedade no local. Nas áreas comuns do equipamento foi constatado uma grande quantidade de lixo e sujeira, além dos pontos não pavimentados estarem com vegetação alta e sem qualquer tipo de manutenção. Segundo informações prestadas pelos usuários, comumente são encontrados e capturados animais peçonhentos, como aranhas e escorpiões.

875. Ressalta-se que o abrigo se assemelha a um alojamento onde as famílias possuem um espaço independente em relação aos demais grupos familiares, podendo ser comparado como um pequeno conjunto habitacional.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

876. As condições das unidades habitacionais podem ser consideradas como ruins, muitas unidades necessitam de consideráveis reparações nos pisos e paredes. Os telhados apresentam trincas e fendas e conseqüentemente no período chuvoso ocorre infiltração de água na maioria das unidades onde as famílias estão instaladas. Segundo informações prestadas pelos usuários do abrigo, nos dias de maior calor a permanência das pessoas no interior das unidades se torna insuportável, pois os espaços de permanência das famílias não possuem ventilação adequada e os telhados, que são fabricados com amianto, absorvem muito calor.

877. Os membros da Comissão enfatizaram sobre a necessidade de reforma e execução de obras de melhoria, em caráter inadiável, do Abrigo Municipal Granja de Freitas.

878. Registre-se que às 13h12, a visita técnica foi encerrada.

III.18 DA 18ª VISITA TÉCNICA ABRIGO INSTITUCIONAL PARA MULHERES

879. A décima oitava visita técnica da Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua foi realizada no dia 22 de novembro de 2023, às 09h37, na Unidade de Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos – Abrigo Institucional para Mulheres, localizado na Rua Argentina, nº 39, Bairro Copacabana, Belo Horizonte e contou com a presença dos vereadores Braulio Lara, presidente da Comissão, Cleiton Xavier, relator da Comissão e Bruno Pedralva.

880. Os parlamentares verificaram as instalações e a dinâmica de funcionamento do equipamento público em tela. Segundo informações prestadas à Comissão, o Abrigo Institucional para Mulheres está sendo coordenado e administrado pela Organização da Sociedade Civil Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira - ADRA. A mencionada entidade possui termo de parceria com o Município de Belo Horizonte para a prestação de serviços socioassistenciais com apoio e espaço para acolhimento, na modalidade abrigo institucional, para mulheres adultas, acima dos 18 anos, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social em processo



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de saída de situação de vida nas ruas ou com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, sem condições psicossociais e financeira de moradia e auto-sustentação.

881. Segundo informações prestadas à Comissão, o equipamento público em tela possui capacidade de atender 50 mulheres adultas. Ressalta-se que o perfil das pessoas que se encontram no abrigo pode ser considerado como heterogêneo, pois é composto por diferentes históricos de vida, porém as situações que envolvem violência e abuso familiar são mais frequentes entre as usuárias atendidas. A situação acima descrita, muitas vezes está diretamente ligada a decisão de rompimento do convívio familiar e a ida de muitas mulheres para as ruas.

882. O prazo de permanência das mulheres no equipamento público em tela é variável, pois a equipe técnica do abrigo, bem como os servidores da assistência social de Belo Horizonte, realiza uma avaliação e definem quais diretrizes serão adotadas e qual será o período necessário para o alcance da auto-sustentação por parte das mulheres acolhidas no abrigo. Deste modo, o período de permanência pode durar em média de 4 a 8 meses.

883. As mulheres podem acessar o abrigo institucional através do encaminhamento realizado pelos profissionais do Serviço Especializado em Abordagem Social – SEAS, que realizam um trabalho de aproximação e identificação das pessoas que se encontram em situação de rua e também podem ser encaminhadas após atendimento realizado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. Portanto, não há acesso por demanda espontânea.

884. Ressalta-se que muitas mulheres, que estão no abrigo visitado, já estão em processo de reinserção no mercado de trabalho, deste modo boa parte desse público desenvolve atividades laborais no período diurno e retornam para o abrigo à noite.

885. Registre-se que às 10h52, a visita técnica foi encerrada.

III.19 DA 19ª VISITA TÉCNICA ABRIGO INSTITUCIONAL MARIA MARIA

886. A décima nona visita técnica da Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua foi realizada no dia 22 de novembro de 2023, às 11h19,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

na Unidade de Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade Casa de Passagem e Abrigo – Unidade Maria Maria, localizado na Rua Ubá, nº 01, Bairro Lagoinha, Belo Horizonte e contou com a presença dos vereadores Braulio Lara, presidente da Comissão, Cleiton Xavier, relator da Comissão e Bruno Pedralva.

887. Os parlamentares verificaram as instalações e a dinâmica de funcionamento do equipamento público em tela. Segundo informações prestadas à Comissão, o Abrigo Institucional Maria Maria está sendo coordenado e administrado pela Organização da Sociedade Civil Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais. A mencionada entidade possui termo de parceria com o Município de Belo Horizonte para a prestação de serviços socioassistenciais com apoio e espaço para acolhimento de mulheres adultas em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal ou em situação de rua.

888. Segundo informações prestadas à Comissão, o equipamento público em tela possui capacidade de atender 40 mulheres adultas. Ressalta-se que o perfil das pessoas que se encontram no abrigo pode ser considerado como heterogêneo, pois é composto por diferentes históricos de vida, porém as situações que envolvem violência e abuso familiar e abuso de álcool ou entorpecentes são mais frequentes entre as usuárias atendidas. As situações acima descritas, muitas vezes estão diretamente ligadas a decisão de rompimento do convívio familiar e a ida de muitas mulheres para as ruas.

889. O prazo de permanência das mulheres no equipamento público em tela é variável, pois a equipe técnica do abrigo, bem como os servidores da assistência social de Belo Horizonte, realiza uma avaliação e definem quais diretrizes serão adotadas e qual será o período necessário para o alcance da auto-sustentação por parte das mulheres acolhidas no equipamento em tela. Deste modo, o período de permanência pode durar em média de 3 a 12 meses.

890. As mulheres podem acessar o abrigo institucional através do encaminhamento realizado pelos profissionais do Serviço Especializado em Abordagem Social – SEAS, que realizam um trabalho de aproximação e identificação das pessoas que se encontram em situação de rua e também podem ser encaminhadas após atendimento realizado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. Portanto há acesso por demanda espontânea, porém nesse caso o acesso ao abrigo ocorre após uma análise da demanda e do caso concreto apresentado pela mulher que tem a intenção de ser acolhida.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

891. Ressalta-se que algumas mulheres, que estão no abrigo visitado, já estão em processo de reinserção no mercado de trabalho, deste modo boa parte desse público desenvolve atividades laborais no período diurno e retornam para o abrigo à noite.

892. Registre-se que às 12h20, a visita técnica foi encerrada.

III.20 DA 20ª VISITA TÉCNICA CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO À MULHER - CIAM

893. A vigésima visita técnica da Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua foi realizada no dia 22 de novembro de 2023, às 12h32, no Centro Integrado de Atendimento à Mulher - CIAM, localizado na Rua Comendador Nohme Salomão, nº 73, Bairro Lagoinha, Belo Horizonte e contou com a presença dos vereadores Braulio Lara, presidente da Comissão, Cleiton Xavier, relator da Comissão e Bruno Pedralva.

894. Os parlamentares verificaram as instalações e a dinâmica de funcionamento do equipamento público em tela. Segundo informações prestadas à Comissão, o CIAM é administrado pela Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção – SMSP e a manutenção do local é executada pela Organização da Sociedade Civil PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana. Ressalta-se que toda equipe do equipamento público em tela é composta somente por mulheres.

895. O Centro Integrado de Atendimento à Mulher está em funcionamento desde 2018 e possui como principal finalidade a prestação dos serviços de acolhida às mulheres em situação de rua e usuárias de álcool e outros entorpecentes.

896. Segundo informações prestadas à Comissão, o equipamento público em tela atende em média cerca de 24 pessoas por dia, porém, em situações excepcionais, já foram registrados cerca de 34 atendimentos. O CIAM é um espaço que possibilita a realização da assepsia pessoal, sendo que as usuárias recebem toalhas e kit com produtos de higiene individual, oferta de refeições, tais como café da manhã, almoço, lanche e jantar, e espaço destinado ao descanso. O local também oferece atendimento técnico, realizado por profissionais da assistência social e psicólogos. As usuárias



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

recebem esclarecimentos e encaminhamentos para outros serviços de atendimento socioassistencial da rede municipal.

897. A demanda no CIAM é espontânea, ou seja, as mulheres podem acessar o centro sem a necessidade de encaminhamento por parte de outro setor socioassistencial da rede municipal, sendo que o horário de funcionamento é das 7h às 17h e o atendimento às usuárias ocorre das 09h às 15h.

898. Registre-se que às 13h52, a visita técnica foi encerrada.

IV. DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

899. Antes de adentrar às ações das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua, deve-se destacar que o município de Belo Horizonte apresenta um sério problema nas políticas públicas voltadas para a assistência social. Além da completa ausência de dados oficiais confiáveis, tendo em vista a série histórica de subnotificação da PBH em relação ao número de pessoas em situação de rua, que será abordado com profundidade mais adiante, há completa ausência de uma separação orçamentária específica para mensurar o atendimento dessas pessoas, o que torna quase impossível a busca pelo custo real do sistema.

900. O orçamento da Assistência Social em Belo Horizonte tem apresentado crescimento expressivo desde o ano de 2018. Conforme se extrai das peças orçamentárias:

- Lei Orçamentária Anual 2018: R\$ 314.670.590,00
- Lei Orçamentária Anual 2019: R\$ 348.275.758,00
- Lei Orçamentária Anual 2020: R\$ 355.340.919,00
- Lei Orçamentária Anual 2021: R\$ 345.932.118,00
- Lei Orçamentária Anual 2022: R\$445.536.224,00
- Lei Orçamentária Anual 2023: R\$ 428.823.271,00



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

901. Questionados, os responsáveis pela pasta não souberam informar quanto dessa parcela é direcionada a políticas de atendimento de pessoas em situação de rua. Ao tratar o orçamento de uma pasta tão complexa quanto a Assistência Social, que representa 2,5% de toda a arrecadação da cidade, como uma massa indivisa, que vai sendo decotada na medida da necessidade de cada demanda, a prefeitura demonstra uma ausência de gestão eficiente dos recursos, que por óbvio impacta na qualidade dos serviços.

902. Como é que o responsável pela pasta vai dimensionar os seus gastos para políticas públicas se não sabe, sequer, quanto custam as ações de cada uma das áreas?

903. Quando questionada sobre quantas e quais entidades, bem como os valores repassados a cada um dos equipamentos e serviços de atendimento voltados a pessoas em situação de rua, nos termos do requerimento 1893/23 apresentado, a prefeitura se limitou a prestar as seguintes informações:

- Serviço Especializado em Abordagem Social: R\$ 426.699,18 (quatrocentos e vinte e seis mil seiscentos e noventa e nove reais e dezoito centavos) mensais para os 09 CREAS e Centro Pop Miguilim, contabilizando uma média de R\$ 42.669,92 (quarenta e dois mil seiscentos e sessenta e nove reais e noventa e dois centavos) por equipamento;
- Centro PoP Lagoinha: R\$ 139.805,31 (cento e trinta e nove mil oitocentos e cinco reais e trinta e um centavos);
- Centro PoP Miguilim: R\$ 63.646,79 (sessenta e três mil seiscentos e quarenta e seis reais e setenta e nove centavos);
- Centro PoP Centro Sul: R\$ 110.740,00 (cento e dez mil setecentos e quarenta reais);
- Centro PoP Leste: R\$ 110.740,00 (cento e dez mil setecentos e quarenta reais).

904. Os outros equipamentos não foram informados, demonstrado que a Prefeitura de Belo Horizonte sequer possui o recorte individualizado de custo mensal por equipamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

905. Em relação às entidades que recebem recursos para prestar atendimento a essa parcela da população, foi informado que recebem em valores mensais:

- O serviço de acolhimento institucional para gestantes e puérperas, localizado no bairro Betânia recebe R\$ 109.309,52 (cento e nove mil trezentos e nove reais e cinquenta e dois centavos), tendo capacidade para 20 vagas,
- O serviço de acolhimento institucional para mulheres recebe R\$ 78.627,52 (setenta e oito mil, seiscentos e vinte e sete reais e cinquenta e dois centavos), tendo capacidade para 50 vagas
- Serviço de acolhimento institucional para famílias – abrigo Granja de Freitas recebe R\$ 74.374,43 (setenta e quatro mil trezentos e setenta e quatro reais e quarenta e três centavos), tendo capacidade para 102 vagas para famílias;
- Serviço de acolhimento institucional para famílias – abrigo Pompéia recebe R\$ 73.248,20 (setenta e três mil duzentos e quarenta e oito reais e vinte centavos) tendo capacidade para 32 vagas para famílias;
- O serviço de acolhimento institucional para mulheres – abrigo Maria Maria recebe R\$ 78.376,77 (setenta e oito mil, trezentos e setenta e seis reais e setenta e sete centavos), tendo capacidade para 40 vagas;
- O serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias em situação de migração (Vila Pinho) recebe R\$ 128.656,44 (cento e vinte oito mil seiscentos e cinquenta e seis reais e quarenta e quatro centavos), tendo capacidade para 14 vagas para famílias;
- O serviço de acolhimento institucional para homens adultos – abrigos Anita Gomes I e II recebe R\$ 178.583,00 (cento e setenta e oito mil, quinhentos e oitenta e três reais) tendo capacidade para 100 vagas;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- O serviço de acolhimento institucional para homens adultos – abrigo Fábio Alves recebe R\$ 53.257,72 (cinquenta e três mil duzentos e cinquenta e sete reais e setenta e dois centavos) tendo capacidade para 44 vagas;
- O serviço de acolhimento institucional para homens adultos – abrigo Reviver recebe R\$ 51.535,36 (cinquenta e um mil quinhentos e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos) tendo capacidade para 50 vagas;
- Serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias – Minas Pampulha recebe R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), tendo capacidade para 30 vagas;
- Serviço de acolhimento em casa de passagem para homens adultos – Alberge Tia Branca I e II recebe R\$ 288.790,58 (duzentos e oitenta e oito setecentos e noventa mil reais e cinquenta e oito centavos) para as 120 vagas atualmente em funcionamento;
- Serviço de acolhimento institucional para adultos em situação de rua e período de convalescência pós alta hospitalar recebe R\$ 38.419,56 (trinta e oito mil, quatrocentos e dezenove reais e cinquenta e seis centavos) para as 20 vagas que possui;
- Serviço de acolhimento em casa de passagem para pessoas adultas – Abrigo São Paulo recebe R\$ 172.728,61 (cento e setenta e dois mil setecentos e vinte e oito reais e sessenta e um centavos) para as 200 vagas;
- O serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias em situação de migração (Santa Amélia) recebe R\$ 122.796,16 (cento e vinte dois mil setecentos e noventa e seis reais e dezesseis centavos), tendo capacidade para 100 vagas;

906. Realizado esse panorama inicial, observadas as discrepâncias entre o valor do custo mensal do equipamento quando comparado ao número de vagas disponíveis, bem como equipamentos similares recebendo montantes muito diferentes, procedeu esta



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Comissão Parlamentar de Inquérito à solicitação dos dados contratuais com as entidades que recebem algum tipo de recurso público.

907. Após o envio da documentação solicitada, ficou clara a completa falta de gestão dentro da pasta no que diz respeito aos contratos em execução, que só podem ser caracterizados como uma verdadeira colcha de retalhos.

908. Nos documentos solicitados por esta comissão sobre os contratos e alterações nos últimos 5 anos, identificamos nada menos que 87 (oitenta e sete) termos aditivos aos contratos relacionados às prestações de serviços de atendimento voltados a pessoas em situação de rua.

909. Isso demonstra a completa falta de planejamento das políticas públicas que envolvem essa parcela da população, com alterações constantes nos valores das parcelas, termos com efeitos retroativos, sobras milionárias entre exercícios financeiros e necessidade de aporte emergencial em outros.

910. O que se percebe é que a prefeitura, exatamente por não saber quanto gasta com essas políticas, aguarda uma demanda ativa das instituições para saber se faltou ou sobrou dinheiro na execução de cada período, adequando no curso do instrumento já existente.

911. Dessa feita, fica clara a falta de gestão dos recursos públicos, evidenciado pela confusão da própria PBH, que em diversos momentos confunde o valor global da execução do contrato, que estranhamente varia entre aditivos de um mesmo processo.

912. Nesse sentido, imperativo a realização de uma perícia contábil nos documentos encaminhados a esta comissão, pelo Tribunal de Contas do Estado, tendo em vista o excessivo número de aditivos em diversos contratos, sabendo-se ainda dos problemas e ineficácia da sua execução

IV.1. DOS CENTROS POP E ALBERGUES

913. É de notório conhecimento público que o desenvolvimento e implantação das políticas públicas sociais são de fundamental importância para a garantia de dignidade, bem-estar e fomento das ações que envolvem o processo de reinserção das pessoas em situação de rua e de vulnerabilidade social e econômica. Para execução e prestação dos serviços de assistência social, o Município de Belo Horizonte conta com inúmeros



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

equipamentos públicos voltados para o atendimento e acolhida das pessoas com trajetória de vida nas ruas e em situação de vulnerabilidade.

914. Podemos citar o trabalho desenvolvido nos 3 Centros POPs (Centro de Referência da População de Rua), que possui como finalidade assegurar o Serviço Especializado à População em Situação de Rua, além do trabalho desenvolvido no Centro POP Miguilim, que realiza um Serviço Especializado para crianças e adolescentes em situação de rua. No âmbito municipal, ressalta-se os serviços prestados nas Unidades de Acolhimento, cujos serviços são executados por meio de parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSCs), nas seguintes formas: Abrigos Institucionais, Casas de Passagem e Residências Inclusivas.

915. Tendo como principal objetivo uma melhor percepção e compreensão dos serviços prestados nos equipamentos públicos de assistência social em Belo Horizonte, bem como a verificação dos espaços físicos, a Comissão realizou uma série de visitas técnicas, em diferentes locais, para se observar o impacto resultante das ações executadas nos Centros de Referência e Unidades de Acolhimento e como tais equipamentos se enquadram nas demandas relacionadas aos serviços socioassistenciais no Município.

916. No dia 22 de agosto de 2024 a Comissão realizou uma visita técnica no Abrigo São Paulo, porém os maiores problemas foram evidenciados por alguns moradores da região que relataram uma série de transtornos nas imediações do equipamento público visitado.

917. Foi ressaltado que as calçadas da Rua Elétron, no Bairro Primeiro de Maio, são utilizadas como “banheiro público”, pois alguns indivíduos, que aguardam a liberação para entrada no supramencionado abrigo, urinam e até defecam em diferentes pontos da rua mencionada. Outro problema relatado estaria relacionado ao uso abusivo de álcool e drogas por pessoas que se encontram nas imediações do abrigo, muitas sequer chegam a acessar o equipamento público, porém utilizam do cenário de desordem para o cometimento de ilicitudes. Segundo informações dos moradores locais, no período noturno a situação se agrava e a rua se transforma em uma espécie de “Cracolândia⁶”,

⁶ Cracolândia (junção do termo “crack” com o elemento de composição “lândia”, que significa lugar ou terra, sendo entendido como terra do crack), termo que primeiramente se popularizou na cidade de São Paulo, sendo utilizado para denominar uma população em situação de rua, composta por dependentes químicos e traficantes, geralmente de crack, que costuma ocupar uma determinada região.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

com cenas de gritos, violência explícita, descarte irregular de lixo e a ocorrência de pequenos furtos.

918. Destaca-se a relevância dos serviços executados no Abrigo São Paulo, porém os impactos ocasionados pelo funcionamento do abrigo público em tela, principalmente nos aspectos relacionados à desordem e insegurança pública, devem ser objetos de análise e implantação de políticas mitigadoras por parte do Poder Público Municipal.

919. Outro aspecto relevante está relacionado ao acesso, das pessoas em situação de rua e em estado de vulnerabilidade, nos equipamentos públicos de assistência social, pois durante a realização das visitas técnicas foi constatado que ao adentrarem nesses locais, os usuários dos Centros de Referência da População em Situação de Rua – Centros POPs e das Unidades de Acolhimento não são submetidos a uma espécie de revista pessoal⁷, deste modo, torna-se possível adentrar nos equipamentos mencionados alhures, portando algum objeto ilícito ou que possa causar risco à vida ou a integridade física das pessoas que ali estão. Segundo informações prestadas pela Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania de Belo Horizonte, Rosilene Cristina Rocha, em oitiva realizada no dia 19 de setembro de 2023, o motivo de não haver revista pessoal nos equipamentos públicos seria para evitar o constrangimento das pessoas atendidas, pois muitos usuários desses equipamentos possuem uma relação conturbada com as forças de segurança pública, deste modo muitas pessoas deixariam de utilizar os serviços executados nas Unidades de Acolhimento e Centros de Referência da População em Situação de Rua.

920. A supramencionada informação também foi corroborada pelo Secretário Municipal de Segurança e Prevenção de Belo Horizonte, Genilson Ribeiro Zeferino, em oitiva realizada no dia 06 de outubro de 2023, que ressaltou que a implantação da revista pessoal nos equipamentos públicos de assistência social poderia coibir a

⁷ A revista pessoal pode ser analisada pelos seguintes aspectos: quanto ao sujeito passivo, quanto ao contato com o corpo do revistado e quanto à complexidade da revista. Inicialmente, quando se analisada a revista sob a ótica do sujeito passivo, ela pode ser classificada como uma revista coletiva, realizada em várias pessoas simultaneamente, como as efetivadas em eventos de grande porte [...]; ou individual, como as que ocorrem em visitantes que desejam entrar nos estabelecimentos penais. Quanto ao aspecto do contato com o corpo do revistado, pode dar-se na forma direta ou indireta [...]. O aspecto da complexidade da revista compreende uma avaliação de quão invasiva ela é [...] (MARIATH, 2008) Revista Pessoal e Violação de Direitos no Brasil: contribuições para a construção de novos parâmetros normativos.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

utilização desses locais por parte das pessoas em situação de rua e em estado de vulnerabilidade social e econômica.

921. Para garantia da segurança e bem-estar dos usuários dos equipamentos públicos, o Poder Público deveria fomentar as discussões, em caráter multidisciplinar, sobre a possibilidade e viabilidade de implantação de uma estrutura mínima de revista pessoal das pessoas que desejam adentrar nos equipamentos públicos de assistência social de Belo Horizonte, bem como as mochilas, bolsas ou sacolas que estiverem sob posse dessas pessoas. Evitar o adentramento de pessoas que utilizam tais equipamentos públicos como um refúgio para a prática de ações ilícitas, não apenas colabora na área de segurança pública, como também reforça a razão da existência dessas políticas públicas que devem servir às pessoas que buscam um auxílio para sair da condição de morador de rua. Separar o joio do trigo é essencial para o atendimento de quem realmente necessita utilizar de serviços públicos sociais para melhorar sua condição de vida, sem ter que lidar com criminosos e desvios de conduta indesejados nesses locais.

922. Outro aspecto que deve ter melhor abordagem nestes equipamentos públicos, de suma importância para a promoção da dignidade, volta-se para a acessibilidade de tais locais. Sobre a temática, ressalta-se os avanços no debate e no arcabouço legislativo dos Direitos das Pessoas com Deficiência no Brasil, destacando-se o advento da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº 13.146/2015. O objetivo primordial da mencionada lei pode ser constatado através do seguinte artigo:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania.

923. Deste modo, as pessoas com deficiência também são consideradas como protagonistas no processo de construção de uma sociedade mais inclusiva e capaz de promover o desenvolvimento pessoal, social e produtivo das pessoas que possuem alguma deficiência. Por óbvio, o Poder Público deve acompanhar todo esse processo e oferecer as condições necessárias para o cumprimento das demandas existentes.

924. Durante a execução dos trabalhos e a realização das visitas técnicas, a Comissão buscou verificar quais condições estruturais e de espaço físico estão sendo oferecidas às



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

pessoas que utilizam as unidades de acolhimento e os centros de atendimento prestadores dos serviços socioassistenciais em Belo Horizonte. Em grande parte dos equipamentos públicos visitados, pelos membros da Comissão, os espaços físicos apresentam-se em boas condições, com exceção do Abrigo Granja de Freitas, porém o Poder Público deve se atentar para os aspectos de acessibilidade e acolhimento das pessoas com deficiência, principalmente buscando a efetiva implantação de uma arquitetura que permita um melhor acesso desses usuários nos equipamentos públicos do Município. O aspecto da acessibilidade se tornou elemento fundamental no processo de inclusão e promoção de uma percepção mais inclusiva por parte das pessoas que possuem alguma deficiência. Tal aspecto pode ser evidenciado através do art. 3º, I, da Lei nº 13.146/2015, que dispõe:

[...] acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

925. Assim sendo é de suma relevância que a Prefeitura de Belo Horizonte, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC, desenvolva estratégias de acompanhamento e implantação de ações para que as instalações dos equipamentos públicos de assistência social possam garantir um ambiente salutar e sem obstáculos de acessibilidade às pessoas com deficiência.

926. Segundo informações contidas no Requerimento de Comissão nº 2098/2023⁸, somente na Regional Centro-Sul de Belo Horizonte, cerca de 2.159 pessoas encontram-se em situação de rua, sendo que na Regional Leste foram mapeadas cerca de 864 pessoas e na Regional Noroeste foram identificadas 530 pessoas. Observando a mencionada distribuição geográfica das pessoas em situação de rua, o Poder Público Municipal implementou ao longo dos anos um modelo concentrado de localização dos equipamentos públicos de assistência social em Belo Horizonte, principalmente na região centro-sul da capital mineira. Ao observarmos o aspecto quantitativo, por óbvio devemos ressaltar que atualmente a região central de Belo Horizonte demanda por uma

⁸ Requerimento de Comissão direcionado à Comissão de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor. (FONTE: GOVERNO FEDERAL – CECAD/CADASTRO ÚNICO. Belo Horizonte, Abril 2022)



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

maior rede de prestação de serviços e acolhimento das pessoas em situação de rua, porém o Poder Público deve desenvolver maiores análises sobre o processo de deslocamento e movimentação dessas pessoas dentro da circunscrição do Município. Atualmente Belo Horizonte conta com 3 Centros POPs (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua), localizados no Bairro Lagoinha, Barro Preto e Floresta, ou seja, nas regionais Noroeste, Centro Sul e Leste, respectivamente. O Município também conta com o Centro POP Miguilim, que realiza serviços socioassistenciais às crianças e adolescentes em situação de rua ou em condição de vulnerabilidade pessoal e social, localizado no Bairro Floresta.

927. Considerando que Belo Horizonte é composta por 9 regionais, sendo que as regionais do Barreiro e Venda Nova ocupam relevante espaço geográfico, o Poder Público Municipal deve fomentar a discussão sobre a possibilidade e viabilidade das implantações de outros Centros POPs, principalmente nas regiões do Barreiro e Venda Nova. Ressalta-se que os serviços e equipamentos públicos de assistência social devem estar localizados de maneira uniforme e em conformidade com as peculiaridades de cada região do Município.

928. Muito embora já tenha sido objeto de considerações, o Abrigo Granja de Freitas, local que foi visitado pelos membros da Comissão em 20 de novembro de 2023, encontra-se em situação de extrema precariedade. Conforme explicitado na 17ª Visita Técnica da Comissão, o equipamento público em tela não possui as condições necessárias para a garantia da dignidade e bem-estar das pessoas que estão no referido abrigo. Ressalta-se que o Abrigo Granja de Freitas deveria ser utilizado, em caráter temporário, pelas famílias retiradas das áreas de risco geológico do município de Belo Horizonte, cadastradas no Programa Estrutural em Área de Risco – PEAR, e por pessoas em situação de vulnerabilidade pessoal e social e em situação de vida nas ruas. Porém o aspecto da temporalidade não está sendo observado pelo Poder Público, pois inúmeras famílias estão no local há alguns anos e não possuem perspectiva de serem direcionadas para as novas unidades habitacionais que estão sendo implantadas, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, tampouco não possuem capacidade financeira para alugar um imóvel na região, mesmo considerando os subsídios oriundos dos Programas de Locação Social e Bolsa Moradia.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

929. As instalações do supramencionado abrigo também encontram-se em situação deplorável. Os espaços onde as famílias estão alojadas, necessitam urgentemente de consideráveis reparações, principalmente nos pisos, paredes e telhados. As manutenções nas áreas comuns devem ser realizadas periodicamente, a fim de garantir um ambiente mais limpo e salutar. Por fim, as instalações do Abrigo Granja de Freitas estão muito aquém do ideal e atualmente não oferecem condições mínimas de segurança, bem-estar e dignidade.



Visita Técnica no Centro POP Lagoinha, 11/09/23. Foto: Bernardo Dias/CMBH.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



Visita Técnica na Praça do Peixe - região da Lagoinha, 16/10/23. Foto: Cláudio Rabelo/CMBH.



Visita Técnica no Abrigo Pompéia, 20/11/23. Foto: Bernardo Dias/CMBH.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



Visita Técnica no Abrigo Municipal Granja de Freitas, 20/11/23. Foto: Pedro Correa/Gab. Ver. Bráulio Lara.



Visita Técnica no Abrigo Municipal Granja de Freitas, 20/11/23. Foto: Pedro Correa/Gab. Ver. Bráulio Lara.



IV.2 DA NECESSIDADE DE ENVOLVIMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL COM A GUARDA CIVIL

930. Durante a realização das visitas técnicas, a Comissão preocupou-se em verificar se as instalações dos equipamentos públicos de assistência social oferecem condições satisfatórias de segurança. Tal aspecto não é somente importante para os usuários das unidades de acolhimento e centros de referência, mas também para os colaboradores que executam os serviços socioassistenciais nos equipamentos do Município.

931. É de notório conhecimento público, que muitas pessoas que estão em situação de rua ou em condição de vulnerabilidade social e pessoal sofrem de problemas socioemocionais e de uso abusivo de álcool e entorpecentes. Muitas vezes tais condições são decorrentes de um histórico pessoal e familiar conturbado.

932. Conforme constatado pela Comissão, os equipamentos públicos de assistência social possuem um conjunto de regramento que objetiva estabelecer uma relação de convívio harmonioso e respeitoso entre os profissionais das unidades de acolhimento e centros de referência e os usuários, bem como as regras de organização e dinâmica de funcionamento desses equipamentos.

933. Por se tratar de um público heterogêneo, com diferentes características, peculiaridades e histórias, é comum haver intercorrências e problemas de interação entre as pessoas que utilizam os abrigos e unidades de acolhimento. Até a necessidade de respeito e seguimento das regras de utilização dos equipamentos, por parte dos usuários, pode ocasionar uma conduta inadequada e contrária à manutenção da ordem e organização da dinâmica de funcionamento desses espaços. Em alguns casos, as próprias equipes que trabalham no local conseguem resolver as questões relacionadas aos desvios de conduta dos usuários, porém em situações mais graves a intervenção das forças de segurança pública se faz necessário. Nos contextos mais graves a intervenção do Poder Público deve ser célere e assertiva.

934. Segundo informações prestadas pela Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania de Belo Horizonte, Rosilene Cristina Rocha, os profissionais que prestam serviços nos equipamentos públicos de assistência social são



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

orientados a acionarem as forças de segurança pública quando ocorrem situações mais severas de desvio de conduta, por parte dos usuários, ou quando há risco iminente de atos que atentam contra a manutenção da ordem e a preservação da integridade física e psicológica das pessoas que encontram-se em determinado equipamento. Nesse caso, os colaboradores do abrigo ou unidade de acolhimento devem acionar a Polícia Militar de Minas Geras ou a Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte, através do número 153, sendo que a supramencionada informação também foi corroborada pelo Secretário Municipal de Segurança e Prevenção, Genilson Ribeiro Zeferino, em oitiva realizada pela Comissão no dia 06 de outubro de 2023.

935. Considerando que a Guarda Civil Municipal possui um efetivo qualificado para atendimento às pessoas vulneráveis, conforme conteúdo extraído do Requerimento de Comissão nº 2527/2023⁹, que dispõe:

Nessa esteira, cumpre salientar que nossa corporação, por meio de seu Departamento de Ensino e Eventos Especiais (DENESP), **vem de modo contínuo qualificando seu efetivo, em especial quanto a atuação frente aos grupos vulneráveis: grupos de idosos, população em situação de rua, mulheres, crianças e adolescentes. Mais recentemente, em março do ano corrente, realizamos a qualificação de 270 (duzentos e setenta) agentes, com foco principal à atuação frente a grupos vulneráveis.**

936. Deste modo, para garantir maior segurança aos profissionais da assistência social e das demais áreas que executam os serviços nas unidades públicas de acolhimento e nos centros de referência destinados às pessoas em situação de rua, o Poder Público deve fomentar o desenvolvimento de canais de comunicação mais efetivos entre os equipamentos públicos de assistência social e as forças de segurança pública, principalmente da Guarda Civil Municipal.

937. Dentro do escopo das políticas do Município, que estão ligadas à segurança pública e as ações direcionadas às pessoas em situação de rua, cabe ao Poder Público, através da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção e Guarda Civil Municipal, desenvolver um plano de ação específico para patrulhamento nas imediações dos equipamentos públicos que executam os serviços socioassistenciais às pessoas em situação de rua e vulnerabilidade pessoal e social. Ainda sobre a temática, o plano de

⁹ Requerimento de Comissão nº 2527/2023, Informações sobre o processo de capacitação e treinamento dos agentes que realizam os serviços de abordagem à população em situação de rua e a capacitação dos agentes da Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ação retomado deve abarcar ações pontuais, objetivando a implementação de medidas preventivas e educativas, no interior dos abrigos e unidades de acolhimento de Belo Horizonte.

938. A troca de informações, principalmente relacionadas à preservação e manutenção da segurança nos equipamentos públicos de assistência social, entre a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania e a Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção devem ser constantes e céleres, possuindo como caráter norteador o desenvolvimento de medidas preventivas de combate à violência, do uso e tráfico de entorpecentes e intercorrências relacionadas ao atendimento socioassistencial público direcionado às pessoas em situação de rua.

IV.3 DO PROGRAMA ESTAMOS JUNTOS

939. Os trabalhos desenvolvidos por essa comissão ilustram que a situação de rua não é decorrente de um único fator, pelo contrário. São diversos os motivos que levam uma pessoa a viver no logradouro público. Os principais motivos apontados para a situação de rua, segundo o relatório do Governo federal, foram os problemas familiares (44%), seguido do desemprego (39%), do alcoolismo e/ou uso de drogas (29%) e da perda de moradia (23%).

940. Muito embora seja senso comum que a promoção de meios para proporcionar a autonomia financeira do cidadão seja a solução mais eficaz para reverter a situação de rua, as políticas voltadas para a empregabilidade e capacitação dessa parcela da população são extremamente tímidas e pouco eficazes, para dizer o mínimo.

941. Conforme o requerimento 2531/23, de autoria do Vereador Braulio Lara, a administração municipal foi questionada acerca dos programas de transferência de renda, capacitação profissional, e especificamente o desempenho do Programa Estamos Juntos, instituído pela Lei Municipal nº 11.149.

942. Segundo a resposta da PBH, datada de 27 de setembro de 2023, o programa, nos seus 4 anos de existência, contabilizou apenas 379 pessoas atendidas, sendo que apenas 104 destas foram admitidas em empregos formais. Esses dados refletem a completa ausência de investimento, informada no mesmo documento, que atesta que “no período entre 2019 e 2022, não houve alocação de recursos específicos para o Programa



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Estamos Juntos” tendo sido os valores suportados pelo orçamento da Subsecretaria de Trabalho e Emprego. Apesar de o programa ter tido uma boa estrutura legal, o que se identificou foi uma completa inaptidão de transformar o papel em resultados.

943. Não bastassem os baixíssimos indicadores, os números informados no pedido de informações divergem da publicação no site oficial do município. Segundo a página do Programa Estamos Juntos, atualizada em 12/12/2023, posteriormente ao envio da resposta supracitada, os números são: 280 pessoas cadastradas no programa, sendo 88 usuários formados e apenas 5 efetivamente inseridos no mercado de trabalho formal.

944. Importante ressaltar que houve, no ano de 2023, envio de emendas parlamentares por vereadores para fortalecimento do programa em milhões de reais constam na LOA. Ainda assim, o número de pessoas empregadas é irrisório frente ao número total de pessoas em situação de rua no município, que pode chegar a 16 mil.

945. As políticas de atendimento às pessoas em situação de rua, que de fato ocorrem e são executadas pelos agentes de campo e assistentes sociais, dentro dos parâmetros técnicos definidos pelos órgãos responsáveis, deveriam dar maior foco ao estímulo e incentivo à busca de emprego formal para a promoção da cidadania. No entanto, a completa ausência de iniciativas municipais eficazes limita a atuação dos agentes públicos que atuam na ponta.

946. Ao invés de utilizar a expertise desses profissionais qualificados que realizam atendimentos diários e possuem experiência e técnicas profissionais para aproximação e criação de vínculos com essa parcela da população, os agentes da ponta são reduzidos a meros recenseadores, sem instrumentos adequados para promover o encaminhamento para políticas públicas voltadas para a empregabilidade, que tem o maior potencial de reverter a situação de rua a partir da autonomia financeira.

947. Necessário frisar que o emprego formal amplia a proteção para além da percepção da renda, a partir de benefícios como vale-transporte, plano de saúde, recolhimento previdenciário, recolhimento de verbas trabalhistas, férias, 13º salário, além do impacto na dignidade do cidadão reinserido no mercado produtivo.

948. No entanto, é necessário uma mudança de orientação por parte do Poder Público. As soluções apresentadas em outras unidades da federação que envolveram parcerias com o setor privado, são exemplos de sucesso. Em Belo Horizonte, infelizmente, pela corrente ideológica defendida pelo grupo político que comanda a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

pasta de assistência social há mais de 3 décadas, não observamos qualquer tentativa de aproximação com a iniciativa privada, que é quem de fato emprega no Brasil.

949. A necessidade de remodelação das políticas de empregabilidade não passa necessariamente pela edição de nova Lei, mas do direcionamento da atuação do Poder Público, buscando soluções com a sociedade civil e a iniciativa privada para solucionar o problema do aumento de pessoas em situação de rua que cresce exponencialmente na capital de Minas gerais, através do trabalho formal.

IV.4 DO ALUGUEL SOCIAL E BOLSA MORADIA

950. Uma vez identificado o problema do aumento vertiginoso da população em situação de rua, cabe ao Poder Público apresentar soluções para reverter este quadro. Sem sombra de dúvidas, o maior anseio de qualquer pessoa que se encontre em situação de rua, é uma moradia fixa, e esta também é a medida mais contundente para evitar que essa pessoa retorne à antiga situação.

951. Ainda que se trate de moradia temporária, o espaço permite a retomada da dignidade e da autonomia do cidadão na gestão da própria vida. Mas porque é tão difícil acessar os programas de moradia em nossa capital? Será que as vagas são insuficientes em razão do grande número de pessoas nas ruas?

952. Infelizmente, a atual estruturação da política pública e sua desconexão com a realidade representa o maior obstáculo entre o cidadão que se encaixa nos requisitos definidos pela legislação e a real efetivação da proposta. É o que observamos com o programa de Locação Social da prefeitura de Belo Horizonte.

953. O programa que teve sua implementação no início de dezembro de 2019, tem como objetivo "promover atendimento habitacional subsidiado por meio da locação, a preços acessíveis, de unidades habitacionais privadas ou públicas existentes, evitando que as famílias de baixa renda tenham um ônus excessivo com o pagamento do aluguel."

954. Na prática, a família com renda familiar entre 1 e 5 salários mínimos, renda per capita mínima de 25% do salário mínimo, não possuir outro imóvel, não ter recebido atendimento habitacional definitivo anterior e morar em Belo Horizonte há pelo menos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

2 anos, poderá receber um valor mensal para arcar com o aluguel. O subsídio repassado pela Prefeitura pode chegar, no máximo, a até R\$ 500,00 (quinhentos reais).

955. Ocorre que, em uma cidade como Belo Horizonte, o valor de R\$ 500,00 consegue alugar, no máximo, os chamados barracos localizados em regiões periféricas ou de vilas e favelas. Ainda nesse lugares, os usuários relatam dificuldade em encontrar qualquer imóvel com este preço.

956. Dessa forma, é necessária a readequação do valor disponibilizado para locação social para garantir a efetividade da política pública. Hoje em Belo Horizonte existem bolsas nesse valor disponíveis, mas faltam interessados tendo em vista não só o baixo valor, mas a dificuldade em conseguir se adequar a todas as outras exigências deste programa.

957. Segundo relatos dos moradores e usuários dos abrigos da capital, mesmo quando uma família encontra o imóvel dentro do defasado valor determinado pela PBH, este local precisa ainda passar por uma vistoria dos agentes municipais, que em tese deveriam zelar pela segurança da nova residência.

958. No entanto, o que ocorre na prática é que essa vistoria apresenta um grau de exigência completamente incompatível com o valor disponibilizado. Uma das pessoas na busca pelo imóvel a partir da locação social explicou que teve rejeitada a moradia por existência de fios desencapados. Muito embora seja um problema de simples resolução, a vistoria apenas atesta os problemas encontrados, e envia o relatório para o setor responsável.

959. Outro ponto levantado pelos usuários é a demora excessiva da PBH em realizar os procedimentos para autorizar o pagamento do subsídio para aluguel, de maneira que os pouquíssimos imóveis que se adequam tanto ao valor quanto às exigências da administração municipal, são locados para terceiros.

960. É estarrecedor que sobre, anualmente, recursos que deveriam ser destinados ao aluguel social numa cidade que pode ter mais de 16 mil pessoas em situação de rua. Sobra dinheiro. No entanto, a prefeitura não faz qualquer menção em adequar o programa para a realidade, o que poderia aumentar seu alcance e efetividade.

961. A vistoria realizada, apesar de pretender proteger o cidadão beneficiado pela política pública, desconsidera a completa insalubridade da residência ou do local na rua em que a pessoa reside. O imóvel que poderia receber uma família se passasse por



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

pequenos reparos é completamente desconsiderado, e a atual moradia da pessoa também não é levada em conta.

962. Isso é escancarado principalmente no programa Bolsa Moradia, em que famílias retiradas de casas em áreas de risco ou que foram atingidas por alguma calamidade, são amontoadas em abrigos sem condições mínimas de moradia, como observamos no Granja de Freitas. Os próprios abrigos oferecidos pela PBH não passariam na avaliação de segurança promovida pelos agentes públicos de habitação, e ainda que a nova moradia representasse uma evolução em termos de limpeza, espaço, localização e segurança, não existe o sopesamento das condições atuais em relação ao possível novo imóvel. Os critérios são puramente objetivos, e ignoram a realidade do público alvo do atendimento, criando situações em que o abrigamento que deveria ser temporário, torne-se praticamente definitivo, como é o caso de famílias que estão a mais de 10 anos nos abrigos municipais.

963. Lado outro, esta mesma família que está praticamente em situação de residência consolidada no abrigo, não pode realizar qualquer tipo de reparo no imóvel, sendo obrigados a conviver com goteiras, infiltrações, vazamentos e trincas, sob pena de receberem advertência da administração do abrigo. Ou seja: a prefeitura não atua e pune o morador que tenta melhorar o local de moradia, o que gera revolta nesses abrigos e afasta novos residentes, que devido às péssimas condições, por vezes decidem arriscar a vida e a sorte nas ruas.

964. Algumas soluções simples poderiam aumentar a efetividade das políticas públicas de Bolsa Moradia e Locação Social. A primeira e mais importante é a readequação do valor de R\$ 500,00, extremamente baixo para a finalidade que se pretende. A definição do valor deve ser feita a partir de uma pesquisa de mercado e da avaliação dos imóveis vagos disponíveis, de maneira a encontrar um valor mais adequado à realidade.

965. Outra solução é a criação de um banco de imóveis para cadastro das unidades que se enquadram nos critérios dos programas sociais de habitação, de maneira que agilize não só a busca pelo local, mas também a vistoria da PBH, que pode ser realizada previamente à visita da família, excluindo de pronto os inadequados e já apontando as necessidade de reforma para adequação. Também é aconselhável a criação de um fundo para pequenos reparos, tendo em vista que pequenas adequações podem tornar um



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

imóvel viável para moradia social, podendo a intervenção ser feita pelo poder público ou pelo próprio proprietário.

966. Por fim, é necessário que os critérios de análise para viabilidade do imóvel não sejam completamente objetivos, levando em considerações as especificidades de cada caso, principalmente das condições da atual moradia em comparação ao possível imóvel a ser locado.

967. Muito além da necessidade de programas de locação social, é necessária a criação de unidades habitacionais destinadas ao público das menores faixas de renda, juntamente com linhas de financiamento adequadas à sua capacidade de pagamento, para diminuir o número de famílias sem imóvel próprio na capital. No entanto, o que se percebe é uma verdadeira barreira por questões políticas e ideológicas que impedem a tão necessária aproximação entre o setor da construção civil e o Poder Público Municipal.

IV.5 DA NECESSIDADE DE PARCERIA COM O SETOR PRIVADO PARA SOLUCIONAR OS PROBLEMAS DE HABITAÇÃO

968. Não cabe à administração pública, a construção direta de unidades habitacionais. A exploração de atividade comercial deve ser feita por particular, e ao governo cabe a gestão e elaboração de políticas públicas em parceria com o setor, direcionando os locais de adensamento preferencial e identificando as faixas de renda que demandam políticas de habitação.

969. No entanto, o que se verifica é um completo abismo entre o setor produtivo e o público, cujo descompasso representa uma perda gigantesca para a cidade.

970. A título de exemplo, na área invadida irregularmente na região do Granja de Freitas, existia um grande projeto habitacional voltado para pessoas de baixa renda. A sua implementação teria o potencial de gerar mais de 13 mil unidades de habitação, dentro dos parâmetros de segurança, qualidade, urbanidade e adequação ao meio ambiente equilibrado.

971. No entanto, a área particular foi completamente ocupada por movimentos que impediram as obras e, de forma incoerente, reclamam do baixo número de moradias na cidade. A ocupação desordenada não possui ligações de água e esgoto, ou quando



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

existem são clandestinas, causando prejuízo a todo o entorno uma vez que os serviços não foram corretamente dimensionados para a nova demanda.

972. Por se tratar de região invadida, por óbvio também não há presença de serviços públicos essenciais, deixando os moradores em habitações precárias, que ironicamente sequer passariam nos exigentes critérios utilizados para a locação social ou bolsa moradia, e sem acesso a serviços básicos como saúde e transporte.

973. Lado outro, existem inúmeros imóveis vazios em diversos lugares da cidade e principalmente no hipercentro, ou mesmo equipamentos públicos vocacionados para receber empreendimentos de habitação social, mas a ausência de comunicação dentro da própria gestão municipal dificultam qualquer ação nesse sentido.

974. Isso fica muito claro no depoimento da Secretária de Assistência Social, que revelou que não sabe e nem possui a relação de quais são os imóveis vagos de propriedade da PBH em nossa cidade. Há estimativa que somente no centro, existam mais de 90 imóveis nessas condições, com potencial de se tornar moradias, mas que pela ineficiência acabam ou abandonados ou invadidos.

975. Aliás, importante reflexão se faz com a tolerância das invasões em nossa cidade, a última em um prédio do SENAC desativado devido a falta de adequação da estrutura para incêndios. Como é que esta é considerada uma opção válida de moradia pela PBH, enquanto as múltiplas exigências para o imóvel formal tornam a política pública ineficaz, na medida em que sobram recursos não utilizados todos os anos para fins de locação? Outras destroem áreas de preservação e se apropriam de espaços e inclusive parques públicos, sem qualquer ação do prefeito Fuad. Na prática, não existe qualquer política de combate a invasão de propriedade em Belo Horizonte, desconsiderando o prejuízo que esta prática traz à criação de unidades de moradia regulares.

976. Fato é que existem os imóveis vocacionados, pela região em que se encontram e pela proximidade com os equipamentos e serviços públicos, existe o interesse e os recursos da iniciativa privada para investimentos em prédios para as faixas mais baixas de renda, seja por meio de construção ou reforma e adaptação das estruturas já existentes, mas falta ação do Poder Público.

977. Nesse sentido, é urgente o diagnóstico de todos os imóveis vagos na cidade, a adequação da legislação para permitir o aproveitamento de estruturas já existentes para



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

a conversão em moradia, e ações de parcerias para viabilizar grandes empreendimentos com vistas a reduzir o déficit habitacional.

978. É urgente a criação de um grupo de trabalho com a participação do setor produtivo, de maneira a viabilizar a construção civil e o emprego formal, em áreas que sejam capazes de suportar o novo contingente de moradores, a partir de imóveis e terrenos não utilizados pela PBH, e que podem representar a solução para um dos grandes problemas da nossa cidade.

IV.6 DOS CADASTROS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

979. Toda e qualquer política pública eficiente passa, necessariamente, pela realização de um diagnóstico pormenorizado de todos os elementos que envolvem a situação a ser enfrentada.

980. A fidedignidade dos dados com a realidade é premissa básica para o desenvolvimento de ações assertivas, focando no cerne do problema a ser combatido, bem como no dimensionamento dos recursos necessários para sua resolução.

981. Ocorre que, quando se trata de políticas envolvendo pessoas em situação de rua, fica muito claro o subdimensionamento dos dados apresentados pela Prefeitura de Belo Horizonte, de maneira a minimizar um problema que tem crescido exponencialmente na capital de Minas Gerais.

982. Em busca rápida nos sites de pesquisa e na página institucional da PBH, já no ano de 2024, o número apontado de pessoas em situação de rua no município é de 5.344 (cinco mil trezentos e quarenta e quatro) indivíduos.

983. No entanto, todos os outros dados encontrados falam em números muito superiores. Uma das referências na coleta de dados é o instituto Pólos de Cidadania, da Universidade Federal de Minas Gerais, que realiza trabalhos com esse recorte da população há vários anos.

984. Exatamente por isso, causa estranheza que a prefeitura de Belo Horizonte tenha buscado a Faculdade de Medicina da UFMG para realizar o censo da população de rua, enquanto existe um instituto reconhecido pela metodologia de pesquisa e expertise na matéria na mesma universidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

985. Essa subnotificação das pessoas em situação de rua parece ser medida recorrente da administração municipal. Em abril de 2021, o Instituto Pólos de Cidadania publicou uma nota técnica estimando que Belo Horizonte possuía, naquele momento, 8.901 (oito mil novecentos e um) pessoas em situação de rua. No mesmo período, a estimativa da PBH era de 2.500 (dois mil e quinhentos) pessoas nessa situação no município.

986. Os dados mais recentes publicados pelo Governo Federal escancaram a completa incompetência da Prefeitura de Belo Horizonte em dimensionar corretamente o problema a ser enfrentado. Em relatório publicado no segundo semestre de 2023 sob o título “População em situação de rua: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registro administrativo e sistemas do Governo Federal”, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania traça um perfil completamente diferente do apresentado pela prefeitura.

987. Segundo esse diagnóstico, Belo Horizonte possui 11.826 (onze mil oitocentas e vinte e seis) pessoas em situação de rua cadastradas no CadÚnico em 2022. Ainda, o mesmo estudo traz o alarmante dado que “Belo Horizonte apresenta o maior percentual de pessoas em situação de rua com relação à população total (0,5%), com 5 pessoas em situação de rua a cada mil habitantes.”

988. E a situação pode ser ainda pior que o demonstrado. Segundo os pesquisadores do Pólos de Cidadania, esse número pode chegar às 16 mil pessoas, quando levado em conta o percentual de pessoas não cadastradas.

989. Como é possível o desenvolvimento de políticas públicas eficientes para um segmento tão vulnerabilizado, se sequer os dados acerca da quantidade de pessoas está correto? Essa subnotificação tem impacto, inclusive, na busca de recursos junto aos órgãos do governo estadual e federal.

990. A PBH, no entanto, mantém o padrão de subnotificação observado ao longo dos anos, numa tentativa pífia de maquiar os números reais da nossa capital, cujo aumento exponencial de pessoas nessa situação tem chamado a atenção de toda a população. Alguém não está falando a verdade. Quem está mentindo prefeito Fuad? O Governo Federal ou a administração municipal?

991. É necessário um diagnóstico real para o enfrentamento do problema. Na medida em que a PBH reconhece apenas um terço da população em real situação de rua, por óbvio os serviços de atendimento estarão precarizados.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

992. Nesse sentido, entendemos que é imperativo a realização de novo censo da população em situação de rua, com metodologia diversa da aplicada, tendo em vista o prazo risível desse último levantamento, que se deu em 3 dias, e a discrepância dos dados apresentados com os publicados pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

993. Ademais, caso tenha existido aplicação de recursos públicos nessa parceria formada para o levantamento entre 19 e 21 de outubro de 2022, que seja aberto procedimento administrativo para apuração do instrumento de elaboração, de maneira a identificar os motivos da completa disparidade dos dados levantados em âmbito municipal, com os dados do Governo Federal.

A screenshot of a Google search results page. The search bar at the top contains the text "quantas pessoas em situação de rua bh". Below the search bar are several filter buttons: "Imagens", "Notícias", "Shopping", "Videos", "Maps", "Livros", "Voos", and "Finanças". Below these buttons, it says "Aproximadamente 935.000.000 resultados (0,25 segundos)". The main result is titled "5.344 pessoas" and includes a snippet: "PBH e UFMG apresentam resultados preliminares do Censo da população de rua de BH. Belo Horizonte tem hoje 5.344 pessoas em situação de rua, das quais 58,5% não são da capital: 34,5% vieram de cidades do interior de Minas Gerais, 23,2% de outros estados e 0,8% de outros países. 9 de fev. de 2023". Below this snippet is a link to the Prefeitura de Belo Horizonte website, with the URL "https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/pbh-e-ufmg-apr...". The title of the link is "PBH e UFMG apresentam resultados preliminares do Censo ...". At the bottom of the search results, there are links for "Sobre trechos em destaque" and "Feedback".

quantas pessoas em situação de rua bh

Imagens Notícias Shopping Videos Maps Livros Voos Finanças

Aproximadamente 935.000.000 resultados (0,25 segundos)

5.344 pessoas

PBH e UFMG apresentam resultados preliminares do Censo da população de rua de BH. Belo Horizonte tem hoje 5.344 pessoas em situação de rua, das quais 58,5% não são da capital: 34,5% vieram de cidades do interior de Minas Gerais, 23,2% de outros estados e 0,8% de outros países. 9 de fev. de 2023

Prefeitura de Belo Horizonte
<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/pbh-e-ufmg-apr...>

PBH e UFMG apresentam resultados preliminares do Censo ...

Sobre trechos em destaque • Feedback



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

quantas pessoas em situação de rua bh



Imagens

Notícias

Shopping

Videos

Maps

Livros

Voos

Finanças

Aproximadamente 935.000.000 resultados (0,25 segundos)

5.344 pessoas

PBH e UFMG apresentam resultados preliminares do Censo da população de rua de BH. Belo Horizonte tem hoje **5.344** pessoas em situação de rua, das quais 58,5% não são da capital: 34,5% vieram de cidades do interior de Minas Gerais, 23,2% de outros estados e 0,8% de outros países. 9 de fev. de 2023



Prefeitura de Belo Horizonte

<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/pbh-e-ufmg-apr...>

PBH e UFMG apresentam resultados preliminares do Censo ...



Sobre trechos em destaque



Feedback



Polos
DE CIDADANIA

INSTITUCIONAL ▾

PLATAFORMAS ▾

EVENTOS E CURSOS



Brasília - O Distrito Federal amanheceu nublado e com chuva na manhã deste sábado (23). O período chuvoso traz transtornos para moradores de rua (José Cruz/Agência Brasil).

Uma nota técnica elaborada pelo Programa Polos de Cidadania da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) mostra que a população de rua em Belo Horizonte teve um aumento bem alto no último ano. Em abril de 2021, foi registrado um pico de 8.901 pessoas sem um teto para morar. A nota foi lançada neste mês.

O estudo utiliza dados do Cadastro Único (CadÚnico), a série histórica sobre população de rua publicada pelo Município de Belo Horizonte, dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos, dentre outros. O objetivo é chegar o mais perto possível da realidade, já que a Prefeitura de Belo Horizonte considera, para fins de políticas públicas, os moradores de rua com dados atualizados no último ano. Este número fica em aproximadamente 2.500 pessoas.

Para prefeitura são aproximadamente 2.500 pessoas moradores de rua na capital

Já o Polos de Cidadania demonstrou que o número mais atualizado, de junho de 2021, seria de 8.374 pessoas em situação de rua no município, com cadastros atualizados e não atualizados.



MINAS GERAIS

Belo Horizonte tem a maior proporção de pessoas em situação de rua entre capitais do Sudeste

Plataforma inédita da UFMG permite ver os dados das pessoas sem-teto na comparação com o total da população de cada capital. Taxas de atualizações dos cadastros preocupam especialistas.

Por Fred Bottrel, TV Globo — Belo Horizonte
19/08/2022 06h01 · Atualizado há um ano

brasildefatomg.com.br/2022/06/07/numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-ultrapassa-a-quantidade-de-vagas-no

De acordo com dados do Cadastro Único (CadÚnico), do total da população de rua, 84% se autodeclararam negras - Foto: Marcelo Camargo

Cerca de 9 mil pessoas em Belo Horizonte vivem em situação de rua. O número, levantado pelo Polos de Cidadania, projeto vinculado à Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em dezembro de 2021, supera a capacidade de locais de abrigo e de recolhimento na cidade. Segundo a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), existem cerca de mil vagas nos equipamentos públicos para acolher essa população.





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

994. A eficácia das políticas públicas destinadas à população em situação de rua é severamente comprometida pela ausência de um levantamento de dados preciso e abrangente sobre esse grupo. Sem informações detalhadas sobre o número de pessoas afetadas, suas condições específicas e localizações, torna-se quase impossível desenvolver estratégias efetivas que atendam às suas necessidades reais. A implementação de um sistema de registro constante, que inclua fotografias e dados pessoais detalhados, é crucial não apenas para aprimorar as políticas de assistência e reintegração social, mas também para identificar indivíduos que possam estar evadidos da justiça ou envolvidos em atividades criminosas. Tal abordagem não só facilitaria a oferta de serviços direcionados e personalizados, mas também reforçaria a segurança pública, contribuindo para uma sociedade mais segura e justa.

V. DA AUSÊNCIA DE DADOS PARA POLÍTICAS DE HABITAÇÃO SOCIAL - UTILIZAÇÃO DOS IMÓVEIS PÚBLICOS DESOCUPADOS - DA FALTA DE CONHECIMENTO DA SMASAC SOBRE O QUANTITATIVO DE IMÓVEIS

995. Um dos pontos debatidos durante os trabalhos da Comissão está relacionado à política habitacional desenvolvida no Município e promovida pela Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – URBEL, responsável pela implementação da Política Municipal de Habitação Popular. Dentre os programas de redução do déficit qualitativo e quantitativo executados no Município, destacam-se o Programa de Locação Social, que segundo informações do site institucional¹⁰, da Prefeitura de Belo Horizonte, possui como principal finalidade as seguintes diretrizes:

O objetivo desse Programa é **promover atendimento habitacional subsidiado por meio da locação, a preços acessíveis, de unidades habitacionais privadas ou públicas existentes**, evitando que as famílias de baixa renda tenham um ônus excessivo com o pagamento do aluguel. A família recebe um valor mensal para arcar com o aluguel de acordo com sua capacidade de pagamento. O comprometimento é calculado a partir da *renda per capita* e pode variar entre 15% a 30% da renda familiar. O subsídio repassado pela Prefeitura pode chegar a até R\$ 500,00 mensais. **(Grifo Nosso)**

¹⁰ <https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/locacao-social>



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

996. Ainda sobre a temática, cita-se o Programa Bolsa Moradia, que segundo dados do site institucional¹¹, da Prefeitura de Belo Horizonte, possui como característica:

O Programa Bolsa Moradia é direcionado para famílias removidas em decorrência de execução de obra pública; caso seja vítima de calamidade, tendo sido removida de área sem condições de retorno; caso resida em habitação precária, situada em área de risco ou em ocupação clandestina ou irregular; **e caso seja família sem casa, habitando rua e viaduto do Município.**

O encaminhamento para o Programa é feito pela própria URBEL, nos casos de remoção por obra e por risco geológico; e **pela Subsecretaria de Assistência Social, nos casos de famílias sem casa, habitando rua e viaduto do Município.**

997. Ressalta-se que o mapeamento qualitativo e quantitativo dos imóveis que são utilizados para implementação dos supramencionados programas habitacionais é de fundamental importância para a aplicação assertiva e eficaz das políticas socioassistenciais promovidas em Belo Horizonte. Possuindo o mesmo grau de relevância, as pastas que compõem a Administração Pública devem ter ciência das demandas existentes e como os recursos orçamentários serão utilizados para o cumprimento das ações e políticas de cada setor. Para exemplificar, a Subsecretaria de Assistência Social deve ter total conhecimento sobre o aspecto quantitativo das famílias sem casa, que consequentemente estão em situação de rua ou de vulnerabilidade social, para que essas pessoas possam ser encaminhadas para o Programa Bolsa Moradia. Ou seja, a base de informações e as interações entre as Secretarias, Empresas e Autarquias que compõem a Prefeitura de Belo Horizonte deve ocorrer de forma dinâmica e tendo como base um conjunto de dados atualizados e confiáveis.

998. O Programa Minha Casa Minha Vida, relançado recentemente pelo Governo Federal, possui fundamental importância para redução do déficit habitacional no Município, como demonstra os seguintes dados obtidos no site institucional¹² da Prefeitura de Belo Horizonte:

As empresas que queiram construir imóveis de interesse social pelo Programa Minha Casa Minha Vida têm até 8 de janeiro para manifestar o interesse e apresentar documentação à Prefeitura de Belo Horizonte. **Os recursos para**

¹¹ <https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/bolsa-moradia>

¹² <https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/minha-casa-minha-vida>



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

as obras virão do governo federal, que assegurou ao município R\$ 520 milhões para 3.060 unidades habitacionais em terrenos do município – o equivalente a R\$ 170 mil para cada unidade habitacional. A proposta apresentada pela Prefeitura de Belo Horizonte e aprovada pelo Ministério das Cidades para inclusão no Minha Casa Minha Vida prevê a construção de 16 conjuntos residenciais com capacidade que vai variar entre 80 e 300 apartamentos em cada, na Pampulha, Barreiro, Venda Nova e região Leste.

999. A destinação dos recursos financeiros e a implantação dos programas socioassistenciais estão diretamente ligados ao conjunto de informações e dados adquiridos pelo Poder Público e utilizados no direcionamento das ações assistenciais promovidas pelo Estado. Com o objetivo de pautar as questões relacionadas ao déficit habitacional no Município, a Comissão em tela debateu sobre a possibilidade e viabilidade de utilização dos imóveis públicos desocupados, principalmente na região central de Belo Horizonte, para que sejam direcionados às famílias em condição de vulnerabilidade social e em situação de rua. Ressalta-se que na oitiva realizada em 30 de novembro de 2023, a Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania não soube informar o quantitativo de imóveis públicos desocupados, em Belo Horizonte, que poderiam ser utilizados como moradia pelas famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica.

1000. Apesar da supramencionada informação estar diretamente ligada às atividades da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – URBEL, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania deve promover o acompanhamento e o mapeamento de tais informações, pois a implementação e encaminhamento dos programas retromencionados, às pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade, também são desenvolvidos com base nas condições e possibilidades existentes no Município. Deste modo, a partir do momento que a supramencionada Secretaria possui conhecimento sobre os imóveis públicos desocupados, os possíveis e viáveis encaminhamentos podem ser executados de forma mais assertiva, eficaz e considerando os programas socioassistenciais existentes no Município.

VI. DA PRIVATIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

1001. Nesse contexto de diversos imóveis públicos inutilizados, aliado à inefetiva política habitacional de Belo Horizonte, vemos a privatização dos espaços públicos por



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

pessoas em situação de rua. Essa ocupação irregular não apenas exclui o público em geral do uso desses espaços, mas também gera uma série de consequências negativas para a população e o comércio local.

1002. A presença constante de moradores de rua em parques, praças e calçadas impede que esses locais sejam aproveitados pela comunidade para lazer e atividades sociais, afetando a qualidade de vida urbana. Além disso, a instalação de acampamentos improvisados e a acumulação de pertences e resíduos comprometem a estética e a limpeza dessas áreas, contribuindo para a degradação do ambiente urbano.

1003. Os comerciantes das áreas afetadas enfrentam dificuldades adicionais, pois a presença de moradores de rua desencoraja as pessoas a frequentarem suas lojas, afetando negativamente o fluxo de clientes e, conseqüentemente, as vendas. Esta situação pode levar à desvalorização imobiliária na região, prejudicando investimentos e o desenvolvimento econômico local.

1004. Recorda-se ainda que a ocupação dos espaços públicos por moradores de rua também pode gerar questões de segurança que vão desde o envolvimento com drogas até a própria inutilização de calçadas, forçando a população a desviar de barreiras e andar pela rua, o que aumenta a percepção de desordem entre os cidadãos e turistas. Esse cenário contribui para um ciclo vicioso, onde a deterioração do ambiente urbano e a insegurança afastam ainda mais os frequentadores regulares desses espaços, intensificando o problema.

1005. Evidencia-se diariamente tal deterioração na constante prática de moradores de rua em fazer fogueiras embaixo de pontes, o que representa um sério risco para a infraestrutura urbana. Essas ações, além de perigosas, podem comprometer a integridade estrutural das pontes, levando à sua deterioração prematura. Tal comportamento não apenas coloca em risco a segurança pública, mas também constitui um dano ao erário, uma vez que reparos e manutenções decorrentes desses atos representam custos adicionais significativos para os cofres públicos. É fundamental que medidas sejam tomadas para prevenir tais práticas e proteger o patrimônio público.

1006. Para reverter essa situação, é essencial que a Prefeitura de Belo Horizonte aprimore a política habitacional que passa pelo levantamento transparente dos imóveis públicos inutilizados e a melhora da legislação para incentivar a construção de novas unidades habitacionais em todas as esferas, balanceando a lei de oferta e demanda em



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

nossa cidade. Apesar de não abordado de forma direta por essa CPI, vale citar que as dificuldades implementadas pela prefeitura para a realização de novas construções em Belo Horizonte, contribui para um seletivo ramo de construção civil e favorece a construção irregular.

1007. É fundamental que a Prefeitura de Belo Horizonte promova ações em colaboração com organizações da sociedade civil e o setor privado para abordar as múltiplas facetas desse desafio. Programas de habitação social, aluguel social e o trabalho com construtoras para facilitar a construção de unidades habitacionais voltadas para pessoas com baixa renda contribuem significativamente para sua reintegração social e econômica dessa população.

1008. Além disso, iniciativas de urbanismo social que promovam a requalificação dos espaços públicos, garantindo sua acessibilidade, segurança e atratividade, podem revitalizar áreas urbanas degradadas e fomentar uma maior interação social e coesão comunitária.

1009. Em suma, a apropriação indevida dos espaços públicos por moradores de rua em Belo Horizonte é um sintoma de problemas mais profundos relacionados à habitação, assistência social e planejamento urbano. Pode-se afirmar categoricamente que as últimas gestões da nossa cidade falharam na promoção de uma cidade mais inclusiva, segura e próspera para todos os seus habitantes, fixando em paliativos ineficazes e que nada contribuiu para diminuir os problemas relatados. Morar em calçadas, debaixo das pontes, praças e espaços públicos não pode ser tolerado ou visto como uma opção. Energéticas ações pela Administração Pública devem ser tomadas, encaminhando a população em situação de rua para os equipamentos públicos próprios para recebê-los e sempre respeitando a propriedade privada.

VII. DA AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DA DECISÃO DO STF

1010. A ADPF nº 976 consiste na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental¹³ em que os autores indicaram deliberadas omissões estruturais por parte

¹³ Ação proposta ao Supremo Tribunal Federal com o objetivo de evitar ou reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do Poder Público. A ADPF não pode ser usada para questionar a constitucionalidade de lei, exceto as municipais ou anteriores à Constituição de 1988. (BRASIL. Manual de Comunicação da SECOM. Disponível em:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

do Poder Público e dos Poderes constitucionalmente constituídos, especialmente do Executivo e Legislativo.

1011. Trata-se de um questionamento sobre a inércia da Administração Pública no desenvolvimento de políticas sociais para mitigar os problemas advindos da população em situação de rua e o seu considerável aumento nos últimos anos. Destaca-se o trecho a seguir da ADPF em tela:

[...] a conjuntura precária vivida pela população em situação de rua decorre de omissões estruturais e relevantes do Poder Público, sobretudo atribuíveis ao Poder Executivo – em seus três níveis federativos -, mas também ao Poder Legislativo, em razão de lacunas na legislação e de falhas na reserva de orçamento público em *quantum* suficiente para concretizar tais direitos.

Na exordial, apontam que pessoas em situação de rua encontram-se em condição de fragilidade, incerteza, provisoriedade e precariedade, sendo que o Poder Público tem deixado de cumprir os preceitos constitucionais relativos à saúde, moradia, vida digna e alguns princípios, entre os quais o da eficiência. [...] É apresentado, ainda, estudo produzido pelo IPEA que aponta que **a população em situação de rua aumentou de 92.515 (noventa e dois mil quinhentos e quinze), em setembro de 2012, para 221.869 (duzentos e vinte e um mil, oitocentos e sessenta e nove) pessoas, em março de 2020, o que corresponde a um acréscimo de 140% (cento e quarenta por cento).**

(ADPF 976 MC-Ref, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 22-08-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n. DIVULG 20-09-2023. PUBLIC 21-09-2023) (grifos nossos).

1012. A discussão da supramencionada Arguição perpassou por temáticas de grande importância, entre as quais, cita-se: i) necessidade de implementação efetiva de um Plano Nacional para a População em Situação de Rua; ii) questão da aporofobia¹⁴; iii) direito fundamental à identidade; iv) direitos sociais à educação e ao trabalho e v) acolhimento institucional e direito fundamental à moradia.

1013. A decisão exarada pela Suprema Corte tangencia a obrigatoria observância pelos entes federados, imediatamente e independente de adesão formal, das diretrizes constantes no Decreto Federal nº 7.053/2009, que estabelece a Política Nacional para a População em Situação de Rua, respeitando-se as peculiaridades dos diversos grupos familiares e preservando a unidade dos mesmos. Vejamos:

<<https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/guia-juridico/arguicao-de-descumprimento-de-preceito-fundamental-adpf>>. Acesso em 02 fev. 2024).

¹⁴ “A aporofobia, título de livro lançado em 2017 pela filósofa espanhola Adela Cortina, surge como conceito associado aos fluxos migratórios intensos que a Europa presenciava e sobretudo ao tratamento desses migrantes em específico. De maneira geral, o neologismo pode ser definido pelo medo, rejeição ou aversão aos pobres, indivíduos sem vínculos na sociedade de trocas em que vivemos.”. (BRASIL. ADPF nº 976 MC/DF, do Supremo Tribunal Federal. p. 23).



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

CONSTITUCIONAL. REFERENDO DE MEDIDA CAUTELAR EM ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL. OMISSÕES DO PODER PÚBLICO QUE RESULTAM EM UM POTENCIAL ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO JUDICIAL. **OBSERVÂNCIA DO DECRETO FEDERAL 7.053/2009**, QUE INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, INDEPENDENTEMENTE DE ADESÃO FORMAL POR PARTES DOS ENTES FEDERATIVOS. **NECESSIDADE DE UM DIAGNÓSTICO PORMENORIZADO QUE SUBSIDIE A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE AÇÃO E DE MONITORAMENTO PARA A EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. FIXAÇÃO DE PARÂMETROS MÍNIMOS DE ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO NO ÂMBITO DAS ZELADORIAS URBANAS E NOS ABRIGOS DE SUA RESPONSABILIDADE. MEDIDA CAUTELAR REFERENDADA.** 1. **O quadro grave de omissões do Poder Público, que resulta em um potencial estado de coisas inconstitucional, viabiliza a atuação desta SUPREMA CORTE para impor medidas urgentes necessárias à preservação da dignidade da pessoa humana e à concretização de uma sociedade livre, justa e solidária. [...]** 2. O Decreto Federal 7.053/2009 materializa um conjunto de princípios, diretrizes e objetivos que encontra substrato de legitimidade diretamente na Constituição Federal. Plausibilidade do pedido relativo à obrigatória observância da Política Nacional para a População em Situação de Rua instituída pelo referido Decreto, independentemente de adesão formal por parte dos entes federativos. 3. **Com vistas à efetiva implementação de uma Política Nacional, a idealização de um amplo plano de ação e de monitoramento pela União constitui providência imprescindível para unir a sociedade e o Estado brasileiros na construção de uma solução consensual e coletiva para o problema social da população em situação de rua.** 4. Violações maciças de direitos humanos fundamentais de uma parcela extremamente vulnerável da população justificam a adoção imediata de medidas concretas paliativas que impulsionem a construção de respostas estruturais duradouras por parte do Estado, sobretudo no que se relaciona aos serviços de zeladoria urbana e de abrigos. 5. Medida cautelar, concedida parcialmente, referendada para, independentemente de adesão formal, estabelecer a obrigatoriedade da observância da Política Nacional para a População em Situação de Rua pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como para determinar: I) A formulação pela PODER EXECUTIVO FEDERAL, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, do PLANO DE AÇÃO E MONITORAMENTO PARA A EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA; (II) Aos PODERES EXECUTIVOS MUNICIPAIS E DISTRITAL, bem como onde houver atuação, aos PODERES EXECUTIVOS FEDERAL E ESTADUAIS que, no âmbito de suas zeladorias urbanas e nos abrigos de suas respectivas responsabilidades: [...] (III) **Aos PODERES EXECUTIVOS MUNICIPAIS E DISTRITAL, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a realização de diagnóstico pormenorizado da situação nos respectivos territórios, com a indicação do quantitativo de pessoas em situação de rua por área geográfica, quantidade e local das vagas de abrigo e de capacidade de fornecimento de alimentação.**

(ADPF 976 MC-Ref, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 22-08-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n. DIVULG 20-09-2023. PUBLIC 21-09-2023) (grifos nossos).



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1014. Não obstante a decisão em referência explicita uma obrigação aos Municípios, quando do desenvolvimento dos trabalhos por esta Comissão, foi apurado, através dos vários Requerimentos enviados à Prefeitura de Belo Horizonte, que nenhuma providência fora tomada tendente ao cumprimento da ordem proferida.

1015. No Município em menção, o cenário que envolve a população em situação de rua também é merecedor de relevância, pois segundo informações do Censo Pop Rua 2022, realizado pela Prefeitura de Belo Horizonte em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, cerca de 5.344 pessoas encontram-se em situação de rua na Capital. Ressalta-se que esse dado representa um aumento de 192% da população em situação de rua em oito anos. Todavia, outra nota técnica elaborada pelo Programa Polos de Cidadania, da UFMG, registrou um quantitativo de 8.901 pessoas em condição de vida nas ruas, no mesmo período, o que evidencia uma divergência nas informações.

1016. De qualquer modo, enfatiza-se que o número de pessoas em situação de rua em Belo Horizonte é alarmante e as políticas até então implementadas têm se demonstrado ineficientes, especialmente no que tange à saúde, trabalho, moradia, educação e segurança, elementos fundamentais à dignidade humana.

VIII. DOS RESULTADOS JÁ OBTIDOS POR ESSA CPI

1017. Conforme explicitado na 17ª visita técnica da Comissão, que ocorreu no dia 20 de novembro de 2023, no Abrigo Municipal Granja de Freitas, foi constatada uma série de irregularidades no mencionado local. Destaca-se o estado deplorável das instalações e das áreas comuns do abrigo em tela, principalmente o acúmulo de lixo em determinados pontos e a falta de manutenção nos lugares onde se encontram a vegetação.

1018. Ademais, o equipamento público visitado se assemelha a um alojamento onde as famílias ficam em um espaço independente em relação aos demais abrigados e grupos familiares. Tais espaços carecem de consideráveis reparações, sobretudo nos pisos, paredes e no telhado. Outro ponto relatado pelas famílias, que se encontram no local, está relacionado a falta de ventilação no interior dos alojamentos, deste modo, nos dias



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de maior calor, a permanência das pessoas nos espaços onde estão alojadas se torna insuportável e até insalubre.

1019. Frisa-se, que após a supramencionada visita e as contundentes críticas e solicitações encaminhadas pela Comissão, para a promoção de melhorias no mencionado equipamento público, a Prefeitura de Belo Horizonte promoveu a execução dos serviços de manutenção e reparação nas áreas comuns e nos telhados desse abrigo.

1020. Em oitiva realizada no dia 30 de novembro de 2023, a Comissão inquiriu à Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, Rosilene Rocha, sobre a atual situação do Abrigo Granja de Freitas e quais seriam as medidas adotadas pelo Poder Público Municipal para resolver os problemas e melhorar as condições de abrigamento das famílias que encontram-se no local. Segundo informações prestadas, a Prefeitura, ainda em 2024, realizará obras de reestruturação e promoção de melhorias nas dependências do equipamento em tela.

1021. Durante os trabalhos da Comissão e a verificação da dinâmica de funcionamento das unidades de abrigamento e acolhimento, apercebeu-se que os horários de fechamento dessas unidades não estão compatíveis com os horários laborais dos usuários. Nesse contexto, cita-se o Abrigo Granja de Freitas, que fecha às 20h, porém alguns usuários possuem uma rotina de trabalho que afeta diretamente o retorno para o referido abrigo. Comumente, após o cumprimento da jornada laboral, tais pessoas retornam para o equipamento, porém esse regresso ocorre após às 20h e consequentemente esses trabalhadores não conseguem acessar o equipamento público e acabam sofrendo um impacto significativo na rotina de descanso e execução das tarefas ordinárias.

1022. Deste modo, a Comissão oportunizou o debate com o Poder Público para uma possível e viável adequação dos horários de funcionamento das unidades de abrigamento e acolhimento.

1023. Assim sendo, a Comissão Parlamentar de Inquérito teve como propósito o impulsionamento dos debates acerca da implementação mais eficaz e assertiva das políticas públicas socioassistenciais às pessoas em situação de rua, objetivando o alcance de bem estar social desse público.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

IX. DOS ENCAMINHAMENTOS E PROJETOS QUE DEVEM SER IMPLEMENTADOS PARA MELHORES RESULTADOS

1024. Inobstante os diversos problemas relatados a estruturação das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua, sabemos que boas propostas já foram debatidas e apresentadas pela sociedade civil e pela própria Câmara Municipal de Belo Horizonte.

1025. Hodiernamente foi realizado pela Câmara Municipal o Grupo de Estudo “BH sem Morador de Rua”, criado pela então Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário para debater soluções possíveis para o crescente número de pessoas em situação de rua na capital. Instituído pelo Requerimento de Comissão 840/2021, o Grupo de Estudos “BH sem Morador de Rua” teve o início de seus trabalhos em 21 de julho de 2021 e até seus últimos trabalhos em 2022, foram realizadas diversas audiências públicas, visitas técnicas e reuniões com notáveis autoridades e especialistas que trabalham nessa área.

1026. Após esse intenso trabalho, chegou-se à conclusão da necessidade de desenvolver uma efetiva legislação que abranja de forma consistente as políticas voltadas para a população em situação de rua.

1027. A presente CPI também chega nessa conclusão, devendo ser realizados diversos encaminhamentos para diferentes autoridades para que se aprimore a política pública voltada para a população em situação de rua.

IX.1 INDICAÇÕES

1028. A Indicação é um instrumento legislativo por meio do qual se sugere à autoridade competente a realização de medida de interesse público. Tal instrumento está previsto no art. 129, I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

1029. Ao total estão sendo anexadas a este Relatório sete Indicações aptas a produzirem resultados satisfatórios para as políticas públicas socioassistenciais voltadas às pessoas em situação de rua em Belo Horizonte.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1030. As referidas proposições legislativas são frutos do trabalho realizado na Comissão Parlamentar de Inquérito, para mitigar os problemas relacionados às pessoas em condição de vulnerabilidade pessoal e social.

1031. Ressalta-se que todas as medidas foram amplamente discutidas durante as Reuniões e Visitas Técnicas realizadas pela Comissão.

1032. A primeira Indicação tem como finalidade a comunicação ao Supremo Tribunal Federal sobre a inobservância pelo Município de Belo Horizonte no que tange à decisão prolatada na ADPF 976, que trata da população em situação de rua, com enfoque na omissão dos entes federativos, em suas várias esferas de Poder na adoção de medidas eficazes para mitigar esse problema social.

1033. A segunda Indicação sugere que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico fomente e dê maior atenção ao Programa Estamos Juntos, especialmente aos resultados obtidos, os quais são pouco expressivos no que tange à população alcançada, bem como aos que são reinseridos no mercado formal de trabalho.

1034. A terceira Indicação recomenda à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, maior interação com a Secretaria Municipal de Saúde no que tange ao Programa Consultório na Rua de Belo Horizonte, principalmente para que a atuação das mesmas ocorra de maneira mais conjunta e sincronizada.

1035. A quarta Indicação, encaminhada à Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção visa o fortalecimento dos canais de comunicação que recebem denúncias advindas das pessoas em situação de rua, para que a tais demandas seja dada maior atenção e especial acolhimento.

1036. A quinta Indicação, direcionada à Superintendência de Limpeza Urbana - SLU, tem por objeto a resolução de problemas relacionados à coleta antecipada de materiais recicláveis realizada por “catadores autônomos”, tanto no que tange à dificuldade que ocasionam no trabalho das Cooperativas, quanto no que se refere à limpeza urbana.

1037. A sexta Indicação, dirigida à Prefeitura de Belo Horizonte, tem a intenção de recomendar a readequação dos valores subsidiados pelo Município aos Programas de Locação Social e Moradia Social. Tendo em vista que o montante hoje custeado às famílias em situação de vulnerabilidade social e em situação de rua é insuficiente para locação de uma moradia digna.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1038. A sétima indicação dirigida à Prefeitura de Belo Horizonte recomenda ações mais efetivas de fiscalização de ferros-velhos na região da lagoinha para o combate ao crime de receptação de fios de cobre, que causam prejuízos milionários ao município todos os anos.

1039. Ademais, importante ressaltar o encaminhamento dos documentos dos contratos para a prestação dos serviços de assistência social por instituições contratadas e/ou conveniadas, para realização de perícia contábil nos contratos excessivamente aditivados.

1040. Importante a destacar o apoio e adesão às indicações originadas dos estudos realizados pelo grupo de Estudo “BH sem Morador de Rua”, criado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário:

- a. Indicação - 96/2022 - Assunto: Indicação à Prefeitura de Belo Horizonte, sugerindo maiores investimentos e aprimoramento do programa Estamos Juntos, previsto na Lei 11.149/19.
- b. Indicação - 95/2022 - Assunto: Indicação à Prefeitura de Belo Horizonte, sugerindo a adequação dos horários dos abrigos emergenciais, casas de passagem, albergues e centro de atendimento destinados ao atendimento das pessoas em situação de rua.
- c. Indicação - 94/2022 - Assunto: Indicação à Prefeitura de Belo Horizonte, sugerindo a implementação de atendimento e triagem nos centros de saúde das pessoas que estiverem em situação de rua, para possibilitar o devido acompanhamento do Poder Público.
- d. Indicação - 93/2022 - Assunto: Indicação à Prefeitura de Belo Horizonte, sugerindo a inclusão de programas de planejamento familiar nos centros de atendimento das pessoas em situação de rua.
- e. Indicação - 92/2022 - Assunto: Indicação à Prefeitura de Belo Horizonte, sugerindo a criação de banheiros públicos com zeladores que podem ser os próprios moradores de rua.
- f. Indicação - 91/2022 - Assunto: Indicação à Prefeitura de Belo Horizonte, sugerindo a expansão das políticas habitacionais em Belo Horizonte.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- g. Indicação - 90/2022 - Assunto: Indicação à Prefeitura de Belo Horizonte, sugerindo a instalação de espaços para cuidados dos animais da população em situação de rua nos centros de atendimento.
- h. Indicação - 88/2022 - Assunto: Indicação a ser encaminhada a Prefeitura de Belo Horizonte, sugerindo a realização de convênios com centros de reabilitação e comunidades terapêuticas rurais no processo de recuperação de pessoas com dependência química e alcoólica.
- i. Indicação - 87/2022 - Assunto: Indicação a ser encaminhada a Prefeitura de Belo Horizonte, sugerindo a criação de uma área assistida de acampamento temporário para pessoas em situação de rua.
- j. Indicação - 86/2022 - Assunto: Indicação a ser encaminhada a Prefeitura de Belo Horizonte, sugerindo a inclusão de programa de recepção de pessoas na capital, visando identificar aquelas que possuem potencial de ficar em situação de rua.

IX.2 DA POLÍTICA MUNICIPAL INTERSETORIAL PARA ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA - PPSR

1041. Um dos resultados do supramencionado grupo de estudos “BH sem morador de rua” foi a apresentação do Projeto de Lei 340/2022 de que buscava instituir a Política Municipal Intersetorial para Atendimento à População em Situação de Rua - PPSR em Belo Horizonte e dar outras providências.

1042. Com a abertura desta CPI, os autores optaram pela retirada de tramitação do projeto para que fosse possível aprofundar ainda mais nessa matéria.

1043. Englobados alguns aprimoramentos, esta comissão endossa o projeto de lei fora apresentado, devendo a sugestão de redação do projeto anexa a este relatório ser reapresentada.

1044. Importante ressaltar que a Política Municipal Intersetorial para Atendimento à População em Situação de Rua – PPSR já existe - de forma reduzida - em Belo Horizonte e foi instituída pelo Decreto 16.730, em 27 de setembro de 2017. Assim, desde já, salienta-se que o presente projeto não importa em nenhuma despesa não



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

prevista no orçamento municipal ou traz alteração de organização de órgão administrativo, uma vez que apenas regula a forma que a política pública deverá ser implementada.

1045. O projeto traz a compreensão de que o fenômeno das pessoas em situação de rua não é de atribuição exclusiva dos serviços de assistência social, pois como resultado social complexo deve ser contemplado por políticas intersetoriais. Nessa senda, o projeto de lei regula que o poder público deve se empenhar em executar, construir, planejar, criar e efetivar políticas públicas capazes de reconduzir as pessoas que estão em situação de rua para um cenário de autonomia pessoal que traga dignidade, auto sustento, superando portanto a situação, em consonância com os direitos que garantem a dignidade da pessoa humana, mas também observando a necessidade da organização do espaço urbano.

1046. Espera-se que esse projeto seja a base legal para a redução das cenas de miséria nos perímetros da nossa cidade, convergindo com a perspectiva de organização do espaço urbano em consonância com o plano diretor vigente e com a necessidade de desenvolvimento econômico sustentável da nossa cidade, idealizando uma Belo Horizonte Sem Moradores de Rua sustentada pela eficiência e eficácia dos seus processos de gestão pública intersetorial vinculado ao tema.

X. CONCLUSÃO

1047. A gestão da Prefeitura de Belo Horizonte em relação à situação dos moradores de rua tem se mostrado ineficaz, apesar do substancial orçamento destinado a essa área. Observa-se uma discrepância significativa entre os recursos financeiros investidos e os resultados obtidos, caracterizando uma situação onde temos uma "pasta rica para uma política pobre". A falta de um levantamento preciso de dados sobre a população em situação de rua tem sido um obstáculo crítico para o planejamento e implementação de políticas públicas efetivas. A ausência de uma estratégia integrada que envolva as diversas secretarias e órgãos competentes resulta em ações fragmentadas e pouco eficazes.

1048. Além disso, a privatização indevida dos espaços públicos por parte dos moradores de rua evidencia a falha da administração em assegurar o uso adequado e



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

democrático dessas áreas. Essa ocupação irregular não só prejudica a estética e a funcionalidade dos espaços urbanos, mas também impacta negativamente o comércio local e a segurança pública. A prática de realizar fogueiras sob pontes, colocando em risco a integridade das estruturas, é outro exemplo da inadequação das medidas adotadas para enfrentar o problema.

1049. É imperativo que a Prefeitura de Belo Horizonte adote uma abordagem mais assertiva e coordenada, que vá além do atendimento emergencial e busque soluções de longo prazo para a reinserção social e econômica dos moradores de rua. Investimentos em habitação social, saúde, educação e capacitação profissional são fundamentais para abordar as causas subjacentes dessa questão.

1050. A crise humanitária representada pela situação de rua em Belo Horizonte demanda uma ação imediata e decisiva do poder público. As gestões atual e passadas devem ser responsabilizadas pela falta de progresso e organização de um sistema que vise a retirada da situação de rua e não apenas seu atendimento assistencial mínimo. A comunidade belo-horizontina merece uma administração que utilize seus recursos de maneira eficiente e transparente, garantindo políticas públicas que reflitam um compromisso genuíno com o bem-estar de todos os cidadãos.

1051. A situação exige uma revisão crítica das estratégias atuais e um comprometimento renovado com soluções inovadoras e sustentáveis, principalmente voltadas para a integração dessa população no mercado de trabalho. A Prefeitura de Belo Horizonte precisa demonstrar uma liderança eficaz e uma vontade política para transformar essa realidade, uma vez que sabe que a cidade tem a capacidade financeira e os recursos para superar esse desafio, mas isso requer uma mudança significativa na abordagem e na execução das políticas públicas voltadas para essa questão.

1052. Para tanto, é fundamental que todos os agentes públicos sejam capazes de lidar com a realidade das pessoas em situação de rua de forma humanizada e que sua atuação seja baseada na defesa e promoção de uma inserção social digna, com a oferta de condições de empregabilidade, alimentação, higiene, educação, saúde, eventual combate à dependência química ou alcoólica, para que assim o indivíduo obtenha condições de sustentar uma morada e restabelecer seu auto sustento.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Belo Horizonte/MG, 05 de fevereiro de 2024.

Vereador Cleiton Xavier



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

XI. ANEXOS

1053. Os anexos serão protocolados em mídia física e compõem este relatório.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº _____

Senhor Presidente,

Apresento a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, inciso I, do Regimento Interno, Indicação a ser encaminhada ao Supremo Tribunal Federal - STF, ao Exmo. Sr. Ministro Alexandre de Moraes, para cientificá-lo de que, no curso da Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua, em tramitação na Câmara Municipal de Belo Horizonte, identificou-se a existência da ADPF nº 976 MC/DF, sendo que, em face dela foram solicitadas informações à Prefeitura de Belo Horizonte.

Entre os vários Requerimentos encaminhados à Prefeitura, a resposta uníssona foi a de que o Município de Belo Horizonte não fora intimado da decisão proferida na ADPF em menção.

Considerando, pois, que a precária condição vivenciada pela população em situação de rua pode ser atribuível à inércia do Poder Público em suas três esferas, a Casa Legislativa de Belo Horizonte ocupou-se em verificar o que lhe incumbia na mitigação deste grave problema social. Não obstante, a atuação legiferante esbarra na omissão do Poder Executivo Municipal, o qual ancora a ausência de providências na não intimação da decisão prolatada pela Corte Constitucional em sede da supramencionada Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

Destarte, o objetivo desta Indicação, repisa-se, é o de cientificar este Supremo Tribunal Federal acerca da justificativa que o Município de Belo Horizonte se vale para subsidiar a sua inoperância no que tange à população em situação de rua, na expectativa de que medidas sejam adotadas, *a priori*, pela intimação da Administração Municipal. Indubitavelmente, o fim maior é o cumprimento da decisão da ADPF para que, conjuntamente, os atos executivos, legislativos e judiciais se integrem em prol de uma solução eficaz.

Belo Horizonte, 05 de fevereiro de 2024

Ao Senhor

Vereador Gabriel

Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº _____

Senhor Presidente,

Apresento a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, inciso I, do Regimento Interno, Indicação a ser encaminhada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, acerca do Programa Estamos Juntos, o qual tem apresentado resultados modestos e, por isso, demanda maior atenção pelo Poder Público.

O mencionado Programa, criado pela Lei Municipal nº 11.149/2019, tem por escopo ofertar e garantir a inclusão produtiva da população em situação de rua ou com trajetória de vida nas ruas.

A partir dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua, foram apuradas evidências de que, não obstante a iniciativa seja profícua, os resultados não estão satisfatórios. Isso porque, conforme resposta ao Requerimento de Comissão nº 2531/2023, das 379 pessoas atendidas para participação em cursos de qualificação profissional, somente 104 pessoas foram admitidas em vagas de emprego no mercado formal.

Nota-se, portanto, que o número de pessoas alcançadas é pequeno quando comparado ao universo de pessoas em situação de rua. Porém, esse número é ainda menor em se tratando daquelas que conseguem se reinserir no mercado de trabalho. Tal constatação está intrinsecamente atrelada à eficácia do Programa.

Deste modo, cabe à Administração Pública ponderar sobre esses resultados para desenvolver políticas que sejam mais assertivas, em especial, tendentes a promover o aumento quantitativo de pessoas atendidas pelo Programa.

Belo Horizonte, 05 de fevereiro de 2024

Ao Senhor

Vereador Gabriel

Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº _____

Senhor Presidente,

Apresento a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, inciso I, do Regimento Interno, Indicação a ser encaminhada à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, acerca do Programa Consultório na Rua de Belo Horizonte, que necessita de maior interação com a Secretaria Municipal de Saúde para a obtenção de resultados mais satisfatórios.

Trata-se de um Programa que desenvolve serviço volante em que equipes multiprofissionais de saúde atuam de forma itinerante para o oferecimento de cuidados em saúde para as pessoas em situação de rua, no próprio logradouro público. O intento é proporcionar à população em situação de vulnerabilidade pessoal e social o cuidado em saúde na perspectiva da redução de danos pelo uso de álcool e outras drogas e atendimento básico.

Na condução dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua, foi verificado que, para maior eficácia do aludido Programa, se faz imperiosa a maior participação da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania.

Observa-se, pois, que esta é uma importante política para a população em situação de rua, sendo o objetivo da presente propositura incentivar a interação das Secretarias retromencionadas.

Belo Horizonte, 05 de fevereiro de 2024

Ao Senhor

Vereador Gabriel

Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº _____

Senhor Presidente,

Apresento a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, inciso I, do Regimento Interno, Indicação a ser encaminhada à Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, para que seja dada maior atenção às denúncias provenientes das pessoas em situação de rua que se encontram nas unidades de acolhimento e centros de atendimento voltados para esse público.

É sabido, que tais pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social, estão sujeitas à toda sorte de intercorrências, as quais comumente acarretam em chamados aos agentes responsáveis pela manutenção da ordem e segurança públicas.

Segundo as informações obtidas a partir das respostas ao Requerimento nº 2528/2023, a Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua constatou a existência de um canal direto para recebimento de denúncias de violência contra a população em situação de rua. O aludido instrumento é resultado da articulação do Município com a Subcontroladoria de Ouvidoria, que culminou na criação do Serviço de Denúncias de Violação de Direitos Humanos, disponível no Portal da Prefeitura de Belo Horizonte.

Em que pese as vítimas poderem contatar a Guarda Civil Municipal e a Polícia Militar, o fortalecimento da comunicação direta e específica para essas demandas é fundamental para garantir a segurança das pessoas em precária situação social

Desse modo, recomenda-se ao Poder Público Municipal, representado pela Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, que seja impingida maior atenção para a efetividade real dos canais de comunicação já existentes, notadamente para as solicitações emanadas da população em situação de rua.

Belo Horizonte, 05 de fevereiro de 2024

Ao Senhor

Vereador Gabriel

Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº _____

Senhor Presidente,

Apresento a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, inciso I, do Regimento Interno, Indicação a ser encaminhada à Superintendência de Limpeza Urbana – SLU, com a finalidade de que seja debatida a atual dinâmica de recolhimento de materiais recicláveis pelas Cooperativas que atuam para esse fim.

A Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua recebeu a informação de que as Cooperativas de resíduos recicláveis têm enfrentado dificuldades na captação dos referidos insumos. Isso porque, “catadores autônomos”, muitos em situação de rua, cientes dos horários em que ocorrem as coletas, antecipam-se na separação e recolhimento dos materiais de maior valor agregado prejudicando as atividades desempenhadas pelas mencionadas Cooperativas.

A supradita situação, para além de interferir no trabalho das Cooperativas, afeta a limpeza urbana, pois a separação realizada pelos “catadores autônomos” é descuidada e acaba por deixar espalhados diversos materiais orgânicos e inorgânicos, nas vias públicas.

Assim sendo, a presente Indicação almeja que a sistemática de coleta de materiais a reciclar seja repensada, justamente para que adequações necessárias sejam providenciadas em prol da solução dos problemas relatados.

Belo Horizonte, 05 de fevereiro de 2024

Ao Senhor

Vereador Gabriel

Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº _____

Senhor Presidente,

Apresento a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, inciso I, do Regimento Interno, Indicação a ser encaminhada à Prefeitura de Belo Horizonte - PBH, com o objetivo de discutir a readequação dos valores praticados nos Programas de Locação Social e Bolsa Moradia, ambos subsidiados pelo Município e coordenados pela Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - URBEL.

O primeiro deles, Programa de Locação Social, tem por intuito proporcionar atendimento habitacional através da locação, de imóveis públicos ou privados, minimizando, assim, o custo com o pagamento do aluguel. São destinatárias do Programa as famílias de baixa renda as quais recebem um valor mensal para o aluguel conforme sua condição financeira. O valor custeado pelo Poder Público Municipal tem por limite R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais.

O Programa Bolsa Moradia, por sua vez, dedica-se, entre outras hipóteses, às famílias com residência precária, bem como aquelas que não possuem moradia e, conseqüentemente, encontram-se em situação de rua. O próprio beneficiário indica um imóvel para vistoria, o qual, após aprovação será objeto de contrato de locação. Tal como o Programa relacionado no parágrafo anterior, o montante do subsídio perfaz a quantia de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais.

O *site* Imovelweb, um dos maiores portais imobiliários do país, em pesquisa divulgada através do seu relatório mensal de preços, apurou que o valor médio do aluguel de imóveis em Belo Horizonte é de R\$ 1.874,50 (um mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos).

Diante das informações colacionadas, nota-se que o montante atualmente custeado pelo Poder Público Municipal é ínfimo quando comparado com o custo estimado para a locação de imóveis na Capital. É indubitável que as famílias de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social são desprovidas econômica e financeiramente, de modo que não conseguem arcar com os custos habitacionais às suas próprias expensas.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Pelas razões demonstradas, urge a necessidade de revisão e readequação dos valores destinados pelo Município de Belo Horizonte aos Programas Sociais em comento. Este é, portanto, o motivo da presente Indicação.

Belo Horizonte, 05 de fevereiro de 2024

Ao Senhor

Vereador Gabriel

Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº _____

Senhor Presidente,

Apresento a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, inciso I, do Regimento Interno, Indicação a ser encaminhada à Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, com a finalidade de que seja construída uma política constante de fiscalização de estabelecimentos que comercializam produtos de furto e roubo, especialmente na região da Lagoinha.

A Comissão Parlamentar de Inquérito da População em Situação de Rua recebeu a informação de que é comum o funcionamento no bairro de comércio clandestino nos ferros velhos, de fios de cobre furtados dos equipamentos públicos como postes e semáforos.

As negociações e atividades ocorrem em qualquer dia, inclusive durante a madrugada, o que além de ser proibido, causa incômodo aos moradores da região, que relataram inclusive ameaças dos comerciantes e vendedores do material ilegalmente recebido.

Impedir a receptação desse material é a forma mais eficiente de coibir esse tipo de crime na cidade. A fiscalização das notas fiscais dos materiais vendidos e a existência de alvará de funcionamento válido tem potencial de reduzir em muito esse tipo de crime.

Assim sendo, a presente Indicação almeja que a Secretaria desenvolva ações de fiscalização e combate de maneira mais incisiva e com maior recorrência, a fim de impedir a prática desse delito.

Belo Horizonte, 05 de fevereiro de 2024

Ao Senhor

Vereador Gabriel

Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte